

Cecabank, S.A. e Subsidiárias que integram o Grupo Cecabank

Contas Anuais correspondentes ao exercício
anual findo a 31 de dezembro de 2022 e
Relatório de Gestão

Cecabank, S.A. e subsidiárias

Balanço Consolidado Findo o Exercício de 2022

(Milhares de Euros)

Ativo	2022	2021
Caixa, disponibilidades em bancos centrais e outros depósitos à ordem (Nota 7)	7.854.339	8.679.756
Ativos financeiros detidos para negociação (Nota 8.1)	857.046	1.414.378
Derivados	447.469	781.544
Instrumentos de património	102.253	292.528
Valores representativos de dívida	307.324	340.306
Empréstimos e adiantamentos	-	-
Nota: Empréstados ou fornecidos como garantia com direito de venda ou penhora	104.631	170.867
Ativos financeiros não destinados à negociação avaliados obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados (Nota 8.2)	14.939	28.584
Instrumentos patrimoniais	5.804	4.550
Títulos da dívida	9.135	23.924
Empréstimos e adiantamentos	-	110
Nota: Empréstados ou fornecidos como garantia com direito de venda ou penhora	-	-
Ativos financeiros designados pelo justo valor através dos resultados (Nota 8.3)	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 9)	2.339.005	3.238.947
Instrumentos patrimoniais	2.733	3.002
Títulos da dívida	2.336.272	3.235.945
Empréstimos e adiantamentos	-	-
Nota: Empréstados ou fornecidos como garantia com direito de venda ou penhora	1.414.785	2.132.610
Ativos financeiros ao custo amortizado (Nota 10)	2.543.772	3.199.697
Títulos da dívida	307.273	109.595
Empréstimos e adiantamentos	2.236.499	3.090.102
Bancos centrais	1	16.174
Instituições de crédito	1.352.991	2.094.199
Clientes	883.507	979.729
Nota: Empréstados ou fornecidos como garantia com direito de venda ou penhora	286.089	479.295
Derivados - contabilidade de coberturas (Nota 11)	196.441	10.137
Alterações no justo valor dos elementos cobertos numa carteira com cobertura de risco de taxa de juro	-	-
Investimentos em negócios conjuntos e associados	-	-
Negócios conjuntos	-	-
Associados	-	-
Ativos tangíveis (Nota 13)	53.906	51.168
Imobilizado corpóreo	44.856	41.871
De uso próprio	44.856	41.871
Cedido em locação operacional	-	-
Afeto a Assistência Social	-	-
Investimentos imobiliários	9.050	9.297
Dos quais: Cedido em locação operacional	-	-
Nota: Adquirido em locação financeira	1.303	1.673
Ativos intangíveis (Nota 14)	401.168	446.662
Goodwill	-	-
Outros ativos intangíveis	401.168	446.662
Ativos por impostos (Nota 20)	86.960	66.765
Ativos por impostos correntes	368	229
Ativos por impostos diferidos	86.592	66.536
Outros Ativos (Nota 15.1)	67.321	60.368
Contratos de seguros vinculados a pensões	-	-
Existências	-	-
Restantes Ativos	67.321	60.368
Ativos não correntes e grupos alienáveis de elementos que estão classificados como detidos para venda (Nota 12)	623	3.075
Total Ativo	14.415.520	17.199.537

Cecabank, S.A. e subsidiárias

Balanço Consolidado Findo o Exercício de 2022

(Milhares de Euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	2022	2021
Passivo		
Passivos financeiros detidos para negociação (Nota 8.1)	616.748	1.085.136
Derivados	482.354	805.612
Posições Curtas	134.394	279.524
Depósitos	-	-
Títulos de dívida emitidos	-	-
Outros Passivos financeiros	-	-
Passivos financeiros designados ao justo valor através dos resultados (Nota 8.3)	-	-
Passivos financeiros ao custo amortizado (Nota 16)	12.447.904	14.727.683
Depósitos	12.071.295	14.591.226
Bancos centrais	3.843	-
Instituições de crédito	1.517.129	2.267.645
Clientes	10.550.323	12.323.581
Títulos de dívida emitidos	-	-
Outros passivos financeiros	376.609	136.457
Derivados - contabilidade de coberturas (Nota 11)	-	4.105
Variações no justo valor dos elementos cobertos de uma carteira com cobertura de risco de taxa de juro	-	-
Provisões (Nota 17)	71.813	86.763
Pensões e outras obrigações de prestações definidas pós-emprego	-	-
Outras retribuições aos colaboradores a longo prazo	33.569	45.426
Questões processuais e litígios por impostos pendentes	6.719	4.213
Compromissos e garantias concedidos	413	262
Restantes provisões	31.112	36.862
Passivos por impostos	17.984	18.531
Passivos por impostos correntes	7.026	6.686
Passivos por impostos diferidos (Nota 20)	10.958	11.845
Capital social reembolsável à ordem	-	-
Outros Passivos (Nota 15.2)	70.945	65.728
Passivos incluídos em grupos alienáveis de elementos cobertos considerados como mantidos para venda	-	-
Total Passivo	13.225.394	15.987.946
Fundos próprios	1.252.915	1.201.621
Capital	112.257	112.257
Capital realizado (Nota 19)	112.257	112.257
Capital não realizado exigido	-	-
Nota: capital não exigido	-	-
Prémio de emissão (Nota 19)	615.493	615.493
Instrumentos de património emitidos diferentes do capital	-	-
Outros elementos do capital próprio	-	-
Resultados acumulados	444.831	389.924
Reservas de reavaliação	-	-
Outras reservas (Nota 19)	14.894	14.889
(-) Ações próprias	-	-
Resultado atribuível aos acionistas do Banco	65.440	69.058
(-) Dividendos provisórios	-	-
Outro rendimento integral acumulado	(62.789)	9.970
Itens que não irão ser reclassificados para resultados	11.555	11.163
Ganhos ou perdas atuariais em planos de prestações definidas (Nota 18)	10.126	9.656
Ativos não correntes e grupos alienáveis de elementos considerados como mantidos para venda	-	-
Variação do justo valor dos instrumentos de capital próprio mensurados a justo valor através de outro rendimento integral	1.429	1.507
Ineficácia das coberturas de justo valor dos instrumentos de capital próprio	-	-

Cecabank, S.A. e subsidiárias

Balanço Consolidado Findo o Exercício de 2022

(Milhares de Euros)

mensurados a justo valor através de outro rendimento integral		
Variações do justo valor dos passivos financeiros a justo valor através de resultados atribuíveis a alterações no risco de crédito	-	-
Itens que poderão ser reclassificados para resultados	(74.344)	(1.193)
Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras	-	-
Conversão cambial	-	-
Derivados de cobertura. Coberturas de fluxos de caixa	-	-
Variações do justo valor dos instrumentos de dívida mensurados a justo valor através de outro rendimento integral (Nota 18)	(74.344)	(1.193)
Instrumentos de cobertura	-	-
Ativos não correntes e grupos alienáveis de elementos considerados como mantidos para venda (Notas 12 e 18)	-	-
Participações minoritárias [participações não dominantes] - outras rubricas	-	-
Total Capital Próprio	1.190.126	1.211.591
Total Capital Próprio e Passivo	14.415.520	17.199.537
<i>Nota</i>		
Compromissos de empréstimos concedidos (Nota 27.1)	503.859	561.871
Garantias financeiras concedidas (Nota 27.1)	-	-
Outros compromissos concedidos (Nota 27.1)	174.353	71.431

Cecabank, S.A. e subsidiárias

Demonstração de Resultados Consolidada correspondente ao exercício anual findo a 31 de dezembro de 2022

(Milhares de Euros)

	2022	2021
Rendimentos de juros (Nota 28)	143.914	111.336
Ativos financeiros a justo valor através de outro rendimento integral	31.165	27.897
Ativos financeiros ao custo amortizado	21.162	9.763
Restantes rendimentos de juros	91.587	73.676
CustosCustos de juros (Nota 29)	(140.417)	(104.970)
Margem de juros	3.497	6.366
Rendimentos por dividendos (Nota 30)	4.915	4.066
Rendimentos por comissões (Nota 31)	225.465	222.429
Despesas de comissões (Nota 32)	(35.097)	(33.090)
Ganhos ou perdas líquidas no desreconhecimento de ativos ou passivos financeiros não mensurados a justo valor através de resultados (Nota 33)	(26.110)	34.588
Ativos financeiros ao custo amortizado	2	3
Restantes Ativos e Passivos financeiros	(26.112)	34.585
Ganhos ou perdas líquidas por ativos e passivos financeiros detidos para negociação (Nota 33)	35.032	(6.018)
Outras ganhos ou perdas	35.032	(6.018)
Ganhos ou perdas líquidas por ativos financeiros não destinados a negociação mensurados obrigatoriamente a justo valor através de resultados (Nota 33)	(687)	(1.043)
Outros ganhos ou perdas	(687)	(1.043)
Ganhos ou (-) perdas líquidas por ativos e passivos financeiros mensurados a justo valor através de resultados (Nota 33)	-	-
Ganhos ou perdas líquidas resultantes instrumentos de cobertura (Nota 33)	3.081	206
Diferenças cambiais líquidas	62.036	38.746
Outros proveitos de exploração (Nota 34)	56.365	51.068
Outros custoscustos de exploração (Nota 37)	(16.173)	(11.638)
Margem bruta	312.324	305.680
CustosCustos administrativos	(136.530)	(144.026)
Custos com o pessoal (Nota 35)	(48.624)	(71.736)
Outros custoscustos administrativos (Nota 36)	(87.906)	(72.290)
Amortização (Nota 39)	(87.483)	(82.468)
Provisões ou reversão de provisões (Nota 17)	4.759	9.786
Imparidade ou reversão de imparidade em ativos financeiros não mensurados a justo valor através de resultados e perdas ou ganhos líquidos por modificação (Notas 22 e 38)	(861)	4.580
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(738)	(416)
Ativos financeiros ao custo amortizado	(123)	4.996
Imparidade ou reversão da imparidade de investimentos em filiais, empreendimentos ou associadas	-	-
Imparidade ou reversão de imparidade de ativos não financeiros	-	-
Ativos corpóreos (Nota 13)	-	-
Ativos incorpóreos (Nota 14)	-	-
Outros	-	-
Ganhos ou perdas líquidas no desreconhecimento de ativos não financeiros (Nota13)	(5)	5
Badwill reconhecido em resultados	-	-
Ganhos ou perdas líquidas de ativos não correntes e grupos alienáveis de elementos classificados como detidos para venda não admissíveis como operações descontinuadas (Nota 12)	-	43
Resultado operacional antes de impostos procedentes das atividades correntes	92.204	93.600
Rendimentos ou custoscustos por impostos sobre os ganhos de atividades correntes (nota 20.2)	(26.764)	(24.542)
Resultado operacional depois de impostos procedentes das atividades correntes	65.440	69.058
Rendimentos ou custoscustos depois de impostos procedentes de atividades descontinuadas	-	-
Resultado do exercício	65.440	69.058
Resultado atribuível a participações minoritárias (participações dominantes)	-	-
Resultado atribuível aos acionistas da sociedade dominante	65.440	69.058

Cecabank, S.A. e subsidiárias

Relatório de alterações no Capital Próprio Consolidado correspondente ao exercício anual findo a 31 de dezembro de 2022

(Milhares de Euros)

a. Demonstração de rendimentos e custos/custos reconhecidos consolidado

	2022	2021
Resultado do exercício	65.440	69.058
Outro rendimento integral	(72.759)	(14.445)
Itens que não irão ser reclassificados para resultados	392	(55)
Ganhos ou perdas atuariais em planos de pensões de contribuições definidas (Nota 35) e (Nota 20.4)	671	(340)
Ativos não correntes e grupos alienáveis de elementos detidos para a venda	-	-
Alterações do justo valor dos instrumentos de capital próprio mensurados a justo valor através de outro rendimento integral (Notas 7 e 20.4)	(112)	262
Imposto sobre lucros relativo aos itens que não serão reclassificados (Nota 20.4)	(167)	23
Itens que poderão ser reclassificados para resultados	(73.151)	(14.390)
Conversão cambial	-	-
Ganhos/(Perdas) por operações cambiais contabilizadas no capital próprio -	-	-
Coberturas de fluxos de caixa (parcela efetiva)	-	-
Ganhos/(Perdas) de valor contabilizadas no capital próprio -	-	-
Transferido a resultados -	-	-
Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 20.4)	(104.501)	(20.557)
Ganhos/(Perdas) de valor contabilizadas no capital próprio	(130.613)	14.028
Transferido a resultados (Notas 7 e 20.4)	26.112	(34.585)
Imposto sobre lucros relativos aos itens que poderão ser reclassificados em resultados (Nota 20.4)	31.350	6.167
Resultado global total do exercício	(7.319)	54.613
Resultado atribuível a interesses minoritários (participações dominantes)	-	-
Resultado atribuível aos acionistas da dominante	(7.319)	54.613

Cecabank, S.A. e subsidiárias

Demonstração de alterações no Capital Próprio Consolidado correspondente ao exercício anual findo em 31 de dezembro de 2022

(Milhares de Euros)

b. Demonstração total de alterações no capital próprio líquido consolidado

	Capital Próprio									
	Capital (Nota 19)	Prémio de emissão (Nota 19)	Resultados acumulados	Outras Reservas (Nota 19)	(-) Ações próprias	Resultado do exercício (Nota 4)	(-) Dividendo provisório	Outro rendimento integral acumulado (Nota 18)	Minoritários	Total capital próprio
Saldo de abertura (antes de reexpressão) em 1 de janeiro de 2021	112.257	615.493	340.558	14.796	-	54.372	-	24.415	409	1.162.300
Efeitos da correção de erros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos das alterações nas políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo de abertura em 1 de janeiro de 2021	112.257	615.493	340.558	14.796	-	54.372	-	24.415	409	1.162.300
Resultado global total do exercício	-	-	-	-	-	69.058	-	(14.445)	-	54.613
Outras variações do capital próprio	-	-	49.366	93	-	(54.372)	-	-	(409)	(5.322)
Redução de Capital	-	-	(31)	-	-	-	-	-	(409)	(440)
Dividendos (ou remunerações aos sócios)	-	-	(4.844)	-	-	-	-	-	-	(4.844)
Venda ou cancelamento de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências entre componentes do capital próprio	-	-	54.372	-	-	(54.372)	-	-	-	-
Outros aumentos/diminuições do capital próprio	-	-	(131)	93	-	-	-	-	-	(38)
Saldo de encerramento em 31 de dezembro de 2021	112.257	615.493	389.924	14.889	-	69.058	-	9.970	-	1.211.591
Efeitos de correção de erros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos das alterações nas políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo de abertura em 1 de janeiro de 2022	112.257	615.493	389.924	14.889	-	69.058	-	9.970	-	1.211.591
Resultado global total do exercício	-	-	-	-	-	65.440	-	(72.759)	-	(7.319)
Outras variações do capital próprio	-	-	54.907	5	-	(69.058)	-	-	-	(14.146)
Redução de capital	-	-	(14.144)	-	-	-	-	-	-	(14.144)
Dividendos (ou remunerações aos sócios)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Venda ou cancelamento de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências entre componentes do capital próprio	-	-	69.058	-	-	(69.058)	-	-	-	-
Outros aumentos/diminuições do capital próprio	-	-	(7)	5	-	-	-	-	-	(2)
Saldo de encerramento em 31 de dezembro de 2022	112.257	615.493	444.831	14.894	-	65.440	-	(62.789)	-	1.190.126

Cecabank, S.A. e subsidiárias

Demonstração dos fluxos de caixa consolidados correspondente ao exercício anual findo em 31 de dezembro de 2022

(Milhares de Euros)

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais:	(768.957)	3.371.124
Resultado do exercício	65.440	69.058
Ajustamentos para obter os fluxos de caixa das atividades operacionais	132.207	109.819
Amortização	87.483	82.468
Outros ajustamentos	44.724	27.351
(Aumento) / Diminuição líquida dos ativos operacionais	(1.807.031)	(341.295)
Ativos financeiros detidos para negociação	(554.454)	(448.606)
Ativos financeiros não destinados a negociação mensurados obrigatoriamente a justo valor através de resultados	(13.495)	984
Ativos financeiros mensurados a justo valor através de resultados	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(648.201)	814.919
Ativos financeiros ao custo amortizado	(620.345)	(688.145)
Outros Ativos de exploração	29.464	(20.447)
Aumento / (Diminuição) líquida dos passivos operacionais -	(2.757.451)	2.861.418
Passivos financeiros detidos para negociação	(468.388)	(208.837)
Passivos financeiros mensurados a justo valor através de resultados	-	-
Passivos financeiros ao custo amortizado	(2.279.779)	3.087.929
Outros passivos operacionais	(9.284)	(17.674)
Pagamentos / Recebimentos de impostos sobre o rendimento	(16.184)	(10.466)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento	(42.316)	(36.616)
Pagamentos:	42.316	36.616
Ativos tangíveis	4.692	3.303
Ativos intangíveis	37.624	33.313
Investimentos em negócios conjuntos e associados	-	-
Ativos não correntes e passivos classificados como mantidos para venda	-	-
Outros pagamentos relacionados com atividades de investimento	-	-
Recebimentos:	-	-
Ativos tangíveis	-	-
Ativos intangíveis	-	-
Investimentos empreendimentos conjuntos e associadas	-	-
Ativos não correntes e passivos classificados como mantidos para venda	-	-
Outros pagamentos relacionados com atividades de investimento	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(14.144)	(4.844)
Pagamentos:	14.144	4.844
Dividendos	14.144	4.844
Passivos subordinados	-	-
Amortização de instrumentos de capital próprio	-	-
Aquisição de instrumentos de capital próprio	-	-
Recebimentos:	-	-
Efeitos das variações das taxas de câmbio	-	-
Aumento (diminuição) líquida de caixa e equivalentes	(825.417)	3.329.664
Caixa e seus equivalentes no início do período	8.679.756	5.350.092
Caixa e seus equivalentes no final do período	7.854.339	8.679.756
Nota	-	-
Componentes de caixa e equivalentes no final do período	-	-
Caixa	176.776	179.338
Saldo em caixa em bancos centrais	7.548.434	8.388.867
Outros depósitos à ordem	129.129	111.551
Menos: Descobertos bancários reembolsáveis à vista	-	-

Cecabank, S.A. e Subsidiárias que integram o Grupo Cecabank

Relatório de gestão consolidado correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

1. Introdução, bases de apresentação das contas anuais consolidadas e outra informação

1.1. Introdução

O Cecabank, S.A. (o “Banco” ou a “Entidade”) é uma entidade financeira constituída a 17 de outubro de 2012 mediante escritura pública perante o Notário Manuel Richi Alberti. O Banco está registado desde o dia 12 de novembro de 2012 no Registo Comercial e no Registo de entidades financeiras do Banco de Espanha com o código 2000.

Com a entrada em vigor no dia 4 de novembro de 2014 do Mecanismo Único de Supervisão (“MUS”), o Banco Central Europeu (“BCE”) assumiu a função de supervisão das instituições de crédito europeias, onde se encontra o Banco. O MUS é um sistema de supervisão bancária constituído pelo BCE e pelos supervisores nacionais (o Banco de Espanha, no caso espanhol). No caso do Banco, o BCE tem as funções de determinar e vigiar a aplicação dos critérios de supervisão, em cooperação estreita com o Banco de Espanha, de forma que cabe ao Banco de Espanha a realização da supervisão direta do Banco, exercendo o BCE uma supervisão indireta como o órgão responsável em última instância pelo funcionamento do MUS.

A sede social do Banco está situada em Madrid, no número 27 da Calle Alcalá. Na sede social do Banco e na sua página web corporativa (www.cecabank.es) podem ser consultados os estatutos sociais do Banco bem como outra informação legal relevante.

A Confederação Espanhola de Cajas de Ahorros (a “CECA”) detém 89% do capital social do Banco, como consequência da operação de segregação da totalidade do património, com exceção de determinados ativos e passivos vinculados à obra social, à criação de um banco, o Cecabank, S.A., banco este que assumiu a totalidade dos direitos e obrigações que mantinha a CECA até esse momento.

Deste modo, o Banco (e o Grupo Cecabank) está, por sua vez, integrado no Grupo liderado pela Confederação Espanhola de Cajas de Ahorros, com o qual realiza, juntamente com os seus associados, que são também acionistas do Banco, um volume significativo de transações.

O Cecabank, S.A. é especializado em *Securities Services*, que inclui o depósito de fundos de investimento e planos de pensões, a custódia de valores e outros ativos financeiros, bem como a execução e liquidação de operações relacionadas com esses ativos.

Os estatutos do Banco determinam as atividades a desenvolver, constituindo o seu objeto social:

- a. A realização de todo o tipo de atividades, operações e serviços próprios do negócio da banca em geral ou relacionados direta ou indiretamente com esta ou que lhe estejam permitidas pela legislação em vigor, incluindo a prestação de serviços de investimento e auxiliares e a realização de atividades de mediação de seguros;
- b. A prestação de serviços administrativos e de aconselhamento às Administrações Públicas, bem como qualquer outra entidade pública ou privada; e

c. A aquisição, detenção, administração ou alienação de todo o tipo de valores mobiliários.

A 31 de Dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Grupo Cecabank (o "Grupo" ou o "Grupo Cecabank") incluía o Cecabank, S.A. como líder do Grupo e a Trionis (sociedade subsidiária).

No Anexo I, está incluída informação financeira relevante sobre estas sociedades a 31 de dezembro de 2022 e 2021. Da mesma forma, na Nota 3 apresenta-se um resumo das demonstrações financeiras do Banco do exercício de 2022 onde está incluída informação comparativa do exercício de 2021. A 31 de dezembro de 2022 e 2021, nenhuma entidade associada ou coligada integrava o Grupo.

Desta forma, o Cecabank S.A. oferece aos seus clientes uma cobertura internacional, principalmente na atividade de pagamentos através de duas alavancas: a Rede Exterior e a Rede de Correspondentes.

A Rede Exterior, com unidades operacionais a 31 de dezembro em Lisboa e de representação em Frankfurt e Londres, tem as seguintes funções:

- Apoio ao plano estratégico da entidade fomentando os seus negócios chave: *Securities Services*, Tesouraria e Pagamentos.
- Conhecimento do mercado e apoio local.
- *Expertise* em processamento de ordens de pagamento fronteiriços relacionados com FX.
- Colaboração com vários organismos pagadores internacionais de pagamento de pensões e gestão de dados para mais de 210 mutualidades internacionais de prestações, pensões, compensações e pagamentos suplementares.
- Papel importante na representação institucional perante organismos europeus.
- Serviços de promoção de comércio exterior (informação sobre os mercados, seleção de relatórios intermediários, relatórios e demandas comerciais, centro de negócio, gestão de cobranças, assessoria jurídica, representação fiscal e recuperação do IVA, missões comerciais, constituição de sucursais e filiais, serviço de visitas a feiras, etc.).

O escritório de representação de Londres foi aberto a 1 de janeiro de 2021, após a receção das autorizações necessárias.

1.2. Bases para a apresentação das contas anuais consolidadas

As contas anuais consolidadas do Grupo no exercício de 2022 foram elaboradas pelos Administradores do Banco, em reunião do Conselho de Administração celebrada no dia 22 de fevereiro de 2023. As demonstrações financeiras do Grupo e do Banco para 2021 foram aprovadas pelos acionistas em Assembleia Geral a 29 de março de 2022. As demonstrações financeiras do Grupo e do Banco para o exercício de 2022 estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral Anual do Banco. No entanto, o Conselho de Administração do Banco acredita que estas demonstrações financeiras consolidadas serão aprovadas sem alterações significativas.

Tendo em consideração a opção contemplada no artigo décimo primeiro da Lei 62/2003, de 30 de dezembro, relativa a medidas fiscais, administrativas e de ordem social relacionadas com o quadro normativo contabilístico aplicável na formulação das contas anuais consolidadas que foram utilizadas pelos Administradores do Banco, as contas anuais consolidadas do Grupo apresentam-se conforme o disposto no quadro de informação financeira aplicável ao Grupo, que está estabelecido pelas Normas Internacionais de Informação financeira adotadas pela União Europeia a 31 de dezembro de 2021 (“NIIF-EU”), tendo em consideração a Circular 4/2017 do Banco de Espanha, de 27 de novembro a instituições de crédito, sobre normas de informação financeira pública e confidencial e modelos de demonstrações financeiras, bem como sucessivas modificações. A Circular 4/2017 constitui o desenvolvimento e adaptação ao setor de instituições de crédito espanholas das Normas Internacionais de Informação Financeira aprovadas pela União Europeia.

As contas anuais consolidadas do Grupo no exercício de 2022 foram elaboradas tendo em consideração a totalidade dos princípios e normas contabilísticas e os critérios de avaliação de aplicação obrigatória que têm um efeito significativo nas mesmas, por forma a mostrar uma imagem fiel do património e da situação financeira consolidada do Grupo a 31 de dezembro de 2022 e dos resultados consolidados das suas operações e dos fluxos de caixa consolidados que ocorreram no Grupo no exercício anual finalizado na referida data, em conformidade com o marco normativo de informação financeira referido no parágrafo anterior, que resulta de aplicação e, em particular, com os princípios e critérios contabilísticas contidos no mesmo.

As contas anuais consolidadas foram elaboradas a partir dos registos de contabilidade mantidos pelo Banco e pelas restantes entidades integradas no Grupo. Não obstante, e dado que os princípios contabilísticos e critérios de avaliação aplicados na preparação das contas anuais consolidadas do Grupo no exercício de 2021 podem diferir dos utilizados por algumas das entidades integradas no mesmo, no processo de consolidação são introduzidos, se for o caso, as adaptações e reclassificações necessárias para homogeneizar entre si tais princípios e critérios e para que estejam adequados às NIIF-UE aplicados pelo Grupo na elaboração das contas anuais consolidadas.

Os princípios e políticas contabilísticas descritas na Nota 2, foram aplicados na preparação de todas as demonstrações financeiras consolidadas que integram estas contas anuais consolidadas.

1.3. Responsabilidade pela informação e estimativas realizadas

A informação contida nas contas anuais consolidadas é da responsabilidade dos Administradores do Grupo.

Na elaboração das contas anuais consolidadas do Grupo correspondentes ao exercício de 2022 foram realizadas determinadas estimativas feitas pelos Administradores para quantificar alguns dos ativos, passivos, receitas, custos e compromissos que estão registados nas mesmas. Basicamente, estas estimativas referem-se a:

- Perdas por imparidade de determinados ativos (ver Notas 2.9, 2.13, 2.14 e 2.16).
- Pressupostos utilizados no cálculo atuarial dos passivos e responsabilidades por benefícios pós-emprego e outras responsabilidades a longo prazo mantidas com os colaboradores (ver Nota 2.11).
- Cálculo de Provisões a constituir, se for o caso, para a cobertura de determinados riscos com origem na atividade do Grupo (ver Notas 2.10 e 2.15).
- A vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis (ver Notas 2.13 e 2.14).
- O justo valor para certos instrumentos financeiros e passivos não cotados (ver Nota 2.2.3).
- Os pressupostos aplicados nas estimativas da probabilidade de geração de receitas futuras que permitam a recuperação dos ativos fiscais diferidos do Grupo (ver Nota 2.12).

1.4. Informação relativa ao exercício de 2021

O Conselho de Administração da Entidade apresenta, para efeitos comparativos com cada um dos números que estão discriminados nestas contas anuais consolidadas, as que correspondem ao exercício de 2021.

1.5. Contratos de agência

O Grupo não manteve em vigor “contratos de agência” nem no fecho do exercício findo em 2022, nem no fecho do exercício findo em 2021 na forma em que estes contratos estão contemplados no artigo 21 do Real Decreto 84/2015, de 13 de fevereiro, no qual se desenvolve a Lei 10/2014, de 26 de junho, relativa à gestão, supervisão e solvência de instituições de crédito.

1.6. Participações no capital de instituições de crédito

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo não detinha nenhuma participação no capital de outras instituições de crédito, nacionais ou estrangeiras, iguais ou superiores a 5% do seu capital e dos seus direitos de voto.

1.7. Impacto ambiental

Dadas as atividades às quais se dedica, o Grupo não gera um impacto significativo no meio ambiente. Contudo, o Cecabank está empenhado na gestão responsável e sustentável dos recursos materiais, promovendo a eficiência no consumo e o impacto no meio social e ambiental, tanto na sua atividade como na sua esfera de influência.

Por este motivo, não é necessário criar qualquer provisão para esta rubrica, pelo que as contas anuais do Banco para 2022 também não divulgam qualquer informação relacionada com este assunto.

1.8. Objetivos, políticas e processos de gestão de capital

A 2 de fevereiro de 2016, foi publicada a Circular 2/2016, do Banco de Espanha, para as instituições de crédito, sob supervisão e solvência, que contempla a adaptação do ordenamento jurídico espanhol à Diretiva 2013/36/UE e ao Regulamento (UE) n.º 575/2013, aplicável ao Grupo, que foi alterada pela Circular 5/2021 de 22 de novembro do Banco de Espanha.

O referido Regulamento comunitário (UE) n.º 575/2013 estabelece normas uniformes que as instituições de crédito devem cumprir relacionadas com: 1) as exigências de recursos próprios regulatórios relativos a elementos de risco de crédito, risco de mercado, risco operacional e risco de liquidação; 2) os requisitos destinados a limitar os grandes riscos; 3) a cobertura de risco de liquidez relativa a elementos plenamente quantificáveis, uniformes e normalizados, uma vez desenvolvidos por um ato delegado pela Comissão; 4) o estabelecimento do rácio de alavancagem, e 5) os requisitos de informação e de divulgação pública.

O referido Regulamento comunitário introduziu uma revisão do conceito dos componentes dos requisitos de recursos próprios regulatórios exigíveis às entidades. Estes estão integrados por dois elementos: o capital de nível 1 (o Tier 1) e o capital de nível 2 (o Tier 2). Por sua vez, o capital de nível 1 corresponde à soma do capital de nível 1 ordinário (o *Common Equity*) e o capital de nível 1 adicional. Por outras palavras, o capital de nível 1 é formado pelos instrumentos capazes de absorver as perdas quando a entidade está em funcionamento, enquanto que os elementos de capital de nível 2 absorvem as perdas fundamentalmente quando a entidade não tenha capacidade para o fazer.

As entidades devem cumprir, de uma forma geral, os seguintes requisitos de fundos próprios:

- i) Uma quota de capital de nível 1 ordinário de 4,5% (CET 1).
- ii) Uma quota de capital de nível 1 (ordinário e adicional) de 6%.
- iii) Uma quota de capital total de 8%.

Adicionalmente a estes requisitos, o Grupo deve ainda cumprir, de acordo com a legislação anteriormente mencionada, os seguintes requisitos de capital:

- Manter uma reserva de conservação de capital de 2,5% do capital de nível 1 ordinário.
- Manter uma reserva de capital anti cíclico que pode chegar até aos 2,5% do capital de nível 1 ordinário. O nível que esta reserva deve alcançar está fixo, desde o ano de 2016, pelas autoridades nacionais com base nas variáveis macroeconómicas, quando se observe um crescimento excessivo do crédito que possa ser uma fonte de risco sistémico. Neste sentido, o Banco de Espanha anunciou no final de 2016 que a reserva anti cíclica devia manter-se a 0% para as exposições ao crédito em Espanha.
- O Grupo não foi designado como entidade sistémica, não lhe tendo sido atribuída uma reserva de capital.

Para além dos requisitos anteriores, a Lei 10/2014, de 26 de junho, relativa à gestão, supervisão e solvência de instituições de crédito, estabelece as competências do Banco de Espanha para solicitar às entidades a manutenção de níveis de recursos próprios superiores aos que foram anteriormente indicados. Neste sentido, a 21 de dezembro de 2022, o Banco de Espanha anunciou ao Cecabank, S.A. que cumprira, em termos gerais, os requerimentos exigidos no artigo 92.1 do Regulamento (UE) nº575/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, sobre os requisitos prudenciais das instituições de crédito e empresas de investimento, fixando à Entidade uma exigência de manutenção de uma quota de capital global consolidado e individual nunca inferior a 10,27% (rácio TSCR) (10,19% comunicados para o exercício de 2021), estando sujeitos igualmente a Entidade e o seu Grupo aos requisitos totais de capital (OCR) tal como estão definidos no parágrafo 1.2 das Diretrizes EBA/GL/2014/13 que incluem, para além do rácio TSCR, o requisito de reservas combinadas, definidas no artigo 43 e seguintes da Lei 10/2014 e legislação complementar.

Este requisito é exigido desde o dia 1 de janeiro de 2023. A 31 de dezembro de 2022, bem como durante o exercício de 2022, o nível de capital consolidado e individual da Entidade e do seu Grupo, era superior ao requisito exigido para esse mesmo exercício.

Os objetivos estratégicos marcados pela Direção do Grupo relacionados com a gestão que se realiza dos recursos próprios são os seguintes:

- Observar sempre a legislação aplicável em matéria de requisitos de recursos próprios mínimos.
- Procurar a máxima eficiência na gestão dos recursos próprios, por forma a que, em conjunto com outras variáveis de rentabilidade e risco, o consumo de recursos próprios seja considerado uma variável fundamental nas análises associadas à tomada de decisões de investimento do Grupo.

Para cumprir estes objetivos, o Grupo dispõe de uma série de políticas e processos de gestão dos recursos próprios, cujas principais diretrizes são:

- Na planificação estratégica e operacional do Grupo, bem como na análise e seguimento das operações do Grupo a que pertence, considera-se um fator fundamental na tomada de decisões, o impacto das mesmas sobre os recursos próprios computáveis do Grupo e a relação entre recursos próprios, rentabilidade e risco.
- Dentro da sua estrutura organizacional, o Grupo dispõe das unidades de seguimento e controlo que analisam permanentemente os níveis de cumprimento da legislação aplicável em matéria de recursos próprios, dispondo de avisos que permitem garantir o cumprimento da legislação aplicável.

Em 20 de maio de 2019 foi aprovado o novo conjunto de medidas que são articuladas através do Regulamento 2019/876 (CRR II) e da Diretiva 2019/878 (CRD V). Como regra geral, está estabelecido que a CRR II deve entrar em vigor a 28 de junho de 2021, exceto algumas disposições que devem entrar em vigor durante o período de tempo que se iniciou no passado dia 1 de janeiro de 2019 e que terminará a 28 de junho de 2023.

Entre estas disposições, destaque para a entrada em vigor no passado dia 27 de junho de 2019 das principais alterações em matéria de fundos próprios, deduções de capital, risco de crédito standard, IRB e autorizações. A 27 de junho de 2019 entrou em vigor a CRD V, que ainda não pode ser aplicada, dado que os Estados-Membros tinham até 28 de dezembro de 2020 para fazer a sua transposição aos ordenamentos jurídicos nacionais. A CRD V introduz alterações significativas tais como a regulamentação do Pilar 2G (*'guidance'*).

A gestão que o Grupo realiza dos seus recursos próprios ajusta-se, no que respeita às definições conceptuais, ao que vem disposto no Regulamento (UE) n.º 575/2013. Para garantir o cumprimento dos objetivos anteriormente indicados, o Grupo realiza uma gestão integrada destes riscos, de acordo com as políticas e processos antes indicados.

O capital de nível 1 ordinário do Banco e o capital de nível 1 ordinário somados ao adicional ascendem a 31 de dezembro de 2022 a 793.720 milhares de euros, em ambos os casos (743.373 milhares de euros a 31 de dezembro de 2021). O capital total nessa data ascende igualmente a 793.720 milhares de euros (743.373 milhares de euros a 31 de dezembro de 2021), o que representa um rácio de solvência de capital de nível 1 e de capital total de 30,79% a 31 de dezembro de 2022 (30,09% a 31 de dezembro de 2021), acima dos mínimos requeridos.

O capital de nível 1 ordinário, inclui, basicamente, o capital, o prémio de emissão, as reservas do Grupo líquido das deduções (ativo intangível) e o lucro não-distribuível do ano.

1.9. Coeficiente de reservas mínimas

Ao longo dos exercícios de 2022 e 2021, o Banco, única entidade do Grupo sujeita a este requisito, cumpria os mínimos exigidos para este coeficiente pela legislação aplicável.

O montante em caixa que o Banco detinha na conta do Banco de Espanha para estes efeitos ascende a 7.548.434 e 8.388.867 milhares de euros a 31 de dezembro de 2022 e 2021, respetivamente (ver Nota 7). Este coeficiente calcula-se sobre a média de saldos finais do dia detidos pelo Grupo nessa conta, durante o período de manutenção.

1.10. Fundo de garantia de depósitos e Fundo Único de Resolução

a) Fundo de garantia de depósitos

O Grupo está integrado no Fundo de Garantia de Depósitos (“FGD”). A contribuição anual a realizar pelas entidades para este fundo, estabelecida pelo Real Decreto-lei 16/2011, de 14 de outubro, que dá origem ao FGD, de acordo com a redação dada pelo artigo décimo da Lei 11/2015, de 18 de junho, relativa à recuperação e resolução de instituições de crédito e empresas de serviços de investimento (em vigor desde 20 de junho de 2015), é determinada pela Comissão Gestora do FGD, e é determinada em função dos depósitos garantidos de cada entidade e do seu perfil de risco.

A finalidade do FGD é garantir os depósitos em instituições de crédito até ao limite contemplado no referido Real Decreto-lei. Para cumprir os objetivos, o FGD alimenta-se das referidas contribuições anuais, contribuições extraordinárias feitas pelo Fundo entre as entidades que aderiram ao mesmo e dos recursos captados nos mercados de valores, empréstimos e quaisquer outras operações de endividamento.

Tendo em conta o já mencionado e para reforçar o património do FGD, o Real Decreto-lei 6/2013 de 22 de março, relativo à proteção dos titulares de determinados produtos de poupança e investimento e outras medidas de carácter financeiro (em vigor desde 24 de março de 2013), estabeleceu uma contribuição extraordinária equivalente a 3 por mil dos depósitos das entidades a 31 de dezembro de 2012. Esta contribuição foi concedida em duas parcelas:

- i) Dois quintos a pagar durante o prazo de vinte dias úteis desde 31 de dezembro de 2013. O Banco pagou esta contribuição nos primeiros dias de janeiro de 2014, que ascendeu a 7 milhares de Euros.
- ii) Três quintos a pagar durante o prazo máximo de sete anos e de acordo com o calendário de pagamentos fixado pela Comissão Gestora do FGD. Neste sentido, de acordo com o calendário de contribuições aprovado pela Comissão Diretiva do FGD, o Grupo pagou um sétimo desta segunda tranche no dia 30 de setembro de 2014, aprovando a Comissão Diretiva a 17 de dezembro de 2014, que a parte restante dessa segunda tranche seria feita mediante 2 pagamentos, a 30 de junho de 2015 e a 30 de junho de 2016, que se tornaram efetivas nessas datas.

Adicionalmente, a Comissão Gestora do FGD, na sessão de 4 de maio de 2022, ao abrigo do disposto no artigo sexto do Real Decreto-lei 16/2011 de 14 de outubro, que dá origem ao FGD, e no artigo terceiro do Real Decreto 2606/1996, de 20 de dezembro, sobre fundos de garantia de depósitos de instituições de crédito, fixou as contribuições anuais das entidades anexas ao FGD correspondentes ao exercício de 2021 nos seguintes termos:

- a. A contribuição anual total do conjunto das entidades aderentes à repartição de garantia de depósitos do FGD fixou-se em 1,75/1.000 da base de cálculo, constituída pelos depósitos em numerário garantidos segundo indica o parágrafo 2.a) do artigo terceiro do Real Decreto 2606/1996 existente a 31 de dezembro de 2021, sendo calculada a contribuição de cada entidade em função do montante dos depósitos garantidos e do seu perfil de risco.
- b. A contribuição anual das entidades aderentes à repartição de garantia de depósitos do FGD fixou-se em 2/1.000 da base de cálculo, constituída por 5/100 do montante dos valores garantidos segundo indica o parágrafo 2.b) do artigo terceiro do Real Decreto 2606/1996 existente a 31 de dezembro de 2022.

As contribuições emitidas a este organismo no exercício de 2022 ascendeu a 154 milhares de euros (230 milhares de euros no exercício de 2021), que se encontram registados na rubrica “Outros custos/custos de exploração” na conta de resultados desse exercício em anexo.

b) Fundo Único de Resolução

Em março de 2014, o Parlamento e o Conselho Europeu chegaram a um acordo político para a criação do segundo pilar da União bancária, o Mecanismo Único de Resolução (“MUR”). O principal objetivo do MUR é garantir que as quebras dos bancos que possam surgir no futuro da União bancária sejam geridas de forma eficiente, com custos mínimos para o contribuinte e para a economia real. O âmbito de atuação do MUR é idêntico ao do MUS, ou seja, uma autoridade central, o Conselho Único de Resolução (“CUR”), é a responsável final da decisão de iniciar a resolução de um banco, enquanto a decisão operacional é aplicada em cooperação com as autoridades nacionais de resolução. O CUR iniciou o seu trabalho como organismo autónomo da UE a 1 de janeiro de 2015.

As normas que regem a União bancária consistem em assegurar que sejam, em primeiro lugar, os bancos e os seus acionistas os que devem financiar as resoluções e, se for necessário, também parcialmente os credores do banco. Não obstante, também existe outra fonte de financiamento onde se pode recorrer se as contribuições dos acionistas e dos credores do banco não forem suficientes. Trata-se do Fundo Único de Resolução (“FUR”), administrado pelo CUR. A legislação estabelece que os bancos deverão pagar as contribuições ao FUR ao longo de oito anos.

Neste sentido, a 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o Regulamento (UE) 806/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de julho de 2014, em virtude do qual o CUR substituiu as Autoridades Nacionais de Resolução na gestão dos instrumentos de financiamento de mecanismos de resolução de instituições de crédito e determinadas empresas de serviços de investimento no âmbito do MUR. Como consequência, o CUR assumiu a função sobre a Administração do FUR bem como o cálculo das contribuições ex - ante que correspondem às entidades dentro do seu âmbito de aplicação.

O CUR realiza o cálculo das contribuições a pagar por cada entidade em conformidade com a informação enviada a cada entidade mediante um formulário oficial para o cálculo da contribuição ex - ante. O valor é o resultado da aplicação da metodologia de cálculo especificada no Regulamento Delegado 2015/63 da Comissão de 21 de outubro de 2014, de acordo com as condições uniformes de aplicação explicitadas no Regulamento de Implementação do Conselho 2015/81 de 19 de dezembro de 2014.

O nível objetivo para o conjunto de contribuições foi estabelecido em um oitavo de 1,05% da média trimestral dos depósitos cobertos na eurozona de 2015, resultando num objetivo de contribuição para o Fundo a nível europeu de 7.008 milhões de Euros em 2016. O artigo 69 do Regulamento UE 806/2014 estabelece que os recursos financeiros disponíveis do Fundo (pelo menos 1% dos depósitos cobertos) devem alcançar-se num período de 8 anos a partir de 1 de janeiro de 2016.

O Regulamento de Implementação do Conselho 2015/81 estipula no artigo 8.1, que 60% das contribuições são calculadas sobre uma base nacional, enquanto que os 40% restantes são calculados sobre uma base comum a todos os Estados/Membros participantes.

A despesa contraída pelo Banco para a contribuição realizada ao Fundo Único de Resolução no exercício de 2022, ascendeu a 9.390 milhares de euros (6.950 milhares de euros no exercício de 2021) e encontra-se registado na rubrica “Outros custos/custos de exploração” da conta de resultados consolidados anexa (ver Nota 37 “Outros custos/custos de exploração”).

1.11. Alterações em critérios contabilísticos

Não ocorreram alterações nos critérios contabilísticos durante o exercício de 2022. As alterações que ocorreram relativamente à nova legislação que o Grupo aplica, constam na secção 1.12 que se segue.

1.12. Principais alterações normativas ocorridas no período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2022

1.12.1. Novas Circulares do Banco de Espanha

Apresenta-se de seguida um resumo das principais Circulares do Banco de Espanha que tiveram impacto na Entidade no exercício de 2022.

Circular do Banco de Espanha 2/2022 de 15 de março que altera a Circular do Banco de Espanha 2/2015 de 22 de maio sobre as regras de envio de estatísticas de sistemas de pagamento e de pagamentos ao Banco de Espanha.

O principal objetivo desta Circular é estabelecer regras sobre o procedimento para o fornecimento de informação estatística, a periodicidade da informação e o poder do Banco de Espanha de isentar certos agentes inquiridos do cumprimento das obrigações de informação estatística.

Circular 3/2022 do Banco de Espanha de 30 de março que altera a Circular 2/2016 de 2 de fevereiro relativa às instituições de crédito sobre supervisão e solvabilidade, a Circular 2/2014 de 31 de Janeiro relativa às instituições de crédito sobre o exercício de diversas opções regulamentares e a Circular 5/2012 de 27 de Junho relativa às instituições de crédito e prestadores de serviços de pagamento sobre a transparência dos serviços bancários e a responsabilidade na concessão de empréstimos.

1.12.2. Modificação e adoção de novas Normas Internacionais de Informação Financeira e interpretações emitidas

As políticas contabilísticas utilizadas na preparação das contas anuais consolidadas correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são as mesmas que as aplicadas nas contas anuais consolidadas do exercício anual findo em 31 de dezembro de 2021, exceto as normas e interpretações que entraram em vigor para aplicação na União Europeia, que se aplicam aos exercícios iniciados a partir do dia 1 de janeiro de 2022 e que são os seguintes:

NIC 16 (Modificação) "Bens, instalações e equipamento: quantidades recebidas antes do uso pretendido":

É proibido deduzir do custo de um item do ativo fixo tangível qualquer receita da venda de itens produzidos enquanto a entidade prepara o ativo para o seu uso pretendido. As receitas da venda de tais amostras, juntamente com os custos de produção, são agora reconhecidas nos lucros ou prejuízos. A alteração também esclarece que uma entidade está a testar se o bem está a funcionar corretamente quando avalia o desempenho técnico e físico do bem. O desempenho financeiro do ativo não é relevante para esta avaliação. Por conseguinte, um ativo pode ser capaz de funcionar como pretendido pela administração e estar sujeito a depreciação antes de ter atingido o nível de desempenho operacional esperado pela administração.

A entrada em vigor desta norma de 1 de janeiro de 2022 não teve impacto significativo nas contas anuais consolidadas.

NIC 37 (Modificação) " Contratos por interesse pecuniário: custos de execução de um contrato "

A modificação explica que o custo direto do cumprimento de um contrato compreende os custos incrementais do cumprimento desse contrato e uma atribuição de outros custos diretamente relacionados com a execução dos contratos. Esclarece também que antes de fazer uma provisão separada para um contrato oneroso, uma entidade deve reconhecer qualquer perda por imparidade que tenha ocorrido nos ativos utilizados para cumprir o contrato, e não nos ativos dedicados a esse contrato.

A entrada em vigor desta norma de 1 de janeiro de 2022, não teve impacto significativo nas contas anuais consolidadas.

NIIF 3 (Modificação) " Referência ao Quadro Conceptual ":

A NIIF 3 foi atualizada para se referir ao Quadro Conceptual de 2018 para determinar o que constitui um ativo ou um passivo numa combinação de negócios (anteriormente referia-se à MC de 2001). Além disso, foi acrescentada uma nova exceção na NIIF 3 para passivos e passivos contingentes.

A entrada em vigor desta norma de 1 de janeiro de 2022, não teve impacto significativo nas contas anuais consolidadas.

Melhoramentos anuais das NIIF. Ciclo 2018 - 2020

As modificações alteram as NIIF 1, NIIF 9, NIIF 16 e NIC 41 e aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022. As principais alterações dizem respeito a:

- NIIF 1 "Adoção pela primeira vez das NIIF": a NIIF 1 permite uma isenção se uma subsidiária adotar as NIIF numa data posterior à sua empresa-mãe. Esta emenda permite que as entidades que tenham adotado esta isenção possam também medir as diferenças de conversão cumulativas utilizando os montantes transportados pela empresa-mãe com base na data de transição da empresa-mãe para as NIIF.
- NIIF 9 " Instrumentos financeiros": A modificação incide sobre quais os custos que devem ser incluídos no teste de 10% de desreconhecimento de responsabilidades financeiras. Os custos ou taxas poderiam ser pagos a terceiros ou ao credor. De acordo com a emenda, os custos ou taxas pagos a terceiros não devem ser incluídos no teste dos 10%.
- NIC 41 "Agricultura": Esta alteração elimina o requisito de excluir os fluxos de caixa para tributação ao medir o justo valor ao abrigo da NIC 41.

Normas, modificações e interpretações emitidas não vigentes

Na data da elaboração destas contas anuais, as seguintes são as normas e interpretações mais significativas que tinham sido publicadas pelo IASB mas que não tinham entrado em vigor, ou porque a sua data de efetividade era posterior à data das contas anuais consolidadas, ou porque não tinham ainda sido adotadas ao nível da União Europeia:

Novas normas, modificações e interpretações

Aprovadas para utilização na União Europeia

NIIF 17 "Contratos de seguros"	A NIIF 17 substitui a NIIF 4 "Contratos de seguros", o que permitiu uma grande variedade de práticas contabilísticas. A nova norma altera fundamentalmente a contabilidade de todas as entidades que emitem contratos de seguro e contratos de investimento com componentes de participação discricionária. Em junho de 2020, o IASB alterou a norma, desenvolvendo emendas e clarificações específicas destinadas a facilitar a implementação da nova norma, embora os princípios fundamentais da norma tenham permanecido inalterados. Não se espera que a entrada em vigor desta norma tenha um impacto material nas demonstrações financeiras consolidadas em períodos futuros.	1 de janeiro de 2023
--------------------------------	---	----------------------

Novas normas, modificações e interpretações

<p>NIIF 17 (Modificação) "Aplicação inicial da NIIF 17 e NIIF 9 - Informação Comparativa"</p>	<p>O IASB publicou uma emenda à NIIF 17 que introduz modificações de âmbito limitado aos requisitos de transição da IFRS 17 "Contratos de Seguro", e não afeta quaisquer outros requisitos da NIIF 17. A NIIF 17 e a NIIF 9 "Instrumentos Financeiros" têm requisitos de transição diferentes. Para algumas seguradoras, estas diferenças podem resultar em assimetrias contabilísticas pontuais entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa que apresentam nas suas demonstrações financeiras quando aplicam a NIIF 17 e a NIIF 9 pela primeira vez. A alteração ajudará as seguradoras a evitar estas assimetrias e, por conseguinte, a melhorar a utilidade da informação comparativa para os investidores.</p> <p>Não se espera que a entrada em vigor desta norma tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em exercícios futuros.</p>	<p>1 de janeiro de 2023</p>
<p>NIC 1 (Modificação) "Divulgação das políticas contabilísticas"</p>	<p>A NIC 1 foi modificada para melhorar as divulgações sobre políticas contabilísticas a fim de fornecer informações mais úteis aos investidores e outros utilizadores primários das demonstrações financeiras.</p> <p>Não se espera que a entrada em vigor desta norma tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em exercícios futuros.</p>	<p>1 de janeiro de 2023</p>
<p>NIC 8 (Modificação) "Definição de estimativas contabilísticas"</p>	<p>A NIC 8 foi modificada para ajudar a distinguir entre alterações nas estimativas contabilísticas e alterações nas políticas contabilísticas.</p> <p>Não se espera que a entrada em vigor desta norma tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em exercícios futuros.</p>	<p>1 de janeiro de 2023</p>
<p>NIC 12 (Modificação) "Imposto diferido relativo a ativos e passivos resultantes de uma única transação"</p>	<p>Em determinadas circunstâncias ao abrigo da NIC 12, as empresas estão isentas de reconhecer impostos diferidos quando reconhecem ativos ou passivos pela primeira vez ("isenção do reconhecimento inicial"). Anteriormente, havia alguma incerteza sobre se a isenção se aplicava a transações tais como arrendamentos e obrigações de desmantelamento, transações para as quais tanto um ativo como um passivo são reconhecidos no reconhecimento inicial. A alteração esclarece que a isenção não se aplica e que existe, portanto, uma obrigação de reconhecer impostos diferidos sobre tais transações.</p> <p>Não se espera que a entrada em vigor desta norma tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em exercícios futuros.</p>	<p>1 de janeiro de 2023</p>

Não aprovadas para utilização na União Europeia

<p>NIIF 10 (Modificação) e NIC 28 (Modificação) "Venda ou contribuição de Ativos entre um investidor e os seus associados ou empreendimentos conjuntos":</p>	<p>Estas modificações clarificam o tratamento contabilístico das vendas e contribuições de Ativos entre um investidor e as suas associadas e empreendimentos conjuntos, dependendo se os Ativos não monetários vendidos ou contribuídos para uma associada ou empreendimento conjunto constituem um "negócio". O investidor reconhece o ganho ou perda total quando os ativos não monetários constituam um "negócio". Se os Ativos não corresponderem à definição de um negócio, o investidor reconhece ganhos ou perdas na medida dos interesses de outros investidores. As emendas aplicam-se apenas quando um investidor vende ou contribui com ativos para a sua associada ou negócio conjunto.</p> <p>Não se espera que a entrada em vigor desta norma tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em exercícios futuros.</p>	<p>Uma revisão mais ampla que pode dar origem à simplificação da contabilidade destas transações e de outros aspetos da contabilidade das associadas e dos negócios conjuntos.</p>
<p>NIIF 16 (Modificação) "Responsabilidade de <i>leasing</i> numa venda e <i>leasing</i> de uma venda"</p>	<p>A NIIF 16 incluía requisitos sobre como contabilizar uma venda e relocação financeira na data em que a transação se realiza. Contudo, não especificava como contabilizar a transação após essa data. Esta emenda explica como uma entidade deve contabilizar uma venda e relocação financeira após a data da transação.</p>	<p>A data efetiva destas alterações é 1 de janeiro de 2024, embora a adoção precoce seja permitida. A modificação está pendente de aprovação pela União Europeia.</p>

Novas normas, modificações e interpretações

<p>NIC 1 (Modificação) “Passivos não correntes com condições (“acordos”)</p>	<p>O IASB emitiu uma alteração à NIC 1 “Apresentação de Demonstrações Financeiras” em resposta às preocupações levantadas sobre a aplicação das alterações anteriores à NIC 1 (em Janeiro e Julho de 2020) em relação à classificação dos passivos como correntes ou não correntes, que teria sido efetiva para períodos com início em ou após 1 de Janeiro de 2023.</p> <p>A nova modificação visa melhorar a informação fornecida quando o direito de diferir o pagamento de um passivo está sujeito ao cumprimento de condições (“acordos”) no prazo de doze meses após o período abrangido pelo relatório.</p>	<p>A nova alteração entra em vigor para os exercícios financeiros com início em ou após 1 de janeiro de 2024 e anula as alterações anteriores. É permitida a aplicação antecipada da modificação, embora a aprovação por parte da União Europeia esteja pendente.</p>
--	--	---

2. Princípios e políticas contabilísticas e critérios de avaliação aplicados

Na elaboração das contas anuais consolidadas do Grupo correspondentes ao exercício de 2022, foram aplicados os seguintes princípios e políticas contabilísticas e critérios de avaliação:

2.1. Princípios de consolidação

2.1.1. Subsidiárias

Consideram-se “subsidiárias” aquelas sobre as que o Grupo tem capacidade de exercer controlo, capacidade esta que se manifesta geralmente, embora não exclusivamente, pela propriedade por parte do Banco, direta ou indireta, de mais de 50% dos direitos de voto das entidades participadas ou, sendo esta percentagem inferior ou nula, se a existência de outras circunstâncias ou acordos concedem ao Banco o controlo.

Conforme o disposto na NIIF 10 “Estados financeiros consolidados”, uma entidade controla outra entidade participada quando, pela sua participação nela, está exposta ou tem direito a rendimentos voláteis e tem a capacidade de influenciar esses rendimentos através do poder que exerce sobre a participada.

No Anexo I deste relatório de contas consolidadas há informação relevante disponível sobre estas sociedades.

As contas anuais das entidades do grupo consolidam-se por aplicação do método da integração global tal como definido na NIIF 10. Como consequência, no processo de consolidação foram aplicados os seguintes critérios, entre outros:

1. Todos os saldos e transações significativas entre as sociedades consolidadas, bem como os resultados significativos por operações internas não realizadas perante terceiros, foram eliminados do processo de consolidação.
2. O valor da participação dos sócios minoritários no capital e nos resultados das sociedades dependentes estão apresentados no capítulo “Participações Minoritárias” do passivo do balanço consolidado e no capítulo “Resultado atribuível a Participações Minoritárias” da demonstração de resultados consolidada, respetivamente, no caso de existirem.
3. A variação ocorrida desde o momento de aquisição nos ativos líquidos das sociedades dependentes consolidadas, que não seja atribuível aos resultados do exercício ou a variações nos ajustes por avaliação, é registada na rubrica “Outras Reservas” de balanço consolidado.
4. A consolidação dos resultados gerados pelas subsidiárias adquiridas num exercício realiza-se tomando apenas em consideração os correspondentes ao período compreendido entre a data de aquisição e o fecho desse exercício. Paralelamente, a consolidação dos resultados gerados pelas sociedades

dependentes alienadas num exercício faz-se tomando em consideração, apenas, os relativos ao período compreendido entre o início do exercício e o fecho da alienação.

2.1.2. Negócios conjuntos

Consideram-se “negócios conjuntos” aqueles que se encontram submetidos ao controlo conjunto por 2 ou mais entidades denominadas “participantes” mediante um acordo onde nenhum participante controla individualmente a sociedade, mas sim em conjunto com as restantes, o que pressupõe que o poder de decisão sobre as atividades relevantes requer o consentimento unânime das participadas que partilham o controlo.

Os interesses em negócios conjuntos avaliam-se pelo método de equivalência definido na NIC 28.

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo não tinha, nem tinha tido durante esses exercícios, participações em negócios conjuntos.

2.1.3. Entidades associadas

Consideram-se entidades associadas aquelas sociedades sobre as quais o Grupo tem, se for o caso, capacidade para exercer uma influência significativa, ainda que não detenha o controlo conjunto. Habitualmente, esta capacidade manifesta-se numa participação (direta ou indireta) igual ou superior a 20% dos direitos de voto da entidade participada.

Em termos gerais, as entidades associadas são avaliadas pelo método de equivalência, definido na NIC 28. Não obstante ao disposto anteriormente, as participações em entidades associadas, que cumpram as condições para serem classificadas com ativos não correntes em venda, apresentam-se e, se for o caso, registam-se na rubrica “Ativos não correntes e grupos alienáveis classificados como mantidos para a venda” no balanço consolidado, e são avaliados conforme os critérios aplicáveis a estes ativos (ver Nota 2.16).

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo não tinha, nem tinha tido durante os referidos exercícios, nenhuma participação classificada em entidades associadas.

2.2. Instrumentos financeiros - Registo inicial, desreconhecimento, definição do justo valor e do custo amortizado, categorias de classificação e avaliação dos ativos e passivos financeiros

2.2.1. Registo inicial de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registam-se inicialmente no balanço consolidado quando o grupo é parte integrante do contrato que lhes dá origem, de acordo com as condições desse contrato. Em concreto, os instrumentos de dívida, tais como os empréstimos e adiantamentos e os depósitos em numerário, registam-se desde a data em que surge o direito legal a receber ou a obrigação legal de pagar, respetivamente, efetivo. Assim, os derivados financeiros, com caráter geral, registam-se na data da contratação.

As operações de compra e venda de ativos financeiros efetuadas mediante contratos convencionais, entendidos como aqueles contratos onde as obrigações recíprocas das partes devem consumir-se dentro de um período estabelecido pela regulação ou pelas convenções de mercado e que não podem ser liquidadas por diferenças, tais como as transações em bolsa ou as compras e vendas a prazo de divisas, são registadas desde a data na qual os benefícios, riscos, direitos e deveres inerentes a todos os proprietários sejam da parte compradora, que, dependendo do tipo de ativo financeiro comprado ou vendido, pode ser a data de contratação ou a data de liquidação ou entrega. Em particular, as operações realizadas no mercado à vista, as operações realizadas com instrumentos de capital próprio negociados em mercados secundários de valores espanhóis e as operações realizadas com títulos da dívida negociados em mercados secundários de valores espanhóis são registados na data de liquidação ou entrega.

2.2.2. Desreconhecimento dos instrumentos financeiros

Um ativo financeiro é desreconhecido do balanço consolidado quando ocorra alguma das seguintes situações:

- Os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa que geram expiraram; ou
- É transferido o ativo financeiro e são transmitidos substancialmente os seus riscos e benefícios, ou ainda que não exista nem transmissão nem retenção substancial dos mesmos, transfere-se o controle do ativo (ver Nota 2.8).

Por outro lado, um passivo financeiro é anulado do balanço consolidado quando estejam extintas as obrigações que gera ou quando volta a ser adquirido por parte do Grupo, bem como quando existe a intenção de voltar a reposicioná-lo, bem como a intenção de o cancelar.

2.2.3. Justo valor e custo amortizado dos instrumentos financeiros

Entende-se por justo valor de um instrumento financeiro numa determinada data o montante pelo qual pode ser comprado ou vendido nessa data entre as duas partes, devidamente informadas, numa transação realizada em condições de independência mútua. A referência mais objetiva e habitual do justo valor de um instrumento financeiro é o preço que se paga pelo mesmo num mercado organizado, transparente e profundo (“cotação atual” ou “preço de mercado”).

Quando não existe preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, para estimar o justo valor, recorreremos ao que foi estabelecido em transações recentes de instrumentos análogos e, na sua ausência, a modelos de avaliação suficientemente contrastados pela comunidade financeira, sendo tidas em consideração as peculiaridades específicas do instrumento a avaliar e, muito especialmente, os diferentes tipos de risco associados a esse instrumento.

Em concreto, o justo valor dos derivados financeiros negociados em mercados organizados, transparentes e profundos, incluídos na carteira mantida para negociar, caso existam, é equiparada à cotação diária e se, por razões excepcionais, não pode ser estabelecida a cotação numa data concreta, recorreremos à avaliação através de métodos semelhantes aos utilizados para avaliar os derivados não negociados em mercados organizados.

O justo valor dos derivados não negociados em mercados organizados ou negociados em mercados organizados pouco profundos ou transparentes equipara-se à soma dos fluxos de caixa futuros com origem no instrumento, descontados na data da avaliação (“valor atual” ou “fecho teórico”), sendo utilizados no processo de avaliação métodos reconhecidos pela comunidade financeira: “valor atual líquido” (VAL), modelos de determinação de preços de opções, entre outros.

Por outro lado, entende-se por custo amortizado o custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro corrigido pelos reembolsos de capital e de juros e, mais ou menos, conforme o caso, a parte imputada na conta de demonstração de resultados, mediante a utilização do método da taxa de juro efetiva, da diferença entre o montante inicial e o valor de reembolso desse instrumento financeiro. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, para além disso, as correções desse valor motivadas pela deterioração que tenham sofrido posteriormente à aquisição.

O Grupo tem contratadas, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, diversas operações de repos (ver Nota 10) que, aquando do seu vencimento, devem devolver aos devedores a titularidade dos valores que constituem garantia das mesmas. A 31 de dezembro de 2022 e 2021, o justo valor dos títulos recebidos como garantia para estas operações com repos de ativos não difere de maneira significativa do valor contabilístico destas operações.

A taxa de juro efetiva é a taxa de atualização que iguala exatamente o valor inicial de um instrumento financeiro ao valor atual da totalidade dos fluxos de caixa estimados por todos os conceitos durante a sua vida residual, sem considerar perdas por risco de crédito futuras. Para os instrumentos financeiros com taxa de juro fixa, a taxa de juro efetiva coincide com a taxa de juro contratual estabelecida no momento da sua aquisição ou contratação, ajustado, se for o caso, pelas comissões, prémios, descontos e pelos custos de

transação a incluir no cálculo dessa taxa de juro efetiva. Nos instrumentos financeiros à taxa de juro variável, a taxa de juro efetiva estima-se de maneira semelhante às operações com taxa de juro fixa, sendo recalculada em cada data de revisão da taxa de juro contratual da operação, atendendo às mudanças que tenham sofrido os fluxos de caixa futuros do mesmo.

2.2.4. Classificação e avaliação dos ativos e passivos financeiros

Conforme a NIIF 9, a classificação dos ativos e passivos financeiros realiza-se sobre a base do modelo de negócio estabelecida pelo Grupo para sua gestão e considerando as características dos fluxos de caixa contratuais, definidos da seguinte forma:

- O modelo de negócio para a gestão dos ativos financeiros é a forma em que o Grupo gere de maneira conjunta os grupos de ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. Esse modelo pode consistir em: manter os ativos financeiros para permitir fluxos de caixa contratuais, na venda de desses ativos ou numa combinação de ambos.
- As características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros, que podem ser aqueles instrumentos cujas condições contratuais dão lugar, em datas especificadas, a fluxos de caixa e consistem apenas em pagamentos de capital e de juros sobre o montante de capital pendente, comumente conhecidos como “*Critério de pagamento único de capital e juros (SPPI)*” - ou aqueles que não cumprem essas condições.

a. Modelos de negócio

Existem três tipos de modelos de negócio em função do tratamento de fluxos de caixa para instrumentos financeiros:

- **Custo amortizado - cobrança de fluxos de caixa contratuais:** Consistente em manter ativos com o objetivo de cobrar os fluxos de caixa contratuais (juros) durante a vida do instrumento.
- **Misto - cobrança de fluxos de caixa contratuais e venda de ativos financeiros:** O modelo de negócio misto consiste em manter os ativos com o objetivo de cobrar fluxos de caixa contratuais, bem como realizar a venda dos ativos financeiros.
- **Negociação - venda de ativos financeiros:** O modelo de negócio consiste na realização de compras e vendas ativas. O Grupo toma decisões com base no justo valor dos ativos e administra-os com o objetivo de obter o justo valor.

b. Critérios de SPPI

Os critérios de SPPI consistem em determinar se, de acordo com as características contratuais do instrumento, os fluxos de caixa representam apenas a devolução do capital e dos juros, entendidos basicamente como compensação pelo valor temporal do dinheiro e o risco de crédito do devedor.

A principal função do teste é discriminar que produtos que fazem parte dos modelos de negócio de “cobrança de fluxos de caixa contratuais” e “cobrança de fluxos de caixa contratuais e venda de ativos financeiros” podem ser medidos ao custo amortizado e a justo valor através de outro rendimento integral, respetivamente, ou, pelo contrário, devem ser medidos a justo valor através dos resultados. Os instrumentos financeiros que medem o justo valor através de custos ou proveitos, bem como os instrumentos patrimoniais, não estão sujeitos a esta análise.

Em concreto, um instrumento financeiro classifica-se nas seguintes categorias:

- **Ativos financeiros ao custo amortizado:** apresenta os instrumentos geridos para gerar fluxos de caixa na forma de cobranças contratuais durante a vida dos mesmos e que cumpram os critérios de SPPI.

- **Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral:** apresenta os instrumentos administrados para gerar fluxos de caixa, i) em forma de fluxos de caixa contratuais durante a existência do instrumento e ii) mediante a venda dos instrumentos que cumpram com os critérios de SPPI. Para além disso, registam-se nesta carteira os instrumentos de capital líquido que o Grupo tenha designado voluntariamente ao início e de modo irrevogável.
- **Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados:** engloba os instrumentos administrados para gerar fluxos de caixa mediante a sua venda ou se não cumprem os critérios de SPPI com os modelos de negócio dos parágrafos anteriores. Existem duas categorias para estes ativos:
- **Ativos financeiros detidos para negociação.** São incluídos nesta subcategoria aqueles instrumentos que cumpram uma das seguintes características: i) adquiridos ou emitidos com o objetivo de realização no curto prazo, ii) os que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo e iii) os que são instrumentos derivados que nem cumprem com a definição de contrato de garantia financeira nem são designados como instrumentos de cobertura contabilística.
- **Ativos Financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados:** classificam-se nesta subcategoria os restantes ativos financeiros.

O Grupo pode optar, no momento do reconhecimento inicial e de forma irrevogável, por incluir na rubrica de “ativos financeiros de justo valor através de outro rendimento integral” instrumentos de capital que não devam ser classificados como detidos para negociação. Esta opção deve ser feita caso a caso. Deste modo, no momento inicial e de forma irrevogável, o Grupo pode optar por designar como justo valor através dos resultados, se ao fazê-lo assim elimina ou reduz significativamente alguma incoerência na avaliação ou no reconhecimento (divergência contabilística) que poderia ocorrer de outro modo, da avaliação dos ativos ou passivos, ou do reconhecimento de ganhos e perdas, sobre bases diferentes.

Independentemente da frequência e da importâncias das vendas, certos tipos de vendas não são compatíveis com a categoria de detidos para receber fluxos de caixa contratuais como são: vendas por diminuição de crédito, vendas próximas do vencimento das operações, por forma que as variações nos preços de mercado não tenham um efeito significativo nos fluxos de caixa do ativo financeiro, vendas como resposta a uma alteração na legislação ou na tributação, vendas como resposta a uma reestruturação interna ou concentração de atividades ou vendas derivadas da implementação de um plano de crise de liquidez quando a situação de crise não é esperada.

O Grupo definiu os modelos de negócio e segmentou a carteira de instrumentos financeiros a fim de garantir os critérios de SPPI diferenciando: i) famílias de instrumentos que agrupam produtos totalmente homogêneos (“famílias chapéu de chuva”) por forma a que, testando uma amostra de produtos da carteira, possa extrapolar a conclusão de se cumpre ou não os critérios no resto de produtos da mesma família e ii) produtos que por sua natureza apresentam uma análise individual (“caso a caso”), sobre os que o Grupo efetuou todos os critérios de SPPI.

Não obstante do disposto anteriormente, os instrumentos financeiros que se devam considerar como ativos não correntes e grupos alienáveis de elementos classificados como detidos para venda, estão registados nas demonstrações financeiras conforme os critérios expostos no ponto 2.16 desta Nota.

No que respeita à classificação dos passivos financeiros, incluem-se para efeitos de valorização numa das três carteiras seguintes:

- **Passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados:** estão incluídos nesta categoria os passivos financeiros reconhecidos como tal desde o reconhecimento inicial, em que o justo valor pode ser estimado de maneira fiável, e que cumpram as mesmas condições que para os ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, anteriormente descritos.
- **Passivos financeiros detidos para negociação:** estão incluídos nesta categoria os passivos financeiros emitidos com a intenção de serem readquiridos num futuro próximo ou que formam

parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados ou geridos em conjunto, para os que têm evidências de ações recentes para obter ganhos de curto prazo, as posições curtas de valores resultado das vendas de ativos adquiridos temporariamente com repos não opcionais ou empréstimos recebidos, e os instrumentos derivados não reconhecidos como instrumentos de cobertura.

- **Passivos financeiros ao custo amortizado:** nesta categoria de instrumentos financeiros incluem-se aqueles passivos financeiros que não foram incluídos em nenhuma das categorias anteriores.

2.2.5. Modificação - Reforma Ibor

Reforma dos índices de referência

Durante o ano passado, os setores público e privado trabalharam em conjunto para reformar os índices de referência das taxas de juro do mercado financeiro e avançar para novos índices alternativos. A este respeito, o FSB apelou às entidades do setor financeiro e não financeiro em todas as jurisdições para que prossigam os seus esforços no sentido de uma utilização mais ampla das taxas sem risco, a fim de reduzir a dependência das IBOR (tais como LIBOR, EURIBOR e TIBOR), e em particular para eliminar as dependências remanescentes da *London Interbank Offered Rate* (LIBOR), para a qual publicou um roteiro que estabelece um calendário de ações para as entidades financeiras e não financeiras, a fim de assegurar uma transição ordenada.

Na Europa, a Comissão propôs a alteração das regras da UE em matéria de critérios financeiros de referência. O objetivo das alterações é criar um quadro que permita a aplicação, a pedido da Comissão Europeia, de uma taxa de substituição legal quando uma referência sistemicamente importante como a LIBOR ou outras deixa de ser publicada ou não se torna representativa. Isto reduzirá a incerteza jurídica em relação aos contratos existentes que não contêm índices de substituição adequados e evitará riscos para a estabilidade financeira.

NIIF 9, NIC 39 e NIIF 7 - Modificações - Reforma Ibor Fase I

A Reforma Ibor (Fase 1) refere-se às modificações emitidas pelo IASB à NIIF 9, NIC 39 e NIIF 7 a fim de evitar que algumas coberturas contabilísticas de cobertura tenham de ser descontinuadas no período anterior à reforma das taxas de referência. O Cecabank aplica a NIC 39 para a contabilidade de cobertura.

Nalguns casos e/ou jurisdições, pode haver incerteza sobre o futuro de alguns parâmetros de referência ou sobre o seu impacto nos contratos detidos pela entidade, o que resulta diretamente em incerteza sobre o prazo ou os montantes dos fluxos de caixa do item coberto ou do instrumento de cobertura. Devido a tais incertezas, algumas entidades podem ser forçadas a descontinuar a contabilidade de cobertura ou podem não ser capazes de designar novas relações de cobertura.

Por esta razão, as alterações incluem uma série de simplificações transitórias aos requisitos para a aplicação da contabilidade de cobertura que se aplicam a todas as relações de cobertura que são afetadas pela incerteza resultante da Reforma. Uma relação de cobertura é afetada pela reforma se a reforma criar incerteza sobre o momento ou montante dos fluxos de caixa do instrumento financeiro coberto ou de cobertura referenciado ao *benchmark* específico. As simplificações referem-se aos requisitos sobre transações futuras altamente prováveis em coberturas de fluxo de caixa, sobre a eficácia prospetiva e retrospectiva (isenção do cumprimento do rácio de eficácia de 80%-125%) e sobre a necessidade de identificar a componente de risco separadamente.

Uma vez que o objetivo da modificação é proporcionar exceções temporárias à aplicação de certos requisitos específicos de contabilidade de cobertura, estas exceções devem terminar assim que a incerteza for resolvida ou a cobertura já não existir.

Em 31 de Dezembro de 2022, o Cecabank considera que, em geral, não há incerteza quanto à Euribor, uma vez que foi substituída pela Euribor híbrida com uma metodologia que cumpre as normas exigidas pelos

vários organismos internacionais. No caso do resto dos índices em que existem coberturas contabilísticas, com exceção da Libor USD cuja aplicação está agendada até junho de 2023, não existe qualquer incerteza.

NIIF 9, NIC 39, NIIF 7, NIIF 4 e NIIF 16 - Modificações - Fase II da Reforma Ibor

Em 27 de agosto de 2020, o IASB emitiu a segunda fase da reforma Ibor que envolve modificações à NIIF 9, NIC 39, NIIF 7, NIIF 4 e NIIF 16, para assegurar que as demonstrações financeiras reflitam da melhor forma os efeitos económicos da reforma Ibor. As alterações centram-se na contabilidade dos instrumentos financeiros, uma vez introduzido um novo índice de referência.

As alterações introduzem a simplificação prática da contabilização das alterações nos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros diretamente causadas pela reforma da Ibor, e se ocorrerem num contexto de "equivalência económica", descontando a taxa de juro efetiva do instrumento. Da mesma forma, será aplicada uma simplificação prática à NIIF 16 "Arrendamentos" para arrendatários, quando se contabilizam as alterações nos contratos de arrendamento resultantes da reforma Ibor.

Além disso, introduz uma série de isenções de requisitos de cobertura para que certas relações de cobertura não tenham de ser descontinuadas. No entanto, à semelhança das emendas da fase 1, as emendas da fase 2 não preveem isenções dos requisitos de medição aplicáveis a itens cobertos e instrumentos de cobertura de acordo com a NIIF 9 ou NIC 9. Assim, uma vez implementado o novo referencial, os itens cobertos e os instrumentos de cobertura devem ser medidos de acordo com o novo referencial, e qualquer ineficácia da cobertura será reconhecida nos lucros ou prejuízos. Por outro lado, são também introduzidas várias comunicações.

A transição Ibor é considerada uma iniciativa complexa, afetando o Cecabank em diferentes linhas de negócio, produtos, sistemas e processos. Os principais riscos a que a entidade está exposta pela transição são: (1) risco de litígio relacionado com os produtos e serviços oferecidos; (2) riscos legais decorrentes de alterações na documentação exigida para as operações existentes; (3) riscos financeiros e contabilísticos, decorrentes dos modelos de risco de mercado e da avaliação, cobertura, cancelamento e reconhecimento dos instrumentos financeiros associados aos índices de referência; (4) risco de preços, decorrente da forma como as alterações aos índices podem ter impacto nos mecanismos de fixação de preços de determinados instrumentos; (5) riscos operacionais, uma vez que a reforma pode exigir alterações aos sistemas informáticos, à infraestrutura de informação comercial, aos processos e controlos operacionais; e (6) riscos de conduta decorrentes do impacto potencial das comunicações dos clientes durante o período de transição, que podem resultar em queixas dos clientes, sanções regulamentares ou impacto sobre a sua reputação.

O Grupo criou assim um projeto de transição com uma estrutura de governação firme, com representação da gestão de topo das áreas afetadas.

O projeto de transição teve em conta as diferentes abordagens e prazos para a transição para as novas RFR (taxas sem risco) ao avaliar os riscos económicos, operacionais, legais, financeiros, de reputação ou de conformidade associados à transição, bem como ao definir as linhas de ação para os mitigar. Um aspeto relevante desta transição é o seu impacto nos contratos de instrumentos financeiros referenciados às taxas Libor e EONIA com vencimento após 2021.

A este respeito, no caso da EONIA, a maioria dos contratos será automaticamente alterada a 3 de janeiro de 2022. Do mesmo modo, para alguns contratos, foi renegociada a novação de garantias com vencimento após 2021, por iniciativa do Cecabank em alguns casos e por iniciativa da contraparte em outros, a fim de os adaptar de forma homogénea às operações da contraparte.

O Cecabank já tem novas cláusulas que incorporam o índice €STR como substituto, bem como cláusulas para incorporar este índice como o principal nos novos contratos. No caso da Libor, o Cecabank identificou o stock de contratos com maturidade após 2021 e está a trabalhar na implementação de ferramentas/sistemas para migrar o stock para soluções como as propostas pelo ISDA.

O Cecabank tem certos ativos e passivos financeiros cujos contratos são referenciados às taxas Ibor, especialmente a Euribor, uma vez que é utilizada, entre outros, para empréstimos, depósitos e como um subjacente em instrumentos financeiros derivados. Além disso, esta referência é utilizada como base em

derivados do *trading book*, bem como para o processamento de garantias. No caso da Libor, o USD é a moeda mais relevante tanto para empréstimos bancários como para instrumentos de dívida, bem como para a carteira de negociação. Outras moedas Libor têm um peso específico muito mais baixo.

A exposição do Cecabank aos ativos e passivos financeiros com vencimento após as datas de transição destas libor para as suas correspondentes RFRs é apresentada abaixo, em 31 de dezembro de 2022:

Produto	Data da transação	Data de vencimento	Moeda	Valor Nominal	Cecabank paga	Cecabank recebe
IRS	29/01/2020	31/07/2029	USD	10.000.000	1,5627	Libor USD 3M
IRS	29/01/2020	31/07/2029	USD	10.000.000	Libor USD 3M	1,567

Dos instrumentos derivados, 50% da exposição é compensada através de Câmaras de Compensação (principalmente LCH ou EUREX) ou é negociada com contrapartes que atualmente aderem ao protocolo ISDA.

2.3. Reclassificação entre carteiras de instrumentos financeiros

Fazem-se única e exclusivamente quando o Grupo altera o modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros, de acordo com a legislação em vigor. A reclassificação faz-se de forma prospetiva desde a data de reclassificação, sem que seja precedente expressar os ganhos, perdas ou juros reconhecidos anteriormente. De uma maneira geral, as alterações do modelo de negócio são muito pouco frequentes.

Durante os exercícios de 2022 e 2021 não houve reclassificações entre carteiras.

2.4. Contabilidade de cobertura e redução de riscos

O Grupo utiliza derivados financeiros como parte da estratégia para diminuir a exposição aos riscos de taxa de juro. Quando estas operações cumprem os requisitos estabelecidos na NIC 39, essas operações são consideradas como de “cobertura”.

Quando o Grupo designa uma operação como de cobertura, deve fazê-lo desde o momento inicial e com a devida documentação. Na documentação destas operações de cobertura identifica-se o instrumento ou instrumentos cobertos e o instrumento ou instrumentos de cobertura, além da natureza do risco que se pretende cobrir; assim como os critérios ou métodos seguidos pelo Grupo para valorizar a eficácia da cobertura durante a sua duração, atendendo ao risco que se pretende cobrir.

O Grupo classifica apenas como operações de cobertura aquelas que se considerem altamente eficazes durante a sua duração. Uma cobertura considera-se altamente eficaz se durante o prazo previsto de duração da mesma, as variações produzidas no justo valor ou nos fluxos de caixa atribuídos ao risco coberto na operação de cobertura do instrumento ou dos instrumentos financeiros cobertos são compensadas na sua totalidade pelas variações do justo valor ou nos fluxos de caixa, se for o caso, do instrumento ou dos instrumentos de cobertura.

Para medir a eficácia das operações de cobertura definidas como tal, o Grupo analisa se desde o início até ao final do prazo definido para a operação de cobertura, se pode esperar, de forma prospetiva, que as alterações no justo valor ou nos fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto sejam compensados quase na totalidade pelas alterações no justo valor ou nos fluxos de caixa, conforme o caso, do instrumento ou instrumentos de cobertura e que, retrospectivamente, os resultados da cobertura oscilem dentro de um intervalo de oitenta a vinte e cinco por cento relativamente ao resultado do item coberto.

As operações de cobertura realizadas pelo Grupo classificam-se na categoria de coberturas de justo valor. Estas cobrem a exposição à variação no justo valor de ativos e passivos financeiros ou de compromisso firme não reconhecidos, ou de uma porção identificada desses ativos, passivos ou de compromisso firme, ratribuível a um risco em particular e sempre que tenham impacto na demonstração de resultados consolidada.

Relativamente aos instrumentos financeiros designados como itens cobertos ou derivados de cobertura a justo valor como as realizadas pelo Grupo, as diferenças geradas no justo valor, tanto nos elementos de cobertura como nos elementos cobertos (neste caso, as associadas ao risco coberto), são reconhecidos diretamente na rubrica “Ganhos ou perdas líquidas resultantes de instrumentos de cobertura” da demonstração de resultados consolidada (ver Nota 33).

O Grupo suspende a contabilização das operações de cobertura como tal quando o instrumento de cobertura vence ou é vendido, quando a operação de cobertura deixa de cumprir os requisitos para ser considerada como tal ou se procede a revogar a consideração da operação como de cobertura.

Quando, de acordo com o disposto no parágrafo anterior, se produz a interrupção da operação de cobertura ao justo valor, no caso de itens cobertos valorizados ao custo amortizado, os ajustes nesse valor realizados com motivo da aplicação da contabilidade de coberturas acima descritas são imputados na demonstração de resultados consolidada até ao vencimento dos instrumentos cobertos, aplicando a taxa de juro efetiva recalculada na data de interrupção dessa operação de cobertura.

Na Nota 11 é detalhada a natureza das principais posições cobertas pelo Grupo, bem como os instrumentos financeiros utilizados para as coberturas.

2.5. Operações em divisa estrangeira

2.5.1. Divisa funcional

A divisa funcional do Grupo é o Euro, que coincide com a divisa de apresentação das contas anuais consolidadas. Como consequência, todos os saldos e transações em divisas diferentes do Euro consideram-se denominados em “divisa estrangeira”.

A desagregação do contravalor em milhares de Euros dos principais saldos de ativo e passivo de balanço consolidado a 31 de dezembro de 2022 e 2021 detidos em divisa estrangeira, atendendo à natureza das rubricas que os compõem e as divisas mais significativas onde se encontram denominados, é o seguinte:

Contravalor em Milhares de Euros (*)

Natureza dos Saldos em Moeda Estrangeira	2022		2021	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Saldos em dólares norte-americanos -			-	-
Caixa	75.967	-	76.078	-
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	1.301	1.298	162	175
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	95.385	-	85.805	-
Depósitos à ordem e ativos financeiros ao custo amortizado	742.910	-	561.340	-
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	2.853.284	-	3.745.143
Derivados - contabilidade de coberturas	-	-	-	-
Restantes ativos e passivos	-	5	3	7
	915.563	2.854.587	723.388	3.745.325
Saldos em ienes japoneses -				
Caixa	426	-	1.019	-
Depósitos à ordem e ativos financeiros ao custo amortizado	63.293	-	52.092	-
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	366.072	-	473.385
Restantes ativos e passivos	-	-	-	-
	63.719	366.072	53.111	473.385
Saldos em libras esterlinas -				
Caixa	42.582	-	40.860	-
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-	-	11.127	-
Depósitos à ordem e ativos financeiros ao custo amortizado	108.238	-	126.268	-
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	162.366	-	207.147
Restantes ativos e passivos	25.368	3	23	-
	176.188	162.369	178.278	207.147
Saldos em francos suíços -				
Caixa	4.086	-	3.876	-
Depósitos à ordem e ativos financeiros ao custo amortizado	2.083	-	5.642	-
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	50.989	-	64.387
Restantes ativos e passivos	-	-	-	1
	6.169	50.989	9.518	64.388
Saldos em coroas norueguesas -				
Caixa	1.403	-	1.556	-
Depósitos à ordem e ativos financeiros ao custo amortizado	1.388	-	3.037	-
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	20.160	-	7.147
	2.791	20.160	4.593	7.147
Saldos em coroas suecas -				
Caixa	1.182	-	1.883	-
Depósitos à ordem e ativos financeiros ao custo amortizado	5.090	-	2.327	-
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	22.899	-	15.460
Restantes ativos e passivos	-	-	-	-
	6.272	22.899	4.210	15.460
Saldos em outras divisas -				
Caixa	8.329	-	11.670	-
Depósitos à ordem e ativos financeiros ao custo amortizado	62.161	-	49.407	-
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	106.877	-	29.435
Restantes ativos e passivos	-	-	-	2
	70.490	106.877	61.077	29.437
Saldos totais denominados em divisa estrangeira	1.241.192	3.583.953	1.034.175	4.542.289

(*) Contravalor calculado com aplicação de taxas de cambio a 31 de dezembro de 2022 e 2021, respetivamente.

Para além das posições em divisas que se encontram registadas nos balanços consolidados a 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresentados na tabela anterior, o Grupo tem contabilizadas diversas operações de produtos derivados sobre divisas e de compra e venda a prazo de divisas através das quais se gere a taxa de câmbio a que está exposto, e que deve ser considerado junto das posições de balanço consolidado para uma compreensão da exposição a esses riscos do Grupo (ver Nota 23).

2.5.2. Critérios de conversão dos saldos em divisa estrangeira

As transações com divisa estrangeira realizadas pelo Grupo registam-se inicialmente nas demonstrações financeiras pelo contravalor em Euros resultante da aplicação das taxas de câmbio em vigor nas datas em que são feitas as operações. Para além disso, aplicam-se as seguintes regras:

- Os ativos e passivos monetários são convertidos à taxa de câmbio de fecho, entendida como taxa de câmbio à vista na data das demonstrações financeiras.
- Os elementos não monetários registados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação.
- Os elementos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a divisa funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.
- As receitas e despesas são convertidas aplicando a taxa de câmbio à data da transação.

2.5.3. Taxas de câmbio aplicadas

As taxas de câmbio utilizadas pelo Grupo para converter os saldos denominados em divisa estrangeira para Euros para efeitos de elaboração das contas anuais consolidadas, considerando os critérios anteriormente comentados, foram publicados pelo Banco Central Europeu.

2.5.4. Registo das diferenças cambiais

As diferenças cambiais resultantes da conversão, de acordo com os critérios anteriormente explicados, os saldos em divisa estrangeira para a divisa funcional do Grupo, registam-se, de uma forma geral, pelo seu valor líquido na conta “Diferenças de cambio, líquidas”, na demonstração de resultados consolidada, com exceção das diferenças cambiais produzidas em instrumentos financeiros classificados pelo justo valor através de resultados, que devem ser registadas na demonstração de resultados sem serem diferenciadas das restantes variações que possam surgir no justo valor no item “ganhos ou perdas sobre ativos ou passivos financeiros designados pelo justo valor através dos resultados, líquidos” tendo em conta a categoria onde estão registadas.

Não obstante do disposto anteriormente, registam-se, conforme o caso, na rubrica de capital próprio “Outro rendimento integral acumulado - Itens que podem ser classificados em resultados” do balanço consolidado até ao momento em que estas se realizem, as diferenças de câmbio reconhecidas em ativos e passivos não monetários registados ao justo valor registado por contrapartida de capitais próprios. As diferenças cambiais imputadas ao capital próprio do Grupo contabilizam-se em resultados consolidados.

2.6. Rendimentos e custos custos reconhecidos

De seguida resumem-se os critérios contabilísticos mais significativos utilizados pelo Grupo para o reconhecimento dos rendimentos e custos custos:

2.6.1. Rendimentos e custos custos com juros, dividendos e outros

De uma maneira geral, as receitas e despesas com juros, dividendos e outros registam-se contabilisticamente em função do período de vencimento, por aplicação do método da taxa de juro efetiva. Os dividendos recebidos de outras sociedades, diferentes dos recebidos de subsidiárias, negócios conjuntos ou associadas, caso existam, são registados como proveitos no momento em que surge o direito a serem recebidos pelo Grupo.

2.6.2. Comissões, honorários e outros

Os rendimentos e despesas em comissões, honorários e outros, que não formem parte do cálculo da taxa de juro efetiva das operações e/ou que não formem parte do custo de aquisição de Ativos ou Passivos financeiros diferentes dos classificados pelo justo valor com alterações em resultados, são registados na demonstração de resultados consolidada com critérios distintos conforme a sua natureza. Os mais significativos são:

- Os que estão vinculados à aquisição de Ativos e Passivos financeiros mensurados pelo justo valor com alterações em resultados, caso existam, registam-se na demonstração de resultados consolidada no momento da liquidação.
- Os que têm origem em transações ou serviços que se arrastam ao longo do tempo, tais como comissões recebidas por serviços de depósitos de valores, registam-se na demonstração de resultados consolidada durante a vida dessas transações ou serviços.
- Os que correspondam a um ato único, são lançados na demonstração de resultados consolidada quando ocorra o ato que lhe dá origem.

2.6.3. Receitas e custos não financeiros

Registam-se contabilisticamente de acordo com o critério de vencimento.

2.7. Compensações de saldos

Apenas se compensam entre si - e, como consequência, aparecem no balanço consolidado pelo valor líquido - os saldos devedores e credores com origem em transações com as quais o Grupo tenha atualmente o direito, legalmente exigível, de compensar os valores registados nos instrumentos referidos e a intenção de liquidar o valor líquido ou de realizar o ativo e proceder ao pagamento do passivo de forma simultânea.

Para estes efeitos, a apresentação de acordo com o disposto na legislação aplicável das contas anuais consolidadas dos ativos financeiros sujeitos a correções valorativas por depreciação e imparidade, líquidos, não é considerada uma “compensação de saldos”.

2.8. Transferências e baixas de balanço de Ativos e Passivos financeiros

O tratamento contábilístico das transferências de ativos financeiros está condicionado pela forma como são cedidos a terceiros os riscos e benefícios associados aos ativos que se transferem:

- Se os riscos e benefícios dos ativos transferidos são substancialmente transferidos a terceiros - como é o caso das vendas incondicionais, venda e recompra pelo justo valor na data da recompra, as vendas de ativos financeiros com opção de *call* ou de *put* «out of money», titularizações de ativos nas quais o cedente não detém financiamentos subordinados nem concede nenhum tipo aumento de crédito a novos titulares e outros casos similares - o ativo financeiro transferido fica desreconhecido de balanço consolidado; regista-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retido ou criado como consequência da transferência.
- Considera-se que o Grupo transfere substancialmente os riscos e benefícios se os riscos e benefícios transferidos representam a maioria dos riscos dos ativos transferidos.
- Se forem retidos substancialmente os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - no caso das vendas de ativos financeiros com repos por um preço fixo ou pelo preço de venda acrescido de juro, dos contratos de empréstimo de títulos onde o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares ativos, as titularizações de ativos financeiros que mantenham financiamentos subordinados ou outro tipo de melhorias da qualidade de crédito que absorvam substancialmente as perdas de crédito dos ativos titulados e outros casos análogos - o ativo financeiro transferido não é desreconhecido do balanço consolidado e continua a ser mensurado com os mesmos critérios utilizados antes da transferência. Pelo contrário, são registados contabilisticamente, sem qualquer compensação entre si:
 - O passivo financeiro associado por um montante igual ao da retribuição recebida; avaliado posteriormente pelo seu amortizado; ou, caso se cumpram os requisitos anteriormente indicados para classificação como outros passivos financeiros pelo justo valor através dos ganhos e perdas, pelo justo valor, conforme os critérios anteriormente indicados para esta categoria de passivos financeiros (ver Nota 2.2.4).
 - Os recebimentos do ativo financeiro transferido, mas não dado de baixa como os custos com o novo passivo financeiro.
- Se não se transferem nem se retêm substancialmente os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - caso das vendas de ativos financeiros com opção de *call* ou de *put* «out of money», das titulações de ativos financeiros onde o cedente assume um financiamento subordinado ou outro tipo de melhorias na qualidade de crédito por uma parte do ativo transferido e outros casos semelhantes - com distinção entre:
 - Se a entidade não retém o controlo do ativo financeiro transferido: neste caso, fica desreconhecido no balanço consolidado o ativo transferido e regista-se qualquer direito ou obrigação retido ou criado como consequência da transferência.
 - Se a entidade cedente retiver o controlo do ativo financeiro transferido: continua registado no balanço consolidado por um montante igual à exposição das alterações de valor que ocorram e regista um passivo financeiro associado ao ativo financeiro transferido. O montante líquido do ativo transferido e do passivo associado é o custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo seu custo amortizado, ou o justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

Em conformidade, os ativos financeiros apenas são desreconhecidos do balanço consolidado quando se tenham extinguido os fluxos de caixa que geram ou quando transferidos substancialmente a terceiros os riscos e benefícios significativos que estão associados.

Nas Notas 27.2 e 27.4 estão resumidas as circunstâncias mais significativas das principais transferências de ativos que se encontravam em vigor findos os exercícios de 2022 e 2021 que não tenha implicado o desconhecimento dos ativos do balanço consolidado (financiamentos e repos com retrocessão não opcional).

2.9. Imparidade dos ativos financeiros

Um ativo financeiro está com imparidade - e, como consequência, corrige-se o seu valor contabilístico para ter em conta a sua imparidade - quando existe uma prova objetiva que ocorreram eventos geradores de:

- No caso de títulos de dívida (créditos e títulos da dívida), um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados no momento da formalização da transação.
- No caso de instrumentos de capital, onde não possa ser recuperado na íntegra o valor contabilístico.

Como critério geral, as correções do valor contabilístico dos instrumentos financeiros por imparidade são imputadas na conta de resultados consolidados no período em que a imparidade se manifesta, exceto para os instrumentos classificados na carteira de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, cujo registo de faz contra “Outro rendimento integral”. As recuperações das perdas por imparidade previamente registadas, caso existam, registam-se na demonstração de resultados do período em que a imparidade se elimina ou se reduz a “Outro rendimento integral e acumulado”.

Quando se considera remota a recuperação de qualquer valor registado (“ativo falido”), este é eliminado do balanço, sem prejuízo das ações que o Grupo desenvolva para tentar conseguir recuperá-lo até serem definitivamente extintos os direitos, seja por prescrição, perdão ou outras causas.

De seguida são apresentados os critérios aplicados pelo Grupo para determinar as possíveis perdas por imparidade existentes em cada uma das diferentes categorias de instrumentos financeiros, bem como o método seguido para o cálculo das coberturas contabilizadas pela imparidade e seu registo:

2.9.1. Instrumentos de dívida classificados ao custo amortizado

O valor das perdas por imparidade decorrentes destes instrumentos corresponde à diferença positiva entre os valores contabilísticos e todos os fluxos de caixa, descontados à taxa de juro efetiva original. O valor de mercado dos instrumentos de dívida cotados, caso existam, considera-se uma estimativa prudente do valor atual dos seus fluxos de caixa futuros.

As perdas de crédito esperadas são a média ponderada das perdas esperadas, usando como ponderações os riscos respetivos que surjam de situações de incumprimento. É tida em conta a seguinte distinção: i) Perdas de crédito esperadas na vida da operação: são as perdas de crédito esperadas resultantes de todas as possíveis situações de incumprimento durante a vida esperada da operação; ii) Perdas de crédito esperadas em doze meses: são a parte das perdas de crédito esperadas durante a vida da operação que corresponde às perdas de crédito esperadas resultantes de situações de incumprimento que possam produzir-se na operação nos doze meses seguintes à data de referência.

O montante das coberturas por perdas por imparidade calcula-se em função de se foi produzido ou não um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial da operação, e do facto de se ter produzido ou não uma situação de incumprimento. Deste modo, a cobertura por perdas por imparidade das operações é igual a:

- As perdas de crédito esperadas em doze meses, quando o risco que surja numa situação de incumprimento na operação não tenha aumentado de forma significativa desde o reconhecimento inicial.
- As perdas de crédito esperadas na vida da operação, se o risco que surja numa situação de incumprimento na operação tenha aumentado de forma significativa desde o reconhecimento inicial.

- As perdas de crédito esperadas, quando ocorreu uma situação de incumprimento na operação.

Os instrumentos financeiros agrupam-se em 3 categorias, com base na metodologia da imparidade aplicada, de acordo com a seguinte estrutura:

- Etapa 1 - Risco Normal: compreende aquelas operações para as que o risco de crédito não tenha aumento significativo desde o momento de reconhecimento inicial. A cobertura por imparidade será igual às perdas de crédito esperadas em doze meses. As receitas de juros são calculadas aplicando a taxa de juro efetiva ao montante escriturado bruto da operação.
- Etapa 2 - Risco Normal em Vigilância especial: compreende aquelas operações para as que o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o momento de reconhecimento inicial, mas não apresentam uma situação de incumprimento. A imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas na vida da operação. As receitas de juros são calculadas aplicando a taxa de juro efetiva ao montante escriturado bruto da operação.
- Etapa 3 - Risco Duvidoso: compreende aquelas operações com imparidade de crédito, ou seja, que apresentam uma situação de incumprimento. A cobertura será igual às perdas de crédito esperadas. As receitas de juros são calculadas aplicando a taxa de juro efetiva ao custo amortizado (isto é, ajustado por qualquer correção de valor por imparidade) do ativo financeiro.

A avaliação relativa ao aumento de risco significativo de crédito deve estar baseada em informação razoável e sustentável que esteja disponível sem custo ou esforço desproporcionado, que seja indicativa de aumentos do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, e deve refletir informação histórica, corrente e com vista no futuro (*forward-looking*).

As definições estabelecidas para a avaliação relativa ao aumento de risco significativo obedecem aos seguintes critérios:

- Alterações adversas na situação financeira, como aumento significativo dos níveis de endividamento, bem como aumentos significativos dos rácios de serviço da dívida.
- Quebras significativas no volume de negócios ou, em geral, dos fluxos de caixa recorrentes.
- Redução significativa dos lucros de exploração.
- Alterações significativas no custo de risco de crédito, devido a alterações no risco posteriores ao reconhecimento inicial.
- Uma diminuição real ou esperada da notação de risco interna ou externa da operação ou do titular.
- Alterações adversas na economia, nas condições de mercado ou agravamento das condições de financiamento do titular da operação.
- Abrandamento do negócio ou tendências desfavoráveis na operativa do titular, que podem causar alterações significativas na capacidade para cumprir as suas obrigações de pagamento.
- Para operações de crédito imobiliário, deterioração significativa da relação entre o seu valor e o valor de garantia.
- Aumentos significativos do risco de crédito de outras operações do mesmo titular.

De qualquer forma, são considerados Etapa 2 os instrumentos nos quais suceda alguma das seguintes circunstâncias:

- Falta de pagamento superior a 30 dias.

- Os que estão submetidos a uma vigilância especial por parte das unidades de riscos devido a sinais negativos da avaliação da qualidade de crédito, mesmo que não existam provas objetivas de imparidade.
- Refinanciamento ou reestruturações que não demonstram evidência de imparidade.

Metodologia para o cálculo das perdas esperadas

O processo de avaliação das possíveis perdas por imparidade destes ativos que têm origem na materialização do risco de insolvência dos obrigados a pagamento (risco de crédito) pode ser feito:

Individualmente, para todos os instrumentos de dívida classificados como riscos duvidosos e que sejam significativos ao superar determinado patamar ou para os quais se disponha de informação específica do acreditado que permita avançar com a avaliação.

Coletivamente, para as operações classificadas como risco normal, aplicando as soluções alternativas do Anexo 9 da Circular 4/2017, calculadas com base nos parâmetros estabelecidos pelo Banco de Espanha com base na informação setorial e experiência acumulada.

O montante das perdas por imparidade de instrumentos da dívida mensurados pelo justo valor ao custo amortizado ou, conforme o caso, reversão posterior, estimadas de acordo com os critérios anteriormente expostos, registam-se na rubrica “Imparidade de ativos ou reversão da imparidade do valor de ativos financeiros não avaliados pelo justo valor através dos resultados - Ativos financeiros ao custo amortizado”.

2.9.2. Instrumentos de dívida classificados como ativos financeiros avaliados ao justo valor através de outro rendimento integral

A perda por imparidade dos Títulos da dívida incluídos na carteira de ativos financeiros avaliados ao justo valor através de outro rendimento integral, é determinada com base no critério explicado anteriormente no ponto 2.9.1 para os instrumentos de dívida classificados ao custo amortizado, registando-se como contrapartida “Outro rendimento integral - Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados - Alterações do justo valor dos instrumentos de dívida avaliados ao justo valor através de outro rendimento global”.

A perda por imparidade dos instrumentos de capital incluídos na carteira de ativos financeiros avaliados ao justo valor através de outro rendimento integral equivale, consoante o caso, à diferença positiva entre o custo de aquisição e o justo valor, líquido de imparidade previamente reconhecida na demonstração de resultados. A imparidade regista-se em “Outro rendimento integral - Itens não reclassificados em resultados - Alterações do justo valor dos instrumentos de capital próprio mensurados a justo valor através de outro rendimento integral”.

2.10. Garantias financeiras e provisões constituídas sobre as mesmas

Consideram-se “garantias financeiras” os contratos pelos que uma entidade se obriga a pagar montantes concretos por conta de um terceiro se este não o fizer, independentemente da forma da obrigação: fiança, aval financeiro, crédito documentário irrevogável emitido ou confirmado pelo Grupo, etc.

Conforme o disposto na NIIF-UE, os contratos de garantias financeiras prestadas pelo Grupo têm em conta os instrumentos financeiros.

No momento do registo inicial, o Grupo contabiliza as garantias financeiras prestadas no passivo do balanço consolidado pelo justo valor acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis, os quais, de uma maneira geral, equivalem ao montante do prémio recebido somado, se for o caso, ao valor atual dos rendimentos de comissões a receber pelos contratos ao longo da duração, tendo como contrapartida, no ativo do balanço, o valor das comissões e rendimentos assimilados cobrados no início das operações e as contas a cobrar pelo valor atual das comissões e rendimentos a receber. Após o registo inicial, estes contratos são avaliados no passivo do balanço consolidado pelo maior dos dois seguintes montantes:

- O montante determinado de acordo com a NIC 37. Neste sentido, as garantias financeiras, seja qual for o titular, instrumentação ou outras circunstâncias, são analisadas periodicamente com o objetivo de determinar o risco de crédito a que estão expostas e, se for o caso, estimar as necessidades de constituir uma provisão; que se determina por aplicação de critérios similares aos estabelecidos para quantificar as perdas por imparidade decorrentes dos instrumentos de dívida avaliados ao custo amortizado explicados anteriormente na Nota 2.9. anterior.
- O montante inicialmente registado pelos instrumentos, menos a amortização deste montante que, de acordo com o disposto na NIIF 15, se realiza de forma linear durante a duração destes contratos na demonstração de resultados consolidada.

As provisões constituídas sobre estas operações estão contabilizadas na rubrica “Provisões - Compromissos e garantias concedidos” do passivo do balanço consolidado (ver Nota 17). A dotação e recuperação dessas provisões regista-se com contrapartida na rubrica “Provisões ou reversão de Provisões” da demonstração de resultados consolidada.

Na eventualidade, de acordo com o descrito anteriormente, de ser necessário constituir uma provisão para estas garantias financeiras, as comissões pendentes de vencimento associadas a estas operações, que estão registadas na conta “Passivos financeiros ao custo amortizado - Outros passivos financeiros” de passivo do balanço consolidado, são reclassificadas de acordo com a provisão correspondente.

2.11. Custos Custos com pessoal

2.11.1 Remunerações a curto prazo

As retribuições a curto prazo aos colaboradores são constituídas pelas retribuições monetárias ou não monetárias tais como remunerações, salários e contribuições à Segurança Social por conta dos colaboradores, ou a serem pagas por estes durante os doze meses seguintes ao fecho do exercício e vencidas durante esse exercício.

As retribuições a curto prazo com os colaboradores contabilizam-se, de uma forma geral, como um custo com o pessoal na demonstração de resultados consolidada do período em que os colaboradores tenham prestado serviço, e avaliam-se, sem atualizar, pelo montante a ser pago pelos serviços recebidos, registado enquanto os colaboradores prestam serviços ao Grupo, como uma regularização no passivo, depois de deduzido o montante pago.

2.11.2. Responsabilidades pós-emprego

De acordo o Acordo Coletivo de Trabalho em vigor e com acordos laborais internos, o Grupo está obrigado a complementar as prestações da Segurança Social correspondentes aos seus colaboradores ou beneficiários, no caso de reforma, viuvez, pensão de órfão ou invalidez.

- As responsabilidades pós-emprego detidas pelo Banco para com os colaboradores consideram-se “responsabilidades de contribuição definida”, quando o mesmo realiza contribuições de carácter predeterminado a uma entidade separada, sem ter obrigação legal nem efetiva de realizar contribuições adicionais se a entidade separada não puder imputar as retribuições aos colaboradores relacionadas com os serviços prestados no período corrente em períodos passados.

- As responsabilidades pós-emprego que não cumprem as condições anteriores são consideradas “responsabilidade de benefício definido”.

Para a cobertura das responsabilidades com pensões devedidas por colaboradores, o Banco tem constituído um fundo externo denominado Plano de Pensões de Colaboradores do Cecabank, ao abrigo da Lei de Planos e Fundos de Pensões e legislação complementar.

A entidade gestora do “Plano de Pensões Colaboradores do Cecabank” é a Caser Pensões, Entidade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. Esse plano de pensões está ligado ao Fundo de Pensões Colaboradores Cecabank AD, Fundo de Pensões e ao Fundo de Pensões Colaboradores Cecabank PD, Fundo de Pensões.

O Plano de Pensões Colaboradores do Cecabank contém três sub-planos:

- O sub-plano 1 é de prestação definida para todas as contingências e integra todos os beneficiários em regime de prestação definida que surgiram antes de 1 de janeiro de 2019. Todas as prestações estão asseguradas por uma empresa de seguros externa em que o tomador é a Comissão de Controlo do Plano de Pensões Colaboradores Cecabank.

Em 2010, a Comissão de Controlo do Plano de Pensões, conforme a responsabilidade previamente adquirida, concordou subscrever uma apólice de seguro com o objetivo de cobrir as rendas pelos complementos por pensões causadas pelos beneficiários do plano de pensões de contribuição definida, adaptada às contribuições do coletivo de beneficiários do plano de pensões para assegurar essas responsabilidades.

- O sub-plano 2 é de contribuições definidas para a contingência de reforma e onde estão incluídos os colaboradores admitidos pelo CECA após 30 de maio de 1986 e até o dia 11 de novembro de 2012, bem como os colaboradores admitidos pelo Cecabank, S.A. a partir de 12 de novembro de 2012. Neste sub-plano, são igualmente admitidos os colaboradores que formavam parte do CECA antes de 30 de maio de 1986, que conforme o disposto no Acordo Laboral de 27 de janeiro de 2010, optaram de forma voluntária por permanecer no sub-plano 2.

Este sub-plano é de prestação definida para as contingências de morte e invalidez do pessoal no ativo. Estas prestações definidas estão asseguradas mediante uma apólice de seguro em que o tomador é a Comissão de Controlo do Plano de Pensões dos Colaboradores do Cecabank.

- Por fim, o sub-plano 3 engloba todos aqueles colaboradores admitidos no CECA antes de 29 de maio de 1986, e que, não estando englobados no plano de reformas antecipadas do acordo coletivo sobre matérias específicas com data de 2 de abril de 2001, solicitaram de forma voluntária e irreversível a sua incorporação no mesmo.

Este sub-plano é de contribuição definida para a contingência de reforma e de prestação definida para as contingências de morte e invalidez do pessoal no ativo. Estas contribuições definidas estão asseguradas mediante uma apólice de seguro em que o tomador é a Comissão de Controlo do Plano de Pensões dos Colaboradores do Cecabank.

Durante o ano de 2019, o Banco e a totalidade da representação laboral chegaram a um acordo onde foram feitas alterações significativas no Plano de Pensões dos colaboradores do Cecabank. Após a assinatura desse acordo laboral é alterado o regime de prestações de morte e invalidez, que deixam de estar refletidos na pensão reconhecida por parte da Segurança Social, para passar a atribuir capitais vinculados ao salário de cada colaborador inscrito.

Da mesma forma, o sub-plano 1 fica fechado ao coletivo de passivos existentes a 31 de dezembro de 2018 e são convertidos ao sub-plano 3 os participantes em ativo que permaneciam no sub-plano 1 de contribuição definida.

Finalmente, com respeito às apólices para a contingência de reforma de apólice definida, as mesmas são melhoradas, pelo menos até 2025, para o sub-plano 2, ao abrigo de um acordo de trabalho assinado a 6 de agosto de 2021.

Além disso, o Cecabank tem contratadas várias apólices de seguro aptas para exteriorizar compromissos com pensões complementares ou não ao Plano de Pensões dos Colaboradores Cecabank.

Na Nota 35 anexa é apresentada informação adicional sobre estes compromissos, relativa às conciliações, sensibilidades e outra informação solicitada pela legislação aplicável ao Banco.

A 31 de dezembro de 2022, o montante total das responsabilidades vencidas pelo Banco por pensões não causadas e dos compromissos com pensões causadas, ascendia a 110.533 milhares de euros (150.975 milhares de euros a 31 de dezembro de 2021), que se encontram cobertos pelo fundo de pensões externo cujo justo valor a 31 de dezembro de 2022 ascende a 116.896 milhares de euros (156.698 milhares de euros a 31 de dezembro de 2021), pelo que o Banco registou na categoria “Ativos líquidos de pensões” da conta “Outros ativos - Resto dos Outros ativos” dos balanços anexos a 31 de dezembro de 2022 e 2021, 6.363 e 5.723 milhares de euros, respetivamente (ver Notas 15.1 e 35).

Critérios de contabilização das responsabilidades pós-emprego

O tratamento contabilístico das responsabilidades de contribuição definida pode resumir-se da seguinte forma:

- a. São consideradas as obrigações legais assumidas pelo Grupo segundo os termos formais do plano.
- b. Calcula-se o valor atual das obrigações legais na data em vigor nas demonstrações financeiras que realiza um atuário qualificado, acompanhada de uma estimativa do justo valor dos ativos do plano.
- c. Deduz-se do valor atual das obrigações o justo valor dos ativos do plano que, de acordo com os requisitos estabelecidos na legislação aplicável, entram dentro desta definição, na data em vigor nas demonstrações financeiras.
- d. Regista-se o valor obtido na alínea c) anterior sempre que seja positivo com uma provisão para fundos de pensões de contribuições definidas.
- e. Conforme o caso, regista-se o valor obtido na alínea c) anterior, sempre que seja negativo como “Outros ativos - Resto dos Outros ativos”. O Grupo considera, conforme o caso, o ativo registado escolhendo o de melhor valor entre os seguintes:
 - i) O número obtido na alínea c), em valor absoluto.
 - ii) O valor atual dos fluxos de caixa disponíveis no Grupo, na forma de reembolsos do plano ou reduções nas contribuições futuras.
- f. Consoante o caso, são registadas todas as alterações na provisão registada conforme a alínea d) [ou, se for o caso, ativo conforme alínea c)] quando se realizem, da seguinte forma:
 - i) Na demonstração de resultados consolidada: o custo do serviço prestado pelos colaboradores, o correspondente ao exercício e a exercícios anteriores não reconhecidos, os juros líquidos da provisão, bem como o ganho ou perda produzida no momento da liquidação. Quando estes montantes formem parte do custo de um ativo designados pela legislação aplicável, estes valores registam-se adicionalmente como “Outros proveitos de exploração”.
 - ii) Na demonstração de variações do capital próprio consolidado: as novas avaliações da provisão, como consequência de ganhos ou perdas atuariais, do rendimento de ativos do plano que não tenham sido incluídos no juro líquido sobre a provisão, bem como variações do valor atual do ativo consequência de alterações no valor atual dos fluxos disponíveis para a entidade, que não estejam incluídos no juro líquido da provisão. As quantias reconhecidas na demonstração de variações do

capital próprio não são duplamente classificadas na demonstração de resultados do período seguinte.

Relativamente ao disposto no parágrafo anterior, ressaltar que, por razões de aplicação das modificações normativas contidas na legislação aplicável ao Banco, que constam da Circular 5/2013 do Banco de Espanha, desde o exercício de 2013, os ganhos e perdas atuariais produzidos na avaliação das responsabilidades de pensões de contribuição definida são registadas pelo Grupo no exercício a crédito ou débito, conforme sejam positivos ou negativos, na rubrica “Outro rendimento integral acumulado - Itens que não irão ser reclassificados para resultados” dos balanços consolidados em anexo.

Por sua vez, as responsabilidades de contribuição definida contabilizam-se, de uma maneira geral, pelo valor da contribuição feita pelo Grupo durante o período em troca dos serviços prestados pelos colaboradores durante esse período como um custo do exercício. No exercício de 2022, o custo contabilizado pelas contribuições do fundo de pensões externo, pela parte correspondente às responsabilidades de contribuição definida, ascendeu a 594 milhares de euros (50 milhares de euros no exercício de 2021), que estão registados na rubrica “CustosCustos de Administração - CustosCustos de pessoal” da demonstração de resultados (Nota 35).

Não há pessoas no ativo em contribuição definida a fecho do exercício de 2022, dado que mudaram para contribuição definida (sub-plano 3) a 1 de janeiro de 2020.

Deste modo, as contribuições do plano de pensões que ultrapassam os limites máximos legais e fiscais em vigor, estão cobertas através de duas apólices de seguros com a *Caja de Seguros Reunidos, Compañía de Seguros e Reaseguros, S.A. (“Caser”)*, não tendo sido dado o vencimento nem pagamento de nenhum prémio nos exercícios de 2022 e 2021.

Para além disso, as despesas líquidas dos prémios por outras apólices de seguros de cobertura de responsabilidades por pensões e outras responsabilidades com o pessoal ascendeu a 263 milhares de euros no exercício de 2022 (132 milhares de euros no exercício de 2021), registados na conta “CustosCustos de Administração - CustosCustos de pessoal” da demonstração de resultados consolidada (ver Nota 35).

2.11.3. Outras retribuições a longo prazo

2.11.3.1. Reformas antecipadas

Com base em vários acordos subscritos em períodos anteriores pelo Cecabank, S.A. e pela CECA (onde foi feita a sub-rogação do Cecabank, S.A. em virtude da segregação da atividade da CECA mencionada na Nota 1.1. anterior) e as secções sindicais e representantes do Comité de Empresa, foram feitas várias ofertas de reforma antecipada aos colaboradores. De seguida estão resumidas as principais características destes acordos:

Acordos de reforma antecipada do exercício de 2012

A 25 de junho de 2012 foi alcançado um acordo entre o Grupo, as Secções Sindicais e os representantes do Comité de Empresa onde foi estabelecido um Plano de Reforma Antecipada, ao qual podiam aderir os colaboradores que a 31 de dezembro de 2012 tivessem cumprido pelo menos 53 anos de idade e que tivessem pelo menos 10 anos de antiguidade. O prazo, de uma forma geral, para adesão a esse plano, terminou a 20 de julho de 2012. Este acordo incluía também indemnizações por despedimento para o coletivo não incluído nos planos de reforma antecipada mencionados anteriormente (cujo prazo de adesão terminou a 30 de setembro de 2012), licenças sem vencimento e redução do horário de trabalho (o prazo de adesão terminou a 30 de outubro de 2012).

Espera-se que os compromissos assumidos ao abrigo deste plano terminem a 31 de março de 2023.

Acordos de reforma antecipada do exercício de 2013

A 29 de outubro de 2013, foi feito outro acordo entre o Banco, as Secções Sindicais e os representantes do Comité de Empresa com o objetivo de prolongar o acordo feito a 25 de junho de 2012 ao que podiam aderir

no máximo 129 colaboradores, que a 31 de dezembro de 2013 tivessem cumprido pelo menos 50 anos de idade e que tivessem pelo menos 10 anos de antiguidade na Entidade. O prazo, de uma forma geral, para adesão a esse plano, terminou a 12 de novembro de 2013. Beneficiaram deste acordo 54 pessoas. As reformas antecipadas foram aplicadas entre 1 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2014. A situação de reforma antecipada tem início na data de cessação do contrato do trabalho até à data em que o colaborador faz 63 anos, com o limite de 9 anos desde a data de reforma antecipada, conforme aquele que aconteça primeiro.

O montante a receber pelo colaborador durante a reforma antecipada é uma quantidade equivalente a 75% de remuneração bruta fixa anual no ativo, com um limite máximo de compensação de 150.000 Euros anuais e mínimo anual de 27.119 Euros. O colaborador pode escolher receber esse montante na forma de pagamento único ou mensalmente em 14 vezes até alcançar a idade estabelecida no Acordo. Adicionalmente, e independentemente da forma de pagamento escolhida, os colaboradores que assinaram este acordo, recebem um incentivo bruto de 16.000 Euros, num pagamento único. Da mesma forma, aqueles colaboradores que continuaram no ativo até 31 de março de 2014 e receberam no salário o prémio por 25 anos de serviço, mantêm o direito a receber esse incentivo.

Para os participantes nos sub-planos de pensões dois e três, integrados no “Plano de Pensões dos Colaboradores do CecaBank”, o Banco continua a realizar contribuições ao Plano de Pensões de colaboradores e apólices reguladas no protocolo de seguros desse plano, e se procede, exclusivamente pela contingência de reforma, sendo esta contribuição igual à que foi feita durante o ano imediatamente anterior à reforma antecipada, e até que o colaborador alcance a idade de 63 anos, com o limite de 9 anos desde a data de reforma antecipada, o que aconteça em primeiro lugar. Em particular, relativamente aos participantes no sub-plano três, estes continuam a ter direito às contribuições previstas, por serviços anteriores, na apólice da Caser, e até aos 65 anos de idade. No caso dos colaboradores participantes do sub-plano um, de contribuição definida, para a contingência de reforma, o Banco continua a fazer as contribuições necessárias para manter a cobertura da prestação de reforma estabelecida no mesmo até ao momento em que termine o recebimento da compensação por reforma antecipada processados nos 12 meses anteriores à reforma. Como alternativa, os participantes no sub-plano um que se subscrevem a reforma antecipada regulada pelo Plano de reformas antecipadas, podem transferir para o sub-plano três os direitos consolidados constituídos no Plano em seu favor na data da reforma antecipada, transformando o regime de prestações num regime de contribuição definida. A estes participantes não se aplicam as contribuições na apólice da Caser prevista no protocolo de seguros do Plano de Pensões de Colaboradores do Banco.

Relativamente ao pagamento da Convenção Especial com a Segurança Social, este é feito pelo colaborador, ainda que o Banco inclua esse montante no salário do colaborador até que este cumpra os requisitos de idade e limites estabelecidos. A Convenção Especial subscreve-se pela base máxima que corresponda ao colaborador no momento imediatamente anterior ao acesso à reforma antecipada, com limite máximo da base contributiva a que o colaborador teria direito se tivesse permanecido no ativo.

Acordos de reforma antecipada do exercício de 2015

A 18 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração do Banco aprovou um plano formal de reforma antecipada para determinados colaboradores do Banco que cumpram com determinados requisitos, feito que foi comunicado a todos los colaboradores a 23 de dezembro de 2015 pelo Comité de Empresa.

Este Plano traduz-se num acordo coletivo assinado no exercício de 2016, entre o Banco, as Secções Sindicais e os representantes do Comité de Empresa, partindo da base do plano de reformas antecipadas de 29 de outubro de 2013, pelo que estabelece um plano de desvinculação a três anos, entre 2016 a 2018, ambos inclusive, ao que podem aderir aqueles colaboradores que cumpram 56 anos de idade antes de 31 de dezembro de 2018 e com antiguidade de pelo menos, 10 anos nos quadros à data da saída do Banco.

O montante a receber pelo colaborador durante a situação de pré-reforma é um montante equivalente a 75% da sua remuneração fixa bruta anual em serviço ativo, com um limite máximo de remuneração de 150.000 euros por ano e um limite mínimo anual de 27.119 euros. À escolha do trabalhador pré-reformado, esta indemnização pode ser obtida de uma só vez sob a forma de um pagamento em capital ou mensalmente em 14 pagamentos até à idade estipulada no Acordo.

Os critérios contabilísticos aplicados a estes compromissos de reforma antecipada descritos acima são os mesmos que os explicados na Nota 2.11.2 para os compromissos de benefícios definidos pós-emprego, exceto quando os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos diretamente com uma entrada de equilíbrio na demonstração de resultados consolidada do Grupo no ano em que surgem.

O valor das responsabilidades em conceito de salários futuros, cotizações sociais futuras e ajuda de estudos do pessoal pré-reformado correspondentes às responsabilidades indicadas nos parágrafos anteriores, bem como as responsabilidades por contribuições futuras do Plano de Pensões (os quais são de contribuição definida) estão cobertos a 31 de dezembro de 2022 mediante um fundo interno por um valor de 33.569 milhares de euros (45.426 milhares de euros a 31 de dezembro de 2021), registado na rubrica “Provisões - Outras retribuições aos colaboradores a longo prazo” de balanço (ver Notas 17 e 35), correspondentes às responsabilidades por reformas antecipadas devidas em função dos acordos com data 7 de abril de 2011, 25 de junho de 2012, 29 de outubro de 2013 e 18 de dezembro de 2015 citados anteriormente. A 31 de dezembro de 2022 e 2021, este fundo cobria a totalidade das responsabilidades que, em matéria de reformas antecipadas, eram assumidos pelo Banco nessas datas.

Na Nota 35 deste relatório inclui-se informação adicional relativa a estas responsabilidades.

2.11.3.2. Morte ou invalidez

As responsabilidades assumidas pelo Grupo para cobertura das contingências de morte e invalidez dos colaboradores durante o período em que estão no ativo estão incluídos dentro das prestações do Plano de Pensões dos Colaboradores do Cecabank, em conformidade com o que está estabelecido nas suas especificações, e estão totalmente asseguradas com uma empresa de seguros através de um seguro em que o tomador é a Comissão de Controlo do Plano de Pensões.

2.11.3.3. Prémios por antiguidade

O Banco assumiu para com os seus colaboradores o compromisso de realizar uma prestação caso o colaborador cumpra 25 anos ao serviço da entidade.

Os montantes pagos por esta razão findos os exercícios de 2022 e 2021 ascendem a 66 e 14 milhares de euros, respetivamente, e estão registados na rubrica “CustosCustos de Administração - CustosCustos de pessoal” das demonstrações consolidadas em anexo.

2.11.4. Indemnizações por cessação de funções

As indemnizações por cessação de funções são reconhecidas como um custo de pessoal, se for o caso, unicamente quando o Grupo está comprometido de forma demonstrável a rescindir o vínculo com um colaborador ou grupo de colaboradores.

O custo contabilizado na demonstração de resultados dos exercícios de 2022 e 2021 a título de indemnizações por cessação de funções foi de 672 e 26.423 milhares de euros, respetivamente, que estão contabilizados na rubrica “CustosCustos de Administração - CustosCustos de pessoal” da demonstração de resultados consolidada (ver Nota 35).

A 6 de agosto de 2021, o Cecabank e a maioria dos representantes dos colaboradores do Banco chegaram a um acordo sobre despedimentos coletivos, através do qual o Cecabank poderia rescindir até um total de 85 contratos de trabalho.

Este acordo de trabalho previa a adesão voluntária ao processo de despedimento coletivo, tendo a antiguidade como critério de admissão ao processo no caso de uma reclamação excessiva.

De acordo com os pedidos de adesão, o Cecabank porá termo a 85 postos de trabalho através de um sistema de reformas antecipadas em que o Banco assume o pagamento da indemnização por cessação de funções e o custo do acordo especial com a segurança social até à idade de 63 anos ou um máximo de 7 anos de duração.

Por sua vez, o Banco fará uma contribuição para o plano de pensões de emprego e um bónus de reforma no final da reforma antecipada, desde que o colaborador não tenha recebido o subsídio de desemprego não-contributivo.

A provisão feita pelo Banco em 2022 e 2021 para satisfazer estes compromissos ascendeu a um total de 535 e 24.763 milhares de euros respetivamente.

Adicionalmente, o Grupo mantém acordos com executivos e/ou administradores para pagar algumas retribuições no caso em que o vínculo laboral se veja interrompido por causa não justificada. O montante da retribuição, que não é significativo para o Grupo, regista-se na demonstração de resultados consolidada quando é tomada a decisão de rescindir as relações com as pessoas afetadas.

De acordo a legislação em vigor, o Grupo é obrigado a pagar indemnizações aos colaboradores com os que, sob determinadas condições, rescinda o contrato de trabalho. Por isso, as indemnizações por despedimento suscetíveis de quantificação razoável registam-se como custo no exercício em que é tomada a decisão de despedimento.

2.11.5. Empréstimos a colaboradores

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho em vigor e acordos adicionais, que derivam deste, assinado em 2021 com os colaboradores do Banco, estes podem solicitar a concessão de empréstimos hipotecários, para os quais se exige garantia hipotecária, para períodos máximos de 40 anos a uma taxa de juro variável, que permanece fixa durante cada semestre natural e que não se prolongue após o 70º aniversário do candidato.

Os colaboradores, em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho e os acordos coletivos negociados com o Banco derivados deste, podem solicitar adiantamentos sociais, com pressupostos expressamente taxados, sem juros e outros empréstimos denominados "Empréstimo social para serviços diversos" e "Empréstimos para a eficiência energética e ambiental", com um prazo de amortização de 11 e 15 anos, respetivamente, e a taxa de juro igual à taxa Euribor a 12 meses do mês de dezembro.

Quando por circunstâncias excecionais algum colaborador tenha necessidade de solicitar um tipo de empréstimo que não cumpra em tudo ou em parte, as regras previstas no Acordo Coletivo de Trabalho ou na legislação, pode solicitá-lo, indicando as circunstâncias excecionais que justificam ao pedido.

Esses empréstimos são registados, pelo custo amortizado, na rubrica "Ativos financeiros ao custo amortizado - Empréstimos e adiantamentos a clientes" dos balanços consolidados em anexo.

2.12. Imposto sobre lucros

O custo do Imposto sobre Sociedades é reconhecido na demonstração de resultados consolidada, exceto quando for consequência de uma transação cujos resultados são registados diretamente no capital próprio do Grupo, em cujo caso o imposto sobre lucros também se regista com contrapartida no capital próprio do Grupo.

O custo do imposto sobre lucros do exercício é calculado como o imposto a pagar relativo ao resultado fiscal do exercício, ajustado, conforme o caso, pelo valor das variações ocorridas durante o exercício nos Ativos e Passivos (impostos diferidos) registados derivados de diferenças temporárias, dos créditos por deduções e bonificações fiscais e das eventuais bases imponíveis negativas que possam existir (ver Nota 20).

O Grupo considera que existe uma diferença temporária quando existe uma diferença entre o valor contabilístico e a base fiscal de um elemento patrimonial que se espera que reverta no futuro. Considera-se como base fiscal de um elemento patrimonial o montante atribuído ao mesmo para efeitos fiscais. Considera-se diferença temporária tributável aquela que traga no futuro a obrigação para o Grupo de realizar algum pagamento à Administração correspondente. Considera-se diferença temporária dedutível aquela que traga para o Grupo algum direito de reembolso ou pagamento inferior a fazer à Administração correspondente no futuro.

Os créditos por deduções e bonificações e os créditos por bases tributáveis negativas são montantes que, tendo sido feita ou realizada a atividade ou tendo sido obtido o resultado para gerar o direito, não se aplicam fiscalmente na declaração correspondente até ao cumprimento das condições antes estabelecidas na legislação tributária, sendo provável por parte do Grupo a sua aplicação em exercícios futuros.

Consideram-se ativos e passivos por impostos correntes aqueles impostos que se preveem recuperáveis ou a pagamento, respetivamente, da Administração correspondente, num prazo que não excede os 12 meses desde a data de balanço. Por sua vez, consideram-se ativos ou passivos por impostos diferidos aqueles montantes que se espera recuperar ou pagar, respetivamente, da Administração correspondente, num prazo superior a 12 meses a contar desde a data de balanço.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporais tributáveis. Porém, não se registam passivos por impostos diferidos resultantes do reconhecimento inicial, no caso, do *goodwill*.

O Grupo apenas regista ativos por impostos diferidos com origem em diferenças temporárias dedutíveis, em créditos por deduções ou bonificações ou pela existência, conforme o caso, de bases tributáveis negativas, se cumpridas as seguintes condições:

- Se se considerar provável que o Grupo tenha no futuro lucros fiscais suficientes contra que possa tornar efetivos; ou que correspondam a ativos fiscais diferidos que possam dar no futuro direito à conversão em créditos exigíveis perante a Administração Tributária de acordo com o disposto no artigo 130 da Lei 27/2014, de 27 de novembro, do Imposto sobre Sociedades (chamados “ativos por imposto diferido monetizável”); e
- No caso de ativos por impostos diferidos com origens tributáveis negativas, que no caso de existirem, foram produzidas por causas identificadas e é improvável que se repitam.

Não são registados nem ativos nem passivos com impostos diferidos quando se regista inicialmente um elemento patrimonial, que não surja de uma concentração de atividades e que no momento do registo não tenha nem o lucro contabilístico nem o lucro fiscal.

Na altura de cada encerramento contabilístico, são revistos os impostos diferidos registados (tanto ativos como passivos) com o objetivo de confirmar que se mantêm em vigor, sendo feitas as correções adequadas aos mesmos de acordo com os resultados das análises realizadas.

O Grupo tributa em regime de consolidação fiscal, contemplado no Capítulo VI do Título VII da Lei 27/2014, de 27 de novembro, do Imposto sobre Sociedades, no Grupo 0508/12 encabeçado pelo CECA. O critério aplicado pelo Grupo CECA é o de registar, por parte de cada entidade que é tributada nesse regime, as despesas a título de impostos sobre benefícios que lhes corresponda por ter apresentado a declaração individualmente, feitos os ajustes pelo montante das bases tributáveis negativas, deduções ou bonificações, geradas por cada entidade que sejam aproveitadas por outras sociedades do Grupo, considerando os ajustamentos de consolidação fiscal a realizar.

2.13. Ativos tangíveis

2.13.1. Imobilizado corpóreo para uso próprio

O imobilizado corpóreo para uso próprio inclui os ativos que o Grupo dispõe para utilização atual ou futura, que se espera serem utilizados durante mais de um exercício económico. O imobilizado corpóreo para uso próprio está avaliado no balanço consolidado pelo seu custo de aquisição, menos:

- A amortização acumulada correspondente e,
- Se for o caso, as perdas por imparidade estimadas que resultam da comparação do valor líquido de cada item com o valor recuperável correspondente.

A amortização é calculada aplicando o método linear, que resulta do custo de aquisição dos Ativos menos o valor residual dos mesmos, tendo entendido que os terrenos onde estão os edifícios e outras construções, têm uma vida indefinida e que, por isso, não são objeto de amortização.

As dotações anuais a título de amortização dos ativos corpóreos são imputadas na rubrica “Amortização” da demonstração de resultados consolidada e, basicamente, equivalem às percentagens de amortização seguintes (determinadas em função dos anos de vida útil estimada, como média, dos diferentes elementos):

	Percentagem Anual
Imóveis	2% a 4%
Mobiliário e material de escritório	10% a 15%
Equipamento informático	15% a 25%
Instalações	8% a 12%
Equipamento de transporte	16%

Na altura de cada encerramento contabilístico, o Grupo analisa se há indícios, tanto internos como externos, de que os valores líquidos dos elementos do ativo corpóreo excedam o valor recuperável correspondente; caso em que se reduz o valor contabilístico do ativo em causa até ao valor recuperável e a despesa futura a título de amortização em proporção ao valor contabilístico ajustado e a nova vida útil remanescente, cajo seja necessária uma reavaliação da mesma. Esta redução do valor contabilístico dos ativos corpóreos de uso próprio é feita, caso seja necessária, com débito na rubrica “Imparidade ou reversão da imparidade de ativos não financeiros” da demonstração de resultados consolidada.

Da mesma forma, sempre que exista uma indicação de que foi recuperado o valor de um ativo corpóreo com imparidade, o Grupo regista a reversão da perda por imparidade contabilizada em períodos anteriores, mediante o correspondente crédito na rubrica “Imparidade ou reversão da imparidade de ativos não financeiros” da demonstração de resultados consolidada e ajusta como consequência os débitos futuros a título da sua amortização. De nenhum modo, a reversão da perda por imparidade de um ativo pode levar a um aumento do valor contabilístico acima do que teria se não tivessem reconhecido perdas por imparidade anteriormente.

Deste modo, no mínimo uma vez por ano, é feita uma revisão da vida útil estimada dos elementos do imobilizado corpóreo para uso próprio, por forma a detetar alterações significativas nas mesmas que, se se der o caso, se ajustam mediante a correção correspondente ao débito na demonstração de resultados consolidada de exercícios futuros a título da amortização, em virtude das novas vidas úteis.

Os custos de conservação e manutenção dos ativos corpóreos para uso próprio são incluídos na conta de resultados consolidados do exercício em que ocorrem, na rubrica CustosCustos de Administração - Outros custosCustos Administrativos” da demonstração de resultados consolidada.

Os ativos para uso próprio que deixam de estar destinados a esse fim e para os quais existe um plano de venda por parte da Direção, que se estima que ocorra no prazo máximo de um ano, são classificados como ativos não correntes em venda e são avaliados conforme os critérios indicados na Nota 2.16.

2.13.2. Investimentos imobiliários

A rubrica “Investimentos imobiliários” do balanço consolidado revela os valores líquidos dos terrenos, edifícios e outras construções com manutenção adequada à exploração em regime de aluguer, para obter uma mais-valia na venda como consequência dos aumentos que surjam no futuro nos preços de mercado.

Os critérios aplicados para o reconhecimento do custo de aquisição dos investimentos imobiliários, para sua amortização, para a estimativa das vidas úteis respetivas e para o registo de possíveis perdas por imparidade, coincidem com os descritos relativos aos ativos corpóreos para uso próprio (ver Nota 2.13.1.).

2.14. Ativos intangíveis

São considerados ativos intangíveis os ativos não monetários identificáveis, ainda que sem aparência física, que surgem como consequência de um negócio jurídico ou foram desenvolvidos internamente pelo Grupo. Apenas se reconhecem contabilisticamente os ativos intangíveis onde o custo pode ser estimado de forma razoavelmente objetiva e onde o Grupo prevê obter benefícios económicos no futuro.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção e, posteriormente, são avaliados pelo seu custo diminuído, conforme proceda, da amortização acumulada correspondente e das perdas por imparidade que possa ter sofrido.

Em 2021, o Cecabank implementou uma nova metodologia de avaliação dos ativos intangíveis gerados pelas empresas depositárias adquiridas. Não foram feitas alterações durante o exercício financeiro de 2022, pelo que a metodologia está alinhada com o exercício comparativo. Este modelo acrescenta novas taxas para atualizar os fluxos futuros esperados das empresas depositárias e compara os resultados obtidos com o montante transportado, a fim de identificar possíveis depreciações. Como resultado deste exercício, o Banco não identificou a necessidade de registar qualquer provisão para estes negócios.

A amortização anual dos elementos do imobilizado intangível regista-se no capítulo “Amortização” da demonstração de resultados consolidada.

2.14.1. Outros Ativos intangíveis

Os Ativos intangíveis registam-se no balanço pelo custo de aquisição ou produção, líquido da respetiva amortização acumulada e das possíveis perdas por imparidade que possa ter sofrido.

A rubrica “Ativos intangíveis - Outros Ativos intangíveis” inclui, fundamentalmente, o custo de aquisição, líquido da amortização acumulada e, conforme o caso, a perda de valor reconhecida.

Os ativos intangíveis com vida definida são amortizados linearmente ao longo da sua vida útil, que está compreendida em períodos que oscilam entre 3 e 10 anos para as aplicações informáticas, dependendo dos ativos.

Por sua vez, os direitos de gestão derivados da aquisição de determinados negócios de depósito e custódia de valores de terceiros contabilizados como ativos intangíveis amortizam-se durante o prazo de duração dos contratos, aplicando o método linear.

Na altura de cada encerramento contabilístico, o Grupo analisa se há indícios, tanto internos como externos, de que os valores líquidos dos elementos do ativo intangível excedam o valor recuperável correspondente; caso em que se reduz o valor contabilístico do ativo em causa até ao valor recuperável e a despesa futura a título de amortização em proporção ao valor contabilístico ajustado e a nova vida útil remanescente, caso seja necessária uma reavaliação da mesma. Esta redução do valor contabilístico dos ativos corpóreos de uso próprio é feita, caso seja necessária, a débito na rubrica “Imparidade ou reversão da imparidade de ativos não financeiros” da demonstração de resultados consolidada. Os critérios para o registo das perdas por imparidade destes ativos, e, conforme o caso, das recuperações das perdas por imparidade registadas em exercícios anteriores são similares aos aplicados para os ativos corpóreos para uso próprio (ver Nota 2.13.1).

2.15. Provisões e Passivos contingentes

As contas anuais do Grupo reúnem, conforme o caso, todas as provisões significativas para a cobertura de determinados riscos aos que o Grupo está exposto como consequência da sua atividade, concretos no que diz respeito à sua natureza, mas indeterminados no que se refere ao montante e/ou momento de ocorrência. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas contas anuais, apenas é fornecida informação dos mesmos, caso exista.

As Provisões, que são quantificadas tendo em consideração a melhor informação disponível sobre as consequências da ocorrência que têm origem ou são reestimadas, conforme o caso, a cada fecho contabilístico, utilizam-se para fazer face às obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas; sendo feita a reversão, total ou parcial, quando essas obrigações deixarem de existir ou diminuírem.

O registo da dotação das provisões consideradas necessárias de acordo com os critérios anteriores e a possível reversão das mesmas caso desapareça a causa que motivou o seu registo contabilístico, registam-se a débito ou crédito, respetivamente, no capítulo “Provisões ou reversão de Provisões” da demonstração de resultados consolidada.

2.15.1. Procedimentos judiciais e/ ou reclamações em curso

No final do exercício de 2022, estavam em curso distintos procedimentos judiciais e reclamações com origem no desenvolvimento habitual das atividades do Grupo. Tanto os assessores legais do Grupo como os Administradores entendem que a conclusão destes procedimentos e reclamações não impactará, de qualquer forma, um efeito significativo nas contas anuais dos exercícios que finalizem.

2.16. Ativos não correntes em venda e grupos alienáveis de elementos classificados como detidos para venda

O capítulo “Ativos não correntes e grupos alienáveis de elementos classificados como detidos para venda” do balanço consolidado reúne o valor contabilístico dos itens - individuais ou, se for o caso, integrados num conjunto (“grupo de disposição”) o que, conforme o caso, forma parte de uma unidade de negócio que se pretende alienar (“operações em interrupção”) - que, pela sua natureza, se estima que tenham um prazo de realização superior a um ano, mas que se podem alienar por parte do Grupo e cuja venda é altamente provável que se realize, nas condições em que estes ativos se encontram atualmente, no prazo de um ano a contar desde a data a que se referem as contas anuais.

Também são considerados ativos não correntes em venda as participações em subsidiárias, associadas ou negócios conjuntos ou outros ativos financeiros, que, consoante o caso, cumpram os requisitos estabelecidos no parágrafo anterior.

Por esse motivo, a recuperação do valor contabilístico desses itens - que podem ser de natureza financeira ou não financeira - previsivelmente terão lugar através do preço obtido da alienação ou disposição, em vez de através do seu uso continuado.

Concretamente, os ativos imobiliários ou outros não correntes recebidos pelo Grupo para a satisfação, total ou parcial, das obrigações de pagamento, são considerados ativos não correntes para venda e grupos alienáveis de elementos classificados como detidos para venda, caso existam; a menos que o Grupo tenha decidido fazer um uso continuado desses ativos ou os tenha classificado como investimentos imobiliários (ver Nota 2.13.2).

De uma forma geral, os ativos classificados como ativos não correntes para venda e grupos alienáveis de elementos classificados como detidos para vendas são avaliados pelo menor valor entre o valor contábilístico no momento em que são considerados como tal e pelo justo valor, líquido de custos de venda estimados dos mesmos. Enquanto forem classificados nesta categoria, os ativos amortizáveis não se amortizam.

Caso o valor contábilístico exceda o justo valor dos ativos, líquidos de despesas com a venda, o Grupo ajusta o valor contábilístico dos ativos pelo montante dessa excedência, com débito na conta “Ganhos ou perdas procedentes de Ativos não correntes e grupos alienáveis de elementos classificados como detidos para a venda não admissíveis como operações descontinuadas” da demonstração de resultados. Caso existam aumentos posteriores do justo valor dos ativos dos ativos, o Grupo reverte as perdas anteriormente contabilizadas, aumentando o valor contábilístico dos ativos com o limite do valor anterior à imparidade, a crédito na conta “Ganhos ou perdas procedentes de Ativos não correntes e grupos alienáveis de elementos classificados como detidos para a venda não admissíveis como operações descontinuadas” da demonstração de resultados consolidada.

Os resultados provenientes da venda de ativos não correntes em venda estão apresentados no capítulo “Ganhos ou perdas procedentes de Ativos não correntes e grupos alienáveis de elementos classificados como detidos para a venda não admissíveis como operações descontinuadas” da demonstração de resultados consolidada.

Não obstante do que foi anteriormente disposto, os ativos financeiros, os ativos procedentes de retribuições a colaboradores e os ativos por impostos diferidos que, conforme o caso, sejam classificados como não correntes para venda, e que são parte de um grupo de disposição ou de uma operação de descontinuação, não se avaliam de acordo com o disposto nos parágrafos anteriores, mas de acordo com os princípios e normas aplicáveis a estes conceitos, explicadas anteriormente na Nota 2.

2.17. Demonstração de fluxos de caixa consolidada

Na demonstração de fluxos de caixa consolidada, utilizam-se as seguintes expressões nos seguintes sentidos:

- **Fluxos de caixa:** entradas e saídas de dinheiro e de equivalentes; entendendo-se por equivalentes os investimentos a curto prazo altamente líquidos e de risco baixo de alterações no seu valor.
- **Atividades operacionais:** atividades típicas de instituições de crédito, bem como outras atividades que não podem ser classificadas como de investimento ou de financiamento. Também são consideradas atividades operacionais os juros pagos por qualquer financiamento recebido mesmo que sejam considerados atividades de financiamento. As atividades realizadas com as diferentes categorias de instrumentos financeiros discriminadas na Nota 2.2.4 anterior são consideradas, para efeitos de elaboração deste relatório, atividades operacionais.
- **Atividades de investimento:** inclui operações como a aquisição, alienação ou disposição por outros meios de ativos a longo prazo e outros investimentos não incluídos no fluxo de caixa e equivalentes, tais como ativos tangíveis, ativos intangíveis, participações, ativos não correntes em venda e passivos associados e instrumentos patrimoniais avaliados pelo justo valor através de outro rendimento integral que sejam investimentos estratégicos, caso existam.

- **Atividades de financiamento:** inclui os fluxos de caixa de atividades que produzem alterações na dimensão e composição do capital próprio e dos passivos que não fazem parte das atividades operacionais.

Para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa, foram considerados como “caixa e equivalentes de caixa” o saldo do capítulo “Caixa, saldos em caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem” do ativo do balanço consolidado, sem considerar, se for o caso, as perdas por imparidade constituídas sobre estes saldos.

2.18. Demonstração de alterações no capital próprio consolidada

A demonstração de alterações no capital próprio consolidada apresentada nestas contas anuais mostra o total das variações verificadas no capital próprio consolidado durante o exercício. Esta informação está discriminada por sua vez em duas demonstrações: demonstração de rendimentos e custos/custos reconhecidos e a demonstração total de alterações no capital próprio consolidada. De seguida estão explicadas as principais características da informação contida em ambas partes das demonstrações:

2.18.1. Demonstração consolidada de rendimentos e custos/custos reconhecidos

Nesta parte da demonstração de alterações do capital próprio consolidado apresentam-se os rendimentos e custos/custos do Grupo como consequência da atividade durante o exercício, distinguindo os registados como resultados na demonstração de resultados consolidada do exercício e as outras receitas e despesas registadas, de acordo o disposto na legislação em vigor, diretamente no capital próprio (outro rendimento integral consolidado) distinguindo neste último caso as rubricas que podem e não podem ser reclassificadas em resultados de acordo com o disposto na legislação aplicável.

Assim sendo, nesta demonstração são apresentados:

- O resultado do exercício.
- O valor líquido dos rendimentos e custos/custos reconhecidos não reclassificados em resultados.
- O valor líquido dos rendimentos e custos/custos reconhecidos reclassificados em resultados.
- O total de rendimentos e custos/custos reconhecidos, calculados como o somatório das alíneas anteriores.

As variações nos rendimentos e custos/custos reconhecidos ou no capital próprio como itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados decompõem-se em:

- Ganhos e perdas contabilizadas no capital próprio: refere-se ao montante dos ganhos, líquidos de custos derivados do exercício, reconhecidos diretamente no capital próprio. Os montantes reconhecidos no capital próprio do exercício ficam nesta conta, mesmo que no mesmo exercício sejam transferidos para a demonstração de resultados ao montante contabilizado inicialmente nos ativos ou passivos, ou sejam reclassificados noutra rubrica.
- Transferidos a resultados: refere-se ao montante dos ganhos ou perdas por avaliação previamente reconhecida no capital próprio, ainda que seja no mesmo exercício, que são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada.
- Transferidos ao valor inicial dos elementos cobertos: refere-se ao montante dos ganhos ou perdas por avaliação previamente reconhecida no capital próprio, ainda que seja no mesmo exercício, que sejam reconhecidos no montante contabilístico inicial de ativos e passivos como consequência de coberturas de fluxos de caixa.
- Outras reclassificações: refere-se ao montante das transferências realizadas no exercício entre as rubricas consoante os critérios estabelecidos na legislação vigente.

Os montantes destas rubricas são apresentados pelo valor bruto, sendo incluídos no final tanto os elementos que possam como os que não possam ser reclassificados em resultados numa conta separada o imposto sobre os lucros correspondente.

2.18.2. Demonstração total de alterações no capital próprio consolidada

Nesta demonstração apresentam-se as alterações no capital próprio, incluindo as que são causadas por alterações nos critérios contabilísticas e em correções de erros que, se existiram, se tenham registado. Esta demonstração apresenta, portanto, uma conciliação do valor contabilístico ao início e final do exercício de todos os itens que compõem o capital próprio, agrupando os movimentos decorridos em função da sua natureza nas rubricas seguintes:

- a. Efeitos da correção de erros e das alterações nas políticas contabilísticas: nesta categoria são incluídos os ajustamentos ao capital próprio que surjam como consequência da re-expressão retrospectiva das demonstrações financeiras necessárias, distinguindo os que correspondem a alterações nas políticas contabilísticas e os que correspondem a correções de erros.
- b. Rendimento integral total do período: nesta categoria está incluído o montante da rubrica com o mesmo nome na demonstração de rendimentos e custos reconhecidos correspondente à mesma data.
- c. Outras variações do capital próprio: reúne as variações realizadas diretamente no capital próprio por aumentos e reduções de capital, ou outros Instrumentos patrimoniais (incluídos os custos derivados dessas operações), distribuição de dividendos ou remunerações aos acionistas, reclassificação de instrumentos financeiros do capital próprio ao passivo ou vice-versa, transferências entre itens de capital próprio que sua natureza não tenham sido incluídos noutras contas, aumentos e diminuições do capital próprio resultantes de concentrações de atividades empresariais, pagamentos com base em ações, e qualquer aumento ou redução do capital próprio que não se possa incluir nas rubricas anteriores.

3. Cecabank, S.A.

Cecabank, S.A. é a empresa-mãe do Grupo. As contas anuais individuais são preparadas aplicando os princípios e critérios contabilísticos da Circular 4/2017 do Banco de Espanha, de 27 de novembro, relativa a instituições de crédito, sobre regras de informação financeira pública e reservada e modelos de demonstrações financeiras, bem como as sucessivas modificações.

De seguida são apresentadas as demonstrações financeiras do Banco a 31 de dezembro de 2022 e 2021 e para os exercícios findos nessas datas a efeitos informativo:

Balanços

(dados em milhares de euros):

	Milhares de euros	
Ativo	2022	2021
Caixa, disponibilidades em bancos centrais e outros depósitos à ordem	7.853.926	8.678.793
Ativos financeiros detidos para negociação	857.046	1.414.378
Derivados	447.469	781.544
Instrumentos patrimoniais	102.253	292.528
Títulos de dívida	307.324	340.306
Empréstimos e adiantamentos	-	-
Nota: Empréstados ou fornecidos como garantia com direito de venda ou penhora	104.631	170.867
Ativos financeiros não destinados a negociação mensurada obrigatoriamente a justo valor através de resultados	14.939	28.584
Instrumentos patrimoniais	5.804	4.550
Títulos de dívida	9.135	23.924
Empréstimos e adiantamentos	-	110
Nota: Empréstados ou fornecidos como garantia com direito de venda ou penhora	-	-
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	2.339.005	3.238.947
Instrumentos patrimoniais	2.733	3.002
Títulos de dívida	2.336.272	3.235.945
Empréstimos e adiantamentos	-	-
Nota: Empréstados ou fornecidos como garantia com direito de venda ou penhora	1.414.785	2.132.610
Ativos financeiros ao custo amortizado	2.542.129	3.198.576
Títulos de dívida	307.273	109.595
Empréstimos e adiantamentos	2.234.856	3.088.981
Bancos centrais	1	16.174
Instituições de crédito	1.352.991	2.094.199
Clientes	881.864	978.608
Nota: Empréstados ou fornecidos como garantia com direito de venda ou penhora	286.089	479.295
Derivados - contabilidade de coberturas	196.441	10.137
Alterações no justo valor dos elementos cobertos numa carteira com cobertura de risco de taxa de juro	-	-
Investimentos em negócios conjuntos e associadas	312	312
Subsidiárias	312	312
Negócios conjuntos	-	-
Associados	-	-
Ativos tangíveis	53.843	51.157
Imobilizado corpóreo	44.793	41.860
De uso próprio	44.793	41.860
Investimentos imobiliários	9.050	9.297
Dos quais: cedido em locação operacional	-	-
Nota: Adquirido em locação financeira	1.303	1.673
Ativos intangíveis	401.117	446.601
<i>Goodwill</i>	-	-
Outros ativos intangíveis	401.117	446.601
Ativos por impostos	86.960	66.765
Ativos por impostos correntes	368	229
Ativos por impostos diferidos	86.592	66.536
Outros ativos	67.306	60.349
Contratos de seguros vinculados a pensões	-	-
Existências	-	-
Restantes ativos	67.306	60.349
Ativos não correntes e grupos alienáveis de elementos que estão classificados como detidos para venda	623	3.075
Total Ativo	14.413.647	17.197.674

Capital próprio e Passivo	2022	2021
Passivo		
Passivos financeiros detidos para negociação	616.748	1.085.136
Derivados	482.354	805.612
Posições curtas	134.394	279.524
Depósitos	-	-
Títulos de dívida emitidos	-	-
Outros Passivos financeiros	-	-
Passivos financeiros designados a justo valor através dos resultados	-	-
Passivos financeiros a custo amortizado	12.447.027	14.726.825
Depósitos	12.071.335	14.591.300
Bancos centrais	3.843	-
Instituições de crédito	1.517.129	2.267.645
Clientes	10.550.363	12.323.655
Outros Passivos financeiros	375.692	135.525
Derivados - contabilidade de coberturas	-	4.105
Variações no justo valor dos elementos cobertos de uma carteira com cobertura de risco de taxa de juro	-	-
Provisões	71.813	86.763
Pensões e outras obrigações de prestações definidas pós-emprego	-	-
Outras retribuições aos colaboradores a longo prazo	33.569	45.426
Questões processuais e litígios por impostos pendentes	6.719	4.213
Compromissos e garantias concedidos	413	262
Restantes provisões	31.112	36.862
Passivos por impostos	17.983	18.531
Passivos por impostos correntes	7.025	6.686
Passivos por impostos diferidos	10.958	11.845
Capital social reembolsável à vista	-	-
Outros Passivos	70.876	65.596
Passivos incluídos em grupos alienáveis de elementos cobertos de uma carteira com cobertura de risco de taxa de juro	-	-
Total Passivo	13.224.447	15.986.956

Capital Próprio e Passivo	2022	2021
Fundos próprios	1.251.989	1.200.748
Capital	112.257	112.257
Capital realizado	112.257	112.257
Capital não realizado exigido	-	-
Nota: capital não exigido	-	-
Prémio de emissão	615.493	615.493
Instrumentos de património emitidos distintos do capital	-	-
Outros elementos do capital próprio	-	-
Resultados acumulados	443.965	388.891
Reservas de reavaliação	-	-
Outras reservas	14.894	14.889
(-) Ações próprias	-	-
Resultado do exercício	65.380	69.218
(-) Dividendos provisórios	-	-
Reservas de reavaliação	-	-
Outro resultado integral acumulado	(62.789)	9.970
Itens a não reclassificar para lucros ou perdas	11.555	11.163
Ganhos ou (-) perdas atuariais em planos de pensões de prestações definidas	10.126	9.656
Ativos não correntes e grupos alienáveis de elementos classificados como mantidos para venda	-	-
Alteração do justo valor dos instrumentos de capital próprio mensurados a justo valor através de outro rendimento integral	1.429	1.507
Ineficácia das coberturas de valor dos instrumentos de capital próprio mensurados a justo valor através de outro rendimento integral	-	-
Alterações do justo valor dos passivos financeiros a justo valor através de resultados atribuíveis a alterações no risco de crédito	-	-
Elementos que poderão vir a ser reclassificados para resultados	(74.344)	(1.193)
Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras	-	-
Conversão cambial	-	-
Derivados de cobertura. Coberturas de fluxos de caixa	-	-
Alteração do justo valor dos instrumentos de dívida mensurados a justo valor através de outro rendimento integral	(74.344)	(1.193)
Instrumentos de cobertura	-	-
Ativos não correntes e grupos alienáveis de elementos classificados como detidos para venda	-	-
Total Capital Próprio	1.189.200	1.210.718
Total Capital Próprio e Passivo	14.413.647	17.197.674
<i>Nota</i>		
Compromissos de empréstimos concedidos	503.859	561.871
Garantias financeiras concedidas	-	-
Outros compromissos concedidos	174.353	71.431

Demonstração de Resultados

(Dados em milhares de euros):

	2022	2021
Rendimentos de juros	143.914	111.336
Ativos financeiros a justo valor através de outro rendimento integral	31.165	27.897
Ativos financeiros ao custo amortizado	21.162	9.763
Restantes rendimentos de juros	91.587	73.676
CustosCustos de juros	(140.413)	(104.962)
Margem de Juros	3.501	6.374
Rendimentos de dividendos	4.915	4.066
Rendimentos de comissões	226.641	223.457
Despesas de comissões	(35.097)	(33.090)
Ganhos ou perdas líquidas no desreconhecimento de ativos ou passivos financeiros não mensurados a justo valor através de resultados	(26.110)	34.588
Ativos financeiros ao custo amortizado	2	3
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	-
Restantes ativos e passivos financeiros	(26.112)	34.585
Ganhos ou perdas líquidas por ativos e passivos financeiros detidos para negociação	35.032	(6.018)
Outros ganhos ou perdas	35.032	(6.018)
Ganhos ou perdas líquidas por ativos financeiros não destinados a negociação mensurados obrigatoriamente a justo valor através de resultados	(687)	(1.043)
Outros ganhos ou perdas	(687)	(1.043)
Ganhos ou (-) perdas líquidas por ativos e passivos financeiros designados a justo valor através de resultados	-	-
Ganhos ou perdas líquidas resultantes de instrumentos de cobertura	3.081	206
Diferenças cambiais líquidas	62.036	38.746
Outros proveitos de exploração	48.260	45.410
Outros custoscustos de exploração	(9.818)	(7.404)
Margem Bruta	311.754	305.292
CustosCustos administrativos	(136.056)	(143.559)
Custos com o pessoal	(48.301)	(71.427)
Outros custoscustos administrativos	(87.755)	(72.132)
Amortização	(87.444)	(82.411)
Provisões ou reversão de provisões	4.759	9.786
Imparidade ou reversão de imparidade em ativos financeiros não mensurados a justo valor através de resultados e perdas ou ganhos líquidos por modificação	(857)	4.580
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(738)	(416)
Ativos financeiros ao custo amortizado	(119)	4.996
Imparidade ou reversão da imparidade de investimentos em negócios conjuntos ou associadas	-	-
Imparidade ou reversão de imparidade de ativos não financeiros	-	-
Ativos corpóreos	-	-
Ativos incorpóreos	-	-
Outros	-	-
Ganhos ou perdas líquidas no desreconhecimento de ativos não financeiros	(13)	5
<i>Badwill</i> reconhecido em resultados	-	-
Ganhos ou perdas líquidas de ativos não correntes e grupos alienáveis de elementos classificados como detidos para venda não admissíveis como operações descontinuadas	-	43
Resultado operacional antes de impostos procedentes das atividades correntes	92.143	93.736
Rendimentos ou custoscustos por impostos sobre os ganhos de atividades correntes	(26.763)	(24.518)
Resultado operacional depois de impostos procedentes das atividades correntes	65.380	69.218
Rendimentos ou custoscustos depois de impostos procedentes de atividades descontinuadas	-	-
Resultado do exercício	65.380	69.218

Demonstração de rendimentos e custos custos reconhecidos

(Dados em milhares de euros):

	2022	2021
Resultado do exercício	65.380	69.218
Outro resultado integral	(72.759)	(14.445)
Itens que não irão ser reclassificados para resultados	392	(55)
Ganhos ou perdas atuariais em planos de pensões de contribuições definidas	671	(340)
Ativos não correntes e grupos alienáveis de elementos detidos para venda	-	-
Alterações do justo valor dos instrumentos de capital próprio mensurados a justo valor através de outro rendimento integral	(112)	262
Imposto sobre lucro relativo aos itens que não serão reclassificados	(167)	23
Itens que poderão ser reclassificados para resultados	(73.151)	(14.390)
Conversão cambial	-	-
Ganhos/(perdas) por operações cambiais contabilizadas no capital próprio	-	-
Coberturas de fluxos de caixa (parte eficaz)	-	-
Ganhos/(perdas) de valor contabilizadas no capital próprio	-	-
Transferido a resultados	-	-
Instrumentos de dívida a justo valor através de outro rendimento integral	(104.501)	(20.557)
Ganhos/(perdas) de valor contabilizadas no capital próprio	(130.613)	14.028
Transferido a resultados	26.112	(34.585)
Impostos sobre lucros relativos aos itens que poderão ser reclassificados em resultados	31.350	6.167
Resultado global total do exercício	(7.379)	54.773

Demonstração total de alterações no capital próprio

(Dados em milhares de euros):

	Fundos Próprios								
	Capital	Prémio de emissão	Resultados acumulados	Outras Reservas	(-) Ações próprias	Resultado do exercício	(-) Dividendo provisório	Outro rendimento integral acumulado	Total capital próprio
Saldo de abertura (antes da re-expressão) a 1 de janeiro de 2021	112.257	615.493	339.382	14.796	-	54.354	-	24.415	1.160.697
Efeitos da correção de erros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos das alterações nas políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo de abertura a 1 de janeiro de 2021	112.257	615.493	339.382	14.796	-	54.354	-	24.415	1.160.697
Resultado global total do exercício	-	-	-	-	-	69.218	-	(14.445)	54.773
Outras variações do capital próprio	-	-	49.509	93	-	(54.354)	-	-	(4.752)
Dividendos (ou remunerações aos sócios)	-	-	(4.844)	-	-	-	-	-	(4.844)
Venda ou cancelamento de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências entre componentes do capital próprio	-	-	54.354	-	-	(54.354)	-	-	-
Outros aumentos/diminuições do capital próprio	-	-	(1)	93	-	-	-	-	92
Saldo de encerramento em 31 de dezembro de 2021	112.257	615.493	388.891	14.889	-	69.218	-	9.970	1.210.718
Efeitos da correção de erros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos das alterações nas políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo de abertura a 1 de janeiro de 2022	112.257	615.493	388.891	14.889	-	69.218	-	9.970	1.210.718
Resultado global total do exercício	-	-	-	-	-	65.380	-	(72.759)	(7.379)
Outras variações do capital próprio	-	-	55.074	5	-	(69.218)	-	-	(14.139)
Dividendos (ou remunerações aos sócios)	-	-	(14.144)	-	-	-	-	-	(14.144)
Venda ou cancelamento de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências entre componentes do capital próprio	-	-	69.218	-	-	(69.218)	-	-	-
Outros aumentos/diminuições do capital próprio	-	-	-	5	-	-	-	-	5
Saldo de encerramento em 31 de dezembro de 2022	112.257	615.493	443.965	14.894	-	65.380	-	(62.789)	1.189.200

Demonstração dos fluxos de caixa

(Dados em Milhares de euros):

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais:	(768.499)	3.371.345
Resultado do exercício	65.380	69.218
Ajustamentos para obter os fluxos de caixa das atividades operacionais	132.158	110.286
Amortização	87.444	82.411
Outros ajustamentos	44.714	27.875
(Aumento) / Diminuição líquida dos ativos operacionais	(1.807.553)	(341.126)
Ativos financeiros detidos para negociação	(554.454)	(448.606)
Ativos financeiros não destinados a negociação mensurados obrigatoriamente a justo valor através de resultados	(13.495)	984
Ativos financeiros designados a justo valor através de resultados	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(648.201)	814.919
Ativos financeiros ao custo amortizado	(620.871)	(688.148)
Outros ativos de exploração	29.468	(20.275)
Aumento / (Diminuição) líquida dos passivos operacionais -	(2.757.406)	2.861.158
Passivos financeiros detidos para negociação	(468.388)	(208.837)
Passivos financeiros ao custo amortizado	(2.279.798)	3.087.412
Outros passivos operacionais	(9.220)	(17.417)
Pagamentos / Recebimentos de impostos sobre o rendimento	(16.184)	(10.443)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento	(42.224)	(36.616)
Pagamentos:	(42.224)	36.616
Ativos tangíveis	4.625	3.303
Ativos intangíveis	37.599	33.313
Investimentos em negócios conjuntos e associados	-	-
Outras unidades de negócio	-	-
Ativos não correntes e passivos classificados como mantidos para venda	-	-
Outros pagamentos relacionados com atividades de investimento	-	-
Recebimentos:	-	-
Ativos tangíveis	-	-
Ativos intangíveis	-	-
Investimentos em negócios conjuntos e associados	-	-
Outras unidades de negócio	-	-
Ativos não correntes e passivos classificados como detidos para venda	-	-
Outros pagamentos relacionados com atividades de investimento	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(14.144)	(4.844)
Pagamentos:	(14.144)	(4.844)
Dividendos	(14.144)	(4.844)
Passivos subordinados	-	-
Amortização de instrumentos de capital próprio	-	-
Aquisição de instrumentos de capital próprio	-	-
Outros pagamentos relacionados com atividades de financiamento	-	-
Recebimentos:	-	-
Efeitos das variações das taxas de câmbio	-	-
Aumento (diminuição) líquida de caixa e equivalentes	(824.867)	3.329.885
Caixa e seus equivalentes no início do período	8.678.793	5.348.908
Caixa e seus equivalentes no final do período	7.853.926	8.678.793
Nota	-	-
Componentes de caixa e equivalentes no final do período	-	-
Caixa	176.775	179.338
Saldos em caixa em bancos centrais	7.548.434	8.388.867
Outros depósitos à ordem	128.717	110.588
Menos: Descobertos bancários reembolsáveis à vista	-	-

4. Distribuição dos resultados do Banco

De seguida, apresentamos a proposta de distribuição do resultado líquido do exercício do Banco no exercício de 2022, que o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral de Acionistas para aprovação, assim como a já aprovada correspondente ao exercício de 2021:

	Milhares de euros	
	2022	2021
Reservas voluntárias	51.573	55.074
Dividendos	13.807	14.144
Resultado líquido do exercício	65.380	69.218

5. Informação por segmentos de negócio

Ggrande parte da atividade Grupo corresponde à atividade principal do Cecabank, S.A., e desenvolve-se em Espanha, representando a atividade secundária menos de 1% da atividade.

De seguida é apresentada uma discriminação dos principais rendimentos ordinários dos exercícios de 2022 e 2021 de clientes externos ao Grupo detalhado por áreas geográficas de onde provêm:

Em 2022:

	Milhares de euros			
	Espanha	Resto da Europa	Resto do Mundo	Total
Rendimentos de juros (Nota 28)	143.914	-	-	143.914
Rendimentos de comissões (Nota 31)	225.465	-	-	225.465
Ganhos e perdas por Ativos e Passivos financeiros, líquidos (Nota 33)	11.316	-	-	11.316
Outros proveitos de exploração (Nota 34)	48.260	8.105	-	56.365

Em 2021:

	Milhares de euros			
	Espanha	Resto da Europa	Resto do Mundo	Total
Rendimentos de juros (Nota 28)	111.336	-	-	111.336
Rendimentos de comissões (Nota 31)	222.429	-	-	222.429
Ganhos e perdas por Ativos e Passivos financeiros, líquidos (Nota 33)	27.733	-	-	27.733
Outros proveitos de exploração (Nota 34)	45.410	5.658	-	51.068

Por outro lado, na Nota 26, é mostrada informação sobre a distribuição geográfica por contrapartes das principais atividades do Grupo.

A 31 de dezembro de 2022 e 2021 e durante esses exercícios, o Grupo não tem, nem teve nenhum cliente que individualmente represente 10% dos rendimentos ordinários.

6. Remunerações do Conselho de Administração e dos Diretivos

6.1. Remuneração do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração do Banco recebem, pela assistência às reuniões do Conselho e, consoante o caso, à das comissões de apoio, ajudas de custo cuja discriminação nos exercícios de 2022 e 2021 é apresentada na seguinte tabela:

	Milhares de euros	
	2022	2021
Azuaga Moreno, Manuel	22,8	22,8
Carbó Valverde, Santiago	57,9	60,0
García Lurueña, Francisco Javier	41,4	26,9
Iglesias Ruiz, Víctor Manuel	37,2	31,0
Méndez Álvarez-Cedrón, José María	22,8	22,8
Motellón García, Carmen	55,9	55,8
Pano Riera, Javier	26,9	31,0
Ruano Mochales, Jesús	-	29,0
Salaverria Monfort, Julia	53,8	53,8
Sarro Álvarez, María del Mar	64,1	62,0
	382,8	395,1

As ajudas de custo dos conceitos indicados anteriormente do exercício de 2021 correspondentes à participação no Conselho do Cecabank, S.A. e nas Comissões de apoio, da gestão da entidade Bankia, S.A., que são pagos diretamente a esta entidade, neste caso ao CaixaBank, S.A., como a entidade resultante da fusão entre as duas entidades, alcançaram os 6 milhares de euros (zero milhares de euros durante o exercício 2022).

A partir de 28 de setembro de 2021, Jesús Ruano Mochales deixará de ser membro do Conselho de Administração.

Além disso, um dos diretores não beneficia de uma taxa de comparência para assistir ao Conselho de Administração e às suas Comissões de apoio.

Na Nota 40 estão detalhados os restantes saldos detidos pelo Banco com o seus Administradores e pessoas vinculadas aos mesmos.

6.2. Remunerações dos Dretivos do Banco e dos membros do Conselho de Administração na qualidade de Diretores do Banco

Para efeito da elaboração das presentes contas anuais são considerados como Dretivos do Banco os membros do Comité de Direção, constituído por 8 membros a 31 de dezembro de 2022 e 2021.

A remuneração acumulada dos Dretivos e dos membros do Conselho de Administração na qualidade de diretores do Banco atinge os 2.402 milhares de euros no exercício de 2022, dos quais 2.133 milhares de euros correspondem a retribuições a curto prazo do exercício de 2022, incluindo o montante concedido mediante *Phantom Shares*, e 269 milhares de euros correspondem a prestações pós-emprego (2.136 milhares de euros no exercício 2021, dos quais, 2.017 milhares de euros correspondem a retribuições a curto prazo e 119 milhares de euros a prestações pós-emprego).

O montante dos direitos consolidados de pensões de Diretivos e dos membros do Conselho de Administração na qualidade de diretores do Banco a 31 de dezembro de 2022 ascendeu a 3.380 milhares de euros (3.104 milhares de euros a 31 de dezembro de 2021).

O Grupo tem contratada uma apólice de acidentes para Administradores e uma apólice de responsabilidade civil para Administradores de Cargos Dirigentes com as condições habituais para este tipo de seguros, com um prémio imputável ao exercício de 2022 de 287 milhares de euros (269 milhares de euros em 2021).

Na Nota 40 das presentes contas anuais consolidadas é discriminado o montante das contas à ordem que têm com o Grupo os Diretivos e os membros do Conselho de Administração, bem como a dívida contraída dos empréstimos concedidos pelo Grupo.

6.3. Obrigações de Transparência

O artigo 229 do texto Consolidado da Lei de Sociedades de Capital estabelece que os Administradores devem comunicar qualquer situação de conflito, direto ou indireto, que possam ter com o interesse do Banco onde exercem o cargo de Administrador.

Durante o exercício 2022, em duas ocasiões, alguns Administradores do Cecabank, S.A. se abstiveram de participar na deliberação e/ou votação de um assunto. Esses dois momentos foram os seguintes: em uma ocasião foram feitos acordos sobre a formalização de operações financeiras e noutra ocasião foi feito um acordo de revisão da retribuição do Conselho Executivo.

Durante o exercício de 2021 os Administradores do Banco, conforme definido pela Lei de Sociedades de Capital, informaram o Conselho de Administração de três situações de conflito, direto ou indireto, que eles ou pessoas vinculadas a eles possam ter tido com interesse do Banco.

7. Caixa, disponibilidades em bancos centrais e outros depósitos à ordem

A distribuição do saldo deste capítulo dos balanços consolidados a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2022	2021
Caixa em Euros	42.800	42.396
Caixa em divisa estrangeira	133.975	136.942
Disponibilidades em bancos centrais (Nota 1.9) (*)	7.548.434	8.388.867
Outros depósitos à ordem	129.202	111.564
<i>Dos quais: em divisa estrangeira</i>	<i>92.270</i>	<i>100.793</i>
<i>Dos quais: em Euros</i>	<i>36.932</i>	<i>10.771</i>
Instituições de crédito de cobrança duvidosa (Notas 22.4.2 e 22.7)	16	175
Ajustamentos por avaliação		
Perdas por imparidade (Nota 22.4.2)	(88)	(188)
	7.854.339	8.679.756

(*) Este saldo corresponde na íntegra ao saldo em caixa no Banco de Espanha.

A 31 de dezembro de 2022, as posições de cobrança duvidosa com correspondentes estão classificadas nesta rubrica. Deste modo, as perdas por imparidade incluem 7 milhares de euros de correções de valor avaliadas individualmente, 38 milhares de euros avaliadas coletivamente e 43 milhares de euros a título de correções por risco país.

A 31 de dezembro de 2021, as posições de cobrança duvidosa com correspondentes estavam classificadas nesta rubrica. Deste modo, as perdas por imparidade incluem 79 milhares de euros de correções de valor avaliadas individualmente, 30 milhares de euros avaliadas coletivamente e 79 milhares de euros a título de correções por risco país.

8. Ativos e Passivos financeiros ao justo valor detidos para negociação

8.1. Instrumentos financeiros detidos para negociação - carteira devedora e credora

8.1.1. Instrumentos financeiros detidos para negociação - Composição do saldo

De seguida é apresentada a decomposição dos ativos e passivos financeiros incluídos nos capítulos dos balanços consolidados a 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	SalDOS Devedores		SalDOS Credores	
	2022	2021	2022	2021
Títulos de dívida	307.324	340.306	-	-
Dívida Pública	118.332	223.182	-	-
Títulos do tesouro	799	-	-	-
Outros organismos públicos	8.264	10.026	-	-
Administrações públicas não residentes	44.061	14.217	-	-
Instituições de crédito	70.020	42.981	-	-
Sector privado (Espanha)	64.790	26.699	-	-
Sector privado (resto do mundo)	1.058	23.201	-	-
Ativos de cobrança duvidosa	-	-	-	-
Instrumentos de capital	102.253	292.528	-	-
Ações cotadas no mercado espanhol	101.188	291.240	-	-
Ações cotadas em mercados do resto do mundo	1.065	1.288	-	-
Derivados de negociação -	447.469	781.544	482.354	805.612
Derivados negociados em mercados organizados	1.195	332	-	-
Derivados não negociados em mercados organizados	446.274	781.212	482.354	805.612
Posições curtas de títulos	-	-	134.394	279.524
	857.046	1.414.378	616.748	1.085.136

Na Nota 22 é apresentada informação sobre o risco de crédito assumido pelo Grupo relativamente aos ativos financeiros, diferentes dos instrumentos de capital, incluídos nesta categoria. Por sua vez, nas Notas 23 e 24 existe informação sobre os riscos de mercado e liquidez, respetivamente, associados aos instrumentos financeiros incluídos nesta categoria.

A Nota 21 contém informação sobre o justo valor dos instrumentos financeiros incluídos nesta categoria. Na Nota 26 há informação sobre concentração de riscos relativa aos ativos financeiros incluídos nesta categoria de instrumentos financeiros. A Nota 25 inclui informação sobre a exposição ao risco de taxas de juro.

8.1.2. Derivados de negociação (ativo e passivo)

A tabela apresenta uma discriminação do justo valor dos derivados de negociação contratados pelo Grupo, classificados em função dos riscos inerentes, bem como do valor nominal (valor de referência para calcular os pagamentos e cobranças futuros destes derivados) a 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Milhares de euros

	2022			2021		
	Justo Valor		Valor Nominal	Justo Valor		Valor Nominal
	Saldo Devedor	Saldo Credor		Saldo Devedor	Saldo Credor	
Risco de juros	401.069	410.040	17.170.545	698.146	729.187	18.114.028
Risco cambial	44.701	71.856	6.089.307	79.188	68.066	7.529.624
Risco de títulos de capital	1.196	324	167.561	1.962	5.757	322.650
Risco de crédito	503	134	115.000	2.248	2.602	130.000
	447.469	482.354	23.542.413	781.544	805.612	26.096.302

O valor nominal dos contratos formalizados não comporta o risco real assumido pelo Grupo, relativo a estes contratos, já que a posição líquida destes instrumentos financeiros resulta da compensação e/ou combinação dos mesmos, bem como outras posições patrimoniais do Grupo.

8.1.3. Passivos financeiros detidos para negociação - Posições curtas em títulos

Esta rubrica indica o saldo dos balanços consolidados a 31 de dezembro de 2022 e 2021, tendo em conta o tipo operações onde têm origem:

Milhares de euros

	2022	2021
Classificação:		
Por empréstimos de valores-	-	-
Instrumentos de capital	-	-
Por descoberto em repos-		
Títulos de dívida	134.394	279.524
	134.394	279.524

As rubricas “Posições curtas em títulos - Por empréstimos de títulos - Instrumentos de capital” e “Posições curtas em valores - Por descoberto em repos - títulos de dívida ” da tabela anterior registam o justo valor dos instrumentos patrimoniais e títulos da dívida adquiridos provisoriamente com acordo de retrocessão não opcional pelo Grupo, e por esse motivo, não estão registados no ativo do balanço, foram vendidos e vão ser adquiridos novamente pelo Grupo antes do vencimento dos empréstimos com repos de ativos, que constituem garantia para proceder à devolução ao titular no vencimento da transação.

8.2. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através dos resultados

O quadro seguinte apresenta a repartição dos ativos financeiros incluídos neste capítulo dos balanços consolidados a 31 de dezembro de 2022 e 2021, classificados conforme a sua natureza:

	Milhares de euros	
	2022	2021
Instrumentos de património	5.804	4.550
Ações cotadas em mercados organizados	-	-
Ações cotadas em mercados do resto do mundo	-	-
Ações não cotadas	5.804	4.550
Valores representativos da dívida	9.135	23.924
Sector privado (Espanha)	-	13.937
Sector privado (resto do mundo)	9.135	9.987
Empréstimos e adiantamentos	-	110
	14.939	28.584

Na Nota 22 é divulgada informação sobre a exposição ao risco de crédito do Banco a 31 de dezembro de 2022 e 2021 associada a estes instrumentos financeiros.

A Nota 21 tem informação sobre o justo valor destes instrumentos financeiros a 31 de dezembro de 2022 e 2021. Na Nota 23 são apresentadas informações sobre o risco de mercado destes instrumentos financeiros. Na Nota 25 refere informação sobre a exposição ao risco de taxa de juro.

Na Nota 24 apresenta informação sobre o risco de liquidez associado aos instrumentos financeiros que constituem propriedade do Banco.

A Nota 26 divulga informação sobre o risco de concentração destes instrumentos financeiros a 31 de dezembro de 2022 e 2021.

8.3. Ativos e Passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados

A 31 de dezembro de 2022 e 2021 não se encontram registados ativos e passivos nesta rubrica.

9. Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

No quadro abaixo são apresentados os ativos financeiros incluídos neste capítulo dos balanços consolidados a 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Milhares de euros	
	2022	2021
Valores representativos da dívida -		
Valores de Administrações Públicas Espanholas	913.179	1.716.039
Títulos do Tesouro	400.332	1.495.750
Dívida Pública	512.847	220.289
Administrações Públicas não residentes	1.008.788	852.526
Instituições de crédito espanholas	142.597	250.801
Instituições de crédito não residentes em Espanha	76.526	10.125
Sector privado (Espanha)	150.445	164.765
Sector privado (resto do mundo)	296.961	248.636
	2.588.496	3.242.892
Ajustamentos por avaliação -		
Juros vencidos	11.810	6.553
Resultados por avaliação e outros	(259.223)	(9.272)
Imparidade (Nota 22.4 e 38)	(4.811)	(4.228)
	(252.224)	(6.947)
	2.336.272	3.235.945
Instrumentos de capital -		
Ações não cotadas em mercados organizados	10.826	10.816
	10.826	10.816
Ajustamentos por avaliação -		
Resultados por avaliação e outros	2.164	2.288
Imparidade (Nota 22.4 e 38)	(10.257)	(10.101)
	(8.093)	(7.814)
	2.733	3.002
	2.339.005	3.238.947

Na Nota 21 é incluída determinada informação sobre o justo valor dos instrumentos financeiros, entre os que estão incluídos nesta rubrica do ativo.

Na Nota 22 é incluída informação sobre o risco de crédito a que estão sujeitos os títulos da dívida incluídos nessa categoria de instrumentos financeiros.

Na Nota 23 são apresentadas certas informações sobre o risco de mercado a que o Banco está exposto associado a estes ativos financeiros. Na Nota 25 é incluída informação sobre exposição ao risco de taxa de juro.

Na Nota 26 é apresentada informação sobre o risco de concentração associado a estes ativos financeiros.

10. Ativos financeiros ao custo amortizado

De seguida são apresentados os ativos financeiros discriminados e incluídos neste capítulo dos balanços consolidados a 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Milhares de euros	
	2022	2021
Títulos da dívida -		
Títulos da dívida emitidos por Administrações Públicas espanholas		-
Títulos da dívida emitidos por entidades distintas de Administrações Públicas espanholas	306.119	108.427
Ativos de cobrança duvidosa	-	-
	306.119	108.427
Ajustamentos por avaliação -		
Imparidade (Nota 22.4 e 38)	(352)	(291)
Juros vencidos	1.506	1.459
	1.154	1.168
	307.273	109.595
Empréstimos e adiantamentos a bancos centrais		
Adiantamentos para além de empréstimos	-	16.180
Ajustamentos de avaliação-		
Perdas por imparidade	-	
Juros acrescidos	1	(6)
	1	(6)
	1	16.174
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito -		
Repos	360.754	1.089.469
Outros empréstimos a prazo	292.712	64.345
Adiantamentos distintos de empréstimos	697.008	941.127
Ativos de cobrança duvidosa	25	25
	1.350.499	2.094.966
Ajustamentos por avaliação -		
Imparidade (Nota 22.4 e 38)	(25)	(25)
Juros vencidos	2.517	(742)
	2.492	(767)
	1.352.991	2.094.199
Empréstimos e adiantamentos a clientes -		
Curto prazo	8.258	4.391
Dívida com cartão de crédito	604	620
Carteira comercial	2.303	1.666
Empréstimos de repos	1.046	1.086
Outros empréstimos a prazo	206.180	228.736
Adiantamentos distintos de empréstimos	650.083	725.565
Ativos de cobrança duvidosa	378	407
	868.852	962.471
Ajustamentos por avaliação -		
Perdas por deterioro (Nota 22.4 e Nota 38)	(378)	(204)
Prémios na aquisição	11.248	14.734
Juros vencidos	3.785	2.728
	14.655	17.258
	883.507	979.729
	2.543.772	3.199.697

Na rubrica “Ativos financeiros ao custo amortizado- Empréstimos e adiantamentos a clientes”, estão incluídos empréstimos a clientes com garantia hipotecária cujo valor contabilístico alcança os 37.483 milhares de euros a 31 de dezembro de 2022 (41.505 milhares de euros em 2021).

Na Nota 21 é apresentada informação sobre o justo valor a 31 de dezembro de 2022 e 2021 dos ativos incluídos nesta categoria de ativos financeiros. Na Nota 22 é incluída determinada informação relevante relativa ao risco de crédito associado aos ativos financeiros incluídos nesta categoria de instrumentos financeiros a 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Na Nota 24 é incluída informação sobre o risco de liquidez associado aos instrumentos financeiros do Grupo.

Na Nota 26 é apresentada informação sobre o risco de concentração associado aos ativos financeiros incluídos nesta categoria a 31 de dezembro de 2022 e 2021. Na Nota 25 é apresentada informação sobre o risco de exposição à taxa de juro.

Além disso o Banco aplica as seguintes taxas de juro médias para os empréstimos (tanto hipotecários como não hipotecários) nos exercícios terminados em 2022 e 2021:

	2022	2021
Taxas de juros médias:		
Eficiência energética	Euribor anual	Euribor anual
Hipotecário de acordo	Euribor anual com limite máximo +5,25% e mínimo 0,50%	Euribor anual com limite máximo +5,25% e mínimo 0,50%
Hipotecário de livre disposição	Euribor anual + 0,40%	Euribor anual + 0,40%
Consumo livre disposição	Euribor anual + 2%	Euribor anual + 2%
Ampliação de habitação	Euribor anual	Euribor anual
Social	Euribor anual	Euribor anual

11. Derivados de cobertura

O Grupo tem contratadas, com diversas contrapartes, operações de derivativos financeiros considerados de cobertura contabilística para proteger o justo valor de determinadas posições do balanço consolidado suscetíveis de oscilar perante variações das taxas de juro de mercado e cumprir os requisitos exigidos pela legislação aplicável.

As posições do balanço consolidado do Grupo que são objeto da cobertura correspondem a títulos da dívida de taxa fixa (emissões avaladas, obrigações do Estado e Títulos do Tesouro). Os emissores desses títulos são o estado espanhol, instituições de crédito privadas espanholas e outros sectores residentes.

Dado que as posições que geram risco são operações de longo prazo referenciadas a uma taxa de juro fixa, o objetivo principal da cobertura é transformar o rendimento das partidas cobertas de fixo a variável e assim referenciar esse rendimento aos movimentos de mercado relacionados com as variações da taxa de juro; para isso o Grupo utiliza derivativos de taxas de juros negociados em mercados não organizados (basicamente, permutas financeiras como *call money swaps*).

O Grupo faz as coberturas associando *call money swaps* a cada grupo de instrumentos de dívida cobertos em função das sensibilidades perante variações de taxas de juro, e documenta as análises correspondentes de eficácia das coberturas para verificar que, ao início e durante a vida das mencionadas coberturas, pode-se esperar, de forma prospetiva, que as alterações do justo valor dos itens cobertos que sejam atribuíveis ao risco coberto são compensados praticamente na totalidade pelas alterações no justo valor dos instrumentos de cobertura, e que, retrospectivamente, os resultados das coberturas que oscilaram dentro de um intervalo de 80% a 125%. As coberturas descritas anteriormente são altamente eficazes.

De seguida apresenta-se, em detalhe, o justo valor dos instrumentos de cobertura de justo valor em função do instrumento coberto na operação de cobertura:

	Milhares de euros			
	2022		2021	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Instrumento coberto -				
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	196.441	-	10.137	4.105
	196.441	-	10.137	4.105

Os resultados registados na demonstração de resultados consolidada dos instrumentos de cobertura e dos itens cobertos são apresentados na conta de “Ganhos ou perdas líquidas resultantes de instrumentos de cobertura” (ver Nota 33).

Na Nota 21 é apresentada informação sobre o justo valor dos derivados de cobertura a 31 de dezembro de 2022 e 2021. Na Nota 22, é apresentada determinada informação sobre o risco de crédito associado aos derivados nessas mesmas datas.

12. Ativos não correntes e grupos alienáveis de elementos classificados como detidos para venda

De seguida é apresentada a composição deste capítulo dos balanços consolidados a 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Milhares de euros	
	2022	2021
Imóveis	623	3.075
Instrumentos patrimoniais	-	-
	623	3.075

O movimento feito nos itens incluídos neste capítulo de balanço consolidado durante os exercícios 2022 e 2021, bem como as perdas por imparidade, é o seguinte:

Milhares de euros

	2022	2021
Custo:		
Saldo a 1 de janeiro de 2021	4.943	4.943
Adições	-	-
Diminuições	-	-
Transferências	(4.320)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	623	4.943
Correções de valor por imparidade:		
Saldos a 1 de janeiro de 2022	(1.868)	(1.911)
Adições	-	43
Diminuições	1.868	-
Transferências	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(1.868)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	623	3.075

Imóveis

Relativamente aos itens incluídos nesta rubrica e sobre as quais foi ultrapassado o prazo de um ano desde o registo inicial (imóveis na sua totalidade), o Grupo continua a fazer uma gestão ativa destinada à sua venda no curto prazo. Embora a situação do mercado imobiliário em Espanha dificulte a disposição destes ativos, a gestão que realiza o Grupo relativa aos referidos ativos está destinada à sua venda no curto prazo, havendo expectativas razoáveis para isso, pelo que, ao cumprir-se também o resto de requisitos estabelecidos na Circular 4/2017, os mesmos continuam a ser classificados e avaliados como ativos não correntes detidos para venda.

13. Ativos tangíveis

O movimento desta rubrica dos balanços consolidados nos exercícios de 2021 e 2020 foi o seguinte:

Milhares de euros

	Imobilizado Corpóreo - De Uso Próprio				Total
	Terrenos e edifícios	Mobiliário instalações e veículos	Equipamento informático e instalações	Investimentos imobiliários	
Custo:					
Saldo a 1 de janeiro 2021	64.380	24.711	18.460	10.905	118.456
Adições	-	1.409	1.894	-	3.303
Subtrações	-	(60)	(1)	-	(61)
Transferências	(3.218)	-	(1.286)	4.504	-
Saldo a 31 de dezembro de 2021	61.162	26.060	19.067	15.409	121.698
Adições	126	3.752	814	-	4.692
Subtrações	(273)	(1.004)	(423)	-	(1.700)
Transferências	6.576	808	-	-	7.384
Saldo a 31 de dezembro de 2022	67.591	29.616	19.458	15.409	132.074
Amortização acumulada:					
Saldo a 1 de janeiro de 2021	(27.056)	(21.824)	(13.500)	(4.083)	(66.463)
Dotação com débito em resultados (Nota 39)	(1.328)	(738)	(1.874)	(185)	(4.125)
Subtrações	-	57	1	-	58
Transferências	1.470	-	374	(1.844)	-
Saldo a 31 de dezembro de 2021	(26.914)	(22.505)	(14.999)	(6.112)	(70.530)
Dotação com débito em resultados (Nota 39)	(1.244)	(986)	(1.889)	(247)	(4.366)
Subtrações	260	1.005	419	-	1.684
Transferências	(4.274)	(682)	-	-	(4.956)
Saldo a 31 de dezembro de 2022	(32.172)	(23.168)	(16.469)	(6.359)	(78.168)
Ativo tangível líquido:					
Saldo a 31 de dezembro de 2021	34.248	3.555	4.068	9.297	51.168
Saldo a 31 de dezembro de 2022	35.419	6.448	2.989	9.050	53.906

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, os ativos tangíveis estão totalmente amortizados por um valor bruto de 31.269 e 31.073 Milhares de euros, respetivamente. O Grupo tem os ativos tangíveis assegurados apólices de seguros.

Nem a 31 de dezembro de 2022 nem a 31 de dezembro de 2021 existiam deteriorações dos ativos tangíveis propriedade do Grupo, não tendo sido registado qualquer movimento relativo a este conceito dentro dos exercícios referido.

No exercício de 2022, os rendimentos de rendas procedentes dos Investimentos imobiliários que são da propriedade do Grupo alcançam os 1.790 Milhares de euros (1.535 Milhares de euros no exercício de 2021) (ver Nota 34).

Durante o exercício financeiro de 2022, foram incorridas perdas de alienações sob a rubrica "Imóveis, instalações e equipamento - Para uso próprio", no montante de 16 milhares de euros. No exercício financeiro de 2021, o montante ascendeu a 3 milhares de euros, o qual é reconhecido na rubrica "Ganhos ou perdas no desreconhecimento de ativos não financeiros, líquidos" na conta de lucros e perdas.

Ainda que o Banco esteja exposto a alterações no valor residual no fim dos arrendamentos atuais, o Banco de um modo geral assina novos arrendamentos operacionais, e por isso, não deve sofrer no imediato nenhuma redução no valor residual no fim destes arrendamentos. As expectativas sobre os valores residuais futuros estão refletidas no justo valor dos imóveis.

Os pagamentos mínimos a receber pelos arrendamentos de propriedades de investimento são os seguintes:

	Milhares de euros	
	2022	2021
Menos de um ano	1.790	1.535
Entre um e cinco anos	5.133	5.917
Mais de cinco anos	6.117	6.670

Direito de utilização:

O Banco mantém direitos de utilização por arrendamento principalmente sobre escritórios da rede exterior para o exercício da sua atividade no estrangeiro, bem como, em menor medida, para equipamentos para processos de informação. Os direitos de uso por arrendamento foram, a 31 de dezembro de 2022 e 2021 no valor de 1.303 e 1.673 Milhares de euros, respetivamente.

O Grupo também tomou a decisão de utilizar um edifício na Calle Antonio Cabezón 29 para uso próprio e foi, portanto, contabilizado nesta categoria no final do ano 2022, na sequência de uma análise dos regulamentos aplicáveis, sem qualquer impacto na demonstração de resultados.

14. Ativos intangíveis

14.1. Outros Ativos intangíveis

O saldo desta rubrica é composto, basicamente, por direitos derivados da aquisição de determinados negócios de depósito e custódia de valores confiados por terceiros, bem como, em menor medida, por programas informáticos desenvolvidos pelo Grupo, que se amortizam de acordo com os critérios indicados na Nota 2.14. anterior. A discriminação do saldo desta rubrica dos balanços consolidados a 31 de dezembro 2022 e 2021 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2022	2021
Ativo Intangível com vida útil definida	705.335	698.089
<i>Dos quais para negócios de depositários adquiridos</i>	701.569	695.692
<i>Dos quais por aplicações informáticas</i>	3.766	2.397
Amortização acumulada	(304.167)	(251.427)
<i>Dos quais para negócios de depositários adquiridos</i>	(301.209)	(249.291)
<i>Dos quais por aplicações informáticas</i>	(2.958)	(2.136)
Total líquido	401.168	446.662

A 31 de Dezembro de 2022 a entidade tem ativos intangíveis totalmente amortizados no montante de 3.097 Milhares de euros. A 31 de Dezembro de 2021 alcançou 3.533 Milhares de euros.

O movimento ocorrido neste capítulo dos balanços consolidados registados nos exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	Milhares de euros
Custo:	
Saldo a 1 de janeiro de 2021	667.011
Adições e transferências	33.313
Subtrações	(2.235)
Saldo a 31 de dezembro de 2021	698.089
Adições e transferências	37.624
Subtrações e outros movimentos	(30.378)
Saldo a 31 de dezembro de 2022	705.335
Amortização acumulada:	
Saldo a 1 de janeiro de 2021	(175.319)
Dotações a título de resultados do exercício (Nota 39)	(78.343)
Subtrações e outros movimentos	2.235
Saldo a 31 de dezembro de 2021	(251.427)
Dotações a título de resultados do exercício (Nota 39)	(83.117)
Subtrações e outros movimentos	30.377
Saldo a 31 de dezembro de 2022	(304.167)
Ativo intangível líquido:	
Saldo líquido a 31 de dezembro de 2021	446.662
Saldo líquido a 31 de dezembro de 2022	401.168

As adições dos exercícios de 2022 e 2021 do quadro anterior correspondem, fundamentalmente, à ativação do custo dos novos contratos de depósito que surgiram após a renovação dos direitos e compromissos derivados de negócios de gestão de depósito e custódia de valores confiados por terceiros adquiridos em exercícios anteriores, alcançando um valor no exercício de 2022 de 37.624 Milhares de euros.

As subtrações correspondem aos pagamentos variáveis efetuados para a realização de certos objetivos contratuais e à incorporação no custo dos montantes garantidos provenientes destas empresas, sendo o montante para o exercício de 2022 de 30.378 milhares euros. Simultaneamente a esta capitalização, em 2022 e 2021 o Banco desreconheceu as amortizações e imparidades associadas aos contratos que foram renovados ou desreconhecidos, os quais foram totalmente amortizados.

Em agosto de 2021 a Entidade chegou a um acordo de mediação com Dunas Capital España, S.L. pelo que Cecabank foi designado como Entidade depositária de fundos de investimento, SICAV, entidades de capital de risco e fundos de pensões que foram depositados na Dunas Capital España, S.L. A prestação do serviço de depósito começou a funcionar com o Dunas Capital España, S.L. no mês de fevereiro de 2022.

Em novembro de 2021, o Grupo começou a prestar o serviço de depositário à Fineco, S.A. devido à sua aquisição pela Kutxabank, S.A. Por conseguinte, foi designado como depositário das instituições de investimento coletivo, fundos de pensões e Entidades de Previdência Social Voluntária (EPSV) que foram depositadas na Fineco, S.A.

Em junho de 2021, o Grupo começou a prestar o serviço de depositário ao Bankoa, S.A. devido à sua aquisição pela Abanca Corporación Bancaria, S.A. Foi assim designado como depositário das instituições de investimento coletivo, fundos de pensões, Entidades de Previdência Social Voluntárias (EPSV) e entidades de capital de risco que foram depositadas no Bankoa, S.A.

Em cada fecho contabilístico, o Grupo analisa se existem indícios de imparidade, verificando se o valor líquido dos seus ativos intangíveis (contratos de custódia e depósito) excede o seu valor correspondente recuperável; e conforme o caso, reduz o valor contabilístico do ativo em questão até ao seu valor recuperável e ajusta os pagamentos futuros em conceito de amortização em proporção ao seu valor contabilístico ajustado e à sua nova vida útil remanescente, no caso de ser necessária uma nova estimativa da mesma. Os critérios para o reconhecimento das perdas por imparidade destes ativos e, se for o caso, das recuperações das perdas por imparidade registadas em exercícios anteriores com base em números reais e projetadas de património, receitas, custos e pagamentos variáveis, bem como o preço fixo pago pelo Cecabank:

- Relativamente ao património, se parte do valor real depositado no momento do fecho de dezembro do ano analisado e a desde então os valores de património são os considerados com base nas receitas estimadas no plano de negócio de cada operação.
- As receitas obtidas no plano de negócio, que incluem os montantes acumulados das comissões de depósitos efetivamente cobradas pelo Cecabank no ano analisado e refletindo os proveitos esperados conforme o plano de negócio.
- Os pagamentos variáveis são os correspondentes aos montantes pagos ao cliente em função das receitas efetivamente obtidas cada ano e nas projeções são indicados os montantes máximos a pagar em caso de cumprir essas projeções de receitas no Plano de negócio, conforme vem estabelecido nos contratos.
- O valor atual líquido é calculado com base na consideração de diferentes taxas para atualizar os fluxos futuros esperados da atividade de depositário. No final do ano, os valores ou intervalos utilizados pela entidade são os resultantes do cálculo das seguintes taxas: o ROE da entidade no final de dezembro, o Modelo de Preços de Ativos de Capital, o Rácio de Preços Ganhos, o Preço para o Valor Contabilístico, assim como as médias destas taxas e as médias destas taxas sem os extremos. Com base nestes, a entidade estima a avaliação de cada uma das empresas depositárias, comparando os resultados com o valor contabilístico.

15. Outros Ativos e Outros Passivos

15.1. Outros Ativos

A composição do saldo deste capítulo dos balanços consolidados a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2022	2021
Restantes ativos -		
<i>Periodificações -</i>		
Comissões pendentes de receber	16.078	18.701
Despesas pagas e não vencidas	1.129	2.449
Outras periodificações	1.260	1.183
Outros Ativos-		
Operações em curso	30.750	24.510
Ativos líquidos em planos de pensões (Nota 2.11.2 e 35)	6.363	5.723
Outros conceitos	11.741	7.802
	67.321	60.368

A rubrica “Restantes ativos - Periodificações - Comissões pendentes de receber” do quadro anterior inclui o montante das periodificações de comissões a receber pelo Grupo por diversos serviços que presta relacionados, basicamente, com a atividade de meios de pagamento e depósito de investimento coletivo e fundos de pensões.

Os saldos obtidos na rubrica “Resto dos Outros ativos - Outros ativos - Operações em curso” do quadro anterior correspondem, principalmente, com saldos de natureza transitória relacionados, basicamente, com operações de subscrição de títulos e outras operações, realizadas em mercados organizados pendentes de liquidar.

15.2. Outros Passivos

A composição do saldo deste capítulo dos balanços consolidados a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2022	2021
Periodificações -		
Comissões pendentes de pagar	2.621	2.076
Despesas acumuladas a pagar	43.502	35.128
Receitas antecipadas	165	478
Outros Passivos -		
Operações em curso	20.557	19.978
Outros conceitos	4.100	8.068
	70.945	65.728

O saldo da rubrica “Periodificações - Despesas acumuladas a pagar” do quadro anterior inclui, entre outros conceitos, a 31 de dezembro de 2022, saldos no valor de 13.402 Milhares de euros (13.271 Milhares de euros a 31 de dezembro de 2021) que provêm de remunerações variáveis acumuladas pelo pessoal pendentes de pagamento.

Os saldos obtidos na rubrica “Outros passivos - Operações em curso” da tabela anterior correspondem, principalmente, a saldos de natureza transitória relacionados, basicamente, com operações de subscrição de títulos e outras operações, realizadas em mercados organizados pendentes de liquidar.

16. Passivos financeiros ao custo amortizado

16.1. Composição do saldo

Em seguida são detalhados os itens que integram os saldos deste capítulo dos balanços consolidados a 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Milhares de euros	
	2022	2021
Depósitos-		
Bancos centrais	3.840	-
Instituições de crédito	1.515.747	2.268.731
Clientes	10.541.890	12.326.015
	12.061.477	14.594.746
Ajustamentos por avaliação*	9.818	(3.520)
	12.071.295	14.591.226
Outros passivos financeiros	376.609	136.457
	12.447.904	14.727.683

* Inclui juros vencidos de 9.818 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022, (3.520) milhares de euros em 31 de dezembro de 2021.

Na Nota 21 é apresentada informação sobre o justo valor destes passivos financeiros.

A 31 de dezembro de 2022, os prazos de vencimento destes passivos são os seguintes:

	Saldo total	1 Dia	Mais de 1 dia e até 7 dias	Mais de 1 semana e até 1 mês	Mais de 1 mês e até 3 meses	Mais de 3 meses e até 9 meses	Mais de 9 meses e até 1 ano	Mais de 1 ano e até 2 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos
Total de saídas	12.681.399	11.463.950	691.712	154.464	32.378	8.746	449	152.659	36.657	140.384
Responsabilidades decorrentes de títulos emitidos (se não forem tratados como depósitos minoritários)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos decorrentes de empréstimos garantidos e transações relacionadas com o mercado de capitais garantidas por:	828.608	-	564.837	77.570	-	4.141	449	4.570	36.657	140.384
Ativos negociáveis de nível 1	828.608	-	564.837	77.570	-	4.141	449	4.570	36.657	140.384
Ativos negociáveis de nível 2A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos negociáveis de nível 2B	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos negociáveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos não divulgados em 1.2 resultantes de depósitos recebidos, exceto depósitos recebidos como garantia	11.573.148	11.227.979	126.417	68.566	1.752	345	-	148.089	-	-
Swaps de divisas na data de vencimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Montante a pagar por derivativos que não os divulgados em 1.4	43.672	-	458	8.328	30.626	4.260	-	-	-	-
Outras saídas	235.971	235.971	-	-	-	-	-	-	-	-
Total entradas	14.090.900	8.810.807	283.724	543.815	241.216	612.623	67.030	465.961	1.360.327	1.705.397
Valores vencidos resultantes de empréstimos garantidos e transações relacionadas com o mercado de capitais garantidas por:	4.663.719	-	214.045	290.001	235.582	585.745	57.047	430.376	1.267.198	1.583.725
Ativos negociáveis de nível 1	3.052.103	-	214.045	253.760	145.956	473.276	6.898	235.864	676.349	1.045.955
Ativos negociáveis de nível 2A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos negociáveis de nível 2B	399.877	-	-	621	5.646	2.580	1.237	5.738	152.925	231.130
Outros ativos negociáveis	1.211.739	-	-	35.620	83.980	109.889	48.912	188.774	437.924	306.640
Outros ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores em dívida não divulgados no ponto 2.1 decorrentes de empréstimos e adiantamentos concedidos a:	7.927.819	7.556.113	51.279	253.450	5.634	13.919	2.317	3.645	9.910	31.552
Swaps de divisas na data de vencimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
alor a receber por derivativos que não os divulgados em 2.3	244.668	-	18.400	364	-	12.959	7.666	31.940	83.219	90.120
Títulos em carteira própria no vencimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras entradas	1.254.694	1.254.694	-	-	-	-	-	-	-	-
Défice contratual líquido	1.409.501	(2.653.143)	(407.988)	389.351	208.838	603.877	66.581	313.302	1.323.671	1.565.013
Défice contratual líquido acumulado	-	(2.653.143)	(3.061.131)	(2.671.780)	(2.462.942)	(1.859.065)	(1.792.484)	(1.479.182)	(155.512)	1.409.501

A 31 de Dezembro de 2021, os prazos de vencimento destes passivos são os seguintes:

	Saldo total	1 Dia	Mais de 1 dia e até 7 dias	Mais de 1 semana e até 1 mês	Mais de 1 mês e até 3 meses	Mais de 3 meses e até 9 meses	Mais de 9 meses e até 1 ano	Mais de 1 ano e até 2 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos
Total de saídas	14.985.103	12.156.565	1.934.584	485.052	56.723	10.838	50.472	38.585	98.527	153.757
Responsabilidades decorrentes de títulos emitidos (se não forem tratados como depósitos minoritários)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos decorrentes de empréstimos garantidos e transações relacionadas com o mercado de capitais garantidas por:	2.272.391	-	1.575.293	412.026	594	5.254	30.204	16.864	78.399	153.757
Ativos negociáveis de nível 1	2.272.391	-	1.575.293	412.026	594	5.254	30.204	16.864	78.399	153.757
Ativos negociáveis de nível 2A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos negociáveis de nível 2B	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos negociáveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos não divulgados em 1.2 resultantes de depósitos recebidos, exceto depósitos recebidos como garantia	12.395.240	11.905.404	355.708	67.114	47.319	2.538	17.157	-	-	-
Swaps de divisas na data de vencimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Montante a pagar por derivados que não os divulgados em 1.4	66.311	-	3.583	5.912	8.810	3.046	3.111	21.721	20.128	-
Outras saídas	251.161	251.161	-	-	-	-	-	-	-	-
Total entradas	16.063.342	9.933.434	143.473	1.223.297	640.568	805.525	250.282	291.982	930.127	1.844.654
Valores vencidos resultantes de empréstimos garantidos e transações relacionadas com o mercado de capitais garantidas por:	5.956.879	-	74.213	1.206.522	639.123	801.514	249.345	288.357	920.590	1.777.215
Ativos negociáveis de nível 1	3.957.766	-	74.213	1.152.493	529.567	717.742	220.046	53.637	373.874	836.194
Ativos negociáveis de nível 2A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos negociáveis de nível 2B	575.209	-	-	6.732	20.741	22.219	447	3.658	85.176	436.236
Outros ativos negociáveis	1.423.904	-	-	47.297	88.815	61.553	28.852	231.062	461.540	504.785
Outros ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores em dívida não divulgados no ponto 2.1 decorrentes de empréstimos e adiantamentos concedidos a:	8.522.755	8.394.831	64.190	14.591	1.445	2.836	937	3.625	9.537	30.763
Swaps de divisas na data de vencimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
alor a receber por derivados que não os divulgados em 2.3	45.105	-	5.070	2.184	-	1.175	-	-	-	36.676
Títulos em carteira própria no vencimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras entradas	1.538.603	1.538.603	-	-	-	-	-	-	-	-
Défice contratual líquido	1.078.239	(2.223.131)	(1.791.111)	738.245	583.845	794.687	199.810	253.397	831.600	1.690.897
Défice contratual líquido acumulado	-	(2.223.131)	(4.014.242)	(3.275.997)	(2.692.152)	(1.897.465)	(1.697.655)	(1.444.258)	(612.658)	1.078.239

16.2. Passivos financeiros ao custo amortizado - Depósitos - Bancos centrais

A composição dos saldos desta rubrica dos balanços consolidados a 31 de dezembro de 2022 e 2021, tendo em conta a área geográfica de residência da contraparte e o tipo de instrumento, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2022	2021
Por áreas geográficas:		
Espanha	3.843	-
	3.843	-
Por tipos de instrumentos:		
A prazo-		
Contas a prazo	3.840	-
	3.840	-
Ajustamentos por avaliação:	3	-
	3.843	-

No exercício financeiro de 2022, foram contratados depósitos no Banco de Espanha por um saldo de 3.840 milhares de euros.

16.3. Passivos financeiros ao custo amortizado - Depósitos - Entidades de crédito

A composição dos saldos desta rubrica dos balanços consolidados a 31 de dezembro de 2022 e 2021, por área geográfica de residência da contraparte, por tipo de instrumento e por classe de contraparte, conforme indicado abaixo:

	Milhares de euros	
	2022	2021
Por áreas geográficas:		
Espanha	1.193.795	1.066.075
Resto estados União Monetária Europeia	285.827	1.089.535
Resto do mundo	37.507	112.035
	1.517.129	2.267.645
Por tipos de instrumentos:		
Contas correntes e outras-		
Outras contas	909.813	743.267
A prazo-		
Contas a prazo	350.123	551.458
Repos de Ativos	255.811	974.006
	1.515.747	2.268.731
Ajustamentos por avaliação:	1.382	(1.086)
	1.517.129	2.267.645

16.4. Passivos financeiros ao custo amortizado - Depósitos - Clientes

A composição dos saldos desta rubrica dos balanços consolidados a 31 de dezembro de 2022 e 2021, tendo em conta a área geográfica de residência da contraparte, por tipos de instrumentos e por classes de contrapartes das operações, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2022	2021
Por áreas geográficas:		
Espanha	10.357.369	12.110.531
Resto estados União Monetária Europeia	180.245	182.835
Resto do mundo	12.709	30.215
	10.550.323	12.323.581
Por classes de contrapartes:		
Administrações públicas residentes em Espanha	167.502	247.196
Outros setores residentes em Espanha	10.181.467	11.865.726
Outros setores não residentes em Espanha	192.921	213.093
	10.541.890	12.326.015
Ajustamentos por avaliação	8.433	(2.434)
	10.550.323	12.323.581
Por tipos de instrumentos:		
Contas correntes	9.205.569	10.361.836
Outros fundos a curto prazo	-	-
Depósitos a prazo	1.044.807	947.965
Repos	299.947	1.013.780
	10.550.323	12.323.581
Ajustamentos por avaliação	-	-
	10.550.323	12.323.581

16.5. Passivos financeiros ao custo amortizado - Outros passivos financeiros

A composição dos saldos desta rubrica dos balanços consolidados a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2022	2021
Obrigações a pagar	3.694	3.981
Passivos associados a ativos por direitos de utilização	1.462	1.804
Fianças recebidas	245.914	12.310
	-	-
Contas de cobrança	32.311	23.427
Outros conceitos	93.228	94.935
	376.609	136.457

Estas rubricas têm origem na operação que determinadas entidades de crédito realizam através do Banco, tendo estas operações natureza de carácter transitório e sendo liquidadas no primeiro dia útil após a data em que surgiram.

O saldo da conta “Outros” do quadro anterior inclui, fundamentalmente, a 31 de dezembro de 2022, saldos no montante de 38.434 milhares de euros de amortizações de empréstimos concedidos Administrações Públicas (38.756 Milhares de euros a 31 de dezembro de 2021). Adicionalmente, a 31 de dezembro de 2022

foi registado um montante de 894 Milhares de euros como consequência das contas em dívida a entidades de crédito (6.366 Milhares de euros a 31 de dezembro de 2021).

17. Provisões

O movimento feito nestas rubricas dos balanços consolidados a 31 de dezembro de 2022 e 2021 nos referidos exercícios apresenta-se de seguida:

	Milhares de euros			
	Outras retribuições aos colaboradores a longo prazo (Nota 35)	Compromissos e garantias concedidas (Notas 2.10, 22 e 27.1)	Assuntos litigiosos (Nota 20.1)	Restantes Provisões
Saldos a 1 de janeiro de 2021	29.051	288	7.621	43.940
Dotação/(Reversão) líquida a débito/(crédito) em resultados	24.432	(26)	(2.375)	(7.054)
Outros movimentos líquidos	(8.057)	-	(1.033)	(24)
Saldos a 31 de dezembro de 2021	45.426	262	4.213	36.862
Dotação/(Reversão) líquida a débito / (crédito) a resultados	(1.666)	151	2.506	(5.750)
Outros movimentos líquidos	(10.191)	-	-	-
Saldos a 31 de dezembro de 2022	33.569	413	6.719	31.112

A 6 de agosto de 2021 foi alcançado um acordo com os representantes dos trabalhadores para implementar um plano de despedimentos. O impacto global estimado associado a este acordo, registado como uma provisão imputada ao rendimento, ascende a 24.763 Milhares de euros a 31 de dezembro de 2021, e inclui principalmente o custo associado ao plano de despedimento voluntário que afeta 85 colaboradores, bem como outras alterações às atuais condições de emprego, especialmente as que afetam os compromissos sociais (ver nota 35). A 31 de dezembro de 2022, o saldo da ERE no âmbito de "Outros benefícios a longo prazo para trabalhadores" ascende a 20.910 milhares de euros (24.763 milhares de euros a 31 de dezembro de 2021).

A rubrica "Assuntos litigiosos" inclui provisões registadas para fazer face a potenciais litígios derivados do exercício da atividade do Grupo. A 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capítulo "Restantes Provisões" inclui, fundamentalmente, o montante constituído, com base num modelo interno desenvolvido pelo Grupo, para a cobertura do risco operacional a que os Administradores consideram que o Grupo está exposto, como consequência da operação de custódia e depósito de valores confiados por terceiros, bem como as provisões constituídas relacionadas com a operação de determinados derivados sobre taxa de juros.

O CecaBank, conforme o contexto de controlo e os sistemas de gestão do risco operacional estabelecidos, calcula os seus requisitos de capital por risco operacional seguindo como metodologia de estimativa o método standard, e este contexto de controlo garante o cumprimento dos requisitos estabelecidos para o efeito no Regulamento (UE) nº 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho, sobre os requisitos prudenciais das instituições de crédito e as empresas de investimento. A Unidade de Risco Operacional desenvolveu um modelo interno de avaliação qualitativa. Os riscos e pontos de controlo para a sua mitigação são submetidos a avaliações sistemáticas para obter o risco operacional residual existente nas distintas atividades, produtos e serviços, fazendo uso de técnicas qualitativas. Por risco residual entende-se a parte do risco não coberta através da estrutura de controlo interno da instituição ou seguros contratados com terceiros, isto é, aquela parte do risco que com uma certa probabilidade pode impactar de forma negativa. Deste modo, as avaliações são submetidas de forma periódica a processos de contraste, com base nos resultados do controlo efetuados pelas unidades de segundo e terceiro nível de controlo.

Deste modo, além da Avaliação qualitativa, o Banco dispõe de uma Base de Dados de Perdas, que funciona como um repositório dos acontecimentos de perda operacional, classificados por áreas organizativas e tipos

de risco, e cujo objetivo é identificar a origem que provoca a perda para estabelecer medidas mitigadoras que evitem que se produzam.

Além disso, existe uma serie de indicadores de risco com a finalidade de proporcionar o perfil de risco, tanto individuais, como agrupados por tipos de risco.

As principais hipóteses e variáveis utilizadas no novo modelo são as seguintes:

- Ativos internacionais detidos por delegação a um terceiro: 152.134.000 Milhares de euros a 31 de março de 2022.
- Fator K-ASA: 0,04%
- Componente de perda (LC), produto da média de perdas operacionais dos últimos 10 anos multiplicado por 15 tendo como resultado uma LC de 1,08 a 30 de abril de 2022 (1,04 a 30 de abril de 2021).

Nos termos desta metodologia, o Cecabank registou a 31 de dezembro de 2022 um valor de 29.290 Milhares de euros na rubrica de provisões para riscos operacionais na rubrica “Outras Provisões”.

Adicionalmente, a partir da direção de Controlo Interno e Risco Operacional realizam-se periodicamente análises de sensibilidade, bem como provas à capacidade de resistência ao modelo de cálculo da provisão por este conceito. Como fruto dos mesmos não foram identificados nem no cenário mais restrito necessidades adicionais de provisões às estabelecidas no fecho de 31 de dezembro de 2022.

18. Outro rendimento integral acumulado

18.1. Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados - Alterações do justo valor dos instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral

Esta rubrica dos balanços consolidados a 31 de dezembro de 2022 e 2021 compreende o montante líquido acumulado, feito o ajustamento pelo efeito fiscal correspondente, das variações do justo valor dos instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral (ver Nota 9) que, conforme disposto na Nota 2.2, devem ser classificados como parte integrante do capital próprio do Grupo; variações registadas na demonstração de resultados consolidada quando tem lugar a venda dos ativos onde têm origem ou quando se dá a imparidade deste ativos. Na demonstração de alterações do capital próprio consolidado líquido é apresentado o movimento proveniente desta rubrica dos balanços consolidados a 31 de dezembro de 2022 e 2021.

18.2. Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados - Ganhos ou perdas atuariais nos planos de pensões de prestações definidas

Esta rubrica dos balanços consolidados a 31 de dezembro de 2022 e 2021 compreende o montante acumulado líquido, feito o ajustamento pelo efeito fiscal correspondente, das perdas e ganhos atuariais com origem na avaliação das responsabilidades de pensões de contribuição definida (ver Notas 2.11.2 e 35). Na demonstração de variações do capital próprio consolidado em anexo é apresentado o movimento verificado, nos exercícios 2022 e 2021, nesta rubrica dos balanços consolidados a 31 de dezembro de 2022 e 2021.

18.3. Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados - Alterações do justo valor dos instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral

Esta rubrica dos balanços consolidados a 31 de dezembro de 2022 e 2021 compreende o montante acumulado líquido, feito o ajustamento pelo efeito fiscal correspondente, das variações do justo valor dos Instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral desde a sua aquisição (ver Nota 9) que, conforme disposto na Nota 2.2, devem ser classificados como parte integrante do capital próprio do Grupo; variações registadas na rubrica de “Outras reservas” quando existe venda dos ativos onde são originados. Na demonstração de alterações do capital próprio consolidado em anexo é apresentado o movimento verificado nesta rubrica dos balanços consolidados a 31 de dezembro de 2022 e 2021.

19. Capital, Prémios de emissão e Minoritários

19.1. Capital social

O Banco foi constituído, com efeito a 1 de janeiro de 2012 (ver Nota 1.1), com um capital social inicial de 100.000.000 euros, representado por 100.000.000 ações nominativas de 1 euro de valor nominal, sendo o acionista único no momento da sua constituição, o CECA.

Posteriormente, a 13 de novembro de 2012, no âmbito do processo de segregação feito pelo CECA a favor do Banco (ver Nota 1.1), foi feito um aumento de capital no valor de 78.932.117,60 euros mediante a emissão de 12.256.540 novas ações com os mesmos direitos políticos e económicos que as que existiam a 1 euro de valor nominal e 5,44 euros de prémio de emissão por ação. Estas ações foram totalmente subscritas e pagas pelos titulares anteriores das Quotas Participativas de Associação que faziam parte dos fundos próprios do CECA, com aceitação prévia da Oferta de Recompra realizada pelo CECA dessas quotas participativas da associação e renúncia preventiva da mesma exercer o direito de subscrição preferencial de ações do Banco, mantendo assim, o CECA uma participação de 89% do capital social do Banco.

Neste sentido, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social do Banco consta de 112.256.540 ações nominativas de 1 Euro do valor nominal, integralmente subscritas e realizadas, todas com os mesmos direitos económicos e políticos. A 31 de dezembro de 2022 e 2021, 89% do capital social do Banco é detido pela Confederação Espanhola de Cajas de Ahorros. Os 11% restantes, são propriedade de outras entidades financeiras.

O Banco realiza um volume significativo de transações com o acionista principal, com o Grupo que integra (ver Nota 40) e com os restantes acionistas.

As ações do Banco não estão admitidas à negociação em mercados oficiais. Exceto a participação detida pelo CECA de 89% do capital do Banco, nenhuma outra entidade detém mais de 10% do capital social do Banco. Não existem direitos incluídos pelos acionistas fundadores, direitos obrigacionais, obrigações convertíveis ou títulos ou direitos similares emitidos pelo Banco ou pelo Grupo. Não existem pagamentos pendentes sobre ações do Banco, montantes autorizados pela Assembleia de Acionistas para a realização de aumentos de capital nem aumentos de capital em curso. Durante os exercícios 2022 e 2021 não ocorreu nenhuma ampliação ou modificação do número de ações emitidas pelo Banco.

19.2. Resultados retidos e Outras reservas

A composição do saldo destas contas dos balanços consolidados a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

19.2.1 Resultados retidos

Esta rubrica engloba o montante líquido dos resultados consolidados acumulados reconhecidos em exercícios anteriores através da demonstração de resultados e que estão pendentes de distribuição, ou que, na distribuição do lucro, estão destinados a capital próprio.

Reserva Legal

Conforme o Texto Consolidado da Lei de Sociedades de Capital, as sociedades que obtenham lucros no exercício económico, devem destinar no mínimo, 10% dos mesmos à constituição de uma reserva legal. Estas dotações devem ser feitas até que a reserva alcance 20% do capital social. A reserva legal pode ser utilizada para aumentos de capital social no valor do seu saldo que exceda 10% do capital social já aumentado. Exceto para esta finalidade, apenas pode ser destinada à compensação de perdas e sempre que não existam outras reservas disponíveis suficientes para este fim. A 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a reserva legal encontra-se totalmente constituída, ascendendo o saldo da presente rubrica a 22.451 milhares de euros.

Reserva de capitalização

Por força do 25 da Ley 27/2014, de 27 de novembro, do Imposto sobre Sociedades, a 31 de dezembro de 2022, o Banco mantém uma reserva de caráter indisponível durante 5 anos deste a sua dotação no exercício 2016, que ascende a 20.669 Milhares de euros (20.123 a 31 de dezembro de 2021).

Reservas voluntárias

Estas reservas são da livre disposição do Banco, por não haver restrição legal ou estatutária para a utilização da mesma. O saldo desta conta a 31 de dezembro de 2022 ascende a 400.845 Milhares de euros (346.317 Milhares de euros a 31 de dezembro de 2021).

19.2.2. Outras reservas

Esta rubrica inclui o montante das reservas não coletadas noutras contas tais como os impostos procedentes de ajustamentos de caráter permanente realizados diretamente no capital próprio como consequência de custos na emissão ou redução de instrumentos de capital próprio, alienações de instrumentos de capital próprio e da re-expressão retroativa dos relatórios financeiros por erros e alterações de critérios contabilísticos, líquidos, se for o caso, da incidência fiscal.

19.3 Lucro por ação

O lucro básico por ação da entidade dominante corresponde ao quociente entre o resultado líquido atribuído a dividir pelo número médio ponderado das ações existentes durante o exercício, excluindo deste número médio as ações próprias mantidas no mesmo.

O lucro diluído por ação corresponde ao quociente entre o resultado líquido atribuído a dividir pelo número médio ponderado das ações existentes durante o exercício ajustando sobre as ações o efeito diluído, sendo entendido este pela existência de dívida convertível e a existência de opções sobre ações. A 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021, a Entidade dominante não tem emitidos instrumentos com potencial efeito diluído.

Na tabela abaixo é mostrado o lucro por ação a 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021 conforme a NIC 33:

	Milhares de euros	
	2022	2021
Ganhos ou perdas no exercício	65.380	69.058
Número médio ponderado de ações	112.256.540	112.256.540
Lucro básico por ação	0,000582416	0,00061518
Ganhos ou perdas no exercício	65.380	69.058
Correções ao resultado por emissões convertíveis/opções	-	-
Resultado ajustado	65.380	69.058
Número médio ponderado de ações	112.256.540	112.256.540
Lucro diluído por ação	0,000582416	0,00061518

20. Situação fiscal

O Banco pertence ao Grupo de Consolidação Fiscal número 508/12 constituído desde 1 de janeiro de 2012, cuja entidade dominante é a Confederação Espanhola de *Cajas de Ahorros*.

As sociedades do Grupo apresentam as declarações de impostos, conforme as regras fiscais aplicáveis.

20.1. Exercícios sujeitos a inspeção fiscal

A 31 de dezembro de 2022, são suscetíveis de uma inspeção pelas autoridades fiscais as declarações apresentadas pelo Banco dos quatro últimos exercícios desde a finalização do período voluntário de declaração relativamente ao Imposto sobre o rendimento das sociedades e para os restantes impostos.

Sem prejuízo do exposto, importa destacar que o Real Decreto 463/2020, de 14 de março, suspendeu desde o dia 14 de março a contagem do prazo de prescrição e caducidade de todas as ações e direitos contemplados na norma tributária, retomando essa contagem com efeitos a partir de 4 de junho de 2020, de acordo com o Real Decreto 537/2020, de 22 de maio.

Devido às diferentes interpretações que podem ser dadas a certas normas fiscais aplicáveis às operações realizadas pelo Banco para os exercícios que ainda não foram inspecionados, os Administradores do Banco estimam que o impacto das mesmas não será significativo sobre os números registados nas contas anuais.

20.2. Rendimentos ou custos/custos por impostos sobre os ganhos de atividades correntes

O detalhe do capítulo “Rendimentos ou custos/custos por impostos sobre os ganhos de atividades correntes” da demonstração de resultados dos exercícios 2022 e 2021 é a seguinte:

Milhares de euros - Custos/(Rendimentos)

	2022	2021
Custo por imposto de sociedades do exercício (Nota 20.3)	27.027	26.056
Ajustamentos de exercícios anteriores e outros	(263)	(1.514)
	26.764	24.542

20.3. Reconciliação dos resultados contabilístico e fiscal

De seguida é apresentada, para os exercícios 2022 e 2021, a conciliação entre o custo por imposto sobre benefícios contabilizado e o resultado consolidado contabilístico antes de impostos multiplicado pela taxa de imposto sobre sociedades aplicável ao Banco e o montante a pagar de referido imposto contabilizada a 31 de dezembro dos exercícios referidos:

Milhares de euros

	2022	2021
Resultados antes de impostos	92.204	93.601
Taxa de imposto	30%	30%
	27.661	28.080
Diferenças permanentes:		
Aumentos	964	126
Diminuições	(1.598)	(2.150)
Total	27.027	26.056
(Deduções) e (Bonificações)	-	-
Custo por imposto sobre sociedades do exercício (Nota 20.2)	27.027	26.056
Diferenças temporais:		
Aumentos	3.517	6.199
Diminuições	(9.082)	(11.665)
Retenções na fonte e pagos por conta	(13.394)	(12.363)
Limitação de 25% base tributável Grupo prévia integração DTAs	(4.437)	(4.371)
Imposto sobre os resultados do exercício	3.631	3.896

O Imposto sobre os resultados do exercício indicado no quadro anterior, está registado na rubrica “Passivos por impostos - Passivos por impostos correntes” para o exercício 2022 e 2021.

20.4. Impostos repercutidos no património líquido

Para além dos impostos sobre benefícios repercutidos na demonstração de resultados consolidada, nos exercícios 2022 e 2021, o Grupo repercutiu no seu capital próprio os seguintes montantes relacionados com o Imposto sobre Sociedades diferidos durante os exercícios referidos:

	Milhares de euros	
	Aumentos/(Diminuições) de Capital	
	2022	2021
Efeito fiscal dos ganhos e perdas atuariais em planos de pensões de contribuição definida	(201)	102
Efeitos fiscal das mais-valias e menos-valias não realizadas de instrumentos patrimoniais mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral	34	(79)
Efeito fiscal das mais-valias e menos-valias não realizadas de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral	31.350	6.167
	31.183	6.190

20.5. Ativos e passivos por impostos diferidos

Ao abrigo da legislação fiscal em vigor, a 31 de dezembro de 2022 e 2021 existem determinadas diferenças temporárias que devem ser tidas em conta na quantificação do Imposto sobre os resultados do exercício dos exercícios referidos. A origem dos impostos diferidos registados nos balanços consolidados a 31 de dezembro de 2022 e 2021 são os seguintes:

	Milhares de euros	
	2022	2021
Impostos diferidos ativos com origem em:		
Dotações e aporções a fundos de pensões e outros compromissos de longo prazo com o pessoal	8.583	9.901
Dotações a provisões	9.601	11.342
Perdas por imparidade de ativos	30.658	38.126
Benefícios antecipados dos ajustamentos de avaliação	32.534	2.181
Outros conceitos	5.216	4.986
	86.592	66.536

Do total dos ativos fiscais diferidos contabilizados a 31 de dezembro de 2022, 19.529 Milhares de euros (20.602 Milhares de euros em 2021) correspondem a Ativo monetizáveis que cumprem as condições do artigo 130 da Lei 27/2014, de 27 de novembro, do Imposto sobre Sociedades para gerar um possível direito de conversão num crédito exigível à Administração Tributária.

Atendendo às projeções decorrentes dos pressupostos do Grupo, bem como projeções futuras, é esperado recuperar os ativos diferidos não se espera recuperar los ativos diferidos não monetizáveis nos próximos 10 exercícios.

Além disso, a 31 de dezembro de 2022 o Grupo reavaliou a capacidade de gerar lucros tributáveis futuros em relação à recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos reconhecidos e concluiu que não há impacto a ser reconhecido nas demonstrações financeiras.

Embora tenham sido feitas estimativas com base nas melhores informações disponíveis no final de 2022 e 2021, acontecimentos futuros, se existirem, podem tornar necessário alterar estas estimativas, para cima

ou para baixo, em anos futuros, o que seria feito de acordo com a regulamentação aplicável, prospetivamente.

	Milhares de euros	
	2022	2021
Impostos diferidos resultantes de:		
Reavaliação dos bens imobiliários	7.765	7.813
Dotações e contribuições para fundos de pensões e outros compromissos a longo prazo com o pessoal	1.909	1.717
Outros assuntos	1.284	2.315
	10.958	11.845

20.6. Atualização de balanços

O Banco não aderiu ao procedimento de atualização do valor tributário de Imóveis específicos, conforme previsto na Lei n.º 16/2012, de 27 de dezembro, motivo pelo qual são adotadas diversas medidas fiscais com vista à consolidação das finanças públicas e ao impulso da atividade económica, permitindo às entidades, mediante cumprimento de determinados requisitos, atualizarem o valor de determinados ativos dos respetivos balanços.

21. Justo valor

21.1. Justo valor dos ativos e passivos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros do Grupo a 31 de dezembro de 2022 e 2021 por classes de ativos e passivos financeiros apresenta-se nesta Nota de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: Instrumentos financeiros onde o justo valor é determinado com base na cotação em mercados ativos.
- Nível 2: Instrumentos financeiros onde o justo valor se calcula com base em preços cotados em mercados organizados para instrumentos similares ou mediante a utilização de outras técnicas de valorização onde todos os inputs significativos estão baseados em dados de mercado observáveis direta ou indiretamente.
- Nível 3: Instrumentos onde o justo valor se calcula mediante a utilização de técnicas de valorização onde o input significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

A referência mais objetiva do justo valor de um instrumento financeiro é o preço a ser pago por esse instrumento num mercado ativo, transparente e profundo (preço de cotação ou preço de mercado). Quando não existe preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, para calcular o justo valor recorre-se ao que está estabelecido em transações recentes de instrumentos análogos e a modelos de avaliação contrastados.

A metodologia utilizada para calcular o justo valor para cada classe de ativos e passivos financeiros é a seguinte:

- Derivados de negociação e derivados de cobertura:
 - Derivados financeiros negociados em mercados organizados, transparentes e profundos: equiparado à cotação diária.
 - Derivados não negociados em mercados organizados ou negociados em mercados organizados pouco profundos ou transparentes: é equiparado à soma dos fluxos de caixa com origem no

instrumento, descontados no dia da valorização (“valor atual” ou “encerramento teórico”), sendo utilizado no processo de valorização métodos reconhecidos pelos mercados financeiros:” valor atual líquido” (VAL), modelos de determinação de preços de opções, etc.

- Títulos de dívida:
 - Instrumentos de dívida cotados: o justo valor é determinado, de uma forma geral, pela base da cotação em mercados regulamentados, Central de Anotações do Banco de Espanha, AIAF, etc., ou aplicando preços obtidos de fornecedores de serviços de informação, principalmente a Bloomberg e Reuters, que constroem os preços sobre a base de preços comunicados pelos contribuidores.
 - Instrumentos de dívida não cotados: o justo valor é determinado teoricamente a partir do desconto de fluxos futuros e utilizando, em função do instrumento em concreto, o modelo de avaliação correspondente reconhecido pelos mercados financeiros.
- Instrumentos de capital próprio:
 - Instrumentos de capital cotados: o justo valor é determinado tendo em conta a cotação em mercados oficiais.
 - Instrumentos de capital não cotados: o justo valor dos mesmos é determinado tendo em consideração avaliações de especialistas independentes, incorporando um controlo interno sobre esta avaliação, ou utilizando diretamente avaliações internas. Em ambos os casos foram utilizados:
 - Desconto de fluxos de caixa.
 - Multiplicador de empresas cotadas comparáveis.
 - Valor líquido patrimonial ajustado (NAV).
 - Empréstimos e adiantamentos a Clientes:
 - O Grupo estima que o justo valor destes ativos financeiros coincide com o valor contabilístico dado que, pelas características de prazos e taxas de juro, bem como pela cláusula de cancelamento antecipada que a maior parte das operações têm, não existem diferenças significativas.
 - Passivos financeiros ao custo amortizado:
 - O Grupo estima que o justo valor destes passivos financeiros coincide com o valor contabilístico dado que pelas características de prazos e taxas de juro, não existindo diferenças significativas.

Para efeitos do que foi referido nos níveis 2 e 3, os preços são obtidos por modelos quantitativos standards, alimentados por variáveis de mercado que, ou são observáveis diretamente, ou podem ser obtidas por calibração ou cálculo a partir de dados observáveis. Entre os modelos utilizados destacam-se Shift Ed lognormal, Libor Market Model e Hull-White para derivados de taxas de juro, Black-Scholes para derivados de renda variável e FX e Jarrow-Turnbull, Black adaptado a crédito e LHP para produtos de crédito; deste modo como dados diretamente observáveis mais comuns podemos destacar a taxa de juro, cambial e determinadas volatilidades implícitas e correlações.

De seguida apresenta-se o justo valor a 31 de dezembro de 2022 e 2021 dos instrumentos financeiros do Grupo nessa data, dividido com base no que foi referido:

Ativos e Passivos financeiros - justo valor a 31 de dezembro de 2022

	Hierarquia de justo valor			Alteração do justo valor para o período		Alteração cumulativa no justo valor antes de impostos		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activo								
Ativos financeiros detidos para negociação	329.582	521.194	6.270	(324.553)	(10.450)	(100)	439.938	6.270
Derivados	1.195	440.004	6.270	(324.488)	(10.450)	1.195	440.004	6.270
Instrumentos de capital	102.253	-	-	-	-	(3.414)	-	-
Títulos da dívida	226.134	81.190	-	(65)	-	2.119	(66)	-
Ativos financeiros não destinados a negociação mensurados obrigatoriamente a justo valor através de resultados	-	14.939	-	1.231	-	-	844	-
Instrumentos de capital	-	5.804	-	1.255	-	-	865	-
Títulos da dívida	-	9.135	-	(24)	-	-	(21)	-
Empréstimos e adiantamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros designados a justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	2.205.758	133.247	-	-	-	(255.411)	(1.649)	-
Instrumentos de capital	-	2.733	-	-	-	-	2.164	-
Títulos da dívida	2.205.758	130.514	-	-	-	(255.411)	(3.813)	-
Derivados - Contabilidade de coberturas	-	196.441	-	188.116	-	-	196.441	-
Passivo								
Passivos financeiros detidos para negociação	134.718	477.753	4.277	310.950	12.399	7.052	477.753	4.277
Derivados	324	477.753	4.277	310.950	12.399	324	477.753	4.277
Posições curtas	134.394	-	-	-	-	6.728	-	-
Passivos financeiros designados a justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-
Derivados - Contabilidade de coberturas	-	-	-	-	-	-	-	-

Ativos e Passivos financeiros - justo valor a 31 de dezembro de 2021

	Hierarquia de justo valor			Alteração do justo valor para o período		Alteração cumulativa no justo valor antes de impostos		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activo								
Ativos financeiros detidos para negociação	623.192	774.466	16.720	(173.808)	(6.035)	37.924	764.493	16.720
Derivados	332	764.492	16.720	(173.809)	(6.035)	332	764.492	16.720
Instrumentos de capital	292.528	-	-	-	-	6.312	-	-
Títulos da dívida	330.332	9.974	-	1	-	31.280	1	-
Ativos financeiros não destinados a negociação mensurados obrigatoriamente a justo valor através de resultados	9.987	18.597	-	(1.175)	-	(51)	(1.184)	-
Instrumentos de capital	-	4.550	-	(325)	-	-	(390)	-
Títulos da dívida	9.987	13.937	-	(40)	-	(51)	109	-
Empréstimos e adiantamentos	-	110	-	(810)	-	-	(903)	-
Ativos financeiros designados a justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	3.101.451	137.496	-	-	-	(9.362)	2.377	-
Instrumentos de capital	-	3.002	-	-	-	-	2.228	-
Títulos da dívida	3.101.451	134.494	-	-	-	(9.362)	89	-
Derivados - Contabilidade de coberturas	-	10.137	-	11.434	-	-	10.137	-
Passivo								
Passivos financeiros detidos para negociação	279.757	788.703	16.676	276.946	6.002	(823)	788.703	16.676
Derivados	233	788.703	16.676	276.946	6.002	233	788.703	16.676
Posições curtas	279.524	-	-	-	-	(1.056)	-	-
Passivos financeiros designados a justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-
Derivados - Contabilidade de coberturas	-	4.105	-	(654)	-	-	4.105	-

Para efeitos do disposto nos parágrafos anteriores, considera-se que um input é significativo quando é importante na determinação do justo valor no seu conjunto.

O nível de hierarquia do justo valor anteriormente indicado (nível 1, 2 e 3) onde é incluída a avaliação de cada um dos instrumentos financeiros do Banco, é determinado sobre a base da variável de nível mais baixo que seja relevante para o cálculo do justo valor.

Adicionalmente, vem incluída a composição da carteira de valores relativamente aos títulos da dívida.

A 31 de dezembro de 2022:

	Valor contabilístico		Menos-valias latentes				Nota: Repos Total
	Total	Preço aquisição corrigido	Perdas acumuladas no justo valor devidas ao risco de crédito	Perdas acumuladas no justo valor não devidas ao risco de crédito	Mais-valias latentes	Imparidade acumulada	
Títulos da dívida	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	307.324	307.324	-	-	-	-	102.369
Ativos financeiros não destinados a negociação mensurados obrigatoriamente a justo valor	9.135	9.135	-	-	-	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	2.336.272	2.600.307	-	(260.078)	854	(4.811)	1.414.785
Ativos financeiros a custo amortizado	307.273	307.625	-	-	-	(352)	10.040
Total	2.960.004	3.224.391	-	(260.078)	854	(5.163)	1.527.194
Dos quais: Administrações Públicas espanholas	1.208.249	1.245.545	-	(37.402)	106	-	971.142
Ativos financeiros detidos para negociação	127.395	127.395	-	-	-	-	102.369
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	880.869	918.165	-	(37.402)	106	-	868.773
Ativos financeiros ao custo amortizado	199.985	199.985	-	-	-	-	-
Dos quais: Administrações Públicas não residentes em Espanha	900.468	1.022.371	-	(121.903)	-	-	474.963
Ativos financeiros detidos para negociação	44.061	44.061	-	-	-	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	772.609	894.512	-	(121.903)	-	-	464.923
Ativos financeiros ao custo amortizado	83.798	83.798	-	-	-	-	10.040

A 31 de dezembro de 2021:

	Valor contabilístico		Menos-valias latentes		Mais-valias latentes	Imparidade acumulada	Nota: Repos Total
	Total	Preço aquisição corrigido	Perdas acumuladas no justo valor devidas ao risco de crédito	Perdas acumuladas no justo valor não devidas ao risco de crédito			
Títulos da dívida							-
Ativos financeiros detidos para negociação	340.306	340.306	-	-	-	-	170.867
Ativos financeiros não destinados a negociação mensurados obrigatoriamente a justo valor através de resultados	23.926	23.926	-	-	-	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	3.235.945	3.249.445	-	(15.710)	6.438	(4.228)	2.132.610
Ativos financeiros a custo amortizado	109.595	109.886	-	-	-	(291)	42.638
Total	3.709.770	3.723.561	-	(15.710)	6.438	(4.519)	2.346.115
Dos quais: Administrações Públicas espanholas	1.954.003	1.955.699	-	(2.422)	756	-	1.425.475
Ativos financeiros detidos para negociação	233.209	233.209	-	-	-	-	162.635
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	1.720.824	1.722.490	-	(2.422)	756	-	1.262.840
Dos quais: Administrações Públicas não residentes em Espanha	947.201	954.690	-	(7.935)	446	-	710.841
Ativos financeiros detidos para negociação	14.217	14.217	-	-	-	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	874.786	855.275	-	(7.935)	446	-	668.203
Ativos financeiros ao custo amortizado	85.198	85.198	-	-	-	-	42.638

21.2. Justo valor dos ativos tangíveis

Os únicos ativos tangíveis (imóveis de uso próprio e Investimentos imobiliários) propriedade do Grupo onde o justo valor difere do valor contabilístico são os Imóveis que constituem a propriedade. A 31 de dezembro de 2022, o valor contabilístico destes imóveis alcançou os 34.472 Milhares de euros (44.463 Milhares de euros a 31 de dezembro de 2021), enquanto o justo valor estimado alcançou os 67.867 e 69.239 Milhares de euros a 31 de dezembro de 2022 e 2021.

O justo valor anterior foi calculado de acordo com as últimas avaliações realizadas pelo Instituto de Valoraciones, S.A., tendo para isso aplicado técnicas de avaliação de aceitação geral.

22. Exposição ao risco de crédito

22.1. Objetivos, políticas e processos de gestão do risco de crédito

O Risco de Crédito define-se como aquele que afeta ou pode afetar os resultados ou o capital, como resultado de incumprimento, por parte de um credenciado, dos compromissos previstos em qualquer contrato, ou que não possa atuar conforme acordado.

Para uma gestão do risco de crédito correta, o Grupo estabeleceu alguns procedimentos cujos principais elementos são seguidamente descritos:

Análise do Risco de Crédito

No Grupo Cecabank o processo de avaliação da qualidade do crédito das contrapartes e o de atribuição de limites está estreitamente relacionado. Assim o Grupo atribui uma qualificação interna para as distintas contrapartes com as que se deseja trabalhar. Esta qualificação interna contribui para o estabelecimento do valor máximo de risco a assumir com cada contraparte. Também constitui a base para a admissão e acompanhamento do risco.

A qualificação é resultado da análise de diversos fatores quantitativos e qualitativos, que são avaliados de forma independente e recebem uma ponderação específica para o cálculo da qualificação final. O resultado é uma avaliação independente dos analistas do Grupo que aglutina a perceção da qualidade do crédito das entidades com quem quer operar.

Acompanhamento e Controlo do Risco de Crédito

O acompanhamento do risco de crédito faz-se mediante uma gestão ativa das carteiras. O objetivo fundamental consiste em detetar, com antecedência suficiente, aquelas rubricas que possam registar alguma perda de valor na qualidade creditícia. O acompanhamento sistemático permite classificar toda a carteira em rubricas de Risco Normal e rubricas de Acompanhamento Especial.

Tal como no processo de análise, os ratings são um elemento adicional no processo de acompanhamento do risco, para além do país e tipo de negócio, entre outras variáveis.

Adicionalmente, e como parte do acompanhamento dos riscos de crédito e em colaboração com a Assessoria Jurídica, faz-se uma gestão ativa e um acompanhamento da adequação da documentação contratual que sustenta a operação.

O processo de controlo engloba toda a atividade relacionada com a verificação permanente do cumprimento de todos os limites de risco de crédito, contraparte e liquidação estabelecidos, a gestão e reporting de limites excedidos, bem como a manutenção e atualização das parametrizações dos produtos, clientes, países, grupos económicos, ratings, contratos de compensação contratual e garantias financeiras, nas ferramentas de controlo.

Estrutura de limites de riscos

A estrutura geral de limites no Grupo está dividida em dois grandes grupos. Por um lado, encontram-se os limites concedidos a uma contrapartida de forma individual. Por outro lado, encontram-se uma série de limites associados a determinadas atividades: os limites por risco país e os limites operacionais para a renda fixa e para a atividade de renda variável, entre outros.

Metodologia de medição do risco de crédito

A metodologia aplicada para o cálculo da exposição por risco de crédito é a standard prevista na regulamentação em vigor. Para além disso, para os produtos sujeitos a risco de contrapartida a Entidade aplica o método de avaliação da posição a preços de mercado das distintas operações, onde são acrescentados uns Add-on's ou coeficientes que, aplicados sobre o nocional, incorporam à medição o risco potencial de cada operação até ao vencimento.

As ferramentas de gestão proporcionam informação sobre o consumo de limites em tempo real para cada contrapartida e grupo económico, permitindo fazer um acompanhamento contínuo de qualquer modificação e/ou excedido nos limites.

A existência de garantias e colaterais são considerados para efeitos de um menor consumo do risco de crédito nas operações amparadas pelos mesmos, também de acordo com os critérios estabelecidos na regulamentação em vigor.

Risco de concentração

O risco de concentração mede o grau de concentração das carteiras de risco de crédito sob diferentes dimensões relevantes: áreas geográficas e países, sectores económicos, produtos e grupos de clientes.

O risco de concentração, dentro do âmbito do risco de crédito, constitui um elemento essencial de gestão. É feito um acompanhamento contínuo do grau de concentração do risco de crédito sob diferentes classificações relevantes: países, ratings, setores, grupos económicos, garantias, etc.

Para a gestão do risco de concentração, o Grupo aplica critérios prudentes, de maneira a permitir gerir os limites disponíveis com folga suficiente relativamente aos limites legais de concentração estabelecidos.

De acordo com a legislação em vigor, a 31 de dezembro de 2022 o Grupo não mantém posições com contrapartes com as quais o limiar de alto risco é excedido. A 31 de dezembro de 2021 o Grupo ocupou posições com duas contrapartes com as quais excedeu o limiar de grandes riscos.

A 31 de dezembro de 2022, em relação à distribuição geográfica, a maior exposição situa-se em Espanha (84%), seguida pelo resto de países da União Europeia (13%), alcançando a exposição com o resto de países do mundo a 3%. A 31 de dezembro de 2021, a distribuição geográfica das exposições era igualmente de 84%, 13% e 3%, respetivamente.

Na Nota 26 é apresentada informação sobre o risco de concentração geográfica do Grupo a 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Quanto ao nível de concentração setorial, é consequência da especialização do Grupo na realização de todo o tipo de Atividades, operações e serviços próprios do negócio da banca no geral ou relacionados direta ou indiretamente com a mesma. Assim, os riscos no sector financeiro representam aproximadamente 77% da exposição total a 31 de dezembro de 2022 (excluindo a exposição a administrações públicas), ainda que na avaliação deste grau de concentração setorial, se deva ter em consideração que a exposição se mantém num segmento altamente regulado e supervisionado.

22.2. Nível máximo de exposição ao risco de crédito

O nível máximo de exposição ao risco de crédito assumido pelo Grupo a 31 de dezembro de 2022 e 2021 para cada classe e categoria de instrumento financeiro, foi sendo especificado em cada uma das notas das várias carteiras do balanço consolidado incluído neste relatório.

Os riscos contingentes são apresentados pelo valor máximo garantido pelo Grupo. De uma forma geral, estima-se que a maioria destes saldos são vencidos sem pressupor uma necessidade real de financiamento por parte do Grupo. Adicionalmente, devem ser consideradas as garantias que estão associadas a estas operações (ver Nota 22.3 seguinte). Os saldos correspondentes a compromissos contingentes (disponíveis) são apresentados pelo valor máximo de que a contraparte pode dispor.

22.3. Garantias reais recebidas e outras melhorias do risco de crédito

A política geral relacionada com a formalização das operações de produtos financeiros derivados e operações de repos, simultâneas e empréstimo de títulos, é de subscrever contratos de compensação contratual elaborados por associações nacionais ou internacionais. Estes contratos permitem, no caso de incumprimento da contrapartida, vencer antecipadamente as operações cobertas no mesmo e compensá-las, de modo que as partes possam exigir apenas o saldo líquido do produto da liquidação dessas operações.

Para as operações de produtos financeiros derivados são formalizados os Contratos ISDA Master Agreements, sujeitos à legislação inglesa ou à do Estado de Nova Iorque, ou ao Contrato Marco de Operações Financeiras (CMOF), submetido à legislação espanhola, dependendo da contrapartida. Além disso, para a cobertura dos instrumentos financeiros derivados a partir de certo nível de riscos, são formalizados acordos de garantia financeira, como o Credit Support Annex para os ISDA Master Agreements.

No caso das operações de repo e simultânea, subscrevem-se os modelos Global Master Repurchase Agreement (GMRA) e, para as operações de empréstimo de títulos, os modelos European Master Agreement (EMA) ou o Global Master Securities Lending Agreements (GMSLA). Neste tipo de contratos de compensação contratual, o clausulado incorpora a regulação das garantias financeiras ou “margens” das operações.

De seguida apresenta-se o detalhe, para a rubrica “Empréstimos e adiantamentos”, de garantia real ou pessoal que possa ser considerado para cada uma das exposições 31 de dezembro de 2022 e 2021:

A 31 de dezembro de 2022:

	Valor máximo da garantia real ou pessoal a ser considerado				
	Empréstimos garantidos por bens imobiliários		Outros empréstimos com garantias reais		
	Imóveis residenciais	Imóveis comerciais	Caixa (instrumentos de dívida emitidos)	Instrumentos de capital e títulos de dívida	Garantias financeiras recebidas
Empréstimos e adiantamentos	37.139	-	-	617.377	50.039
Dos quais: duvidosos	301	-	-	-	-
Dos quais: Outras sociedades financeiras	-	-	-	11.549	-
Dos quais: Sociedades não financeiras	-	-	-	-	-
Dos quais: Particulares	37.139	-	-	-	39
Dos quais: Empréstimos à habitação	36.846	-	-	-	39
Dos quais: crédito ao consumo	-	-	-	-	-

A 31 de dezembro de 2021:

	Valor máximo da garantia real ou pessoal a ser considerado				
	Empréstimos garantidos por bens imobiliários		Outros empréstimos com garantias reais		
	Imóveis residenciais	Imóveis comerciais	Caixa (instrumentos de dívida emitidos)	Instrumentos de capital e títulos de dívida	Garantias financeiras recebidas
Empréstimos e adiantamentos	40.855	-	-	1.120.371	50.010
Dos quais: duvidosos	307	-	-	-	-
Dos quais: Outras sociedades financeiras	-	-	-	13.570	-
Dos quais: Sociedades não financeiras	-	-	-	-	-
Dos quais: Particulares	40.855	-	-	-	10
Dos quais: Empréstimos à habitação	40.639	-	-	-	6
Dos quais: crédito ao consumo	-	-	-	-	1

22.4. Qualidade creditícia dos ativos financeiros não vencidos nem deteriorados

22.4.1. Análise da exposição ao risco de crédito atendendo a notações de crédito

A 31 de dezembro de 2022, 78,7% da exposição conta com uma qualificação de crédito atribuída por uma das agências de rating reconhecidas pelo Banco de Espanha (82,1% a 31 de dezembro de 2021). A distribuição por níveis de rating da notação de crédito é a seguinte:

Nível	Classificação (*)	Percentagem	
		2022	2021
1	AAA-AA	1,6%	2,8%
2	A	39,1%	46,4%
3	BBB	54,1%	42,2%
4	BB	4,5%	7,9%
5	B	0,7%	0,7%
6	CCC e inferior	-	-
		100%	100%

(*) Para classificar as exposições foi considerado o critério previsto na regulação de solvência em vigor considerando as notações atribuídas pelas duas agências utilizadas na gestão de riscos do Banco: Moody's e S&P.

Esta distribuição de exposição qualificada exclui as posições em dívida pública e dívida avalizada, dívida de administrações regionais e de Outros organismos públicos, e a correspondente a entidades de contrapartida central, todas elas isentas para efeitos dos limites aos grandes riscos.

22.4.2. Classificação da exposição ao risco de crédito pelas contrapartes

De seguida apresenta-se o nível de exposição máxima ao risco de crédito (sem incluir perdas por imparidade contabilizadas nem o resto de ajustamentos por avaliação) classificado em função das contrapartes das operações a 31 de dezembro de 2022 e 2021 das exposições ao risco de crédito que, nessa data, não se encontravam nem vencidas nem com perda de valor reconhecida:

A 31 de dezembro de 2022:

	Valor contabilístico bruto							Alterações cumulativas negativas no justo valor devido ao risco de crédito por exposições duvidosas
	Total	Dos quais: detidos para negociação	Dos quais: ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente medidos ao justo valor através de lucros e perdas (Nota 6.2)	Dos quais: ativos financeiros suscetíveis de perda de valor	Dos quais: dívida reestruturada ou refinanciada	Dos quais: duvidosos	Perda de valor acumulado (inclui fase 1)	
Derivados	643.910	447.469	-	196.441	-	-	-	-
Dos quais: instituições de crédito	434.181	237.740	-	196.441	-	-	-	-
Dos quais: outras sociedades financeiras	209.729	209.729	-	-	-	-	-	-
Instrumentos de capital	110.790	102.253	5.804	2.733	-	-	-	-
Dos quais: instituições de crédito	28.629	28.629	-	-	-	-	-	-
Dos quais: outras sociedades financeiras	3.707	2.325	-	1.382	-	-	-	-
Dos quais: sociedades não financeiras	78.454	71.299	5.804	1.351	-	-	-	-
Saldos em numerário nos bancos centrais e outros depósitos à ordem (Nota 7)	7.677.636	-	-	7.677.636	-	16	(88)	-
Títulos da dívida (Notas 8, 9 e 10)	3.224.390	307.324	9.135	2.907.931	-	-	(5.163)	-
Bancos centrais	115.616	-	-	115.616	-	-	-	-
Administrações Públicas	2.267.916	171.456	-	2.096.460	-	-	-	-
Instituições de crédito	290.830	70.020	-	220.810	-	-	-	-
Outras sociedades financeiras	140.843	4.995	9.135	126.713	-	-	(970)	-
Sociedades não financeiras	409.185	60.853	-	348.332	-	-	(4.193)	-
Empréstimos e adiantamentos	2.236.902	-	-	2.236.902	289	403	(393)	-
Bancos centrais (Nota 7)	1	-	-	1	-	-	-	-
Administrações Públicas	532.623	-	-	532.623	-	-	-	-
Instituições de crédito (Notas 7 e 9)	1.353.016	-	-	1.353.016	-	25	(25)	-
Outras sociedades financeiras	307.241	-	-	307.241	-	-	(186)	-
Sociedades não financeiras	2.166	-	-	2.166	-	-	(14)	-
Das quais: pequenas e médias empresas	1.706	-	-	1.706	-	-	(12)	-
Particulares	41.855	-	-	41.855	289	378	(168)	-
Dos quais: empréstimos garantidos por bem imóveis residenciais	37.525	-	-	37.525	255	324	(42)	-
Dos quais: crédito ao consumo	2.159	-	-	2.159	-	14	(47)	-

A 31 de dezembro de 2021:

	Valor contabilístico bruto						Alterações cumulativas negativas no justo valor devido ao risco de exposições duvidosas
	Total	Dos quais: para negociação	Dos quais: ativos financeiros suscetíveis de perda de valor	Dos quais: dívida reestruturada ou refinanciada	Dos quais: duvidosos	Perda de valor acumulado (inclui fase 1)	
Derivados	791.682	781.545	10.137	-	-	-	-
Dos quais: instituições de crédito	501.114	490.977	10.137	-	-	-	-
Dos quais: outras sociedades financeiras	279.775	279.775	-	-	-	-	-
Instrumentos de capital	300.077	292.528	3.000	-	-	-	-
Dos quais: instituições de crédito	30.387	25.837	-	-	-	-	-
Dos quais: outras sociedades financeiras	3.926	2.560	1.366	-	-	-	-
Dos quais: sociedades não financeiras	265.765	264.131	1.634	-	-	-	-
Saldos em numerário nos bancos centrais e outros depósitos à ordem (Nota 7)	8.499.641	-	8.499.641	-	175	(188)	-
Títulos da dívida (Notas 8 e 9)	3.723.561	340.308	3.359.333	-	-	(4.519)	-
Bancos centrais	87.425	-	87.425	-	-	-	-
Administrações Públicas	2.910.390	247.426	2.662.965	-	-	-	-
Instituições de crédito	217.340	42.982	174.359	-	-	-	-
Outras sociedades financeiras	132.678	4.976	113.765	-	-	(735)	-
Sociedades não financeiras	375.728	44.924	320.819	-	-	(3.784)	-
Empréstimos e adiantamentos	3.090.307	-	3.089.294	1.329	1.445	(313)	(903)
Bancos centrais (Nota 7)	16.174	-	16.174	-	-	-	-
Administrações Públicas	649.715	-	649.715	-	-	-	-
Instituições de crédito (Notas 7 e 9)	2.094.223	-	2.094.223	-	25	(25)	-
Outras sociedades financeiras	279.387	-	279.387	-	-	(94)	-
Sociedades não financeiras	4.588	-	3.575	1.013	1.013	(11)	(903)
Das quais: pequenas e médias empresas	2.657	-	1.644	1.013	1.013	(10)	(903)
Particulares	46.220	-	46.220	316	407	(183)	-
Dos quais: empréstimos garantidos por bem imóveis residenciais	41.564	-	41.564	277	345	(59)	-
Dos quais: crédito ao consumo	2.489	-	2.489	-	18	(51)	-

22.5. Informação sobre taxas de incumprimento

Dadas as atividades a que Grupo se dedica e o perfil de risco que é assumido pelo mesmo, a taxa de incumprimento na qual incorre, medida como a Percentagem que representam os ativos duvidosos sobre o total de risco de crédito a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de 0,01%.

22.6. Ativos financeiros renegociados

A 31 de dezembro de 2022, o Banco tinha apenas duas operações refinanciadas, ambas correspondentes a um colaborador, e motivadas pela falta de pagamento de empréstimos referido colaborador tinha concedidos com a entidade. O valor bruto contabilístico dessas operações era, a 31 de dezembro de 2022 de 289 Milhares de euros (316 Milhares de euros em 2021) com uma cobertura específica de 57 Milhares de euros em 2022(78 Milhares de euros em 2021).

22.7. Ativos com perdas de valor reconhecidas

De seguida apresenta-se o detalhe dos ativos financeiros com perdas de valor reconhecidas a 31 de dezembro de 2022 e 2021 em termos de risco de crédito:

A 31 de dezembro de 2022:

Valor contabilístico

	Ativos sem aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial (fase 1)			Ativos com um aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas sem imparidade de crédito (fase 2)			Ativos com imparidade creditícia (fase 3)		
	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias
	Total instrumentos de dívida	5.126	-	-	-	116	-	-	-
Títulos de dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos centrais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras sociedades financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sociedades não financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos	5.126	-	-	-	116	-	-	-	302
Bancos centrais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições de crédito (Nota 7)	16	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras sociedades financeiras	5.081	-	-	-	-	-	-	-	-
Sociedades não financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Particulares	29	-	-	-	116	-	-	-	302
Empréstimos e adiantamentos por produtos, por garantias reais e por subordinação	5.126	-	-	-	116	-	-	-	302
À vista e com breve prazo de notificação (conta corrente)	5.126	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida por cartões de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Devedores comerciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Loações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Empréstimos de recompra inversa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros empréstimos a prazo	36	-	-	-	116	-	-	-	302
Adiantamentos diferentes de empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dos quais: empréstimos garantidos por bens imóveis	21	-	-	-	116	-	-	-	302
Dos quais: outros empréstimos com garantias reais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dos quais: crédito ao consumo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dos quais: empréstimos à habitação	21	-	-	-	116	-	-	-	237
Dos quais: empréstimos para financiamento de projetos	-	-	-	-	-	-	-	-	-

A 31 de dezembro de 2021:

Valor contabilístico

	Ativos sem aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial (fase 1)			Ativos com um aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas sem imparidade de crédito (fase 2)			Ativos com imparidade creditícia (fase 3)		
	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias
	Total instrumentos de dívida	777	-	-	-	-	-	-	-
Títulos de dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos centrais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras sociedades financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sociedades não financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos	777	-	-	-	-	-	-	-	69
Bancos centrais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições de crédito	175	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras sociedades financeiras	601	-	-	-	-	-	-	-	-
Sociedades não financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Particulares	1	-	-	-	-	-	-	-	69
Empréstimos e adiantamentos por produtos, por garantias reais e por subordinação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
À vista e com breve prazo de notificação (conta corrente)	602	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida por cartões de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Devedores comerciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Locações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Empréstimos de compra inversa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros empréstimos a prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	69
Adiantamentos diferentes de empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dos quais: empréstimos garantidos por bens imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-	69
Dos quais: outros empréstimos com garantias reais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dos quais: crédito ao consumo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dos quais: empréstimos à habitação	-	-	-	-	-	-	-	-	69
Dos quais: empréstimos para financiamento de projetos	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Para efeitos da informação incluída no quadro anterior, indicar que, em aplicação do disposto na legislação aplicável, não foram incluídos ativos financeiros classificados na categoria de “Ativos financeiros designados a justo valor através de resultados ” que pudessem ter imparidade devido ao risco de crédito associado, já que na valorização destes ativos pelo justo valor, qualquer perda por imparidade que tivessem sofrido é registada como um ajustamento desse justo valor nas demonstrações financeiras do Banco.

De seguida apresenta-se o detalhe dos ativos financeiros com perdas de valor reconhecidas (duvidosos) e não duvidosos, e conforme os seus vencimentos:

A 31 de dezembro de 2022	Não duvidosos				Duvidosos						Garantias reais recebidas sobre exposições não duvidosas	Garantias reais recebidas sobre exposições duvidosas	
	Total	Total não duvidosos	Não vencidas ou vencidas ≤ 30 dias	Das quais: instrumentos sem aumentos significativos	Total duvidosos	Pagamento improvável vencido ou não vencido ≤ 90 dias	Vencidas > 1 ano ≤ 2 anos	Vencidas > 2 anos ≤ 5 anos	Vencidas > 5 anos ≤ 7 anos	Dos quais: por pagar			Dos quais: com imparidade de valor
Instrumentos de dívida a custo amortizado	10.221.862	10.221.443	10.221.232	10.217.940	419	20	2	293	77	419	385	654.215	302
Saldos de caixa nos bancos centrais e outros depósitos à ordem	7.677.636	7.677.620	7.677.224	7.677.224	16	16	-	-	-	16	16	-	-
Títulos da dívida	307.324	307.324	307.626	305.924	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações Públicas	283.481	283.481	283.783	283.783	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras sociedades financeiras	23.843	23.843	23.843	22.141	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos	2.236.902	2.236.499	2.236.382	2.234.792	403	4	2	293	77	403	369	654.215	302
Bancos centrais	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações Públicas	532.623	532.623	532.623	532.623	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições de crédito (Nota 9)	1.353.016	1.352.991	1.352.991	1.352.991	25	-	-	-	-	25	25	605.828	-
Outras sociedades financeiras	307.241	307.241	307.241	307.241	-	-	-	-	-	-	-	11.549	-
Sociedades não financeiras	2.166	2.166	2.166	2.166	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Das quais: pequenas e médias empresas	1.706	1.706	1.706	1.706	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Particulares (Nota 10)	41.855	41.476	41.360	41.360	378	4	2	293	77	378	344	36.838	302
Dos quais: empréstimos garantidos por bens imóveis residenciais	37.525	37.201	37.085	37.085	324	-	-	255	69	324	324	36.838	302
Das quais: crédito ao consumo	2.159	2.145	2.145	2.145	14	2	-	-	9	14	14	-	-
Instrumentos de dívida a justo valor através de outro rendimento integral	3.251.255	3.251.255	3.251.255	2.590.239	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos da dívida	3.251.255	3.251.255	3.251.255	2.590.239	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos centrais	115.616	115.616	115.616	115.616	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações Públicas	2.267.916	2.267.916	2.267.916	1.812.677	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições de crédito	290.830	290.830	290.830	220.810	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras sociedades financeiras	131.708	131.708	131.708	102.871	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sociedades não financeiras	409.185	409.185	409.185	338.265	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos de dívida não detidos para negociação avaliados obrigatoriamente a justo valor com alterações em resultados designados a justo valor com alterações nos resultados	9.135	9.135	9.135	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos da dívida	9.135	9.135	9.135	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras sociedades financeiras	9.135	9.135	9.135	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sociedades não financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sociedades não financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos de dívida distintos dos detidos para negociação	13.446.252	13.445.833	13.445.622	12.809.769	419	20	2	293	77	419	385	654.215	302
Exposições fora do balanço	678.212	678.212	-	678.212	-	-	-	-	-	-	-	144.952	-
Compromissos de empréstimos concedidos	503.859	503.859	-	503.859	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações Públicas	400.000	400.000	-	400.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras sociedades financeiras	30.373	30.373	-	30.373	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sociedades não financeiras	71.113	71.113	-	71.113	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Particulares	2.373	2.373	-	2.373	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros compromissos concedidos	174.353	174.353	-	174.353	-	-	-	-	-	-	-	144.952	-
Administrações Públicas	1.657	1.657	-	1.657	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições de crédito	169.567	169.567	-	169.567	-	-	-	-	-	-	-	144.952	-
Outras sociedades financeiras	525	525	-	525	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sociedades não financeiras	2.557	2.557	-	2.557	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Particulares	47	47	-	47	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Valor contabilístico bruto / valor nominal

A 31 de dezembro de 2021	Não duvidosos				Duvidosos							Garantias reais recebidas sobre exposições não duvidosas	Garantias reais recebidas sobre exposições duvidosas
	Total	Total não duvidosos	Não vencidas ou vencidas ≤ 30 dias	Das quais: instrumentos sem aumentos significativos	Total duvidosos	Pagamento improvável vencido ou não vencido ≤ 90 dias	Vencidas > 1 ano ≤ 2 anos	Vencidas > 2 anos ≤ 5 anos	Vencidas > 5 anos ≤ 7 anos	Dos quais: por pagar	Dos quais: com imparidade de valor		
Instrumentos de dívida a custo amortizado	11.698.821	11.698.215	11.698.215	11.696.463	606	462	3	39	102	607	562	1.160.920	307
Saldos de caixa nos bancos centrais e outros depósitos à ordem	8.499.642	8.499.467	8.499.467	8.499.467	175	175	-	-	-	175	175	-	-
Titulos da dívida	109.886	109.886	109.886	108.134	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações Públicas	85.199	85.199	85.199	85.199	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras sociedades financeiras	24.687	24.687	24.687	22.935	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos	3.089.293	3.088.862	3.088.862	3.088.862	431	287	3	39	102	432	387	1.160.920	307
Bancos centrais	16.174	16.174	16.174	16.174	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações Públicas	649.715	649.715	649.715	649.715	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições de crédito (Nota 9)	2.094.224	2.094.199	2.094.199	2.094.199	25	-	-	-	25	25	25	1.106.801	-
Outras sociedades financeiras	279.387	279.387	279.387	279.387	-	-	-	-	-	-	-	13.570	-
Sociedades não financeiras	3.574	3.574	3.574	3.574	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Das quais: pequenas e médias empresas	1.644	1.644	1.644	1.644	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Particulares (Nota 10)	46.219	45.813	45.813	45.813	406	287	3	39	77	407	362	40.549	307
Dos quais: empréstimos garantidos por bens imóveis residenciais	41.565	41.219	41.219	41.219	346	277	-	-	69	345	345	40.549	307
Das quais: crédito ao consumo	2.488	2.470	2.470	2.470	18	9	-	-	9	18	12	-	-
Instrumentos de dívida a justo valor através de outro rendimento integral	3.249.446	3.249.446	3.249.446	3.239.380	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Titulos da dívida	3.249.446	3.249.446	3.249.446	3.239.380	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos centrais	87.425	87.425	87.425	87.425	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações Públicas	2.577.765	2.577.765	2.577.765	2.577.765	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições de crédito	174.359	174.359	174.359	174.359	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras sociedades financeiras	89.078	89.078	89.078	89.078	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sociedades não financeiras	320.819	320.819	320.819	310.753	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos de dívida não detidos para negociação avaliados obrigatoriamente a justo valor com alterações em resultados designados a justo valor com alterações nos resultados	24.937	23.924	23.924	-	1.013	1.013	-	-	-	1.013	-	-	-
Titulos da dívida	23.924	23.924	23.924	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras sociedades financeiras	13.937	13.937	13.937	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sociedades não financeiras	9.987	9.987	9.987	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos	1.013	-	-	-	1.013	1.013	-	-	-	1.013	-	-	-
Sociedades não financeiras	1.013	-	-	-	1.013	1.013	-	-	-	1.013	-	-	-
Instrumentos de dívida distintos dos detidos para negociação	14.973.204	14.971.585	14.971.585	14.935.843	1.619	1.475	3	39	102	1.620	562	1.160.920	307
Exposições fora do balanço	633.303	633.303	-	633.303	-	-	-	-	-	-	-	18.944	-
Compromissos de empréstimos concedidos	561.871	561.871	-	561.871	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações Públicas	471.000	471.000	-	471.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras sociedades financeiras	16.318	16.318	-	16.318	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sociedades não financeiras	71.344	71.344	-	71.344	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Particulares	3.209	3.209	-	3.209	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros compromissos concedidos	71.431	71.431	-	71.431	-	-	-	-	-	-	-	18.944	-
Administrações Públicas	68.679	68.679	-	68.679	-	-	-	-	-	-	-	18.944	-
Instituições de crédito	113	113	-	113	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras sociedades financeiras	2.564	2.564	-	2.564	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sociedades não financeiras	75	75	-	75	-	-	-	-	-	-	-	-	-

As operações consideradas com perda de valor reconhecidas (Ativos de cobrança duvidosa) pelo Grupo a 31 de dezembro de 2022 classificadas nas categorias de “Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito” e “Empréstimos e adiantamentos a clientes” alcançam os 420 Milhares de euros (606 Milhares de euros a 31 de dezembro de 2021).

22.8. Movimento e distribuição das perdas por imparidade

De seguida apresenta-se o movimento nas perdas por imparidade devido ao risco de crédito contabilizadas pelo Grupo durante os exercícios 2022 e 2021 Sem considerar os ajustamentos de valor dos depósitos à ordem na Nota 7:

A 31 de dezembro de 2022:

	Saldo de abertura	Aumentos por constituição e aquisição	Diminuições por desreconhecimento	Alterações por variações do risco de crédito (líquido)	Alterações por modificações sem desreconhecimento (líquido)	Diminuição na conta de abatimento por créditos anulados	Outros ajustamentos	Saldo de encerramento
Correção total por instrumentos de dívida	(4.789)	(897)	401	(302)	-	-	21	(5.566)
Correções por ativos financeiros sem aumento de risco de crédito desde o reconhecimento inicial (fase 1)	(2.082)	(894)	401	(275)	-	-	21	(2.829)
Títulos da dívida (Nota 8)	(1.895)	(617)	321	(305)	-	-	3	(2.493)
Empréstimos e adiantamentos (Nota 9)	(187)	(277)	80	30	-	-	18	(336)
Das quais: correções de valor valorizadas coletivamente	(1.282)	(894)	401	(321)	-	-	5	(2.891)
Das quais: correções de valor valorizadas individualmente	-	-	-	-	-	-	-	-
Correções por instrumentos de dívida com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas sem imparidade creditícia (fase 2)	(2.627)	-	-	(43)	-	-	-	(2.670)
Títulos da dívida (Notas 9 e 10)	(2.627)	-	-	(43)	-	-	-	(2.670)
Empréstimos e adiantamentos (Nota 10)	-	-	-	-	-	-	-	-
Das quais: correções de valor valorizadas coletivamente	-	-	-	-	-	-	-	-
Das quais: correções de valor valorizadas individualmente	(2.627)	-	-	(43)	-	-	-	(2.670)
Correções por instrumentos de dívida com imparidade creditícia (fase 3)	(80)	(3)	-	16	-	-	-	(67)
Títulos da dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos (Nota 10)	(80)	(3)	-	16	-	-	-	(67)
Das quais: correções de valor valorizadas coletivamente	(55)	(3)	-	16	-	-	-	(42)
Das quais: correções de valor valorizadas individualmente	(25)	-	-	-	-	-	-	(25)

Os títulos de dívida da fase 2 incluem perdas por imparidade em ativos financeiros ao justo valor através de outros rendimentos abrangentes, bem como ao custo amortizado.

A fase 3 inclui as provisões para empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito e a parte das perdas por imparidade em empréstimos e adiantamentos a clientes de ativos duvidosos.

A 31 de Dezembro de 2022:

Valor contabilístico bruto / Valor Nominal

	Transferências entre a fase 1 e a fase 2		Transferências entre a fase 2 e a fase 3		Transferências entre a fase 1 e a fase 3	
	Para a fase 2 desde a fase 1	Para a fase 1 desde a fase 2	Para a fase 3 desde a fase 2	Para a fase 2 desde a fase 3	Para a fase 3 desde a fase 1	Para a fase 1 desde a fase 3
	1	2	2	3	1	3
Total instrumentos de dívida	-	-	-	-	5	6
Títulos de dívida	-	-	-	-	-	-
Bancos centrais	-	-	-	-	-	-
Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-
Instituições de crédito	-	-	-	-	-	-
Outras sociedades financeiras	-	-	-	-	-	-
Sociedades não financeiras	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos	-	-	-	-	5	6
Bancos centrais	-	-	-	-	-	-
Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-
Instituições de crédito	-	-	-	-	-	-
Outras sociedades financeiras	-	-	-	-	-	-
Sociedades não financeiras	-	-	-	-	-	-
Particulares	-	-	-	-	5	6
Compromissos e garantias financeiras concedidas	-	-	-	-	-	-

A 31 de dezembro de 2021:

	Saldo de abertura	Aumentos por constituição e aquisição	Diminuições por desreconhecimento	Alterações por variações do risco de crédito (líquido)	Alterações por modificações sem desreconhecimento (líquido)	Diminuição na conta de abatimento por créditos anulados	Outros ajustamentos	Saldo de encerramento
Correção total por instrumentos de dívida	(8.996)	(1.240)	945	149	4.513	-	(202)	(4.831)
Correções por ativos financeiros sem aumento de risco de crédito desde o reconhecimento inicial (fase 1)	(1.759)	(1.240)	943	90	(115)	-	-	(2.081)
Títulos da dívida (Nota 8)	(1.364)	(1.199)	750	33	(115)	-	-	(1.895)
Empréstimos e adiantamentos (Nota 9)	(395)	(41)	192	57	-	-	-	(187)
Das quais: correções de valor valorizadas coletivamente	(1.759)	(1.240)	943	90	(115)	-	-	(2.081)
Das quais: correções de valor valorizadas individualmente	-	-	-	-	-	-	-	-
Correções por instrumentos de dívida com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas sem imparidade creditícia (fase 2)	(7.099)	-	-	42	4.628	-	(196)	(2.625)
Títulos da dívida (Notas 8 e 9)	(7.098)	-	-	42	4.627	-	(196)	(2.625)
Empréstimos e adiantamentos (Nota 9)	(1)	-	-	-	1	-	-	-
Das quais: correções de valor valorizadas coletivamente	(1)	-	-	-	1	-	-	-
Das quais: correções de valor valorizadas individualmente	(7.098)	-	-	42	4.627	-	(196)	(2.625)
Correções por instrumentos de dívida com imparidade creditícia (fase 3)	(95)	-	2	13	-	-	-	(80)
Títulos da dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos (Nota 9)	(95)	-	2	13	-	-	-	(80)
Das quais: correções de valor valorizadas coletivamente	(70)	-	2	13	-	-	-	(55)
Das quais: correções de valor valorizadas individualmente	(25)	-	-	-	-	-	-	(25)

A 31 de dezembro de 2021:

Valor contábilístico bruto / Valor Nominal

	Transferências entre a fase 1 e a fase 2		Transferências entre a fase 2 e a fase 3		Transferências entre a fase 1 e a fase 3	
	Para a fase 2 desde a fase 1	Para a fase 1 desde a fase 2	Para a fase 3 desde a fase 2	Para a fase 2 desde a fase 3	Para a fase 3 desde a fase 1	Para a fase 1 desde a fase 3
	1	2	2	3	1	3
Total instrumentos de dívida	-	23.002	-	-	1.013	2
Títulos de dívida	-	22.935	-	-	-	-
Bancos centrais	-	-	-	-	-	-
Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-
Instituições de crédito	-	-	-	-	-	-
Outras sociedades financeiras	-	22.935	-	-	-	-
Sociedades não financeiras	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos	-	67	-	-	1.013	2
Bancos centrais	-	-	-	-	-	-
Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-
Instituições de crédito	-	-	-	-	-	-
Outras sociedades financeiras	-	-	-	-	-	-
Sociedades não financeiras	-	-	-	-	1.013	-
Particulares	-	67	-	-	-	2
Compromissos e garantias financeiras concedidas	-	-	-	-	-	-

22.9. Ativos financeiros vencidos e sem imparidade

A 31 de dezembro de 2022 e 2021 o Grupo não tem registado, nas demonstrações financeiras nenhum ativo financeiro com valor significativo que se encontrasse vencido e sem estar pago e sem imparidade.

22.10. Ativos financeiros com perdas de valor reconhecidas e não desreconhecidos do Ativo

A 31 de dezembro de 2022 e 2021 o Grupo não tem ativos financeiros com valores significativos que, de acordo com os critérios indicados na Nota 2, tivessem sido desreconhecidos do balanço do Grupo devido ao risco de crédito, não havendo movimentos significativos para esta conta durante os referidos exercícios.

Além disso, o empréstimo à 2GETHER MONEY MANAGEMENT S.L. foi anulado durante o ano de 2022, uma vez que se considera que não existe uma expectativa razoável de recuperação.

22.11. Exposição imobiliária

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, as únicas operações concedidas pelo Grupo relativas à exposição imobiliária são os empréstimos hipotecários concedidos aos colaboradores cujo objetivo é a aquisição de habitação e são apresentados da seguinte forma:

A 31 de dezembro de 2022:

	Valor contabilístico						
	Valor contabilístico bruto	Bancos centrais	Administrações Públicas	Entidades de crédito	Outras sociedades financeiras	Outras sociedades não financeiras	Particulares
Empréstimos e adiantamentos	9.912.552	7.548.435	532.623	1.481.708	305.401	2.152	41.686
Por garantias reais	-	-	-	-	-	-	-
Dos quais: empréstimos garantidos por bens imóveis	37.525	-	-	-	-	-	37.483
Dos quais: outros empréstimos com garantias reais	637.231	-	-	621.590	15.611	-	-

A 31 de dezembro de 2021:

	Valor contabilístico						
	Valor contabilístico bruto	Bancos centrais	Administrações Públicas	Bancos centrais	Outras Sociedades Financeiras	Bancos centrais	Particulares
Empréstimos e adiantamentos	11.589.949	8.405.041	649.715	2.204.785	279.293	3.674	46.036
Por garantias reais	-	-	-	-	-	-	-
Dos quais: empréstimos garantidos por bens imóveis	41.564	-	-	-	-	-	41.505
Dos quais: outros empréstimos com garantias reais	1.140.449	-	-	1.126.855	13.590	-	-

De seguida apresenta-se a composição do crédito com garantia hipotecária a particulares para aquisição de habitação, de acordo com a fase em que se encontram classificados a 31 de dezembro de 2022 e 2021:

A 31 de dezembro de 2022:

	Valor contabilístico								
	Ativos sem aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial (fase 1)			Ativos com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, sem imparidade creditícia (fase 2)			Ativos com imparidade creditícia (fase 3)		
	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias
Empréstimos e adiantamentos a particulares por productos e por garantias reais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros empréstimos a prazo	21	-	-	-	116	-	-	-	301
Dos quais: empréstimos garantidos por bens imóveis	21	-	-	-	116	-	-	-	301
Dos quais: empréstimos para compra habitação	21	-	-	-	116	-	-	-	237

A 31 de dezembro de 2021:

Valor contabilístico

	Ativos sem aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial (fase 1)			Ativos com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, sem imparidade creditícia (fase 2)			Ativos com imparidade creditícia (fase 3)		
	> 30 dias		> 90 dias	> 30 dias		> 90 dias	> 30 dias		> 90 dias
	≤ 30 dias	90 dias		≤ 30 dias	90 dias		≤ 30 dias	90 dias	
Empréstimos e adiantamentos a particulares por productos e por garantias reais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros empréstimos a prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	69
Dos quais: empréstimos garantidos por bens imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-	69
Dos quais: empréstimos para compra habitação	-	-	-	-	-	-	-	-	69

22.12. Outra informação sobre risco de crédito

Nem a 31 de dezembro de 2022 nem a 31 de dezembro de 2021 nem durante os referidos exercícios, existiu algum valor significativo de produtos devidos, vencidos e não cobrados de ativos financeiros considerados com perda de valor reconhecida.

Por sua vez, durante os exercícios 2022 e 2021 não se constituiu nenhuma garantia associada aos ativos financeiros de que são proprietários para garantir o pagamento.

23. Exposição ao risco de mercado

O risco de mercado define-se por aquele que afeta os resultados ou o capital derivado de movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos títulos, preços das ações e mercadorias, e nas taxas de cambio de operações registadas na carteira de negociação. Este risco surge das atividades de criação de mercado, negociação, títulos, ações, moeda, mercadorias e derivados (sobre títulos, ações, moeda e mercadorias). Este risco inclui o risco cambial, definido como o risco atual ou potencial que afeta os resultados ou o capital e que resulta dos movimentos desfavoráveis nas taxas de câmbio na carteira de investimento.

A exposição direta a este tipo de risco surge de vários fatores financeiros que afetam os preços do mercado. Estes fatores incluem fundamentalmente, ainda que não se limitem, aos seguintes:

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é a exposição às variações do mercado devido a alterações no nível geral das taxas de juro.

Risco cambial

O risco cambial a que o Grupo está exposto decorre das atividades em FX e nos mercados de capitais internacionais.

Renda variável

Representa o risco de registar perdas como consequência de uma variação nos preços das ações.

O conceito de Value at Risk (“VaR”) proporciona uma medida integrada do risco de mercado, englobando os seus aspetos básicos: risco de taxa de juro, risco de taxa de câmbio, o risco de renda variável e o risco de volatilidade dos fatores anteriores.

A distribuição média do VaR da Carteira de Negociação por mesas a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2022	2021
Mesa de Funding e DPV	831	654
Mesa de Forex	275	142
Mesa de Dívida	85	60
Mesa de Renda Variável	179	231
Mesa de Derivados	102	110
Mesa de Crédito	274	157
Bilhetes	34	13

Para a operação em determinados tipos de opções exóticas complexas, para as que a gestão e medição do risco é muito complicada, a política geral é eliminar este risco da carteira mediante a contratação de operações “back to back” (espelho) no mercado.

O Conselho de Administração é o responsável por estabelecer limites globais como parte de fixar um limite de tolerância ao risco. A estrutura de limites é baseada na metodologia VaR, mencionada anteriormente, e sobre os valores da perda máxima real autorizada com horizontes temporais diferentes.

24. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido pela:

Incerteza de conseguir financiar por um preço razoável os compromissos adquiridos, em alturas em que se torne difícil recorrer a financiamento externo durante um prazo determinado.

Manutenção e geração de níveis de liquidez necessários para o financiamento do crescimento futuro do negócio.

Ou seja, este risco reflete a probabilidade de incorrer em perdas ou renunciar a novos negócios ou ao crescimento dos atuais, por não poder atender com normalidade aos compromissos aquando do seu vencimento, ou por não poder financiar as necessidades adicionais a custos de mercado. Para mitigar este risco, o Grupo segue periodicamente a situação de liquidez a par das possíveis atuações a realizar, e tem previstas medidas para poder restabelecer o equilíbrio financeiro global do mesmo, no caso de um eventual défice de liquidez.

A gestão do risco de liquidez consiste em dispor em todo momento dos instrumentos e processos que permitam ao Grupo atender pontualmente aos compromissos de pagamento, de maneira que a dispor dos meios que permitam manter níveis de liquidez suficientes para atender os pagamentos sem comprometer de maneira significativa os resultados do Grupo e manter os mecanismos que, perante diversas eventualidades, lhe permita cumprir os compromissos de pagamento.

De uma maneira geral, o Grupo dispõe de diversas formas de captação de liquidez, entre as quais a captação de depósitos de clientes, a disponibilidade de diversas linhas de tesouraria perante organismos oficiais ou a captação de liquidez através do mercado interbancário.

Para monitorizar as necessidades do Grupo é determinado o gap de liquidez que mostra o perfil de vencimento e liquidações por linha de risco (classificados os ativos e passivos de acordo com o prazo de vencimento residual mais os fluxos de juros derivados), e apresenta a estrutura de um *mismatch* de balanço, em termos de entradas e saídas de fluxos de caixa.

Por outro lado, é feita também uma monitorização dos ativos líquidos disponíveis para identificar as possíveis fontes de liquidez em caso de contingência.

O Conselho de Administração, dentro da sua função de acompanhamento, estabelece valores-limite para o risco de liquidez com foco no cumprimento, com alguma folga, dos requisitos regulatórios relacionados com a posição de liquidez, e manter atuações nos mercados e um desenvolvimento da atividade que permita a diversificação adequada das fontes de financiamento. Estes limites estão fixos sobre uma série de rácios de liquidez e têm como objetivo avaliar e medir a liquidez no balanço do Grupo.

Também se testam cenários de stress onde são combinados diferentes cenários de restrições no acesso aos mercados de capitais, retirada massiva de depósitos à ordem, ativação dos compromissos de liquidez contingentes, bem como outras condições externas dos mercados.

De forma adicional, são também monitorizados diariamente vários indicadores de alerta e é efetuado um inventário detalhado e continuamente atualizado da capacidade de converter ativos patrimoniais em liquidez.

25. Risco de taxa de juro de balanço

O risco de taxa de juro estrutural de balanço pode ser definido como a exposição da situação financeira e económica a movimentos adversos nas taxas de juro derivada dos desfasamentos nas maturidades e nos prazos de refixação das taxas de juro das contas do balanço global. Este risco é uma parte substancial do negócio bancário e pode afetar em grande medida a margem financeira e o valor económico do capital. Como consequência, uma gestão do risco de taxa de juro que a mantenha em níveis prudentes é fundamental para a segurança e força do Grupo (ver Notas 2.4 e 11).

O negócio e a gestão estão focados para uma estrutura de resultados estáveis e recorrentes, orientados para a preservação do valor económico dos recursos próprios, com o objetivo de assegurar o crescimento ordenado do Grupo a longo prazo.

Para alcançar os objetivos anteriormente descritos, o Grupo implementou uma estrutura de limites dos riscos estruturais de balanço. O Conselho de Administração define o quadro de atuação geral para a gestão de balanço e aprova os limites de risco em função do seu nível de tolerância ao risco. A gestão dos riscos estruturais é feita tanto para o curto prazo como para o médio e longo prazo e, articula-se através dos limites que são aprovados pelo próprio Conselho e para os quais é feito um acompanhamento mensal.

Deste modo, são estabelecidos limites em termos de sensibilidade a variações nas taxas de juro do mercado. Essas variações realizam-se tanto na margem de intermediação como de valor económico.

Os Cargos Dirigentes envolvem-se de forma ativa na gestão dos riscos do balanço através do Comité de Ativos e Passivos (COAP). Este comité está encarregue de desenvolver as ações necessárias para corrigir os possíveis desequilíbrios de risco do balanço.

Na hora de medir, analisar e controlar a gestão do risco estruturado do balanço é feita uma análise que tem como objetivo a medição do excesso ou defeito do volume de ativo sensível frente ao passivo sensível, como volume não coincidente (e, portanto, não coberto) e sujeito às possíveis variações das taxas de juro. Desta forma, identifica-se a exposição ao risco mediante o estudo da concentração de massas com risco de reapreciação por períodos significativos.

É realizada igualmente uma análise dinâmica do balanço com diferentes cenários de taxas e, são feitas simulações da margem financeira com um horizonte temporal de um ano. Esta simulação permite analisar o efeito de alterações por movimento das taxas de juro em função dos prazos de reapreciação das diferentes contas de balanço.

Para completar estas medidas de sensibilidade, é aplicada uma metodologia similar ao VaR de mercado, que permite calcular o valor económico do capital em risco para o prazo de um mês e com um nível de confiança de 99%, tendo em conta todos os fatores de risco que afetam ao balanço.

26. Concentração de riscos

26.1. Concentração de riscos por atividade e área geográfica

Em seguida é apresentada a distribuição dos ativos financeiros ao valor contabilístico mais significativos do Grupo a 31 de dezembro de 2022 e 2021 detalhados atendendo à área geográfica de atuação e segmento de atividade, contraparte e finalidade da financiamento concedida (incluindo ajustamentos por avaliação):

Concentração de riscos por atividade e área geográfica. Atividade total (Valor contabilístico):

31 de dezembro de 2022:

Milhares de euros

	Total	Espanha	Resto de União Europeia	América	Resto do mundo
Bancos centrais e Instituições de crédito	9.897.294	8.964.600	673.085	130.896	128.713
Administrações Públicas	2.641.533	1.690.833	925.253	79	25.368
Administração Central	2.078.149	1.127.449	925.253	79	25.368
Outras Administrações Públicas	563.384	563.384	-	-	-
Outras instituições financeiras	642.413	507.107	85.532	14.265	35.509
Sociedades não financeiras e empresários individuais	439.724	270.434	115.647	44.640	9.003
Resto de finalidades	439.724	270.434	115.647	44.640	9.003
Grandes empresas	419.922	250.728	115.551	44.640	9.003
PMEs e empresários individuais	19.802	19.706	96	-	-
Particulares	41.733	41.733	-	-	-
Habituação	38.625	38.625	-	-	-
Consumo	2.112	2.112	-	-	-
Outros fins	996	996	-	-	-
Total	13.662.697	11.474.707	1.799.517	189.880	198.593

31 de dezembro de 2021:

Milhares de euros

	Total	Espanha	Resto de União Europeia	América	Resto do mundo
Bancos centrais e Instituições de crédito	11.481.884	10.166.265	954.700	150.156	210.763
Administrações Públicas	3.559.480	2.562.266	986.087	-	11.127
Administração Central	2.794.209	1.796.995	986.087	-	11.127
Outras Administrações Públicas	765.271	765.271	-	-	-
Outras instituições financeiras	695.973	535.213	90.569	10.125	60.066
Sociedades não financeiras e empresários individuais	647.934	458.430	125.268	53.156	11.080
Construção e promoção imobiliária (incluindo terrenos)	-	-	-	-	-
Construção de obra civil	-	-	-	-	-
Resto de finalidades	647.934	458.430	125.268	53.156	11.080
Grandes empresas	637.587	448.832	125.238	53.156	10.361
PMEs e empresários individuais	10.347	9.598	30	-	719
Particulares	46.111	45.584	1	-	526
Habituação	42.939	42.413	-	-	526
Consumo	2.438	2.437	1	-	-
Outros fins	734	734	-	-	-
Total	16.431.382	13.767.758	2.156.625	213.437	293.562

Concentração de riscos por atividade e área geográfica.

Atividade em Espanha (Valor contabilístico):

31 de dezembro de 2022:

Milhares de euros

	Total	Comunidades Autônomas							Castela e Leão	Catalunha
		Andaluzia	Aragão	Astúrias	Baleares	Canárias	Cantábria	Castela La Mancha		
Bancos Centrais e entidades de crédito	8.964.600	320.941	19.139	-	3.084	-	469.189	-	-	22
Administrações Públicas	1.690.833	70.191	75.481	-	92.283	-	-	77.138	29.298	22.659
Administração Central	1.127.449	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Administrações Públicas	563.384	70.191	75.481	-	92.283	-	-	77.138	29.298	22.659
Outras instituições financeiras	507.107	17.775	-	-	-	-	-	-	9.267	8.834
Sociedades não financeiras e empresários individuais	270.434	-	-	-	192	-	-	1.060	-	23.458
Construção e promoção imobiliária (incluindo terrenos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Construção de obra civil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resto de finalidades	270.434	-	-	-	192	-	-	1.060	-	23.458
Grandes empresas	250.728	-	-	-	191	-	-	-	-	22.828
PMEs e empresários individuais	19.706	-	-	-	1	-	-	1.060	-	630
Particulares	41.733	8	-	-	-	-	-	1.083	-	1
Habituação	38.625	-	-	-	-	-	-	1.037	-	-
Consumo	2.112	8	-	-	-	-	-	46	-	-
Outros fins	996	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Total	11.474.707	408.915	94.620	-	95.559	-	469.189	79.281	38.565	54.974

Milhares de euros

	Comunidades Autónomas								
	Extremadura	Galiza	Madrid	Múrcia	Navarra	Com. Valenciana	País Basco	La Rioja	Ceuta e Melilla
Bancos Centrais e entidades de crédito	48	95.381	7.835.331	-	-	191.156	30.309	-	-
Administrações Públicas	81.971	-	196	18.627	262	53.770	3.019	38.489	-
Administração Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Administrações Públicas	81.971	-	196	18.627	262	53.770	3.019	38.489	-
Outras instituições financeiras	-	12.279	451.883	-	-	-	7.069	-	-
Sociedades não financeiras e empresários individuais	-	21.008	180.486	-	-	38	44.138	54	-
Construção e promoção imobiliária (incluindo terrenos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Construção de obra civil	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resto de finalidades	-	21.008	180.486	-	-	38	44.138	54	-
Grandes empresas	-	16.013	172.538	-	-	0	39.158	-	-
PMEs e empresários	-	4.995	7.948	-	-	38	4.980	54	-
Particulares	-	-	40.634	-	-	7	-	-	-
Habitação	-	-	37.588	-	-	-	-	-	-
Consumo	-	-	2.051	-	-	7	-	-	-
Outros fins	-	-	995	-	-	-	-	-	-
Total	82.019	128.668	8.508.530	18.627	262	244.971	84.535	38.543	-

31 de dezembro de 2021:

Milhares de euros

	Comunidades Autónomas									
	Total	Andaluzia	Aragão	Astúrias	Baleares	Canárias	Cantábria	Castela La Mancha	Castela e Leão	Catalunha
Bancos Centrais e entidades de crédito	10.166.265	512.526	11.174	-	1.824	-	683.813	-	-	-
Administrações Públicas	2.562.266	71.783	101.640	43.172	114.550	-	-	99.137	29.936	26.777
Administração Central	1.796.995	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Administrações Públicas	765.271	71.783	101.640	43.172	114.550	-	-	99.137	29.936	26.777
Outras instituições financeiras	535.213	24.445	-	-	1.498	-	-	-	11.619	1.485
Sociedades não financeiras e empresários individuais	458.430	-	-	-	246	-	11.004	1.081	-	101.397
Construção e promoção imobiliária (incluindo terrenos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Construção de obra civil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resto de finalidades	458.430	-	-	-	246	-	11.004	1.081	-	101.397
Grandes empresas	448.832	-	-	-	246	-	11.004	-	-	100.844
PMEs e empresários individuais	9.598	-	-	-	-	-	-	1.081	-	553
Particulares	45.584	4	-	1	-	-	-	1.121	-	1
Habitação	42.413	-	-	-	-	-	-	1.064	-	-
Consumo	2.437	4	-	-	-	-	-	57	-	-
Outros fins	734	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Total	13.767.758	608.758	112.814	43.173	118.118	-	694.817	101.339	41.555	129.660

Milhares de euros

	Comunidades Autónomas								
	Extremadura	Galiza	Madrid	Múrcia	Navarra	Com. Valenciana	País Basco	La Rioja	Ceuta e Melilla
Bancos Centrais e entidades de crédito	46	81.199	8.536.260	-	-	303.090	36.333	-	-
Administrações Públicas	116.111	-	30.211	19.880	-	62.497	-	49.577	-
Administração Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Administrações Públicas	116.111	-	30.211	19.880	-	62.497	-	49.577	-
Outras instituições financeiras	-	15.844	480.223	-	-	-	99	-	-
Sociedades não financeiras e empresários individuais	-	45.293	266.474	-	6	38	32.837	54	-
Construção e promoção imobiliária (incluindo terrenos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Construção de obra civil	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resto de finalidades	-	45.293	266.474	-	6	38	32.837	54	-
Grandes empresas	-	45.293	263.600	-	6	-	27.839	-	-
PMEs e empresários	-	-	2.874	-	-	38	4.998	54	-
Particulares	-	1	44.452	-	-	4	-	-	-
Habitação	-	-	41.349	-	-	-	-	-	-
Consumo	-	1	2.371	-	-	4	-	-	-
Outros fins	-	-	732	-	-	-	-	-	-
Total	116.157	142.337	9.635.979	19.880	6	365.629	69.269	49.631	-

Além disso, a invasão russa da Ucrânia está a causar, entre outros efeitos, uma variação no preço de certas matérias-primas e no custo da energia, bem como a manutenção de sanções, embargos e restrições em relação à Rússia que afetam a economia em geral e as empresas com operações com e na Rússia especificamente. O impacto deste conflito nas carteiras e operações do Banco dependerá da evolução futura que não pode ser prevista com fiabilidade à data da elaboração das presentes demonstrações financeiras. Contudo, em 31 de dezembro de 2022, o Banco não tem qualquer exposição à Ucrânia ou à Rússia.

26.2. Concentração de instrumentos de capital próprio

Por sua vez, de seguida apresenta-se o detalhe dos instrumentos de capital próprio que são propriedade do Grupo a 31 de dezembro de 2022 e 2021 classificados em função do mercado onde estão cotados. A especificação dos instrumentos financeiros classificados em função do mercado onde estão cotados está detalhada nas Notas 8, 9 e 12 respetivamente.

31 de dezembro de 2022:

Milhares de euros

	Ativos financeiros detidos para negociação (Nota 8.1)	Ativos financeiros não destinados a negociação mensurados obrigatoriamente a justo valor através de resultados (Nota 8.2)	Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 9)	Ativos não correntes à venda (Nota 12)	Total
Em função do tipo de emissor -					
De instituições financeiras espanholas	28.629	5.804	-	-	34.433
De outras empresas espanholas	72.559	-	2.289	-	74.848
De outras empresas estrangeiras	1.065	-	444	-	1.509
	102.253	5.804	2.733	-	110.790

31 de dezembro de 2021:

Milhares de euros

	Ativos financeiros detidos para negociação (Nota 8.1)	Ativos financeiros não destinados a negociação mensurados obrigatoriamente a justo valor através de resultados (Nota 8.2)	Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 9)	Ativos não correntes à venda (Nota 12)	Total
Em função do tipo de emissor -					
De instituições financeiras espanholas	25.837	4.550	-	-	30.387
De outras empresas espanholas	265.403	-	2.572	-	267.975
De outras empresas estrangeiras	1.288	-	430	-	1.718
	292.528	4.550	3.002	-	300.080

27. Outra informação significativa

27.1 Compromissos e garantias concedidas

Entende-se por “Garantias concedidas” os montantes que o Grupo tem de pagar por conta de terceiros no caso de não o fazerem aqueles que originalmente estão obrigados a pagar, em resposta dos compromissos assumidos pelo Grupo na operação corrente.

Do mesmo modo, entende-se por compromissos contingentes as obrigações possíveis para o Grupo, como consequência de acontecimentos passados, cuja existência está condicionada a que surjam, ou não, um ou mais eventos futuros independentes da vontade da entidade e que podem dar lugar ao reconhecimento de ativos financeiros.

De seguida é apresentado o detalhe deste capítulo da informação em notas de balanço consolidado a 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Milhares de euros	
	2022	2021
Compromissos de empréstimos concedidos		
Administrações Públicas	400.000	471.000
Outras sociedades financeiras	30.373	16.318
Sociedades não financeiras	71.113	71.344
Particulares	2.373	3.209
	503.859	561.871
Garantias financeiras concedidas		
Instituições de crédito	-	-
	-	-
Outros compromissos concedidos		
Instituições de crédito	169.567	68.679
Administrações públicas	1.657	-
Outras sociedades financeiras	525	113
Sociedades não financeiras	2.557	2.564
Particulares	47	75
	174.353	71.431
	678.212	633.302

Uma parte significativa destes montantes termina sem que se materialize nenhuma obrigação de pagamento para o Grupo, pelo que o saldo conjunto destes compromissos não pode ser considerado na sua totalidade como uma necessidade futura real de financiamento ou liquidez a conceder a terceiros pelo Grupo.

Na rubrica de “Outros compromissos concedidos” a 31 de dezembro de 2022 foram registados principalmente compromissos para a compra de compras simultâneas e depósitos emprestados no montante de 131.599 Milhares de euros, não tendo sido registado qualquer montante em 2021.

Deste modo, na rubrica de “Outros compromissos concedidos” também são registadas as garantias e avais financeiros no valor de 33.932 Milhares de euros a 31 de dezembro de 2022 (39.169 a 31 de dezembro de 2021).

Os rendimentos de comissões recebidas associados a estas garantias concedidas registam-se no capítulo “Rendimentos de comissões” da demonstração de resultados consolidada conforme o período de vencimento (ver Nota 31).

As provisões registadas para a cobertura destas garantias prestadas, calculadas com critérios similares aos aplicados para o cálculo da imparidade de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, em que os saldos em 31 de dezembro de 2022 atingem os 413 Milhares de euros (262 Milhares de euros a 31 de dezembro de 2021), foram registados na rubrica “Provisões - Compromissos e garantias concedidos” do balanço consolidado (ver Nota 17).

a Nota 22 é incluída informação relativa ao risco de crédito assumido pelo Grupo em relação a essas garantias financeiras prestadas, bem como dos referidos compromissos contingentes.

27.2. Ativos cedidos em garantia

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, ativos que são propriedade do Grupo garantem operações realizadas pelo mesmo, bem como diversos passivos e passivos contingentes assumidos pelo Grupo. O valor nominal a 31 de dezembro de 2022 e 2021 dos ativos financeiros que constituem garantia de referidos passivos ou passivos contingentes e assimilados é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2022	2021
Dívida Pública espanhola classificada como ativos financeiros mensurados a justo valor através de outro rendimento integral	510.618	78.300
Outros valores classificados como ativos financeiros mensurados a justo valor através de outro rendimento integral	253.000	223.000
Dívida Pública espanhola classificada como ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Valores emitidos por outros organismos públicos classificados como ativos financeiros mensurados a justo valor através de outro rendimento integral	12.500	140.723
Valores emitidos por outros organismos públicos classificados como ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Dívida pública emitida por Administrações Públicas não residentes classificada como ativos financeiros mensurados a justo valor através de outro rendimento integral	-	55.000
Dívida pública emitida por Administrações Públicas não residentes classificada como ativos financeiros a custo amortizado	380.000	37.901
	1.156.118	534.924

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo detém títulos bloqueados ou congelados pelo valor nominal de 16.245 e 46.120 Milhares de euros, respetivamente, como garantia do cumprimento das obrigações contraídas pelo Banco por operações com os serviços de compensação e liquidação.

Adicionalmente, a 31 de dezembro de 2022, o Banco tinha já realizados acordos de repos de ativos de títulos da sua carteira e de valores adquiridos temporariamente por um valor de 1.805.505 Milhares de euros (2.784.445 Milhares de euros a 31 de dezembro de 2021). Nas rubricas “Nota: emprestados ou em garantia” que figuram em cada um dos capítulos do balanço a 31 de dezembro de 2022 e 2021 onde são apresentadas cada uma das categorias onde são classificados os ativos financeiros do Grupo, é incluído o montante dos referidos ativos que foram transferidos, cedidos em empréstimo ou entregues como garantia, nos quais o cessionário tem o direito, por contrato ou costume, de voltar a transferir ou penhorar os ativos, tal como nas operações de empréstimo de títulos ou nos acordos de venda de repos a um preço fixo ou ao preço de venda acrescido de juro.

27.3. Operações por conta de terceiros

Segue-se uma repartição das transações efetuadas pelo Grupo por conta de terceiros em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pelos seus elementos mais significativos:

	Milhares de euros	
	2022	2021
Instrumentos financeiros confiados por terceiros-		
Instrumentos de capital próprio	109.591.498	130.426.771
Títulos da dívida	163.372.320	164.793.952
	272.963.818	295.220.723
Outros instrumentos financeiros	31.449.403	44.390.907
	304.413.221	339.611.630
Efeitos condicionais e outros valores recebidos em comissão de cobrança	114.072	109.470
Valores obtidos por empréstimos (Nota 28.4)	578.138	168.612
	305.105.431	44.795.766.550

No capítulo “Instrumentos financeiros confiados por terceiros” da tabela anterior regista-se, principalmente, os Títulos da dívida e Instrumentos patrimoniais que o Grupo detém derivado dos contratos em vigor pelos serviços de depósito e custódia de valores de terceiros.

27.4. Ativos financeiros dados e recebidos em empréstimo

De acordo com a legislação em vigor, os valores recebidos pelo Grupo em operações de empréstimo de títulos não se registam no balanço consolidado, exceto se esses títulos forem vendidos em operações a descoberto pelo Grupo, se for o caso, onde são registados como passivos financeiros na rubrica “Passivos financeiros detidos para negociação- Posições curtas de títulos” do passivo de referido balanço consolidado.

Da mesma forma, as operações de empréstimos de títulos onde Grupo empresta títulos a terceiros, também não têm impacto no balanço. Os títulos emprestados podem ser títulos recebidos anteriormente em empréstimos pelo Grupo ou títulos que são propriedade do Grupo, não sendo registado neste último caso esses valores emprestados do balanço consolidado.

Por sua vez, os depósitos constituídos ou recebidos a título de fiança ou garantia pelos títulos recebidos ou emprestados pelo Grupo, respetivamente, são contabilizados como um ativo financeiro ou como um passivo financeiro, respetivamente, e os juros associados aos mesmos contabilizam-se como rendimento por juros, ou como um gasto por juros na demonstração de resultados consolidada, respetivamente, aplicando a taxa de juro efetiva correspondente.

De seguida apresenta-se o justo valor dos ativos financeiros dados em empréstimo pelo Grupo a 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Milhares de euros	
	2022	2021
Instrumentos de capital	-	-
Títulos de dívida	233.176	249.730
	233.176	249.730

De seguida apresenta-se o justo valor dos ativos financeiros recebidos em operações de empréstimos de títulos pelo Grupo a 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Milhares de euros	
	2022	2021
Valores recebidos em empréstimos pelo Grupo -	-	-
Títulos da dívida - Emitidos por Administrações Públicas Espanholas (Nota 27.3)	578.138	168.612
	578.138	168.612

27.5. Serviço de Atenção ao Cliente do Banco

Em seguida é exposto um resumo das queixas e reclamações recebidas no exercício de 2022 pelo Serviço de Atenção ao Cliente do Banco. A tipologia das reclamações apresentadas perante o serviço e que não foram admissíveis durante o exercício de 2022 deve-se ao facto de não corresponderem a reclamações que afetavam a outras entidades distintas do Banco:

	2022	2021
Número de queixas e reclamações recebidas	1	1
Número de queixas e reclamações não admissíveis	1	1
Número de queixas e reclamações admissíveis	-	-
Número de queixas e reclamações resolvidas	-	-
Número de resoluções favoráveis aos reclamantes	-	-
Número de reclamações contrárias aos reclamantes	-	-
Montante indemnizado nas resoluções favoráveis (euros)	-	-
Número de queixas e reclamações pendentes	-	-

28. Rendimentos de juros

Seguidamente estão detalhados os Rendimentos de juros mais significativos auferidos pelo Grupo nos exercícios 2022 e 2021, tendo em conta a carteira de instrumentos onde tiveram origem:

	Milhares de euros	
	2022	2021
Ativos financeiros detidos para negociação	14.359	9.987
Ativos financeiros não destinados a negociação mensurados obrigatoriamente a justo valor através de resultados	471	300
Ativos financeiros designados a justo valor através de resultados	-	-
Ativos financeiros a justo valor através de outro rendimento integral	31.165	27.897
Ativos financeiros ao custo amortizado	21.162	9.763
Derivados - contabilidade de coberturas, risco de taxa de juro	20.089	12.012
Rendimentos de juros de passivos	26.594	50.866
Outros Ativos	30.074	511
	143.914	111.336

O capítulo “Rendimentos de juros de passivos” do quadro anterior reúne os rendimentos derivados dos depósitos de terceiros em passivos financeiros detidos pelo Grupo em balanço consolidado ao longo dos exercícios 2022 e 2021, respetivamente, remunerados a taxas de juro negativas.

29. CustosCustos de juros

O detalhe do saldo deste capítulo das demonstrações de resultados consolidadas dos exercícios de 2022 e 2021 e classificados tendo em conta a carteira de instrumentos financeiros onde tiveram origem, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2022	2021
Passivos financeiros detidos para negociação	5.783	6.174
Passivos financeiros ao custo amortizado	71.330	1.791
Derivados - contabilidade de coberturas, risco de taxa de juro	20.334	14.923
Custos de juros de ativos / Outros passivos	42.073	81.783
Custo de juros dos fundos de pensões (Nota 35)	897	299
	140.417	104.970

Dentro do capítulo “CustosCustos de juros de ativos / Outros passivos” do quadro anterior estão incluídos os custoscustos derivados dos ativos financeiros detidos pelo Grupo no balanço consolidado ao longo dos exercícios de 2022 e 2021, remunerados a uma taxa de juro negativa.

30. Rendimentos de dividendos

De seguida é apresentada a distribuição deste capítulo das demonstrações de resultados consolidadas dos exercícios 2022 e 2021:

	Milhares de euros	
	2022	2021
Ativos financeiros detidos para negociação	4.596	3.611
Ativos financeiros não destinados a negociação através de resultados	175	327
Ativos financeiros a justo valor através de outro rendimento integral	144	128
	4.915	4.066

31. Rendimentos de comissões

De seguida apresenta-se o montante do rendimento de comissões devidas nos exercícios 2022 e 2021 classificadas atendendo aos principais conceitos onde tiveram origem:

	Milhares de euros	
	2022	2021
Comissões por riscos contingentes (Nota 27.1)	152	185
Comissões por compromissos contingentes	1.043	1.001
Comissões por serviço de cobranças e pagamentos	29.217	26.054
Comissões por serviço de valores	184.725	185.102
Comissões por operações cambiais e divisa estrangeira	190	167
Outras comissões	10.138	9.920
	225.465	222.429

O saldo de “Comissões por serviço de valores” do quadro anterior, inclui, entre outros, 169.853 Milhares de euros devidos no exercício 2022 (172.748 Milhares de euros em 2021) pela operação de depósito e custódia de valores de terceiros depositados no Grupo.

32. Despesas de comissões

De seguida apresenta-se o montante das despesas de comissões pagas nos exercícios 2022 e 2021 classificadas atendendo aos principais conceitos onde tiveram origem:

	Milhares de euros	
	2022	2021
Comissões cedidas a outras entidades e corresponsáveis	9.984	8.975
Comissões pagas por operações com títulos	25.113	24.115
	35.097	33.090

33. Ganhos ou perdas líquidas por ativos e passivos financeiros

O detalhe dos ganhos ou perdas líquidas por ativos e passivos financeiros correspondente aos exercícios 2022 e 2021 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2022	2021
Ganhos ou (perdas) líquidas por ativos e passivos financeiros detidos para negociação	35.032	(6.018)
Ganhos ou (perdas) líquidas por ativos financeiros não destinados a negociação mensurados obrigatoriamente a justo valor através de resultados	(687)	(1.043)
Ganhos ou (perdas) líquidas no desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não mensurados a justo valor através de resultados	(26.110)	34.588
Restantes ativos e passivos	(26.112)	34.585
Ativos financeiros ao custo amortizado	2	3
Ganhos ou (perdas) líquidas por ativos e passivos financeiros designados a justo valor através de resultados	-	-
Ganhos ou (perdas) líquidas resultantes da contabilidade de coberturas	3.081	206
	11.316	27.733

Na Nota 5 é incluída informação sobre a distribuição por áreas geográficas onde estão originadas estas “Ganhos ou perdas líquidas por ativos e passivos financeiros”.

34. Outros proveitos de exploração

O detalhe do saldo deste capítulo das demonstrações de resultados consolidadas dos exercícios 2022 e 2021 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2022	2021
Receitas por locações (Nota 13)	1.790	1.535
Receitas por custos repercutidos	13.535	8.403
Outras receitas	41.040	41.130
	56.365	51.068

O saldo de “Outras receitas” reúne diversos conceitos, entre os que se destacam as receitas procedentes de serviços prestados à Confederação Espanhola de *Cajas de Ahorros*, em que o valor no exercício 2022 e 2021 ascende a 9.411 Milhares de euros (ver Nota 40). Deste modo, nesta rubrica são registados os recebimentos pelos diferentes serviços que o Cecabank presta aos seus clientes: Kondor, Banca eletrónica, Business Intelligence, entre outros.

35. Custos de Administração - Custos com pessoal

A composição da rubrica “Custos de Administração - Custos com pessoal” das demonstrações de resultados consolidadas dos exercícios de 2022 e 2021 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2022	2021
Salários e vencimentos	38.864	37.110
Segurança Social	7.434	7.253
Prémios de Seguros (Nota 2.11.2)	263	132
Indemnizações por cessação (Nota 2.11.4)	672	26.423
Contribuições a programas de contribuição definida (Nota 2.11.2)	594	50
Custo do período de compromissos de benefício definido	-	-
Custos com formação	290	330
Outros custos com pessoal	507	438
	48.624	71.736

Como consequência das obrigações impostas pela Lei de Supervisão a Instituições de crédito, a legislação de desenvolvimento, bem como pelas Diretrizes da EBA sobre políticas de remuneração adequada, o Banco paga, para determinado grupo, parte da retribuição variável anual em instrumentos não pecuniários vinculados à evolução do valor do Banco.

O número dos referidos Instrumentos patrimoniais a conceder a determinados membros do Coletivo Identificado depende de: (i) a remuneração variável que lhes foi concedida anualmente; e (ii) a variação de avaliação da entidade desde a data de concessão dos instrumentos. Uma vez determinado o valor da retribuição variável anual obtida por cada membro do Grupo Identificado, o 50 por cento da mesma é concedida na forma de Phantom Shares.

A liquidação destes instrumentos é feita no termo dos períodos de retenção e diferimento, se for o caso, conforme a Política em função do membro do Coletivo Identificado. Decorrido esse período de retenção, os Phantom Shares liquidam-se em dinheiro em cada uma das Datas de Liquidação em função do valor do Banco em cada uma das citadas datas. O método de avaliação para medir o valor da Entidade para efeitos de pagar a retribuição variável na forma de instrumentos está baseado nos fundos próprios a 31 de dezembro de cada exercício (considerando a soma de capital, reservas e a parte do resultado do exercício atribuível a reservas).

O calendário de liquidação dos Phantom Shares é o que corresponde de acordo com a Política vigente em cada momento para cada membro do Coletivo Identificado, uma vez terminados cada um dos períodos de diferimento e retenção aplicáveis em cada caso.

O saldo registado em 31 de dezembro de 2022 sob a rubrica "Pagamentos de indemnizações" ascende a 672 milhares de euros. A 31 de dezembro de 2021, o saldo ascendia a 26.423 milhares de euros, dos quais o montante de 24.763 milhares de euros correspondia principalmente às despesas estimadas no acordo do plano de despedimentos alcançado a 6 de agosto de 2021.

Adicionalmente, o CECA e os sindicatos chegaram a um acordo sobre o projeto da convenção coletiva de caixas e entidades financeiras de poupança para os anos 2019 até 2023, cuja principal novidade está no tema das remunerações ao pessoal ativo e ao passivo; a convenção passa a associar o aumento dos salários a uma percentagem fixa à qual devem ser somados pagamentos adicionais que podem chegar até 0,5% do salário base, em vez de estar vinculado ao IPC como era habitual fazer nas últimas convenções.

O número médio de colaboradores do Grupo nos exercícios de 2022 e 2021 distribuído por níveis é o seguinte:

Níveis profissionais	2022			2021		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
1 - NIV.I	5	3	8	5	3	8
1 - NIV.II	3	2	5	3	2	5
1 - NIV.III	18	12	30	18	12	30
1 - NIV.IV	26	15	41	29	12	41
1 - NIV.V	34	29	63	31	30	61
1 - NIV.VI	52	48	100	53	46	99
1 - NIV.VII	29	39	68	27	40	67
1 - NIV.VIII	30	58	88	26	55	81
1 - NIV.IX	8	14	22	9	14	23
1 - NIV.X	9	7	16	7	5	12
1 - NIV.XI	5	6	11	3	4	7
1 - NIV.XII	13	13	26	10	10	20
1 - NIV.XIII	-	1	1	-	-	-
1 - NIV.XIV	1	-	1	-	-	-
2 - NIV.I	1	-	1	1	-	1
2 - NIV.II	2	-	2	2	-	2
2 - NIV.IV	1	1	2	1	-	1
OTROS	4	2	6	4	2	6
	241	250	491	229	235	464

No fecho do exercício de 2022 o Banco tem três colaboradores contratado com incapacidade igual ou superior a 33% (dois no fecho de 2021). Os compromissos assumidos relativamente aos colaboradores com incapacidades são complementados através de medidas alternativas devidamente autorizadas pelo Governo Regional de Madrid.

A 31 de dezembro de 2022 o número total de colaboradores chegava aos 478 (463 em 2021) dos quais, 236 são homens (228 em 2021) e 242 mulheres (235 em 2021), o que representa 49% e 51%, respetivamente (49% e 51% respetivamente, a 31 de dezembro de 2021).

Relativamente aos compromissos em matéria de pensões de contribuição definida e de prestações a longo prazo (pré-reformas) mantidos com os colaboradores atuais e anteriores do Banco (única entidade do Grupo que tem compromissos significativos deste tipo) descritos na Nota 2.11, é apresentado de seguida o detalhe dos mesmos distinguindo entre aqueles que se encontram total ou parcialmente instrumentados em fundos de pensões e apólices de seguros e os que não se encontram instrumentados neste tipo de instrumentos, estando coberto o compromisso associado mediante o registro de provisões por parte do Banco:

A 31 de dezembro de 2022:

Milhares de euros

	Retribuições pós-emprego			Compromissos a longo prazo por pré-reforma			Total (III + VI)
	Valor da obrigação (I)	Valor dos ativos afetos ao Plano (II)	Total (III = I - II) (**)	Valor da obrigação (IV)	Valor dos ativos afetos ao Plano (V)	Total (VI = IV - V) (*)	
Instrumentados em planos de pensões e/ou apólices de seguros externos	110.533	116.896	(6.363)	-	-	-	(6.363)
Não instrumentados em planos de pensões ou apólices de seguros	-	-	-	33.569	-	33.569	33.569
Total a 31 de dezembro de 2022	110.533	116.896	(6.363)	33.569	-	33.569	27.206

(*) Este valor encontra-se registado na rubrica “Provisões - Outras retribuições aos colaboradores a longo prazo” do passivo de balanço a 31 de dezembro de 2022 (ver Nota 17).

(**) Este valor encontra-se contabilizado na rubrica “Outros ativos - Resto dos Outros ativos” ao balanço de 31 de dezembro de 2022 (ver Nota 15.1).

A 31 de dezembro de 2021:

Milhares de euros

	Retribuições pós-emprego			Compromissos a longo prazo por pré-reforma			Total (III + VI)
	Valor da obrigação (I)	Valor dos ativos afetos ao Plano (II)	Total (III = I - II) (**)	Valor da obrigação (IV)	Valor dos ativos afetos ao Plano (V)	Total (VI = IV - V) (*)	
Instrumentados em planos de pensões e/ou apólices de seguros externos	150.975	156.698	(5.723)	-	-	-	(5.723)
Não instrumentados em planos de pensões ou apólices de seguros	-	-	-	45.426	-	45.426	45.426
Total a 31 de dezembro de 2021	150.975	156.698	(5.723)	45.426	-	45.426	39.703

(*) Este valor encontra-se registado na rubrica “Provisões - Outras retribuições aos colaboradores a longo prazo” do passivo de balanço a 31 de dezembro de 2021 (ver Nota 17).

(**) Este valor encontra-se contabilizado na rubrica “Outros ativos - Resto dos Outros ativos” ao balanço de 31 de dezembro de 2021 (ver Nota 15.1).

Como pode ser observado no quadro anterior, uma parte significativa das responsabilidades em matéria de pensões do Banco encontra-se instrumentada em planos de pensões externos ou cobertos mediante apólices de seguros, pelo que não é de esperar que nos próximos exercícios, a liquidação destas responsabilidades tenha um impacto significativo sobre os fluxos de caixa futuros do Banco, sem prejuízo do qual, nas seções seguintes é incluída uma análise da sensibilidade do impacto que a variação de determinadas variáveis incluídas na avaliação possa ter relativamente aos montantes apresentados nestas contas anuais. Neste sentido, de salientar que a duração média dos compromissos com pensões reunidos nos quadros anteriores a 31 de dezembro de 2022 era de 8,89 anos para passivos, não havendo pessoal em ativo no encerramento do exercício de 2021 e 2022 (a 31 de dezembro de 2021, 10,68 anos para passivos).

De seguida é apresentada a reconciliação entre os saldos iniciais e os finais dos exercícios 2022 e 2021 do valor atual das obrigações de reforma antecipada de contribuição definida e dos compromissos a longo prazo por reformas antecipadas, mostrando separadamente os ativos do plano, o valor presente por ditas obrigações e os conceitos a que obedecem variações produzidas nestes conceitos durante os exercícios referidos.

Exercício de 2022:

Milhares de euros

	Retribuições pós-emprego			Compromissos a longo prazo por pré-reforma			
	Valor da obrigação (I)	Valor dos ativos afetos ao Plano (II)	Total (III = I - II)	Valor da obrigação (IV)	Valor dos ativos afetos ao Plano (V)	Total (VI = IV - V)	Total (III + VI)
1. Valor a 1 de janeiro de 2022	150.975	156.698	(5.723)	45.426	-	45.426	39.703
2. Custo dos serviços do exercício corrente	-	-	-	543	-	543	543
3. Rendimento esperado dos ativos do plano	-	866	(866)	-	-	-	(866)
4. Custos de juros	897	-	897	(20)	-	(20)	877
5. Contribuições realizadas pelos participantes do plano	-	-	-	-	-	-	-
6. Contribuições realizadas pelo Banco	-	-	-	-	-	-	-
7. Efeitos do recálculo na avaliação dos compromissos líquidos:	(32.453)	(31.782)	(671)	(1.642)	-	(1.642)	(2.313)
7.1 Perdas/ganhos atuariais que surgem como consequência de alterações em hipóteses demográficas	(1.465)	(1.407)	(58)	-	-	-	(58)
7.2 Perdas/ganhos atuariais que surgem de alterações nas hipóteses financeiras	(30.988)	(30.375)	(613)	-	-	-	(613)
7.3 Efeitos da alteração nos rendimentos dos ativos afetos ao plano	-	-	-	-	-	-	-
8. Prestações pagas	(8.886)	(8.886)	-	(10.714)	-	(10.714)	(10.714)
9. Custo dos serviços passados	-	-	-	-	-	-	-
10. Combinações de negócios	-	-	-	-	-	-	-
11. Reduções do plano	-	-	-	-	-	-	-
12. Liquidações do plano	-	-	-	-	-	-	-
13. Limites ao registo de ativos líquidos por exceder as contribuições económicas disponíveis máximas	-	-	-	-	-	-	-
14. Dotação pelos compromissos com reformas antecipadas adquirida no exercício	-	-	-	-	-	-	-
15. Outros movimentos	-	-	-	(24)	-	(24)	(24)
Valor em 31 de dezembro de 2022	110.533	116.896	(6.363)	33.569	-	33.569	27.206

Exercício de 2021:

Milhares de euros

	Retribuições pós-emprego			Compromissos a longo prazo por pré-reforma			
	Valor da obrigação (I)	Valor dos ativos afetos ao Plano (II)	Total (III = I - II)	Valor da obrigação (IV)	Valor dos ativos afetos ao Plano (V)	Total (VI = IV - V)	Total (III + VI)
1. Valor a 1 de janeiro de 2021	170.341	176.222	(5.881)	29.051	-	29.051	23.170
2. Custo dos serviços do exercício corrente	-	-	-	26.044	-	26.044	26.044
3. Rendimento esperado dos ativos do plano	-	480	(480)	-	-	-	(480)
4. Custos de juros	299	-	299	(64)	-	(64)	235
5. Contribuições realizadas pelos participantes do plano	-	-	-	-	-	-	-
6. Contribuições realizadas pelo Banco	-	-	-	-	-	-	-
7. Efeitos do recálculo na avaliação dos compromissos líquidos:	(10.511)	(10.850)	339	(335)	-	(335)	4
7.1 Perdas/ganhos atuariais que surgem como consequência de alterações em hipóteses demográficas	(1.246)	(1.547)	-	-	-	-	-
7.2 Perdas/ganhos atuariais que surgem de alterações nas hipóteses financeiras	(9.265)	(9.303)	-	-	-	-	-
7.3 Efeitos da alteração nos rendimentos dos ativos afetos ao plano	-	-	-	-	-	-	-
8. Prestações pagas	(9.154)	(9.154)	-	(9.270)	-	(9.270)	(9.270)
9. Custo dos serviços passados	-	-	-	-	-	-	-
10. Combinações de negócios	-	-	-	-	-	-	-
11. Reduções do plano	-	-	-	-	-	-	-
12. Liquidações do plano	-	-	-	-	-	-	-
13. Limites ao registo de ativos líquidos por exceder as contribuições económicas disponíveis máximas	-	-	-	-	-	-	-
14. Dotação pelos compromissos com reformas antecipadas adquirida no exercício	-	-	-	-	-	-	-
15. Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	-
Valor em 31 de dezembro de 2021	150.975	156.698	(5.723)	45.426	-	45.426	39.703

Por outro lado, o Grupo registou na rubrica “CustosCustos de juros” da demonstração de resultados consolidada o valor líquido do rendimento esperado dos ativos do plano e o custo por juros do valor da obrigação que no exercício 2022 alcançou os 897 Milhares de euros (a 31 de dezembro de 2021 alcançou os 299 Milhares de euros) (ver Nota 29).

No exercício 2022, o Grupo registou uma dotação por um valor de 1.666 na rubrica de “Provisões ou Reversão de Provisões” da demonstração de resultados consolidada; no exercício 2021 não se registou nenhum valor de dotações ao fundo de outras retribuições aos colaboradores a longo prazo.

Além disso, a 6 de agosto de 2021, a entidade chegou a um acordo para aprovar um plano de despedimentos, fazendo uma provisão de 24.763 Milhares de euros em 31 de dezembro de 2021, o que representa o custo deste acordo. (ver Nota 16).

Durante os exercícios 2022 e 2021 o Banco regista o valor líquido, ajustado pelo efeito fiscal correspondente, das perdas e ganhos atuariais com origem na avaliação da provisão pelos compromissos de pensões de prestação definida no valor de 469 e 238 Milhares de euros na rubrica “Outro resultado global- Elementos que não serão reclassificados em resultados - Proveitos e ganhos atuariais em planos de pensões de prestações definidas” do capital próprio do Banco (ver Notas 2.11.2 e 17). O movimento desta rubrica do capital próprio é apresentado na demonstração de alterações do capital próprio em anexo.

As hipóteses utilizadas no cálculo atuarial a 31 de dezembro de 2022 e 2021 dos compromissos com pensões de contribuição definida e das outras obrigações a longo prazo e dos ativos de cobertura reunidos no quadro anterior foram as seguintes:

Responsabilidades em matéria de pensões a 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Os pressupostos aplicados, tanto para a quantificação das obrigações como para a quantificação do valor justo dos ativos relacionados, são os seguintes:

- Taxa de reversão de pensões utilizada para a avaliação das obrigações: 1,50%
- Taxa de revalorização de pensões utilizada para avaliação de ativos: 1,20%
- A taxa de desconto: 3,06%

A taxa de juro aplicada para obter o valor atual da obrigação contabilística é a taxa de mercado de acordo com a duração financeira dos fluxos de compromisso (10,67 anos), e de acordo com a curva de taxas Iboxx em 31 de dezembro de 2021 correspondente a obrigações corporativas com uma elevada notação de crédito (AA).

A taxa de juro utilizada para obter o justo valor dos ativos relacionados é a mesma que a taxa de juro utilizada para obter o valor atual da obrigação.

- A taxa de retorno esperada dos ativos do plano para os ativos utilizados para cobrir as obrigações cobertas pelo plano é de 0,61%.

Outros compromissos a longo prazo a 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Os pressupostos utilizados para determinar o valor atual das obrigações por custos salariais, contribuições, futuras contribuições, incentivos pontuais e bolsas de estudo, que se aplicam aos acordos de emprego para os anos 2012, 2013, 2016, ao plano de indemnizações por despedimento e ao acordo do ERE para o ano 2022, são os seguintes:

- Taxa de atualização: 2,885% para todos os planos exceto para o plano ERE que é (2,92%).
- Taxa de mercado de acordo com a duração financeira dos fluxos de compromisso para este grupo juntamente com os grupos de pré-reforma (1,54 anos) (2,53 anos para o plano ERE) e de acordo com a curva de taxas Iboxx a partir de 13 de dezembro de 2021 correspondente a obrigações de empresas de elevada notação de crédito (AA).
- Taxa de crescimento salarial: 0% para todos os planos.
- Taxa de crescimento das contribuições para os planos de 2012, 2013, 2016: (1,85%).

- A incapacidade aplica-se aos planos de cessação, 2016 e ERE e está dividida igualmente para todos. Dos 15 aos 44 anos a percentagem é de 0,05%, dos 45 aos 54 anos a percentagem é de 0,10% e dos 55 anos (inclusive) a percentagem é de 0,25%.
- Taxa de crescimento das bases de contribuição: 2,5% exceto para o plano ERE, que é fixado em 0%.
- Taxa de crescimento para bolsas de estudo: 2,5% exceto para o plano ERE fixado em 0%.

Retribuições pós-emprego

Uma variação de mais ou menos 50 pontos base na taxa de desconto aplicada supõe uma diminuição/aumento no valor das obrigações de 4.748 Milhares de euros e 5.126 Milhares de euros, respetivamente a 31 de dezembro de 2022 (7.844 Milhares de euros e 8.579 Milhares de euros, respetivamente, a 31 de dezembro de 2021).

Uma variação de mais ou menos 50 pontos base na taxa de desconto aplicada supõe uma diminuição/aumento no valor dos ativos a 31 de dezembro de 2022 de 4.573 Milhares de euros e 4.932 Milhares de euros respetivamente (7.459 Milhares de euros e 8.147 Milhares de euros respetivamente, a 31 de dezembro de 2021).

Compromissos a longo prazo por reformas antecipadas

Uma variação de mais ou menos 50 pontos base na taxa de desconto aplicada supõe uma diminuição/aumento no valor das obrigações de 355 Milhares de euros e 363 Milhares de euros, respetivamente a 31 de dezembro de 2022 (637 Milhares de euros e 653 Milhares de euros, respetivamente, a 31 de dezembro de 2021).

Para efeitos da análise de sensibilidade anterior, de salientar que para as restantes hipóteses atuariais aplicadas na avaliação das responsabilidades a 31 de dezembro de 2022 não se prevê que possam ocorrer variações que possam afetar no futuro o valor das obrigações de maneira relevante.

Apresenta-se a seguir o detalhe dos ativos afetos à cobertura das responsabilidades em matéria de pensões de contribuição definida e dos outros compromissos a longo prazo do Banco a 31 de dezembro de 2022 e 2021 mostrado nos quadros anteriores distribuído conforme a sua natureza:

Milhares de euros

	2022			2021		
	Compromissos com pensões	Outros compromissos a longo prazo	Total	Compromissos com pensões	Outros compromissos a longo prazo	Total
Fundo de pensões	8.732	-	8.732	10.650	-	10.650
Apólices de seguro contratadas com CASER	108.164	-	108.164	146.048	-	146.048
	116.896	-	116.894	156.698	-	156.698

O fundo de pensões ao qual se faz referência no quadro anterior corresponde ao “Plano de Pensões dos Colaboradores do CecaBank, que integra tanto compromissos de contribuição definida como de contribuição definida detidos com atuais e anteriores colaboradores do CECA transferidos ao Banco no ano 2012 (ver Nota 2.11). Apresenta-se em seguida a composição percentual da carteira de referido fundo a 31 de dezembro 2022 e 2021, tendo em conta as principais categorias de ativos que o formam e ao correspondente Justo Valor:

	2022	2021
Dívida pública cotada	23,88%	9,76%
Valores de renda fixa privada cotados	50,71%	53,92%
Valores de renda variável cotados	18,59%	15,21%
Caixa e saldos em entidades financeiras	6,81%	21,11%
Resto de Ativos (1)	0,00%	0,00%
	100%	100%

(1) no ativo do fundo não existem Imóveis nem ativos materiais. Os ativos incluídos nesta rubrica são fundos de capital de risco e/ou gestão alternativa.

Relativamente aos ativos do fundo de pensões incluídos no quadro anterior, salientar que nem a 31 de dezembro de 2022 nem em 2021 existem ativos financeiros que correspondam a ativos emitidos pelo Banco.

Não há membros ativos do esquema de prestações definidas nem no final do ano de 2022 nem em 2021, uma vez que foram convertidos para o esquema de contribuições definidas (Subplano 3) em 1 de janeiro de 2019 e, portanto, o plano de pensões não assume qualquer risco atuarial.

36. Custos Administrativos - Outros custos de administração

O detalhe do saldo desta rubrica das Contas da demonstração de resultados consolidadas dos exercícios de 2022 e 2021 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2022	2021
Imóveis, Instalações e material	2.368	2.067
Informática	22.435	14.535
Comunicações	1.849	2.322
Publicidade e propaganda	392	347
Relatórios técnicos	4.331	2.808
Serviços de vigilância e transferência de fundos	5.712	3.374
Prémios de seguro e autosseguro	871	760
Serviços administrativos subcontratados	35.877	32.195
Contribuições e Impostos	6.633	6.522
Custos de representação e deslocação de pessoal	256	190
Cotas associações	1.636	1.595
Pessoal externo	1.363	1.653
Subscrições e publicações	3.499	3.102
Outros custos de administração	684	820
	87.906	72.290

Incluído no saldo de “Relatórios técnicos” estão, nos exercícios de 2022 e 2021, os honorários relativos a serviços prestados pelo auditor do Grupo, a PricewaterhouseCoopers Auditores, S.L. os quais estão detalhados no quadro seguinte:

	Milhares de euros	
	2022	2021
Serviços de auditoria	299	260
Outros serviços de verificação	101	88
Total dos serviços de auditoria e relacionados	400	348
Serviços de assessoria fiscal	-	-
Outros serviços	-	-
Total dos serviços profissionais	400	348

Os serviços contratados pelo Grupo com o auditor cumprem com os requisitos de independência previstos na Lei de Auditoria de Contas e no Regulamento de desenvolvimento desta e não incluem a realização de trabalhos incompatíveis com a função de auditoria.

Informação sobre os diferimentos de pagamentos efetuados a fornecedores. Disposição adicional terceira “Dever de informação” da Lei 15/2010, de 5 de julho.

Com base no estabelecido na Resolução de 29 de janeiro de 2016 do Instituto de Contabilidade e Auditoria de Contas, relativamente à informação a incorporar no relatório de contas anuais consolidadas sobre adiamentos de pagamento a fornecedores em operações comerciais, a discriminação do período médio de pagamento a fornecedores feito nos exercícios de 2022 e 2021 pelo Grupo é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2022	2021
	Dias	Dias
Prazo médio de pagamento a fornecedores	50,1	46,5
Rácio de operações pagas	50,7	46,8
Rácio de operações pendentes de pagamento	19,6	18,0
	Em Milhares de euros	
Total de pagamentos realizados	97.047	90.854
Total de pagamentos pendentes	1.772	1.118

De notar ainda que, de acordo com a Lei 3/2014, de 29 de dezembro, o prazo máximo de pagamento aos fornecedores é de 60 dias. A Lei 11/2013, de 26 de julho, estabeleceu um prazo máximo de pagamento de 30 dias, que pode ser prorrogado, por acordo entre as partes, até um máximo de 60 dias.

Além disso, em conformidade com a Lei 18/2022, de 28 de setembro, sobre a criação e crescimento das empresas, que alterou a Terceira Disposição Final da Lei 15/2010, de 5 de julho, pela qual as empresas não cotadas que não apresentem contas anuais resumidas devem publicar o seu período médio de pagamento aos fornecedores, o volume monetário e o número de faturas pagas num período inferior ao máximo estabelecido nos regulamentos sobre atrasos de pagamento e a percentagem que representam do número total de faturas e do total de pagamentos monetários aos seus fornecedores, são publicados os seguintes dados para o exercício financeiro de 2022:

	2022
Volume monetário de faturas pagas num período inferior ao período máximo estabelecido nos regulamentos de atraso de pagamento.	74.534
Número de faturas pagas num período mais curto do que o período máximo estabelecido nos regulamentos de atraso de pagamento	7.557
Percentagem dos pagamentos monetários totais aos seus fornecedores	77%
Percentagem do número total de faturas	82%

37. Outros custos/custos de exploração

A distribuição do saldo deste capítulo das demonstrações de resultados consolidadas dos exercícios 2022 e 2021 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2022	2021
Contribuição para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 1.10.a)	154	230
Contribuição para o Fundo Único de Resolução (Nota 1.10.b)	9.390	6.950
Outros conceitos	6.629	4.458
	16.173	11.638

Destacar que a rubrica “Outros custos/custos de exploração - Outros conceitos” engloba principalmente os custos relacionadas com as operações de títulos do Banco.

As contribuições feitas para o Fundo de Garantia de Depósitos e para o Fundo de Resolução Única, estas ascendem a 9.544 Milhares de euros a 31 de dezembro de 2022 e a 7.180 Milhares de euros a 31 de dezembro de 2021 (ver Nota 1.10).

No saldo “outros conceitos” estão incluídas, nos exercícios de 2022 e 2021, as eliminações dadas pelo efeito da consolidação entre Cecabank, S.A. e Trionis S.C.L., cujo valor no exercício de 2022 ascende a 6.355 Milhares de euros (4.234 Milhares de euros em 2021).

38. Imparidade ou reversão de imparidade em ativos financeiros não mensurados ao justo valor através de resultados

A composição do saldo deste capítulo das demonstrações de resultados consolidadas dos exercícios de 2022 e 2021 é a seguinte:

Milhares de euros

(Dotação)/Reversão líquida com (débito)
/crédito
em resultadas do exercício

	2022	2021
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral -		
Títulos da dívida (Nota 22.8)	738	416
Instrumentos de capital	-	-
	738	416
Ativos financeiros ao custo amortizado (Nota 22.8)	123	(4.996)
	123	(4.996)
	861	(4.580)

Relativamente à rubrica de ativos financeiros ao custo amortizado, o principal movimento surge por um aumento da dotação de títulos no valor de 395 Milhares de euros, o movimento restante surge derivado dos movimentos realizados pelo Banco no momento de fazer dotações e reversão de dotações relativamente à provisão genérica ou fundo de risco país.

39. Amortização

De seguida apresenta-se a distribuição por natureza deste capítulo das demonstrações de resultados consolidadas dos exercícios 2022 e 2021:

Milhares de euros

	2022	2021
Amortização dos ativos tangíveis (Nota 13)	4.366	4.125
Amortização dos ativos intangíveis (Nota 14)	83.117	78.343
	87.483	82.468

40. Partes relacionadas

Contrato de Prestação de Serviços entre a Confederação Espanhola de Cajas de Ahorro (CECA) e o Cecabank S.A.

No quadro do processo de criação da entidade Cecabank, S.A. e a segregação realizada pelo CECA a favor dessa entidade durante o exercício de 2012 (ver Nota 1.1.), foi estabelecido um “Protocolo interno de relações entre a Confederação Espanhola de *Cajas de Ahorros* e o Cecabank, S.A.”. Mediante este Protocolo ficam identificados os serviços que o Cecabank presta à CECA e nele estão fixos os critérios gerais para a realização de operações de prestação de serviços intra-grupo.

Como consequência da perda da condição de instituição de crédito do CECA em 2014, descrita na Nota 1.1., foi assinado a 19 de dezembro de 2014, com efeitos desde 1 de janeiro de 2015, um novo “Contrato de Prestação de Serviços entre a Confederação Espanhola de Cajas de Ahorro (CECA) e o Cecabank S.A.”, onde foram redefinidos os serviços que o Cecabank, S.A. presta à CECA, tendo em conta a sua nova condição.

Uma vez que o CECA deixou de ser a instituição de crédito, foram iniciados os trâmites para integrar no CECA a Asociación de Cajas de Ahorros para Relaciones Laborales (ACARL). Com data de 30 de setembro de 2016 foi outorgada escritura de Cessão Global de Ativos e Passivos da ACARL à CECA, procedendo esta a desenvolver entre outras, as funções próprias da ACARL em matéria de negociação do Acordo Coletivo de Cajas de Ahorros.

Em outubro de 2022, foi assinado um acordo no sentido de novar o contrato de prestação de serviços do Cecabank, S.A. com o CECA, a fim de incluir o mecanismo de revisão de preços ligado à evolução do Índice de

Preços ao Consumidor (IPC) publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2023.

Os Serviços prestados pelo Cecabank, S.A. ao CECA após assinatura deste contrato são os seguintes:

- Prestação de serviços associativos:
 - Em matéria regulatória e de representação de interesses
 - Em matéria económico-financeira
 - Em matéria de cooperação
 - Em matéria de comunicação
 - Em matéria de Obra Social
 - Em matéria de serviços de atenção ao cliente
 - Em matéria de educação financeira
 - Em matéria de relações institucionais
 - Em matéria de gestão do conhecimento
 - Em matéria tecnológica
 - Em matéria de qualidade
 - Em matéria de RSC
 - Em matéria de cumprimento normativo
- Prestação de serviços de apoio:
 - Em matéria de assessoria jurídica, fiscal e suporte a Órgãos do Governo
 - Em matéria de planificação financeira
 - Em matéria de auditoria interna
 - Em matéria de segurança informática
 - Em matéria de controlo e risco operacional
 - Em matéria de recursos
 - Em matéria de protocolo
 - Em matéria tecnológica
 - Em matéria de apoio da rede exterior

Os rendimentos recebidos pelo Banco por estes serviços prestados ao CECA, no valor de 9.411 Milhares de euros nos exercícios de 2022 e 2021, estão registados na rubrica “Outros proveitos de exploração” da Demonstração de Resultados consolidada em anexo dos exercícios de 2022 e 2021 (ver Nota 34).

Deste modo, os juros correspondentes às Contas à ordem que o CECA mantém com o Banco estão incluídos na rubrica “Despesas com juros” da demonstração de resultados consolidada no valor de 85 Milhares de euros a 31 de dezembro de 2022 (150 Milhares de euros de “Receitas de juros” a 31 de dezembro de 2021) e “Despesas com juros” por valor de 91 Milhares de euros al 31 de dezembro de 2022, não tendo sido registado nenhum valor no exercício de 2021. O montante dessas contas à ordem, sem incluir periodificações, ascendeu a 23.865 e 23.257 Milhares de euros a 31 de dezembro de 2022 e 2021, respetivamente.

O montante das receitas provenientes das comissões do Banco vencidas pelo CECA foi de 4 Milhares de euros a 31 de dezembro de 2022 (4 Milhares de euros em 2021).

O montante que, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, o pessoal de Cargos Dirigentes e os membros do Conselho de Administração do Banco, e as entidades ou pessoas relacionadas com os mesmos, mantêm nas contas à ordem foi de 921 e 957 Milhares de euros respetivamente. E estes montantes acumularam no exercício 2022 um valor de 3 Milhares de euros enquanto na conta “Despesas com juros” da demonstração de resultados consolidada do exercício 2021 não se regista nenhum valor. A Deste modo, a dívida contraída por empréstimos ascende a 602 e 628 Milhares de euros, respetivamente. Estes valores acumularam nos exercícios 2022 e 2021, um valor de 3 e 2 Milhares de euros respetivamente, registados na conta “Receitas de juros” da demonstração de resultados consolidada do exercício. Nos exercícios de 2022 e 2021 não foi registado qualquer saldo relativo a outros compromissos concedidos.

41. Acontecimentos posteriores

Após 31 de dezembro de 2022 e até à data de formulação por parte do Conselho de Administração da sociedade-mãe do Grupo do presente relatório de contas anuais consolidadas, não ocorreu nenhum acontecimento que deva ser incluído nas contas anuais anexas por forma a que estas mostrem de forma adequada a imagem fiel do património, da situação financeira, dos resultados das operações, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa da Entidade.

Anexo I - Entidades do Grupo

A 31 de dezembro de 2022:

Milhares de euros

Entidade	Domicílio	Atividade	Percentagem de participação			Dados da Sociedade a 31 de dezembro de 2022 (*)			
			Direta	Indireta	Total	Ativos	Passivos	Património	Resultados
Trionis, S.C.R.L.	Bruxelas	Desenvolvimento e manutenção da operação internacional de serviços de pagamento	100	-	100	2.929	1.681	1.248	65

(*) Informação financeira pendente da aprovação pela Assembleia Geral.

A 31 de dezembro de 2021:

Milhares de euros

Entidade	Domicílio	Atividade	Percentagem de participação			Dados da Sociedade a 31 de dezembro de 2021 (*)			
			Direta	Indireta	Total	Ativos	Passivos	Património	Resultados
Trionis, S.C.R.L.	Bruxelas	Desenvolvimento e manutenção da operação internacional de serviços de pagamento	100	-	100	2.841	1.651	1.190	(160)

Anexo II - Informação para o cumprimento do artigo 87 da Lei 10/2014, de 26 de junho, de gestão, supervisão e solvência de instituições de crédito.

Relatório Bancário anual

A presente informação é publicada no cumprimento do disposto no artigo 87 da Lei 10/2014, de 26 de junho, de gestão, supervisão e solvência de instituições de crédito, que por sua vez transpõe o artigo 89 da Diretiva 2013/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho de 2013 relativa ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e as empresas de investimento, pela que se modifica a Diretiva 2002/87/CE e se revogam as Diretivas 2006/48/CE e 2006/49/CE.

De acordo com a legislação citada, as instituições de crédito são obrigadas a publicar a seguinte informação em base consolidada correspondente ao último exercício findo:

- a) a) Denominação, natureza e localização geográfica da atividade:

O Cecabank, S.A. (o “Banco” ou a “Entidade”), é um banco constituído a 17 de outubro de 2012 mediante escritura pública outorgada em Madrid. A Entidade encontra-se registada desde 12 de novembro de 2012 no Registro Comercial e no Registro de Entidades do Banco de Espanha com o código 2000. O Cecabank S.A. está integrado no Grupo Cecabank encontrando-se a sua sede social na calle Alcalá nº 27, de Madrid. O objeto Social do Banco é:

- a) A realização de todo o tipo de atividades, operações e serviços próprios do negócio da banca em geral ou relacionados direta ou indiretamente com o mesmo, autorizados pela legislação em vigor, incluída a prestação de serviços de investimento e relacionados, bem como a realização de atividades de mediação de seguros.
- b) A prestação de serviços tecnológicos, administrativos e de assessoria a Entidades Públicas, bem como a qualquer outra entidade pública ou privada; e
- c) A aquisição, posse, gozo e alienação de qualquer tipo de valores mobiliários.

A localização geográfica da atividade do Grupo Cecabank é em Espanha. Não obstante, dispõe de uma sucursal em Lisboa (Portugal), dois escritórios de representação em Frankfurt (Alemanha) e Londres (Reino Unido) e uma filial na Bélgica.

Para além da sociedade-mãe do Grupo, Cecabank, S.A., o Grupo Cecabank é composto pela Trionis S.C.R.L., sociedade constituída em 1990, com sede Bruxelas (Bélgica) cujo objeto Social é o desenvolvimento e manutenção da operação internacional de serviços de pagamento.

- b) Volume de negócio:

O volume de negócios é definido pelo Grupo Cecabank como a margem bruta e no exercício 2022 atingiu o valor de 312.324 Milhares de euros (305.680 Milhares de euros no exercício de 2021).

- c) Número de colaboradores a tempo inteiro:

O número de colaboradores a tempo inteiro do Grupo Cecabank a 31 de dezembro de 2022 é de 478 (8 colaboradores gozam de jornada reduzida e 4 colaboradores trabalham em jornada parcial). A 31 de dezembro de 2021, havia 463 colaboradores (5 colaboradores gozam de jornada reduzida e 4 colaboradores trabalham em jornada parcial).

d) Resultado bruto antes de impostos:

O resultado bruto antes de impostos do Grupo CecaBank ao fecho de 2022 é de 92.204 Milhares de euros (93.600 Milhares de euros a 31 de dezembro de 2021).

e) Imposto sobre o resultado:

O imposto sobre o resultado a 31 de dezembro de 2022 foi de 26.764 Milhares de euros (24.542 Milhares de euros a 31 de dezembro de 2021).

f) Subvenções a dívidas públicas recebidas:

A entidade não recebeu subvenções nos exercícios de 2022 e 2021.

g) Para satisfazer o requisito do artigo 87.3 da referida lei, o rendimento dos ativos do Grupo, a 31 de dezembro de 2022, calculado como o quociente do resultado consolidado do Grupo do exercício de 2022 entre o total de balanço é de 0,45% (0,40% a 31 de dezembro de 2021).

Grupo Cecabank e Sociedades Dependentes que integram o Grupo Cecabank

Relatório de Gestão consolidado correspondente ao exercício anual terminado a 31 de dezembro de 2022

O Cecabank S.A. (Cecabank) é a sociedade-mãe do Grupo Cecabank, sendo as sociedades que compõem o mesmo mencionadas na Nota 1.1 do relatório de gestão consolidado correspondente ao exercício anual findo em 31 de dezembro de 2022. O Cecabank representa 99,99% do balanço total consolidado.

Em consequência da pouca relevância das restantes entidades do grupo acima mencionadas, este documento foca a atividade do Cecabank. O objetivo fundamental deste Relatório de Gestão é disseminar as atividades mais significativas desenvolvidas pelo Cecabank ao longo do ano de 2022, apresentar os resultados em comparação com o orçamento e expor tanto os aspetos mais relevantes relativos à gestão de riscos como as atividades a serem realizadas em cumprimento das orientações estratégicas definidas para o ano de 2023 do Plano Estratégico.

1.- Plano Estratégico 2022-2024 e evolução do negócio 2022

O Cecabank completou o primeiro ano do novo Plano Estratégico 2022-2024, no qual está empenhado na *transformação a fim de consolidar o crescimento empresarial*.

A **Missão** estabelecida no Plano Estratégico centra-se no apoio a instituições financeiras e outras empresas com base na experiência de um banco comercial espanhol com projeção internacional. A fim de desenvolver esta missão, a entidade baseia-se em dois pilares fundamentais:

- 1) Consolidar a posição de liderança do Cecabank como banco depositário e fornecedor de soluções especializadas para todos os tipos de instituições financeiras e corporações, tanto nacionais como internacionais;
- 2) Acompanhar os nossos clientes, construindo relações duradouras, para que cada decisão seja o resultado da confiança mútua.

Os **Valores** que identificam o Cecabank neste novo Plano Estratégico são os seguintes:

ESPECIALIZAÇÃO

Prestígio reconhecido baseado no conhecimento e especialização

COMPROMISSO

Pessoal e gestão comprometidos com os nossos clientes

SOLVABILIDADE

Manter a solvência elevada é uma das nossas características distintivas

SUSTENTABILIDADE

Envolvidos na sustentabilidade

Neste novo Plano, foram definidos objetivos tanto financeiros como não financeiros, que podem ser vistos abaixo:



A implementação do Plano é baseada em 4 componentes:

1. Modelo de negócio: baseado em três linhas de negócio principais, os Securities Services, Tesouraria e Pagamentos. Este modelo diferencia entre a atividade habitual (Business As Usual - BAU), iniciativas incrementais que serão desenvolvidas ao longo do Plano e potenciais oportunidades de negócio que serão analisadas em cada uma das empresas para decidir se devem ou não ser empreendidas ao longo dos três anos.
2. Vetores de crescimento: áreas em que podem surgir oportunidades com base nas características do Cecabank e nas quais pode crescer.
3. Viabilizadores: alavancas que permitirão à Entidade atingir os objetivos propostos, tanto financeiros como não financeiros.
4. Oportunidades corporativas: o Cecabank estará sempre a analisar diferentes opções que possam criar valor para todas as partes interessadas.

A seguir, analisaremos em pormenor o comportamento de cada um dos componentes no ano de 2022.

1.1 Modelo de negócio

1.1.1 Securities Services

O negócio de Securities Services está composto por 3 grandes linhas de serviço:

- Depositário de instituições de investimento coletivo e fundos de pensões
- Custódia e Liquidação de Títulos
- Outros serviços ligados a Títulos

Ao longo de 2022, o desempenho dos ativos dos fundos foi afetado pela instabilidade dos mercados, resultando num declínio generalizado. Apesar do desempenho positivo das subscrições líquidas, o impacto negativo dos mercados foi maior. O ambiente desfavorável foi parcialmente compensado pela incorporação de novos clientes, o aumento da fidelidade da base de clientes, o melhor desempenho dos nossos clientes de gestão em comparação com o resto do mercado e a contribuição positiva das iniciativas incrementais incluídas no Plano.

No que diz respeito às oportunidades de negócio estabelecidas no Plano, estão a ser feitos progressos em duas delas de forma significativa e com grandes possibilidades de passar à fase de execução durante 2023.

Tudo isto permitiu manter a nossa posição de liderança no mercado nacional no final do ano, com um volume de mais de 200.000 milhões de euros depositados e mais de 275.000 milhões de euros de ativos sob custódia.

1.1.2 Tesouraria

A atividade de Tesouraria é composta por 2 linhas de negócio principais:

- Atividade financeira
- *Billetes*

Em termos de atividade financeira, 2022 tem-se caracterizado por uma elevada volatilidade devido à incerteza gerada pelo conflito Rússia-Ucrânia, ao comportamento do abastecimento energético e à tendência ascendente da inflação, que levou a uma mudança na política monetária em muitos países, refletida na evolução das taxas de juro. Estas tiveram um impacto particular nos últimos dois meses, com aumentos dos prémios de risco e gerando uma grande volatilidade que tem sido utilizada para a rotação das carteiras e obtenção de ROF. Apesar deste contexto, o desempenho da atividade financeira em *business as usual* foi positivo. Na outra linha principal, *billetes*, houve uma recuperação gradual dos negócios após a pandemia, graças à evolução favorável do turismo, que atingiu níveis muito próximos dos da pré-pandemia.

As iniciativas incrementais na área do Tesouro deram um contributo positivo, ajudando a completar a gama de produtos e alargando a base de clientes.

Finalmente, das oportunidades detetadas no Plano a serem exploradas e executadas quando apropriado, o *Treasury as a Service* atraiu clientes fora da esfera tradicional do banco e funcionará como alavanca para a prestação de outros serviços a esses mesmos clientes.

1.1.3 Pagamentos

Dentro da linha de Pagamentos podemos encontrar negócios relacionados com todos os tipos de pagamentos (cartões, Bizum, transferências imediatas, Sistemas de Pagamento de Compensação e Desconto, Comércio Electrónico, Pagamentos Digitais, FX Sharing, Remessas ou Pensões) e aqueles relacionados com plataformas tecnológicas (Banca Digital, Tesouraria e Plataforma de Risco, Reporting e Outsourcing Tecnológico). O desempenho dos pagamentos em 2022 foi positivo, com uma reativação da economia tanto a nível nacional como internacional, e também no caso das plataformas tecnológicas, uma vez que são empresas menos sensíveis à situação económica. Os principais marcos operacionais durante o ano incluem:

- Novas funcionalidades Bizum (ou seja: pagamento por comércio eletrónico, melhoria das funcionalidades de reembolso do utilizador, etc.).
- Novos serviços Iberpay; Nova porta de processamento Bizum C2C¹, melhores serviços anti-fraude, melhor serviço de titularidade de conta, etc.
- Análise dos impactos regulamentares derivados do PCI PIN², PCI DSS 4.0³, PCI 3DS⁴, Framework de reporting 3.2, Margem Inicial ou EMIR - Refit⁵.
- Adaptação do serviço da plataforma a novos mercados pelos clientes existentes.

Das iniciativas e oportunidades propostas no Plano, as empresas da plataforma tecnológica tiveram um desempenho muito positivo e as relacionadas com os pagamentos foram ligeiramente atrasadas e serão promovidas ao longo de 2023.

1.2 Vetores de crescimento

O novo Plano Estratégico definiu três vetores de crescimento (Ativos Digitais, ESG e Regulação) através dos quais o Cecabank pretende identificar novas oportunidades e alcançar um posicionamento de mercado mais relevante.

Estes vetores são aproveitados na especialização do Cecabank em determinadas áreas e serão desenvolvidos com o objetivo de continuar a completar a cadeia de valor dos negócios atuais.

1.3 Facilitadores

O Plano Estratégico está empenhado na transformação do Cecabank para consolidar o crescimento do negócio. Foram definidos três facilitadores com base nas principais áreas de apoio ao negócio e que requerem diferentes planos de transformação para se adaptarem às necessidades presentes e futuras, a fim de alcançar os objetivos estabelecidos para 2024.

- I. O primeiro destes é o relativo aos Recursos Humanos e baseia-se num plano denominado *Plan Crece +*, que compreende quatro eixos principais em que o objetivo é renovar o talento para se adaptar a novos negócios e à evolução dos existentes, à transformação cultural da entidade e à promoção da diversidade e sustentabilidade. Estes planos já foram lançados e estão a ser implementados de acordo com o plano estabelecido.
- II. O segundo é constituído por um Plano Tecnológico. Trata-se de um plano complexo que requer um horizonte temporal mais longo do que o próprio Plano Estratégico 2022-24, pelo que se estenderá 1 ano para além dele. Este Plano visa transformar a tecnologia de modo a atingir uma maior maturidade e ter as capacidades tecnológicas necessárias para impulsionar o negócio, gerar eficiência e aumentar a resiliência.
- III. A última destas refere-se à *Governance*. No âmbito do plano concebido para este facilitador, o Cecabank estabeleceu ações diferentes para cada uma das três principais linhas de defesa: Auditoria

Interna, Riscos e Cumprimento ou Front-office (as três linhas de defesa: terceira, segunda e primeira, respetivamente).

1.4 Oportunidades Corporativas

Para o Cecabank, as Operações Corporativas constituem outra alternativa, para além do desenvolvimento orgânico do próprio negócio, através da exploração de vias de crescimento que envolvem quer a aquisição de negócios e/ou aquisições corporativas inorgânicas.

Durante 2022, foram analisadas diferentes oportunidades (algumas delas continuam) distribuídas entre as diferentes linhas de negócio.

1.5 Objetivos estratégicos de negócio

De forma complementar ao Plano Estratégico e aos orçamentos da Entidade, todos os anos são definidos objetivos comerciais que visam intensificar a atividade comercial da Entidade de forma a promover o melhor impacto possível em resultados na declaração de rendimentos através da diversificação e aumento da fidelização dos clientes.

Em 2022, os objetivos comerciais estabelecidos foram cumpridos e excedidos em toda a linha. Este ano, o enfoque foi na ligação dos clientes e na atração de novos negócios, com um aumento do "ticket" médio por contrato.

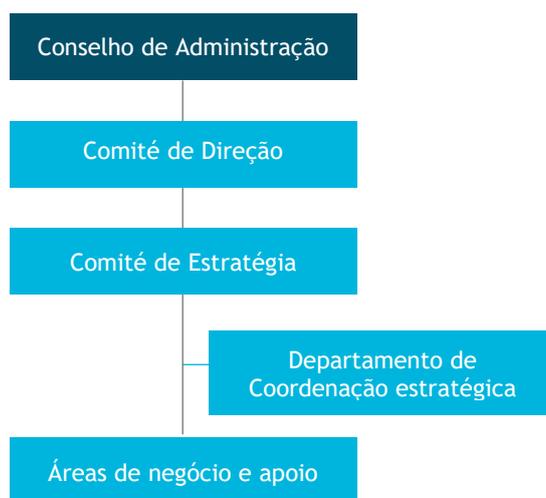
O quadro abaixo mostra os detalhes de cada um deles, com o objetivo anual fixado para cada indicador e o seu grau de cumprimento do mesmo.

Nova faturação		Novas receitas		Negociações contratadas		Novos clientes	
Objetivo	Grado de cumplimiento	Objetivo	Grado de cumplimiento	Objetivo	Grado de cumplimiento	Objetivo	Grado de cumplimiento
6,3M€	225%	10,0 M€	138%	76	116%	24	63%

- **Nova faturação** - Contempla a estimativa do volume de negócios anual dos novos contratos assinados no período. Este é o indicador que mais ultrapassou o objetivo estabelecido, atingindo um valor de 14,2 milhões de euros, em grande parte graças à ligação dos clientes.
- **Novas receitas** - Inclui o impacto real na demonstração de resultados dos novos contratos no ano em curso (13,8 milhões de euros). A maior parte destas receitas é de natureza recorrente.
- **Negociações contratadas** - Reúne todas as novas negociações ou renegociações concluídas com sucesso e cujas receitas anuais estimadas são superiores a 25.000 euros/ano. O objetivo para o ano foi de 76 negociações e o ano terminou com um total de 88 negociações concluídas.
- **Novos clientes** - Este é o número de clientes que contrataram um serviço ou produto superior a 25.000 euros e que não contrataram ou não receberam qualquer serviço do Cecabank nos últimos 3 anos. Este é o único indicador que tem estado abaixo do objetivo estabelecido.

1.6 Modelo de governança do Plano Estratégico

Em 2022, o modelo de *governance* do Plano Estratégico foi revisto de forma a ser adaptado ao acompanhamento do novo Plano e para facilitar a tomada de decisões por parte dos órgãos da direção:



O **Conselho de Administração** recebe trimestralmente um relatório de acompanhamento global (financeiros e não financeiros), dos principais desenvolvimentos e desvios nos desenvolvimentos, iniciativas e oportunidades da BAU, viabilizadores, vetores de crescimento e oportunidades empresariais. Estes relatórios são discutidos no Conselho de Administração.

Contudo, o **Comité de Estratégia** reuniu-se mensalmente durante o exercício de 2022, com um objetivo triplo:

1. Revisão do Plano Estratégico a nível mundial através da metodologia de acompanhamento aprovada, para relatórios periódicos ao Conselho de Administração.
2. Detecção de desvios e tomada de decisões táticas para assegurar o cumprimento dos objetivos estratégicos. Tudo isto é apoiado por um *scorecard* mensal, com KPIs definidos para as diferentes componentes do PE.
3. Análise especializada das diferentes áreas estratégicas e de quaisquer outras questões consideradas relevantes para o desenvolvimento e implementação da estratégia.

2. Conta de resultados consolidada 2022

	Real 2022 (*)	Orçamento 2022 (*)	Desvio	
			Montante (*)	%
Margem financeira (**)	81.764	71.000	10.764	15
Comissões e outros proveitos de exploração (***)	230.560	233.407	(2.847)	(1)
Margem bruta	312.324	304.407	7.917	3
Despesas de exploração (incluídas provisões) (****)	(220.115)	(221.444)	1.329	1
Resultado da atividade de exploração	92.209	82.963	9.246	11
Outros resultados	(5)	-	(5)	-
Resultado antes de impostos	92.204	82.963	9.241	11
Imposto sobre Sociedades	(26.764)	(23.645)	(3.119)	(13)
Resultado do exercício	65.440	59.319	6.121	10

(*) Valores em milhares de euros.

(**) Inclui margem de juros, dividendos, ganhos ou perdas com o desreconhecimento na conta de ativos e passivos financeiros não avaliados ao justo valor com alterações de resultados, os ganhos ou perdas sobre ativos e passivos financeiros detidos para negociar, ganhos ou perdas sobre ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de ganhos ou perdas, ganhos ou perdas contabilísticas de cobertura, diferenças de câmbio e de ganhos ou perdas em ativos financeiros que não se destinem a negociação obrigatoriamente avaliados pelo valor justo com alteração de resultados.

(***) Inclui receitas de comissões, despesas com comissões, outras receitas de exploração e outras despesas de exploração.

(****) Inclui despesas administrativas, amortização, provisões ou reversão de provisões e imparidades ou reversão de imparidade de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através do resultado.

Em seguida é analisada a conta de resultados nas diversas secções que a compõem:

- **Margem financeira:** com um desempenho mais favorável do que o esperado no orçamento, mostrou um desvio positivo de 10,8 milhões de euros. Este valor foi alcançado através de mais valias superiores ao esperado na gestão ativa da carteira, bem como noutras atividades de trading, tais como futuros e opções, derivados de crédito e fx spot. Isto foi associado a uma maior acumulação de carteiras e contas e a níveis muito elevados de intermediação ao longo do ano. O aumento das taxas de juro também permitiu ao Banco tornar a liquidez depositada no Banco Central mais rentável. Também é de salientar a maior contribuição de *billetes*, 1,5 milhões de euros, devido ao aumento da atividade desde fevereiro, coincidindo com o levantamento das restrições sanitárias e o conseqüente crescimento da atividade turística.
- **Comissões e produtos de exploração:** Estes foram inferiores ao orçamento em 2,8 milhões de euros. O desvio negativo verifica-se principalmente nos Securities Services e na contribuição anual para o *Fondo Único de Resolución (FUR)*.

O desvio derivado do negócio dos Securities Services resulta da diminuição do património depositado e saldos sob custódia em 2022, devido aos ajustamentos nas suas carteiras provocados pelo desempenho negativo do mercado no ano. As outras linhas de negócio tiveram um desempenho melhor do que o esperado: Pagamentos, devido ao melhor desempenho dos Meios de Pagamento, comércio eletrónico e Fx Sharing; Tesouraria, devido ao aumento das suas taxas de intermediação e das geradas pelos *billetes*; e Plataformas Tecnológicas, com uma contribuição notável da Banca Digital e Outsourcing tecnológico.

Por outro lado, a contribuição para o FUR foi superior ao valor orçamentado, gerando um desvio de -1,1 milhões de euros.

- **Margem bruta:** isto reflete o rendimento líquido total das atividades operacionais, no montante de 312,3 milhões de euros, que é de 2,6% acima do orçamento, pelas razões acima mencionadas.
- **Despesas de exploração:** são 1% inferiores ao valor orçamentado, devido a maiores poupanças noutras despesas administrativas e amortizações. Em particular, as despesas de pessoal estão ligeiramente acima do orçamento, 1%, devido a um ritmo mais elevado nas ações implementadas pelo Plano de Pessoas. Outras despesas administrativas, por outro lado, estão abaixo do orçamento em 0,4%, devido a despesas mais baixas associadas a contribuições e impostos, relatórios técnicos, e representação e viagens. No caso da amortização, o desvio de 3% deveu-se à acumulação de um pagamento variável inferior ao negócio do Depositário. E, finalmente, um menor volume de provisões e imparidade de ativos foi recuperado em comparação com o orçamento, principalmente devido a uma provisão imprevista ligada à tributação aplicável à I+D+i e inovação, e ao aumento da provisão genérica.
- o resultado líquido após impostos é de 65,4 milhões de euros, 10% acima do orçamento.

3. Avaliação externa (rating)

Os ratings atribuídos ao Cecabank a 31 de dezembro de 2022 pelas agências internacionais *Fitch Ratings*, *Moody's* e *Standard & Poor's*, são as seguintes:

	Curto prazo	Longo Prazo
FITCH RATINGS	F-3	BBB
MOODYS	P-2	Baa2
STANDARD & POOR'S	A-2	BBB+

Em 2022, como parte da sua revisão anual, a agência de classificação Fitch decidiu aumentar um nível a classificação do Cecabank, de BBB- para BBB, com o Outlook estável. Os aspetos que tomou em consideração são os seguintes:

- Os acordos alcançados nos últimos anos com gestores de fundos e instituições, que reforçaram os negócios de custódia e depósito do Cecabank e consolidaram a sua posição no mercado.
- A combinação dos negócios do banco, bem como o aumento da sua capacidade de gerar receitas, proporciona um maior grau de estabilidade.
- O Cecabank tem um apetite de risco moderado e sistemas e controlos de risco operacional robustos.
- O elevado nível de solvência do banco, e o compromisso em mantê-lo em níveis sólidos ao longo do horizonte do atual Plano Estratégico.

As outras duas agências de rating, Moody's e Standard & Poor's, reafirmaram as avaliações de longo e curto prazo atribuídas ao Cecabank e mantiveram o Outlook a um nível estável.

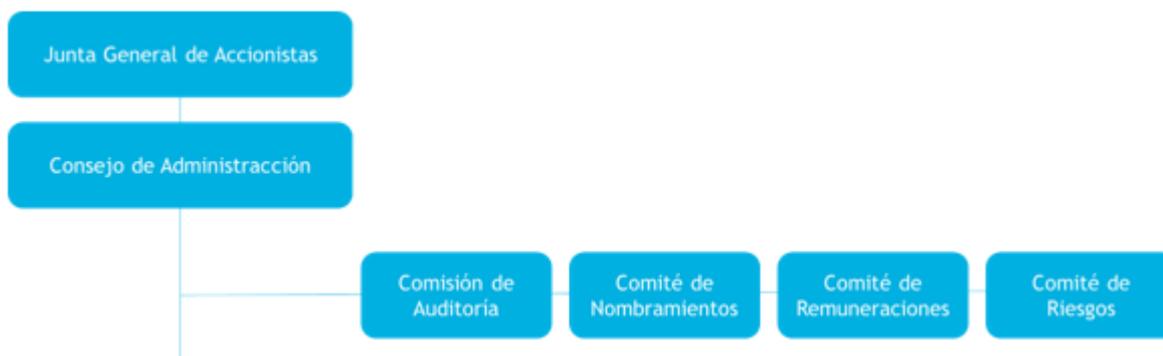
4. Gestão de riscos

O perfil de risco financeiro durante o ano manteve a estratégia dos últimos anos, mostrando um bom resultado durante o ano e a sua resiliência face a um ano com eventos que geraram momentos de volatilidade significativa. A gestão tem sido muito prudente, seguindo as políticas definidas pelo Conselho, com níveis controlados e mantendo-se sempre dentro dos níveis e perfil definidos na MTR.

Nas notas 22, 23, 24, 25 y 26 do relatório da informação da Entidade reflete-se a informação relativa aos objetivos, políticas e procedimentos de gestão de riscos da Entidade, bem como a sua exposição por tipo de risco.

5. Governação Corporativa do Cecabank durante o exercício de 2022

A governação corporativa do Cecabank consiste num conjunto de regras, princípios e políticas que regulam a composição, estrutura e funcionamento dos órgãos sociais (a Assembleia Geral de Acionistas, o Conselho de Administração e os seus comités), que são revistos e/ou atualizados periodicamente para se adaptarem às melhores práticas nacionais e internacionais.



O Cecabank realizou a sua Assembleia Geral Ordinária de Acionistas a 29 de março de 2022 na sua sede social e presencialmente, com a presença de 100% dos seus acionistas pessoalmente e representados.

O objetivo da Assembleia era aprovar, entre outros, as contas anuais, a declaração de informação não financeira, a renovação dos auditores das contas anuais do exercício financeiro de 2022 e a fixação do número de membros do Conselho de Administração.

O Cecabank é administrado, gerido e representado pelo seu Conselho de Administração. O Conselho de Administração tem os mais amplos poderes para a administração da Entidade e, exceto em matérias reservadas à competência da Assembleia Geral de Acionistas, em conformidade com as disposições da legislação aplicável e dos Estatutos, é o órgão de decisão mais elevado e é responsável pelos riscos assumidos pela Entidade.

No que respeita ao Conselho de Administração, a Assembleia Geral de acionistas realizada a 29 de março decidiu fixar a sua composição em dez membros. A 31 de dezembro de 2022, o Conselho é composto por dez membros, dos quais cinco são administradores proprietários, quatro são administradores independentes e um é um administrador executivo.

A reunião do Conselho de Administração realizada em abril de 2022 decidiu nomear como diretor-geral o Dr. José María Méndez, como diretor-geral do Banco. Esta nomeação não implicou uma mudança significativa, uma vez que ele já exercia o cargo de Administrador Executivo com amplos concedidos.

O Conselho de Administração reúne-se regularmente numa base mensal, de acordo com o plano de trabalho aprovado anualmente, bem como extraordinariamente quando considerado necessário. Durante o ano, o Conselho de Administração realizou onze reuniões, todas elas pessoalmente e na sua sede social, exceto uma delas, que foi realizada em Málaga.

Entre os assuntos tratados pelo Conselho de Administração em 2022 contam-se a revisão das informações económicas e financeiras, a análise do ambiente regulamentar e dos aspetos empresariais, o desenvolvimento do Plano Estratégico 2022-2024, bem como a aprovação do Plano de Sustentabilidade 2022-2024.

Em conformidade com os regulamentos que regem as sociedades de capitais e a regulamentação, supervisão e solvabilidade das instituições de crédito, o Cecabank criou quatro comités (Comité de Auditoria, Comité de Nomeações, Comité de Remunerações e Comité de Riscos), compostos por administradores não executivos e todos eles presididos por administradores independentes. Os Comités, com os seus poderes de supervisão e aconselhamento, assistem o Conselho de Administração no exercício dos seus poderes. Durante o exercício financeiro de 2022, as várias comissões realizaram um total de dezanove reuniões.

Todos os detalhes sobre a composição, funções e funcionamento dos diferentes órgãos sociais podem ser encontrados tanto nos Estatutos como no seu regulamento de funcionamento, que se encontram disponíveis na secção "informação corporativa" do site do Cecabank.

6. Factos significativos posteriores ao encerramento do exercício

Após 31 de Dezembro de 2022 e até 22 de fevereiro de 2023, data em que estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração da Entidade, não ocorreram acontecimentos significativos que devam ser incluídos nas demonstrações financeiras anexas, a fim de dar uma visão verdadeira e justa do capital próprio, da situação financeira, dos resultados das operações, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa da Entidade.

7. Objetivos de negócio para o exercício de 2023

Ao estabelecer os objetivos comerciais para 2023, foram tomados como ponto de partida os seguintes pressupostos:

- Que estavam alinhados com o orçamento de 2023 e com o Plano Estratégico.
- Que mantenham um nível homogéneo de contribuição para a entidade.
- Que sejam desafiantes, dando prioridade ao impacto na demonstração ao de resultados e com um limite de exigência elevado.

Os objetivos de atividade comercial estabelecidos para 2023 são os seguintes:

+7 milhões de euros de nova faturação, ou por outras palavras, potencial faturação anual dos novos contratos. O objetivo estabelecido para este indicador não considera quaisquer operações empresariais e é conservador em comparação com anos anteriores, em linha com a estratégia de consolidação e transformação do negócio atual.

+6 milhões de novas receitas no ano, representando receitas reais em 2023 provenientes de novos contratos. Este é o indicador mais relevante de todos, uma vez que reflete o impacto dos sucessos comerciais que se concretizarão durante o ano.

100 negociações contratadas ou de renovações por um valor superior a 25.000 €.

+20 novos clientes. Apesar da dificuldade de manter o crescimento neste indicador, a meta estabelecida para 2022 endossa o compromisso de diversificar os clientes do Cecabank já com mais de 300 clientes ativos.

8. Operações com ações próprias

Durante o período entre 1 de janeiro e 31 dezembro de 2022 não houve ações próprias no balanço do Banco.

9. Pagamentos a fornecedores

Em conformidade com o artigo 262 do texto consolidado da Lei de Sociedades de Capital, na Nota 36 do relatório da Entidade do qual consta a informação relativa a pagamentos diferidos a fornecedores.

10. Relatório de informação não-financeira

Em conformidade com as disposições da Lei 11/2018, de 28 de dezembro, que altera o Código Comercial, o texto revisto da Lei das Sociedades de Capital aprovado pelo Real Decreto Legislativo 1/2010, de 2 de julho, e a Lei 22/2015, de 20 de julho, relativa à Auditoria de Contas, no que respeita à informação não financeira e diversidade, foi elaborada a Declaração Consolidada de Informação Não Financeira relativa ao ano de

2022, que está incluída como documento separado anexo ao Relatório Consolidado de Gestão do Grupo Cecabank para o exercício financeiro de 2022, em conformidade com as disposições do artigo 44 do Código de Comércio.

Conforme descrito no parágrafo anterior, e em conformidade com os regulamentos acima mencionados, as informações do Relatório de Informação Não Financeira correspondente ao Cecabank, S.A. foram incluídas na referida Declaração Consolidada de Informação Não Financeira, que será arquivada no Registo Comercial de Madrid.

Esta declaração inclui informações relativas a investimentos em I+D+i e aos colaboradores com incapacidade.

Anexo. Declaração de Informação Não Financeira de acordo com a Lei 11/2018 de 28 de dezembro sobre Informação Não Financeira e Diversidade

Carta de José María Méndez

Cecabank

Declaração de Informação Não Financeira 2022

Temos o prazer de apresentar a Declaração de Informação Não Financeira do Cecabank relativamente ao ano de 2022.

Vivemos um ano marcado, a nível macroeconómico, pela forte mudança de direção na política monetária dos bancos centrais na maioria dos países desenvolvidos. Olhando apenas para a Euribor de 12 meses, verificamos como esta subiu para 3,06% no final de dezembro, níveis que não víamos desde 2008.

Uma conjuntura que trouxe o fim da política monetária expansionista, juntamente com uma revisão decrescente das perspetivas de crescimento e um aumento da inflação. Este facto teve um impacto nos mercados financeiros, que, apesar de uma recuperação no último trimestre, terminou o ano com um saldo negativo.

Este ano foi marcado pela incerteza económica. Contudo, o nosso sólido modelo de *governance*, a diversificação das nossas empresas e a nossa proximidade aos clientes permitiram-nos manter o bom desempenho dos anos anteriores, com um lucro de 65,4 milhões de euros e um elevado rácio de solvabilidade, com um CET1 de 30,8%.

Gostaria de salientar que este ano é um ano muito especial para todos nós no Cecabank. A nossa viagem, que começou em 12 de novembro de 2012, tem agora uma década e, olhando para trás, podemos ver como a nossa própria realidade mudou e a profunda transformação institucional e empresarial que alcançámos.

O processo de transferência dos negócios do CECA para o Cecabank, que levou à criação do banco, juntamente com a nossa capacidade de inovação e especialização, construiu o que somos hoje: um banco de referência a nível grossista, líder no mercado de Serviços de Títulos, e fornecedor de soluções especializadas para todos os tipos de instituições e empresas financeiras nacionais e internacionais.

O Cecabank foi escolhido pelo sexto ano consecutivo como o melhor banco depositário em Espanha em 2022 pela revista especializada *Global Banking and Finance Review*. Este prémio é uma vez mais um reconhecimento da nossa liderança nos serviços de depositário e da posição de destaque que o nosso banco ocupa na atividade pós-transação no nosso país. Tudo isto tem sido possível graças a uma equipa altamente profissional, de alto desempenho e com uma profunda qualificação humana.

Em 2022 iniciámos um período estratégico em que o Cecabank aprovou o novo Plano de Sustentabilidade 2022-2024. Este plano acompanhará o nosso Plano Estratégico, a fim de consolidar o crescimento futuro e as relações com as nossas partes interessadas. Estamos particularmente orgulhosos deste ambicioso projeto, constituído por 70 ações, que visa posicionar o banco ao mais alto nível nas quatro áreas de ação definidas: Pessoas, Planeta, *Governance* e Prosperidade.

Além disso, o ano de 2022 foi marcado pelo plano de recrutamento de profissionais, que conseguiu incorporar novos talentos, reforçando as áreas de maior desenvolvimento, tais como a sustentabilidade, tecnologia, riscos ou os nossos negócios. Além disso, a entidade levou a cabo ações na área da igualdade e conciliação.

A este respeito, obtivemos, por mais um ano, a certificação de Empresa Familiarmente Responsável, atribuída pela Fundação *Más Familia*.

Gostaria também de salientar a Ação Social do Cecabank como uma parte importante da nossa atividade, que contribui para a geração de valor para a sociedade. A iniciativa mais notável é a 8ª edição do programa *Tú Eliges (You Choose)*. Este ano teve uma participação recorde, com 78,9% dos colaboradores. Esta iniciativa reforça o orgulho de pertença dos nossos trabalhadores, permitindo-nos sensibilizar os seus interesses e preocupações ambientais, sociais e culturais. O nosso compromisso com o *Global Compact* e o cumprimento dos seus 10 princípios foi também recompensado este ano, no qual obtivemos a insígnia de bronze nesta instituição, ligada às Nações Unidas.

Em termos ambientais, temos continuado a trabalhar no sentido de melhorar a eficiência energética das nossas instalações para ajudar a reduzir as emissões. Desde 2017, quando começámos a calcular o nosso rasto de carbono, conseguimos uma redução de 91,9% no alcance 1+2 das nossas emissões. O Grupo está atualmente a participar em projetos de compensação, tendo alcançado neutralidade de emissões para estes âmbitos (1+2) em 2020 e 2021. O Grupo está também a trabalhar ativamente nos impactos indiretos.

Durante mais um ano, o Cecabank está dedicado ao financiamento sustentável, cumprindo os mais elevados padrões de sustentabilidade através das nossas empresas, das nossas formas de trabalho e da cultura do banco, com um único objetivo: construir um amanhã melhor para todos.

Cecabank em valores: 2022 em resumo

Prosperidade:

- Ativo total: 14,414 milhões de euros
- Capital próprio total: 1,189 milhões de euros
- Rendimento do ano: 65,4 milhões de euros
- Ratio CET1: 30.8

Negócios:

- *Securities Services*: ativos depositados: 202 mil milhões de euros: ativos sob custódia 275 mil milhões de euros e atribuição de selo para o melhor banco depositário em 2022.
- - Tesouraria: Criador de mercado de tesouraria; líderes de mercado no mercado grossista de moeda estrangeira em Espanha em notas; Mais de 12.000 agências bancárias diretamente atendidas.
- - Pagamentos: 1.215 milhões de transações com cartões processados; mais de 80 países; cobertura de 24 moedas diferentes.
- - Plataformas tecnológicas: N° de transações bancárias eletrónicas: 3.288 milhões: >27 países; cobertura de >10 moedas diferentes.

Pessoas:

- 476 colaboradores
- 51% de mulheres na equipa de trabalho
- 100% com contrato permanente
- 988 euros de formação por colaborador
- 3,450 euros de investimento em benefícios sociais por empregado
- 100% dos colaboradores abrangidos pelo acordo coletivo
- *Tú Eliges*: 100.000 euros em programas sociais
- *Prémio Global Compact*: Distintivo de bronze

Planeta:

- Carbono neutralizado em operações próprias
- 188 tCO₂ *offset* a partir de 2021
- 92,5% de redução das emissões desde 2017
- Certificação ISO 50001:2018

Governance:

- 96% de conformidade com o Plano de Sustentabilidade
- 0 queixas no canal de ética
- UNE 19601: 2017 Certificação de Conformidade Penal
- 74% de colaboradores formados em ciber-segurança
- 90,5% aquisição local

1. Sobre o Cecabank

1.1. O nosso modelo de negócio

Transformar o presente com as melhores soluções para um futuro sustentável

O Cecabank é um banco grossista espanhol que oferece soluções financeiras inovadoras e apoia os seus clientes nos seus projetos para alcançar os seus objetivos comerciais.

Estamos presentes nos principais centros financeiros europeus. Com sede em Madrid, temos uma rede estrangeira composta por uma sucursal operacional em Lisboa e escritórios de representação em Frankfurt e Londres.

Os produtos e serviços da entidade estão agrupados em quatro linhas de negócio:

1. Serviço de títulos, serviços de depósito e custódia de títulos, bem como serviços de valor acrescentado na cadeia de pós-negociação de títulos e moedas. A linha de serviços oferece aos nossos clientes, gestores de CII e fundos de pensões, entidades de *private equity* e EPSV a experiência do líder em Espanha e Portugal em serviços de depositário.

O negócio opera atualmente com mais de 202.000 milhões de euros em ativos sob custódia, mais de 1.050 veículos de investimento e quase 50 gestores de fundos.

2. Tesouraria, operações nos principais mercados nacionais e internacionais de ações e de rendimento fixo (público e privado), moedas e derivados. As operações são sempre realizadas de acordo com critérios que garantem uma situação confortável de liquidez e elevada solvência.

O negócio destaca-se pelo seu trabalho como *market maker* da dívida pública do Tesouro espanhol, participando ativamente em leilões e sindicacões e facilitando a liquidez do mercado secundário. Em 2021, a União Europeia designou o Cecabank como membro da Rede Europeia de Concessionários Primários (*Primary Dealer Network*).

3. Pagamentos, que consistem em serviços de processamento de pagamentos por cartão em toda a cadeia, processamento em câmaras e sistemas de pagamento, soluções de pagamento digital (*gateway* de pagamento, autenticação de clientes, soluções DCC, entre outras) e plataformas digitais e plataforma FX, para as quais temos um serviço de pagamento internacional com câmbio de moeda que traz um elevado valor acrescentado aos nossos clientes.
4. Plataformas tecnológicas, que incluem soluções bancárias digitais, serviços de tesouraria, risco e relatórios e outsourcing tecnológico, onde prestamos serviços de outsourcing de infraestruturas tecnológicas para instituições financeiras, companhias de seguros e *fintechs*, em conformidade com os regulamentos bancários.

Ao mesmo tempo, o Cecabank fornece serviços associativos para o bom funcionamento da associação bancária CECA, centrados na divulgação, defesa e representação dos interesses das suas instituições membros.

Mais informações sobre o Cecabank e os serviços que oferece podem ser encontradas no website corporativo do banco.¹

Em 2021, o Grupo estabeleceu o seu Plano Estratégico de Negócios para 2022-2024, que está empenhado na transformação para consolidar o crescimento. Este novo Plano Estratégico, aprovado pelo Conselho de Administração em 2021, estabelece o modelo empresarial que incorpora os negócios acima descritos, três vetores de crescimento, incluindo o vetor ESG e três viabilizadores necessários no processo de transformação (Recursos Humanos, Tecnologia e *Governance*).

O Plano Estratégico de Negócios estabeleceu objetivos financeiros e não financeiros. Os objetivos não financeiros incluem os relacionados com o reforço da liderança, manutenção dos níveis de qualidade, transformação de talentos e tecnologia, bem como a satisfação das expectativas das partes interessadas nos três pilares básicos da sustentabilidade (Ambiental, Social e *Governance*).

¹ <https://www.Cecabank.es>

A tecnologia, o talento e a sustentabilidade são fundamentais para alcançar os objetivos estratégicos. Para cada um destes pontos, o Cecabank desenvolveu planos específicos.

Plano de Tecnologia	<p>O Plano de Tecnologia visa contribuir para os objetivos do Grupo através de iniciativas de transformação centradas em três objetivos principais: conduzir o negócio, gerar eficiência e aumentar a resiliência. É um plano ambicioso, abrangendo os anos de 2022 a 2025, para além do período estratégico 2022-2024.</p> <p>Até 2022, lançou 19 iniciativas, respondendo aos três objetivos acima mencionados.</p>
Plano <i>Crece +</i>	<p>Lançado em 2022 como uma evolução do Plano de Transformação dos Recursos Humanos no âmbito do Plano Estratégico 2017-2020. O CRECE + é definido como o Plano que permite à Gestão de Talentos ser o Facilitador da Transformação do Cecabank e inclui diferentes iniciativas que visam avançar nas diferentes fases do ciclo de gestão dos Recursos Humanos, favorecendo o crescimento e desenvolvimento profissional dos seus colaboradores, dando-lhes a oportunidade de aprender novas formas de trabalho, adquirir conhecimentos em diferentes áreas, melhorar o seu desenvolvimento, facilitar a reconciliação pessoal e profissional, gerar e partilhar os nossos valores, promover iniciativas que favoreçam a igualdade, renovar o nosso talento e tornar os nossos processos mais eficientes.</p>
Plano de Sustentabilidade	<p>Estruturado em 4 blocos de trabalho e 70 ações, com três objetivos fundamentais: consolidar a nossa liderança no mercado, orientar a nossa proposta de serviços ESG, antecipando as necessidades dos nossos clientes e gerando um impacto positivo no nosso ambiente e <i>Stakeholders</i>.</p> <p>É um plano transversal no qual participam 100% das áreas do banco e que, no seu primeiro ano de funcionamento, atingiu uma taxa de conformidade de 96%.</p>

1.2. A nossa cultura empresarial

Missão

Apoio a instituições financeiras e outras empresas a partir da experiência de um banco grossista espanhol com projeção internacional.

Visão

- O Cecabank pretende consolidar a sua posição de liderança como banco depositário e fornecer soluções especializadas para todos os tipos de instituições financeiras e empresas nacionais e internacionais.
- Acompanhar os seus clientes, construindo relações duradouras, para que cada decisão seja o resultado da confiança mútua.

Valores:

- **Especialização:** a nossa experiência financeira, tecnológica e empresarial torna possível oferecer aos nossos clientes soluções com elevado valor acrescentado para os seus negócios.
- **Solvabilidade:** O rácio de capital do Cecabank está entre os mais elevados do mercado.

- **Compromisso** com os nossos clientes, acionistas, colaboradores e todos os nossos intervenientes.
- **Sustentabilidade:** Através de um modelo de negócio responsável, o nosso compromisso com o financiamento sustentável e com o nosso ambiente.

Para o Cecabank, a cultura e os valores corporativos são uma prioridade e fazem parte do nosso comportamento, da nossa forma de relacionamento com os clientes e das políticas internas do banco. O novo quadro estratégico do Cecabank incorpora o desafio de definir um objetivo comum e partilhado e de promover novos valores com os quais os clientes, colaboradores e órgãos diretivos se sintam fortemente identificados e empenhados.

O plano de renovação de talentos, levado a cabo recentemente, a coexistência de novas gerações e a evolução que temos vindo a desenvolver desde 2018, reforçaram a necessidade de enquadrar um projeto que sirva de "guarda-chuva" para o resto das iniciativas de transformação que estamos a liderar.

Este projeto global envolve todos os funcionários e todos os níveis do banco para levar a cabo em conjunto este processo de reflexão. A iniciativa Novo Modelo de Cultura, parte do Plano CRECE+, visa sensibilizar, divulgar e cumprir os novos valores definidos para o Cecabank, identificar as mudanças culturais necessárias e implementar ações específicas para enfrentar com sucesso a transformação proposta no novo período estratégico, que termina em 2024. Para mais informações, ver a rubrica de Pessoas.

1.3. A nossa gestão da Sustentabilidade

O setor financeiro é fundamental para a transformação rumo a uma economia sustentável e com baixo teor de carbono. O seu papel é reorientar os fluxos de capital para atividades que favoreçam a transição, apoiando o resto dos setores económicos na construção de uma economia inclusiva com um baixo impacto ambiental e um impacto positivo no ambiente social.

O Cecabank está consciente desta tarefa e trabalha para orientar todas as suas atividades, tendo em conta os factores *ESG (Environmental, Social and Governance)*. Tanto devido à sua forte tradição bancária ligada à dimensão social, como à sua vocação para o futuro, o Cecabank tem um forte compromisso com o ambiente, no qual procuramos estabelecer relações duradouras e de confiança com as nossas partes interessadas.

O nosso modelo de gestão da sustentabilidade está estruturado em quatro aspetos:



Modelo de Governance ESG

A entidade tem uma estrutura organizacional que facilita o desenvolvimento das linhas de ação definidas e coloca a sustentabilidade ao mais alto nível da organização, fazendo parte das responsabilidades do Conselho de Administração, que delega na Comissão de Auditoria a supervisão do cumprimento da Política de Sustentabilidade.

No Cecabank, entendemos a sustentabilidade como algo transversal na forma como operamos. Conseqüentemente, o banco estabeleceu responsabilidades em todos os seus órgãos diretivos.

- Comité de Risco: supervisiona todos os aspetos dos riscos ESG, com especial incidência nos riscos ambientais e climáticos.
- Comité de Nomeação e Comité de Remunerações: acompanhar as questões de ESG no seu âmbito de responsabilidade.
- Comité de Direção: supervisiona em primeira instância os aspetos de ESG transferidos pelo Comité de Sustentabilidade.
- Comité de Estratégia: responsável pela monitorização do Plano Estratégico da entidade, supervisiona o cumprimento dos objetivos não financeiros e as iniciativas de sustentabilidade propostas pelo Comité de Sustentabilidade no âmbito do vetor de crescimento de ESG.
- Comité de Novos Produtos: incorporar a análise de ESG na avaliação de novos produtos.

A nível operacional, o Grupo tem um Comité de Sustentabilidade composto por representantes de todas as áreas empresariais e de negócios e reporta diretamente ao Comité de Gestão e ao Comité de Estratégia. É responsável, entre outras funções, pela definição das iniciativas de ESG, pelo acompanhamento do Plano de Sustentabilidade e pela coordenação das atividades transversais no seio da organização.

- Auditoria Interna
- Secretaria-Geral
- Área de Serviços Associados e de Recursos
- Área de Planificação
- Área de Risco e Cumprimento
- Área de *Securities Services*
- Área de Serviços Tecnológicos
- Área Financeira

Durante o ano de 2022, o Comité de Sustentabilidade já se reuniu 3 vezes e tratou de questões relacionadas com:

- Conceção e aprovação do Plano de Sustentabilidade
- Monitorização do Plano de Sustentabilidade
- Nova proposta comercial: Vetor de crescimento de ESG
- Monitorização dos relatórios empresariais
- Revisão de aspetos relacionados com o Risco Climático
- Acompanhamento dos desenvolvimentos regulamentares.
- Aspetos relacionados com o impacto social, parcerias e participação setorial.

O Cecabank tem também um Departamento de Sustentabilidade, que é responsável pela promoção, coordenação e execução, quando apropriado, das ações de ESG no nosso banco, fornecendo apoio transversal a toda a organização.

Política de Sustentabilidade

O Conselho de Administração da entidade aprovou a sua Política de Sustentabilidade em 2019. Este documento visa assegurar relações duradouras entre a entidade e as suas partes interessadas, maximizando a criação de valor. A este respeito, a entidade identificou as áreas de ação que contribuem para este efeito. A Política de Sustentabilidade estabelece 5 objetivos sobre os quais se baseia o nosso modelo de gestão.

Objetivo 1	Objetivo 2	Objetivo 3	Objetivo 4	Objetivo 5
Apoio ao Plano Estratégico	Fortalecimento de parceiros e clientes	Monitorização e implementação das melhores práticas	Procura de novas oportunidades	Relações com as partes interessadas
A sustentabilidade é um dos valores do Plano Estratégico do banco, bem como um dos seus vetores de crescimento, procurando impulsionar a transformação do setor financeiro para um modelo ESG	Alinhar o negócio e a governação empresarial com as práticas responsáveis dos nossos parceiros e clientes.	Para além da esfera regulamentar, o Cecabank procura adaptar o seu modelo às melhores práticas de mercado, submetendo-se voluntariamente a maiores exigências.	Detetar e aproveitar oportunidades tendo em conta todas as áreas de negócio e uma visão a longo prazo.	O Cecabank procura manter relações duradouras com as partes interessadas, gerando valor mútuo.

Parcerias e compromissos

O Cecabank está firmemente empenhado em alcançar os ODS. A Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável para 2030 estabelece os objetivos para o ano 2030 e propõe soluções para problemas prioritários globais, estabelecendo 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas específicas como quadro de ação.

Ao conduzir os nossos negócios de forma responsável, estamos a contribuir para a realização destes objetivos, com os quais estamos fortemente empenhados. Além disso, o Plano de Sustentabilidade tem sido alinhado com este quadro universal. Os ODS onde se identificou o maior impacto são:

- **ODS 5: Igualdade de género**

O Cecabank está empenhado na igualdade de género. Tem um plano de igualdade, bem como um programa de equilíbrio entre trabalho e vida privada para os colaboradores do banco. A este respeito, vale a pena destacar a certificação EFR (Empresa Familiarmente Responsável), que credita a qualidade no emprego, o equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada, a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento profissional.

- **ODS 8: Trabalho digno e crescimento económico.**

Onde o Cecabank trabalha para proteger os direitos laborais dos trabalhadores e manter boas condições de trabalho para os seus colaboradores.

Além disso, o banco mantém elevados níveis de solvência. O rácio de capital do Cecabank está entre os mais elevados do mercado, o que favorece estabilidade e transmite segurança ao mercado.

- **ODS 10: Redução das desigualdades**

O Cecabank é uma entidade ligada desde as suas origens à esfera social, o que torna a organização particularmente sensível às necessidades do ambiente, participando ativamente e em colaboração com organizações sociais em projetos que melhoram a qualidade de vida dos grupos mais desfavorecidos.

- **ODS 13: Ação climática**

- Embora o impacto ambiental direto do banco possa ser considerado insignificante, o Cecabank trabalha ativamente para o minimizar, melhorando a eficiência na utilização dos recursos nas suas instalações, bem como calculando, reduzindo e compensando as suas emissões de carbono. O banco também começou a trabalhar para calcular e gerir a pegada de carbono dos seus investimentos, incluindo rendimentos fixos, ações e carteira de créditos.

- **ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Sólidas**

O Cecabank mantém padrões elevados em termos de ética, cumprimento, prevenção da corrupção e suborno em todas as suas áreas de atividade. Assume também voluntariamente as melhores práticas e recomendações na área da gestão empresarial.

Em paralelo e em resposta ao **ODS 17 (Parcerias para alcançar os objetivos)**, o Cecabank construiu uma rede de alianças em que procura contribuir para o debate coletivo, participar nas questões da agenda financeira em sustentabilidade (tanto nacional como internacional) e promover plataformas de intercâmbio e diálogo.

Em 2022, a entidade tem feito parte das seguintes iniciativas:

- **Pacto Mundial** (através da Rede Espanhola do Pacto Mundial): em 2022, renovámos o nosso compromisso com o Pacto Mundial e os seus 10 princípios. Além disso, o Cecabank continuou a trabalhar para divulgar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.
- **Spainsif**: é uma organização sem fins lucrativos que promove o Investimento Socialmente Responsável (ISR), promovendo a responsabilidade empresarial, a integração de critérios ambientais, sociais e de gestão empresarial através do diálogo entre as diferentes partes interessadas.
- **Forética**: associação de empresas e profissionais de responsabilidade social empresarial e sustentabilidade que operam em Espanha e na América Latina, cuja missão é promover a integração de aspetos sociais, ambientais e de boa administração na estratégia e gestão de empresas e organizações.
- **Fundação Seres**: em 2022, o Cecabank tornou-se um parceiro desta Fundação. A Seres promove o empenho das empresas em melhorar a sociedade através de ações responsáveis alinhadas com a estratégia da empresa e gerando valor para todos.

Como prova do empenho do banco e das ligações com estas associações, a Spainsif e o Pacto Mundial das Nações Unidas de Espanha realizaram a sua conferência anual conjunta em abril de 2022 na sede do Cecabank. Nesta conferência, intitulada "Para um plano de financiamento sustentável: investimento sustentável e responsável, chave para as empresas", que abordou questões relevantes na agenda do financiamento sustentável, tais como os progressos feitos no Plano Nacional.

Além disso, a Forética escolheu a nossa sede para a apresentação do seu "*Forética Report 2022: Sustainability, the vision in the face of an uncertain future*", em junho de 2022. Esta conferência abordou as tendências mais importantes e os três pilares do desenvolvimento da sustentabilidade: o ambiente regulador, a atividade empresarial e a visão do público.

Além disso, a entidade comprometeu-se a várias iniciativas nesta área:

- O Cecabank aderiu à "Declaração dos Líderes Empresariais para uma Parceria Global Renovada" a convite de Sanda Ojiambo, que em junho de 2020 foi nomeada pelo Secretário-Geral da ONU como a nova Diretora Executiva do Pacto Global.
- Em dezembro de 2019, durante a COP 25 em Madrid, o Cecabank aderiu ao "Compromisso Coletivo de Ação Climática" promovido pela UNEP FI, no qual se comprometeu a reduzir a emissão de carbono dos seus balanços, em conformidade com o Acordo de Paris.
- Em 2020 o Cecabank aderiu à *Green Recovery Alliance*, uma iniciativa lançada por Pascal Canfin, presidente da Comissão do Ambiente do Parlamento Europeu, que procura um pacto global para acabar com a pandemia e promover uma recuperação económica sustentável.
- Através do CECA, apoiamos os Princípios da UNEP FI para uma Banca Responsável.

Plano de Sustentabilidade

Em 2022, a entidade trabalhou na conceção e aprovação de um novo Plano de Sustentabilidade 2022-2024 que acompanha o Plano Estratégico da entidade, a fim de consolidar o crescimento.

O Cecabank finalizou o seu Plano de Sustentabilidade 2018-2021 em 2021. O novo contexto externo em matéria de ESG (regulamentação, avanços nas melhores práticas e exigências das partes interessadas), bem como a aprovação de um novo Plano Estratégico 2022-2024, levaram o banco a trabalhar na elaboração de um novo Plano de Sustentabilidade.

O plano, aprovado pelo Conselho de Administração em 2022, é orientado por três objetivos:

- consolidar a nossa liderança de mercado, aumentando a confiança dos clientes e acionistas através de um modelo de negócio responsável;
- orientando a nossa proposta de serviço ESG, antecipando as necessidades dos nossos clientes;
- gerar um impacto positivo no nosso ambiente e nas partes interessadas.

Para alcançar estes objetivos, foram estabelecidas 70 ações, estruturadas em 10 linhas de ação e 4 blocos de trabalho que respondem a dois aspetos: O que é o Cecabank, com os blocos Pessoas, Planeta e *Governance*, e o que oferecemos ao mercado, que inclui o bloco Prosperidade?



- **Compromisso com o talento:** o capital humano como valor diferencial da entidade: diverso, empenhado e especializado.
- **Impacto social:** contribuir para o desenvolvimento sustentável no nosso meio ambiente, com a participação dos nossos colaboradores, suscitando o orgulho de pertencer.
- **Alterações climáticas e gestão ambiental:** avançar nas melhores práticas e responder aos compromissos assumidos em termos de riscos e objetivos relacionados com o clima, bem como alcançar a máxima eficiência na gestão dos impactos ambientais diretos.
- **Cultura de sustentabilidade:** consolidar a gestão do ESG da organização, integrando transversalmente o novo valor empresarial no Grupo.
- **Boa governação, ética e conformidade:** cumprir as melhores práticas de governação empresarial, assegurando a conformidade com os requisitos legais e os compromissos empresariais.
- **Cadeia de fornecimento:** alinhar os nossos fornecedores com os valores e objetivos do Cecabank.
- **Ciber-segurança:** permanecer na linha da frente da ciber-segurança.
- **Excelência:** excelência através da inovação e transformação digital e manutenção dos níveis de satisfação.
- **Sustentabilidade como vetor de crescimento:** antecipando as necessidades de ESG dos nossos clientes.
- **Solvência:** atingir os níveis de solvência estabelecidos para o horizonte estratégico (2024: 22-25%).

O Cecabank concebeu este Plano de Sustentabilidade tendo em conta o conceito de dupla materialidade, considerando o nosso impacto no ambiente, bem como o impacto dos aspetos ESG no nosso modelo de negócio, tendo em conta os possíveis riscos e oportunidades.

O Plano de Sustentabilidade envolve 100% das áreas da empresa, tanto os responsáveis pelo negócio como os responsáveis pelo controlo, com responsabilidades específicas. Além disso, foram criados grupos de trabalho transversais para o desenvolvimento de questões específicas, envolvendo diferentes áreas.

Para facilitar a monitorização e supervisão destes aspetos, a entidade estabeleceu um *scorecard* de indicadores ESG, complementar ao *scorecard* essencial de indicadores não financeiros estabelecido no Plano Estratégico. O *scorecard* suplementar acompanha a evolução da entidade em todas as linhas de ação acima mencionadas que compõem o Plano de Sustentabilidade. Ao longo de 2022, os órgãos diretivos validaram estes indicadores, assumindo a responsabilidade de os monitorizar e supervisionar. O acompanhamento do *scorecard* está atualmente planeado numa base anual.

Plano de trabalho para a definição do Plano de Sustentabilidade: Materialidade

O Plano de Sustentabilidade foi concebido com base numa reflexão estratégica, com base no estudo de materialidade que a entidade realizou em 2021. Este estudo permitiu identificar e dar prioridade aos aspetos mais relevantes para os seus negócios e partes interessadas no contexto atual. Este processo de análise tornou possível estabelecer os focos prioritários de ação em conformidade com as melhores práticas, requisitos e normas regulamentares, tendências sectoriais, bem como assegurar o alinhamento dos aspetos ESG com os objetivos empresariais.

Este estudo foi realizado utilizando a nossa própria metodologia, em conformidade com as diretrizes da norma GRI (*Global Reporting Initiative*) e outras melhores práticas e recomendações no terreno. Foram seguidos os seguintes passos:

1. Revisão dos *Stakeholders* e dos canais de comunicação existentes com cada um deles. Desta forma, foram obtidas informações sobre as suas necessidades e expectativas.
2. Identificação de aspetos relevantes, realizada através de uma análise interna e externa.
3. Priorização dos aspetos materiais, através da elaboração da matriz de materialidade e da análise de impacto (qualitativa) dos aspetos prioritários, numa perspetiva de dupla materialidade.

Revisão dos *Stakeholders* e dos canais de comunicação estabelecidos

Gerar relações a longo prazo com as nossas partes interessadas é o objetivo prioritário da política de sustentabilidade do Cecabank. Para cumprir este compromisso, o banco estabelece canais de diálogo com cada um deles, permitindo-lhe identificar as necessidades, requisitos e expectativas que possam ter relativamente à atividade do Cecabank, bem como comunicar eficazmente a nossa resposta a eles. O estudo de materialidade teve em conta as partes interessadas prioritárias e os canais de diálogo estabelecidos no processo de identificação dos aspetos de sustentabilidade.

Intervenientes externos		Intervenientes internos	
Questionários de satisfação Reuniões regulares Serviço ao cliente (SAC)	Clientes	Equipa Humana	Canal Ético Inquéritos aos colaboradores Grupos de trabalho: "Plano Cultural Questionário EFR Intranet, newsletters e outras comunicações
Participação em associações setoriais, grupos de trabalho e com organizações do terceiro setor	Parcerias	Associados	Reuniões regulares
Portal do Fornecedor	Fornecedores	Conselheiros	Comissões e Comités realizados
Canais de Comunicação Institucional	Administrações públicas	Acionistas	Assembleia de acionistas Plano Estratégico de Negócios
Meios de comunicação social e Redes Sociais	Sociedade		

Processo de identificação de aspetos relevantes

O Cecabank identificou os aspetos relevantes através de uma análise interna e externa na qual foram identificadas questões de interesse para o setor e para o banco, tendências do ESG e compromissos assumidos. Dependendo da disponibilidade de informação, esta análise foi realizada incorporando a perspetiva de médio-longo prazo.

Análise interna, onde foram analisados, entre outros, os seguintes:

- As prioridades estratégicas do novo período em que a sustentabilidade é incorporada como um valor empresarial, objetivo e dentro dos vetores de crescimento da entidade.
- Os compromissos assumidos pela entidade com as suas partes interessadas em matéria de ESG: através de políticas, códigos, regulamentos e procedimentos de trabalho, bem como a missão, visão e valores que definem e descrevem o comportamento do Cecabank.

- Informação obtida através de canais de comunicação com os interessados: questionários, entrevistas, comissões, entre outros.

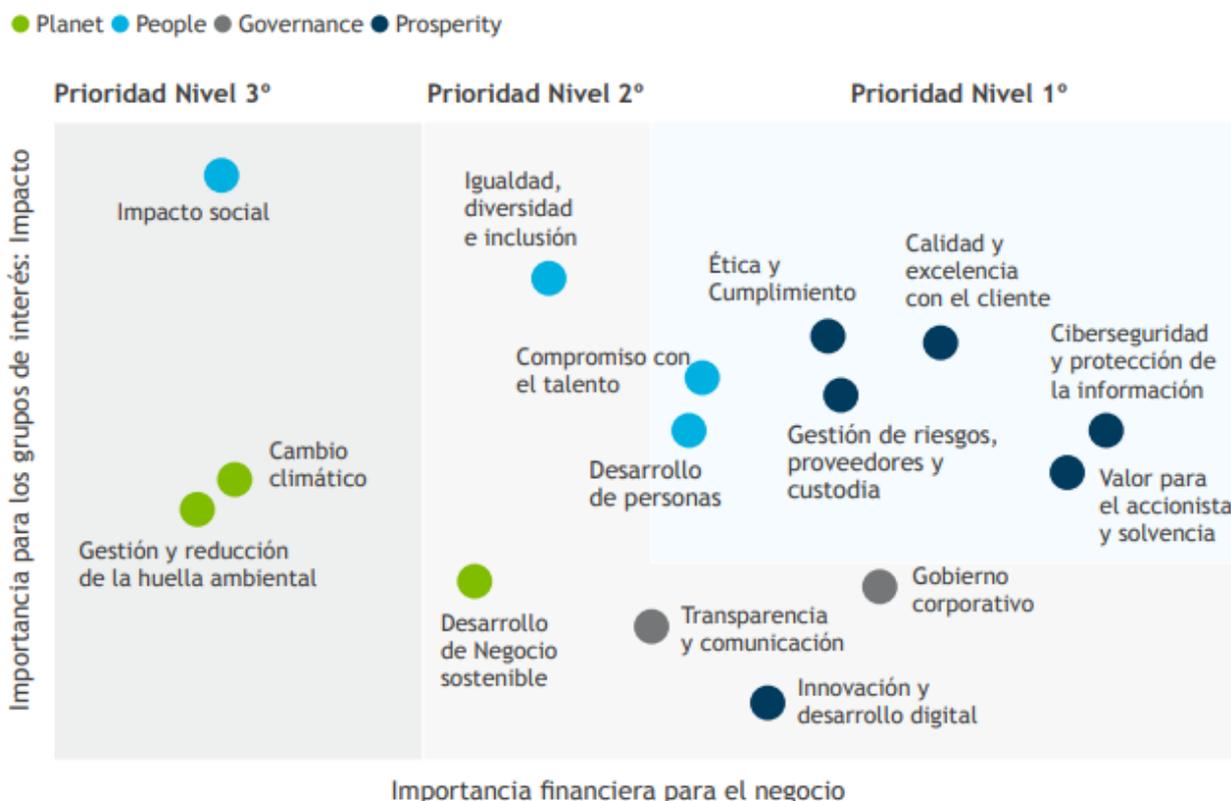
Análise externa, onde foram analisados, entre outros, os seguintes:

- O ESG exige informação e transparência: padrões de sustentabilidade, analistas, análise dos meios de comunicação, entre outros.
- Tendências de sustentabilidade e melhores práticas setoriais.
- Regulamentação existente e iniciativas regulamentares em curso em finanças sustentáveis e sustentabilidade.

Como resultado desta análise, o Cecabank obteve uma lista de 15 tópicos relevantes, todos eles alinhados com as tendências setoriais e os objetivos estratégicos do Cecabank.

Processo de definição de prioridades dos aspetos materiais e elaboração da matriz de materialidade

As 15 questões identificadas foram priorizadas na perspetiva externa, com base na informação analisada para as partes interessadas, e na perspetiva interna, para a qual foram realizadas entrevistas com diferentes áreas-chave da sustentabilidade da entidade, bem como com membros da direção (Comité de Gestão e Comité de Auditoria). Os resultados do processo de preparação foram compilados na matriz de materialidade, que estrutura os 15 aspetos em 3 níveis de prioridade.



A matriz de materialidade mostra que todas as questões materiais identificadas são de grande importância para o Grupo e as suas partes interessadas, sendo a prioridade 1 as questões relacionadas com os aspetos estratégicos de geração de valor para clientes e acionistas, posicionamento como um terceiro de confiança

no novo quadro regulamentar e de gestão de risco, bem como atrair e reter talentos diversos, especializados e empenhados.

Esta análise é concluída com a análise dos impactos, riscos e oportunidades nas questões da prioridade 1. O Cecabank compreende que estas questões contribuem mais para a criação de valor a longo prazo e incorpora a dupla visão da materialidade: impacto do meio social e ambiental no Cecabank "Perspetiva exterior" e do impacto do Cecabank no meio ambiental e social "Perspetiva interior".

Aspetos de Prioridade 1	Impactos no meio envolvente	Riscos e Oportunidades	Resposta do Cecabank
Ciber-segurança e Proteção da Informação	<p>A proteção da informação e a ciber-segurança são fundamentais para assegurar os objetivos empresariais e o posicionamento junto dos interessados, gerando confiança nos reguladores, investidores, clientes e sociedade.</p> <p>Para manter o elevado nível de desempenho do Cecabank e dada a rápida evolução destes aspetos, é necessário um investimento permanente em novas soluções de cibersegurança e em formação para a especialização da equipa humana.</p>	<p>O bom desempenho do banco nestes aspetos tem um impacto direto nas partes interessadas, uma vez que lhe permite manter a confiança dos reguladores, clientes, associados, etc. no Cecabank e proteger os seus interesses.</p> <p>Por sua vez, os funcionários e fornecedores reconhecem um elevado nível de procura e necessidade de especialização.</p> <p>Impacto nos ODS 8 e 9.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Plano de Ciber-segurança. - Formação e informação contínua para os funcionários. - Acompanhamento contínuo dos indicadores por parte da direção.
Valor para o Acionista e Solvência	<p>Gerar valor e manter a confiança dos clientes e acionistas é essencial para o Cecabank, razão pela qual um dos seus objetivos estratégicos é manter um elevado nível de solvência.</p>	<p>A manutenção de um bom desempenho neste aspeto tem um impacto em todos os intervenientes do Grupo, gerando valor, riqueza e segurança para os mesmos.</p> <p>Impacto nos ODS 8 e 11.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Plano Estratégico. - Quadro e modelo de Gestão de Riscos baseado em 3 linhas de defesa.

Aspetos de Prioridade 1	Impactos no meio envolvente	Riscos e Oportunidades	Resposta do Cecabank
<p>Qualidade e Excelência do Cliente</p>	<p>A satisfação do cliente é uma prioridade para o Cecabank. O bom desempenho deste aspeto permitiu-lhe construir a fidelidade dos clientes e aumentar a sua base de clientes, favorecendo relações duradouras baseadas na confiança. Contudo, a manutenção do nível atual requer investimento em inovação, formação e implementação de planos de melhoria contínua.</p>	<p>A oferta de um serviço baseado na excelência aos clientes tem um impacto direto na construção de relações a longo prazo e na satisfação das suas exigências. No resto dos intervenientes, o impacto nos acionistas destaca-se, onde a qualidade e a excelência se traduzem numa maior rentabilidade. Por sua vez, colaboradores e fornecedores percebem um elevado nível de procura e necessidade de especialização.</p> <p>Impacto nos ODS 8 e 17.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Sistemas de Gestão da Qualidade. - Comunicação contínua com os clientes. - Formação e especialização de colaboradores em diferentes áreas.

Aspetos de Prioridade 1	Impactos no meio envolvente	Riscos e Oportunidades	Resposta do Cecabank
<p>Ética e Cumprimento</p>	<p>O Cecabank aplica os mais elevados padrões de boa gestão, ética, cumprimento e responsabilidade, tanto entre os seus profissionais como nas suas relações com os seus intervenientes. Isto permite-lhe estabelecer relações duradouras baseadas na confiança. Também minimiza os riscos de reputação e criminais, que já são contemplados pelo banco no seu modelo de risco.</p>	<p>A manutenção dos requisitos corporativos em termos de ética e conformidade gera relações de confiança com a entidade, uma vez que os interessados identificam o alinhamento com os seus valores e objetivos.</p> <p>Destacamos os colaboradores, que reforçam o seu sentido de pertença. Além disso, este comportamento tem um impacto no aumento do valor acionista, uma vez que reduz a probabilidade de ocorrência de eventos de risco criminal e/ou reputacional.</p> <p>Impacto nos ODS 8, 10 e 16.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Sistema de Gestão de Conformidade Penal. - Código de Conduta das Empresas e o seu mecanismo de queixas.

Aspetos de Prioridade 1	Impactos no meio envolvente	Riscos e Oportunidades	Resposta do Cecabank
<p>Gestão de riscos, fornecedores e custódia</p>	<p>Uma gestão adequada destes aspetos permite manter uma estrutura de ganhos estável e recorrente orientada para a preservação do valor, a fim de assegurar o crescimento ordenado da entidade a longo prazo, bem como manter um planeamento adequado do capital e manter recursos para cumprir os seus compromissos a curto e longo prazo. Caso contrário, a materialização de eventos de risco não geridos poderia levar a uma redução do desempenho.</p>	<p>A gestão deste aspeto tem um impacto direto nos acionistas, uma vez que uma gestão de risco adequada proporciona segurança e proteção do seu capital.</p> <p>Para outros intervenientes, tais como colaboradores e sociedade, isto traduz-se numa maior estabilidade de emprego e geração de riqueza.</p> <p>Impacto nos ODS 8, 12, 16 e 17.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Quadro e modelo de Gestão de Riscos baseado em 3 linhas de defesa. - Quadro de Tolerância ao Risco.

Aspetos de Prioridade 1	Impactos no meio envolvente	Riscos e Oportunidades	Resposta do Cecabank
<p>Compromisso com o talento</p>	<p>O Cecabank mantém com os seus colaboradores relações que favorecem a integridade, respeito entre as pessoas, saúde e segurança no trabalho, desenvolvimento profissional, igualdade de oportunidades e tratamento não discriminatório, entre outros. Estes aspetos e as condições de trabalho oferecidas aos colaboradores do banco permitem uma baixa taxa de rotatividade e, portanto, uma maior eficiência operacional, reduzindo os custos associados à atração e formação de novos colaboradores.</p>	<p>Os colaboradores do Cecabank gozam de condições de trabalho vantajosas em áreas como finanças, seguros de vida, seguros de saúde e equilíbrio trabalho-vida, entre outras.</p> <p>A retenção de talentos, por sua vez, assegura bons resultados financeiros para os acionistas e um nível de serviço mais elevado, como resultado dos elevados níveis de satisfação dos colaboradores.</p> <p>Impacto nos ODS 3, 5, 8 e 10.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Plano Crece+. - Plano Cultural. - Certificação de Empresa Familiar-Responsável. - 100% dos colaboradores sob contrato de empresa. - Canais de comunicação com os colaboradores. - Plano de Remuneração e Benefícios Sociais.

Aspetos de Prioridade 1	Impactos no meio envolvente	Riscos e Oportunidades	Resposta do Cecabank
Desenvolvimento pessoal	Um dos valores corporativos do Cecabank é a especialização da sua equipa humana. Para tal, realiza planos de formação, comprometendo-se a participar em projetos multidisciplinares, favorecendo a atração e retenção de clientes.	<p>As ações nesta área têm um impacto direto nos funcionários do Cecabank, permitindo-lhes crescer profissionalmente e fornecendo-lhes as ferramentas para atingirem os seus objetivos profissionais.</p> <p>Por sua vez, a especialização leva a uma maior rentabilidade através de melhores resultados e uma melhoria do nível de serviço percebido pelos clientes.</p> <p>Impacto nos ODS 4, 5, 8 e 10.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Plano Crece+ - Programas de formação contínua em vários temas e competências pessoais.

2. Pessoas

2.1. O nosso talento

Talento

Uma das principais linhas de ação definidas no Plano de Sustentabilidade do Cecabank é a gestão responsável e sustentável dos recursos humanos. As diferentes políticas relacionadas com a gestão dos profissionais estabelecem os princípios de igualdade, inclusão e não-discriminação no local de trabalho.

No final do ano de 2022, o Cecabank tinha 472 colaboradores/as em Espanha e 4 na rede de sucursais estrangeiras (1 colaborador em Frankfurt, 1 colaborador em Londres, e 1 colaborador em Lisboa)².

Os colaboradores do Cecabank em Espanha estão distribuídos da seguinte forma:

	2021	2022
Mulheres	233	240
Homens	225	232
Total	458	472

² No relatório dos outros indicadores da Declaração de Informação Não Financeira relativos à secção "Os nossos colaboradores", foram excluídos os dados relativos aos colaboradores dos escritórios localizados fora de Espanha, que representam apenas 0,6% do número total de colaboradores do Cecabank. Do mesmo modo, os 2 colaboradores da Trionis não estão incluídos.

Distribuição por idade e níveis³:

Faixa etária	Mulheres	Homens	Total
> 50	64	64	128
30 - 50	166	152	318
<30	10	16	26
Total	240	232	472

Nível profissional	Mulheres	Homens	Total
GRUPO 1 - NIVEL I	3	5	8
GRUPO 1 - NIVEL II	2	3	5
GRUPO 1 - NIVEL III	11	18	29
GRUPO 1 - NIVEL IV	17	23	40
GRUPO 1 - NIVEL V	27	35	62
GRUPO 1 - NIVEL VI	46	49	95
GRUPO 1 - NIVEL VII	36	30	66
GRUPO 1 - NIVEL VIII	58	30	88
GRUPO 1 - NIVEL IX	10	7	17
GRUPO 1 - NIVEL X	8	8	16
GRUPO 1 - NIVEL XI	7	6	13
GRUPO 1 - NIVEL XII	14	13	27
GRUPO 1 - NIVEL XIII	0	1	1
GRUPO 1 - NIVEL XIV	0	1	1
GRUPO 2 - NIVEL I	0	1	1
GRUPO 2 - NIVEL II	0	1	1
GRUPO 2 - NIVEL IV	1	1	2
Total	240	232	472

Todos os colaboradores do Cecabank têm contratos sem termo⁴ e trabalham a tempo inteiro⁵.

Durante o ano de 2022, registaram-se 50 baixas, das quais 1 colaborador foi despedido. O despedimento foi de um homem do grupo I de nível VI com mais de 50 anos de idade. Durante o ano de 2022, houve 64 novos registos de colaboradores masculinos e femininos, 28 mulheres e 36 homens.

³ A comparação com o ano de 2021 das tabelas de colaboradores mais relevantes pode ser encontrada nos anexos II e III.

⁴ O Administrador-Delegado está vinculado à entidade por um contrato de natureza comercial não sujeito ao direito do trabalho.

⁵ Apenas quatro dos Diretores têm contratos a tempo parcial enquanto trabalham na CECA e no Cecabank.

Género	ERE	Despedimento voluntário	Despedimento	Suspensão contrato	Período de prova não superado	Desvinculação voluntária	Reforma	Total
Mulheres	20	0	0	0	1	0	0	21
Homens	15	5	1	1	5	1	1	29
Total	35	5	1	1	6	1	1	50

Género	ERE	Despedimento voluntário	Despedimento	Suspensão contrato	Período de prova não superado	Desvinculação voluntária	Reforma	Total
> 50	35	0	1	1	0	1	1	39
30 - 50	0	5	0	0	4	0	0	9
< 30	0	0	0	0	2	0	0	2
Total	35	5	1	1	6	0	1	50

Incorporações

Grupo e Nível	< 30	30 - 50	> 50	Total
GRUPO 1 - NIV.IV	0	1	0	1
GRUPO 1 - NIV.V	0	1	0	1
GRUPO 1 - NIV.VI	0	8	0	8
GRUPO 1 - NIV.VII	0	7	2	9
GRUPO 1 - NIV.VIII	0	14	0	14
GRUPO 1 - NIV.IX	0	3	0	3
GRUPO 1 - NIV.X	1	6	0	7
GRUPO 1 - NIV.XI	3	2	0	5
GRUPO 1 - NIV.XII	6	6	0	12
GRUPO 1 - NIV.XIII	2	0	0	2
GRUPO 1 - NIV.XIV	0	1	0	1
GRUPO 2 - NIV.IV	0	0	1	1
Total	12	49	3	64

Em 2021, a Entidade lançou o Plano CRECE+, dando continuidade ao Plano de Transformação de Recursos Humanos dentro do Plano Estratégico 2017-2020, que integra diferentes linhas com o objetivo de avançar nas diferentes fases do ciclo de gestão de Recursos Humanos, favorecendo o crescimento e desenvolvimento profissional dos seus colaboradores, dando-lhes a possibilidade de aprender novas formas de trabalho, adquirir conhecimentos em diferentes áreas e melhorar a sua empregabilidade interna.

A iniciativa prioritária do Plano CRECE+ é o Plano de Captação de Talentos, que atualmente está mais de 95% concluído. Este Plano permitiu a incorporação de 64 novos perfis no Grupo até 2022, integrando assim novos perfis polivalentes e digitais, com aptidões e competências que garantem: excelência, inovação, empenho e entusiasmo.

Durante 2022 foram feitos 17 movimentos internos no Grupo, dos quais 13 foram mulheres e 4 homens, um número semelhante ao de 2021, onde a distribuição por género foi de 9 mulheres e 8 homens.

Movimentos internos

Intervalo idade	Homens	Mulheres	Total
> 50	3	5	8
30 - 50	1	8	9
<30	0	0	0
Total	4	13	17

Condições de trabalho

Formação

Ligado ao Plano Estratégico e, especificamente, à iniciativa Crece+ Gestão de Talentos, foi criado o plano anual de Desenvolvimento e Formação do Cecabank, que começa por analisar as necessidades dos nossos profissionais, com o objetivo de implementar melhorias e continuar a evoluir para que todos eles estejam preparados para as necessidades e exigências do mercado, clientes e organismos reguladores. Integra diferentes áreas de conhecimento, abrangendo múltiplos domínios, tais como regulamentação e normas, finanças, TI, competências digitais, *management*, saúde e bem-estar, e línguas.

Durante o exercício de 2022, foi reativada a formação presencial, aproveitando o regresso aos escritórios e aos novos espaços concebidos para o trabalho e a formação, sem esquecer que temos agora um modelo híbrido em que coexistem o trabalho presencial e o teletrabalho, o que exige a mesma bimodalidade nas ações de lançadas.

Concebemos e implementámos novos programas como o *Liderar Dejando Huella* (liderar e deixar pegada), que visa desenvolver as capacidades de gestão dos administradores do Banco. Lançámos também a primeira edição do programa *Liderazgo femenino* (Liderança feminina), no qual participaram 15 colegas do sexo feminino. Além disso, foram sendo consolidadas outras formações tais como o Programa de Transformação Digital no Contexto Financeiro, do qual realizámos a 5ª edição, e a 2ª edição do curso Blockchain e Cryptoativos. Continuámos também a oferecer conteúdos que dão prioridade à saúde emocional dos colaboradores e, a um nível técnico, à melhoria das competências informáticas e de cibersegurança.

Igualmente, e ligado ao nosso plano de Recrutamento de Talentos, o Cecabank tem um programa de *onboarding* para acolher as novas incorporações. Este programa inclui uma série de cursos de formação *online* obrigatórios e voluntários sobre aspetos tais como o Código de Conduta, Cibersegurança, Prevenção de Riscos Profissionais, Eficiência Energética, Igualdade de Género e Diversidade, entre outros, e uma sessão presencial de *team building* com realidade aumentada em que são trabalhados aspetos de colaboração, gestão de incertezas e equipas de alto desempenho.

Durante o ano de 2022 aumentamos a gama de conteúdos oferecidos, bem como continuamos a promover programas de especialização na empresa, demonstrando que esta abordagem significa uma maior adaptação às nossas necessidades, uma redução das horas de formação e um aumento da eficiência do orçamento, sem reduzir a qualidade dos programas ou o nível de satisfação dos alunos. Ao longo deste processo, continuamos a contar com a plataforma Learning Cloud, que está integrada no *website* de formação, onde são registadas todas as atividades de formação levadas a cabo pelos profissionais que trabalham no Cecabank. Integra também toda esta atividade no seu currículo e permite aos gestores visualizar os cursos solicitados pelas suas equipas e a situação em que se encontram.

Na sequência da renovação da nossa parceria com o programa Empowering Women's Talent, aderimos também à Diversity Leading Company, reforçando o objetivo de sensibilizar toda a organização para a riqueza de ter uma força de trabalho diversificada, bem como de potenciar a ascensão de talentos femininos em cargos de responsabilidade.

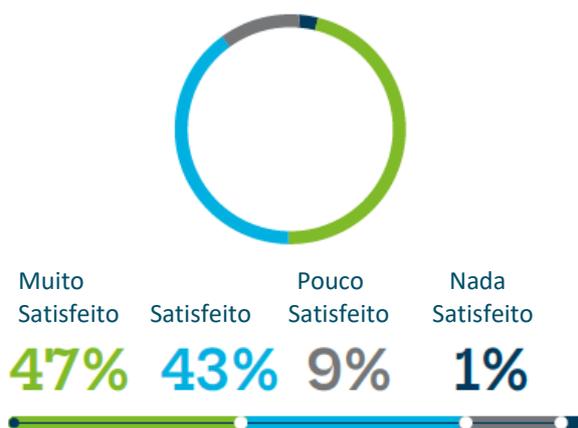
De seguida, apresentam-se as horas de formação por categoria profissional segundo o acordo que prevê um total de 19.183 horas em 2022:

HORAS DE FORMAÇÃO POR NÍVEIS⁶

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	Total
Grupo 1	239	364	2.610	2.222	2.505	2.963	2.006	2.659	586	886	728	1.050	86	22	18.926
Grupo 2	2	3	0	252	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	257
Total	241	367	2.610	2.474	2.505	2.963	2.006	2.659	586	886	728	1.050	86	22	19.183

Descrição do indicador	Unidades do Indicador	2021	2022
% de licenciados superiores e médios (Engenheiros Superiores, Licenciados, Diplomados)	Percentagem (%)	77%	88%
Horas de formação (colaboradores do Cecabank Espanha)	Horas por colaborador	42	41
Investimento em formação de colaboradores em Espanha	Euros por colaborador	923 €	988 €

Valorização Global de Formação 2022



NPS de Formação 2022



Como parte do compromisso do Cecabank de promover o emprego e renovar os talentos internos, renovámos por mais um ano a nossa colaboração com universidades e escolas de negócios para estágios universitários, formalizando 13 bolsas de estudo de fim de licenciatura. Em novembro lançámos a segunda edição do Programa Nido, que foi muito bem recebida por instituições e estudantes. Um total de 9 estudantes aderiram ao programa de estágios, juntando-se aos 9 jovens da primeira edição que terminaram os seus estágios em junho. Durante 9 meses receberam formação específica e puderam colaborar nas operações do Grupo, participando nas atividades diárias.

⁶ A comparação com o ano de 2021 das horas de formação pode ser vista no Anexo III.

Remuneração

O Cecabank tem uma política geral de remuneração, que estabelece, entre outros aspetos, os princípios gerais do sistema de remuneração e suas características essenciais, as exigências específicas de cada grupo e o modelo de *governance*.

Para calcular a remuneração média dos membros dos quadros, foram tidos em conta 100% dos colaboradores do Cecabank em Espanha, com base nos dados do final do ano 2022.

Dentro do Cecabank existem dois grupos distintos na medida em que certos indivíduos (Grupo 1) têm um sistema específico de remuneração variável que pode atingir 200% da sua remuneração fixa e que, de acordo com a regulamentação prudencial sobre remuneração, está sujeito a diferimento, pagamento em instrumentos não monetários, bem como cláusulas de "malus" e "claw back".

A remuneração média por sexo, idade e nível de categoria profissional, de acordo com a convenção coletiva⁷ e de acordo com a diferenciação entre o grupo 1 e o grupo 2, é apresentada abaixo.

Remuneração média por sexo	2021	2022
Homens	78.326 €	80.708
Mulheres	63.658 €	66.783 €

Remuneração média por sexo Coletivo 1	2021	2022
Homens	146.879 €	172.501 €
Mulheres	124.956 €	137.020 €

Remuneração média por sexo Coletivo 2	2021	2022
Homens	71.380 €	72.642 €
Mulheres	61.135 €	64.078 €

⁷ Existem 2 colaboradores do grupo profissional 2 (profissões diversas) que foram atualizados para os níveis X e XII com base na sua remuneração.

Remuneração média por categoria profissional	2021	2022
Nível I	194.062€	227.860€
Nível II	124.702€	123.640€
Nível III	136.787€	151.300€
Nível IV	89.450€	89.491€
Nível V	80.438€	87.219€
Nível VI	71.753€	73.470€
Nível VII	60.657€	62.217€
Nível VIII	50.921€	53.061€
Nível IX	51.404€	55.640€
Nível X	31.700€	40.532€
Nível XI	23.359€	35.145€
Nível XII	12.667€	29.818€
Nível XIII	-	. ⁸
Nível XIV	-	. ⁹

A remuneração por faixa etária é discriminada da seguinte forma:

Remuneração média por grupos de idade	2021	2022
<30	10.151€ ¹⁰	29.246€
30-50	69.743€	71.830€
>50	78.689€	83.444€

Com base nestes mesmos dados, de forma complementar e aplicando a metodologia estabelecida pelo Ministério da Igualdade através do seu instrumento de cálculo do registo de remunerações, em conformidade com a obrigação estabelecida no artigo 27º do Estatuto dos Trabalhadores, o Cecabank calculou a diferença salarial tendo em conta a remuneração média efetiva por sexo.

⁸ Por razões de confidencialidade, nenhuma informação salarial está incluída para esta categoria, uma vez que é composta apenas por uma pessoa.

⁹ Por razões de confidencialidade, nenhuma informação salarial está incluída para esta categoria, uma vez que é composta por uma única pessoa.

¹⁰ Os dados foram calculados pelo Cecabank utilizando a ferramenta de registo de remunerações publicada pelo Ministério da Igualdade, com base na remuneração média efetivamente recebida de acordo com os dias efetivamente trabalhados, pelo que os dados são deturpados no ano 2021, onde houve 12 novas contratações durante os meses de novembro e dezembro de pessoas com menos de 30 anos de idade.

Tendo em conta esta variável, a diferença de remuneração seria de 17% em 2022.

Remuneração média	2021	2022
Homens	78.326 €	80.708 €
Mulheres	63.658 €	66.783 €
Média total	70.948 €	73.732 €
Diferença salarial	19%	17%

Dependendo dos grupos existentes no Cecabank, a repartição seria a seguinte:

Remuneração média por género		2021	2022
Homens	Coletivo 1	146.879 €	172.501 €
Homens	Coletivo 2	71.380 €	72.642 €
Mulheres	Coletivo 1	124.956 €	137.020 €
Mulheres	Coletivo 2	61.135 €	64.078 €

Diferença salarial	2021	2022
Coletivo 1	15%	21%
Coletivo 2	14%	12%

No final do ano existem 10 administradores no Cecabank, dos quais 7 eram homens e 3 eram mulheres. Os administradores do Cecabank só recebem rendimentos do Grupo pelo seu papel de diretores sob a forma de ajudas de custo tanto para o Conselho de Administração como para os Comitês. No exercício 2022 o valor médio cobrado por cada administrador foi de 34.828 euros para os homens (em 2021 foi 31.921 euros) e de 57.931 euros para as mulheres (em 2021 foi 57.242 euros), consoante as reuniões em que participaram. No entanto, um dos administradores não recebe ajudas de custo pela assistência às Assembleias e aos Comitês.

Relativamente aos altos cargos dirigentes, o Cecabank conta com 8 administradores, dos quais 5 são homens e 3 são mulheres. A remuneração média ascendeu a 201,96 milhares de euros no caso das mulheres (170,53 em 2021) e 207,22 milhares de euros no caso dos homens (175,68 em 2021), excluindo do cálculo da Direção Financeira Empresarial dada a natureza especial do seu sistema de remuneração variável.

A representação das mulheres nos quadros superiores tende a aumentar no sentido de alcançar uma presença equilibrada de homens e mulheres, tendo em conta as vagas que ocorrem nos quadros superiores e nos vários Comitês de Direção.

Benefícios sociais

O Cecabank oferece benefícios sociais aos seus colaboradores, a fim de motivar, reter e fidelizar os colaboradores.

Os principais benefícios sociais que o Cecabank oferece aos seus colaboradores são os seguintes:

- Condições financeiras preferenciais
- Plano de pensões para todos os colaboradores
- Seguro de vida coletivo
- Política de cuidados de saúde para os colaboradores.
- Subsídios de educação de crianças e de formação para filhos dos colaboradores
- Ajudas para a formação dos colaboradores
- Presente de Natal para os filhos e filhas dos colaboradores.

O investimento por colaborador em benefícios sociais realizado pelo Grupo em 2022 ascendeu a um total de 3,450 euros.

Além disso, desde 2018, o Cecabank tem um plano de remuneração flexível para o seu pessoal que lhes permite contratar produtos e serviços com condições preferenciais e, em alguns casos, com benefícios fiscais, quando a regulamentação fiscal assim o prevê.

Atualmente, os produtos que fazem parte do plano de remuneração flexível Ckb.Flex são os seguintes:



Cheque creche.



Cheque formação.



Passe de transporte.



Cartão de refeições.



Seguro de saúde para cônjuges, parceiros e filhos da pessoa empregada

A implementação do Ckb.Flex foi solidamente consolidada na força de trabalho, de modo que 76% têm pelo menos um produto contratado através do sistema de remuneração flexível, com um total de 1.002 produtos contratados no final de 2022.

Os produtos mais procurados são os seguintes:



Seguro médico para familiares de colaboradores: contratado por 53% dos colaboradores.



Cartão de transporte: contratado por 60 % dos colaboradores.

Como resultado do regresso gradual à atividade normal na prestação de serviços no local nas instalações da instituição, verificou-se um aumento notável na contratação de produtos associados ao transporte, bem como no consumo nos estabelecimentos de restauração. Do mesmo modo, a possibilidade de aplicar este

sistema ao financiamento de ações de formação está a tornar-se cada vez mais amplamente conhecida entre o pessoal da organização.

Conciliação e igualdade

Conciliação

Dentro do Plano de Recursos Humanos ligado ao Plano Estratégico 2022-2024, o Banco proporcionou a introdução de um sistema de horário flexível e teletrabalho.

Ambos aspetos foram acordadas com aos representantes dos colaboradores do Cecabank através da assinatura de dois acordos de trabalho com a representação legal dos trabalhadores (RLT) presentes no Grupo.

A 1 de janeiro de 2022, entrou em vigor um novo acordo de teletrabalho com todos os trabalhadores, que está agora adaptado a todos os requisitos da Lei do Teletrabalho e que o Cecabank aplicará independentemente do modo de teletrabalho exceder ou não 30% do dia de trabalho. Do mesmo modo, foi contemplada a possibilidade de as mulheres grávidas se submeterem ao teletrabalho durante todo o período de gravidez. Este acordo também desenvolve o direito à desconexão digital, que foi regulamentado pela primeira vez pela convenção coletiva para as caixas e instituições financeiras para o período 2019-2023 e que entrou em vigor a 3 de dezembro de 2020. A organização do trabalho do Cecabank baseia-se na convenção coletiva de trabalho para as caixas económicas e instituições financeiras, melhorando contratualmente as condições e aplicando medidas compensatórias aos colaboradores através de mais dias de férias e remunerações mais elevadas. 100% dos colaboradores do Grupo estão cobertos pelo acordo coletivo de trabalho.

É de notar que o novo acordo de negociação coletiva setorial inclui novas medidas para promover a conciliação da vida profissional e pessoal, tendo sido acordadas as seguintes medidas:

- Possibilidade de aplicar a redução de horário apenas à tarde de trabalho efetivo com horário geral no caso de cuidados ou tutela legal de crianças menores de 12¹¹ anos ou de uma pessoa portadoras de deficiências que não exerça uma atividade remunerada para o horário geral.¹²
- Acumule 15 dias de amamentação após a licença de maternidade.
- Criação de uma licença remunerada de até 3 meses em caso de alegadas situações de violência de género que envolvam uma mudança de endereço.
- Cálculo de todas as licenças (com exceção da licença de casamento) em dias úteis.

Em termos de licença parental, os colaboradores que disfrutaram da licença são os seguintes:

	Mulheres	Homens	Total
2021	7	4	11
2022	3	4	7

O Cecabank também tem a Associação Cultural dos Colaboradores do Cecabank ou "Grupo de Empresas". O objetivo desta associação é desenvolver e organizar todo o tipo de atividades destinadas a promover o lazer e a educação no tempo livre dos associados e suas famílias através do desenvolvimento de atividades culturais, desportivas, infantis, familiares e turísticas.

O objetivo de todas as atividades promovidas pela Associação é estabelecer laços de amizade e companheirismo entre todos os membros, encorajar positivamente as relações interpessoais entre todos os membros, e ajudar a melhorar e conciliar a vida profissional e familiar.

¹¹ Melhorado pelo Cecabank até 14 anos.

¹² Alargado no Cecabank para o horário unificado estabelecido no Acordo de Tempo e Horário de Trabalho de 6 de agosto de 2021.

Igualdade

O Cecabank tem um Plano para a Igualdade entre mulheres e homens e reconciliação da vida familiar e profissional. Nos anos desde 2017, quando foi alterado, foram realizados estudos detalhados sobre questões de igualdade (disparidades salariais, atualização do diagnóstico da situação e medidas de conciliação) e foram realizados trabalhos de formação sobre diversidade para todos os colaboradores.

O plano de igualdade, regula as funções da Comissão de Igualdade, estabelece medidas ação positiva e compila as melhorias em medidas de conciliação do trabalho com a vida familiar acordadas entre os representantes dos colaboradores e o Grupo.

Além disso, o Cecabank tem um protocolo de ação em caso de queixa de assédio no trabalho, assédio sexual e assédio baseado no género no Cecabank. Este é um acordo de trabalho assinado com todos os representantes do pessoal e regula, pela primeira vez, o assédio no local de trabalho.

Entre os principais objetivos do plano de igualdade estão os de assegurar a aplicação efetiva do princípio da igualdade entre mulheres e homens, promover a presença do sexo sub-representado em cargos ou funções de decisão, melhoria da acessibilidade das mulheres a lugares de responsabilidade, contribuir para reduzir as desigualdades e promover a conciliação da vida de familiar, pessoal e laboral. Também garante planos de formação para facilitar a igualdade no desenvolvimento de capacidades e competências, independentemente de sexo.

O Cecabank também tem os seguintes acordos nesta área:

- Acordo laboral sobre teletrabalho e o direito à desconexão digital.
- Acordo sobre horários de trabalho flexíveis
- Guia prático para uma linguagem inclusiva
- Guia de medidas, ajudas e benefícios.

Como parte do plano de ação para obter o reconhecimento nesta área, foram realizados trabalhos para obter o Certificado EFR (Empresa Familiarmente Responsável) concedido pela Fundação Másfamilia, obtendo o prémio em 2021 e o relatório de avaliação favorável na auditoria externa EFR Aenor em maio de 2022.

Em 2022, o Cecabank continuou a aderir à Empowering Women's Talent e obteve o reconhecimento como Diversity Leading Company.

O Grupo incorporou a componente da diversidade nos seus processos de recrutamento, tanto na força de trabalho como através de agências de emprego temporário (ETTs). Atualmente, há duas pessoas com deficiência que prestam serviços através da ETT e três pessoas que fazem parte da força de trabalho. Em 2021, o Cecabank tinha duas pessoas no quadro de pessoal e três pessoas através das ETT. O Cecabank também colabora com entidades que promovem a inclusão de pessoas com deficiência no local de trabalho.

Descrição do indicador	Unidades	2021	2022
Número total de colaboradores do Cecabank Espanha	Número	458	472
Percentagem de mulheres no Cecabank Espanha	Percentagem (%)	51%	51%

Segurança e Saúde

Em conformidade com a legislação aplicável, a responsabilidade pela implementação, aplicação e integração do Sistema de Prevenção de Riscos Laborais cabe à direção do Banco. No Cecabank, a organização

dos recursos necessários para o desenvolvimento de atividades de prevenção foi concebida de acordo com a modalidade de Serviço de Prevenção Externa, que abrange as especialidades de prevenção do Cecabank: Higiene Industrial e Ergonomia e Psicossociologia Aplicada, Medicina do Trabalho e Segurança no Trabalho.

O Cecabank tem um Plano de Prevenção que estabelece um conjunto de regras e procedimentos através dos quais são desenvolvidos os mecanismos de gestão e integração da prevenção dos riscos laborais, incluindo as diferentes ações em matéria de prevenção, tais como a política, objetivos e metas, estrutura organizacional da prevenção dos riscos laborais, responsabilidades e funções dentro da organização e monitorização e controlo ao nível da integração.

No que diz respeito aos procedimentos operacionais incluídos no Plano de Prevenção, existem os procedimentos de contratação, recursos materiais e humanos, contratos e subcontratos, procedimentos de informação e formação, consulta e participação dos colaboradores, ação em caso de emergência, etc.

O Cecabank, S.A. contratou a especialidade de Medicina do Trabalho com o Serviço de Prevenção Externa da QUIRON PREVENCIÓN, S.L.U., cujas atividades incluem o acompanhamento da saúde dos colaboradores em relação aos riscos derivados do trabalho, análises, exames médicos e estudos epidemiológicos dos resultados dos exames de saúde, a fim de investigar e analisar as possíveis relações entre a exposição aos riscos laborais e os danos para a saúde.

Além disso, a empresa tem um médico, pessoal externo subcontratado pelo Serviço de Prevenção Externa, localizado no centro de trabalho, onde ele realiza o trabalho de cuidados médicos.

Os acidentes de trabalho e as doenças profissionais dos colaboradores são cobertos pela MC Mutual, uma companhia de seguros para acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Além disso, o Cecabank é responsável pela formação e informação dos seus colaboradores através do seu Departamento de Formação, fornecendo cursos sobre riscos laborais e medidas preventivas para todos os colaboradores, ecrãs de exibição de dados, bem como formação para equipas de intervenção em combate a incêndios e medidas de primeiros socorros.

A este respeito, durante 2022, foram constituídas novas equipas de brigada de emergência, que receberam formação prática específica em incêndio e evacuação.

Do mesmo modo, em maio de 2022, foi realizado um exercício de evacuação com a participação de toda a força de trabalho. Também durante o ano de 2022, foi lançada a campanha de check-up médico voluntário para todos os membros do pessoal do Grupo, sendo a percentagem de check-ups médicos realizados 51,69% do total dos colaboradores. Este ano, como novidade, foi introduzido um sistema de auto-agendamento para que os colaboradores pudessem escolher o centro médico e o dia do check-up.

Além disso, foi lançada em outubro de 2022 uma campanha de vacinação preventiva contra a gripe sazonal, tendo sido vacinados 20,34% dos colaboradores. Relativamente à prevenção para a deteção e contenção do impacto do Covid-19, o Cecabank implementou um procedimento pelo qual qualquer colaborador com sintomas possa recorrer ao Serviço Médico para um teste antigénico. Se o resultado for positivo, a pessoa deixa as instalações do banco para se teletrabalhar durante uma semana (se a doença não estiver associada a complicações de saúde). Após este período, antes de regressar às instalações do Cecabank, a pessoa afetada deve submeter-se a um novo teste de antigénios no Serviço Médico para verificar que não há risco de contágio com o resto do pessoal.

O Serviço de Prevenção do Grupo, juntamente com o Serviço Médico e o Departamento de Pessoal, fez um acompanhamento exaustivo de todos os casos de COVID na empresa, pondo em prática todas as recomendações das autoridades sanitárias.

Em 2018, o Cecabank lançou o Plano Ckbe-Well, que engloba uma série de ações para promover comportamentos e hábitos saudáveis destinados a melhorar o bem-estar dos colaboradores. Desde o começo deste plano, foi promovido um serviço de fisioterapia para melhorar a saúde através da prevenção e tratamento de lesões relacionadas com o trabalho, um serviço de nutrição e dietética para os funcionários, cursos de *escuela de la espalda*, formação em alimentação saudável, etc.

Em 2022 foram retomadas as atividades presenciais e continuaram a ser realizadas atividades online, tais como cursos de *escuela de la espalda*, formação em prevenção de riscos profissionais e seminários sobre bem-estar emocional.

Foram também levadas a cabo campanhas de rastreio específicas com testes de antigénios para o regresso após períodos de férias ou a criação de grupos de bolhas para turnos de trabalho permanentes.

Em 2022, 100% dos colaboradores são representados no Comité de Saúde e Segurança, um órgão conjunto que se reúne trimestralmente e que se rege pelos regulamentos do Comité de Saúde e Segurança.

Colaboradores abrangidos por acordos coletivos de trabalho em Espanha: 100%

Horas de absentismo¹³ no Banco em Espanha:

2021	13.410
2022	15.025

Tal como no ano anterior, em 2022 não existiam doenças profissionais entre os colaboradores. Em 2022, excluindo os casos COVID, houve 4 acidentes de trabalho, todos eles de natureza "in itinere". Em 2021 não se registaram acidentes de trabalho.

Como resultado destas políticas, podemos salientar que o talento foi retido como meio de ganhar valor e conhecimento.

Relativamente ao diálogo social, o Banco tem um Comité de Empresa com 13 membros que estão representados em 4 secções sindicais que se reúnem de dois em dois meses. As últimas eleições sindicais foram celebradas a 30 de novembro de 2022.

O Comité de Empresa realiza as suas atividades sindicais e de diálogo com a empresa através de uma série de comissões de trabalho:

- Comité de Saúde e Segurança
- Igualdade
- Horários
- Empréstimos
- Formação
- Pesquisas
- Teletrabalho

Por outro lado, todos os acordos laborais assinados com representantes dos trabalhadores têm o seu próprio comité de acompanhamento para assegurar o seu cumprimento.

2.2. Compromisso social

Com o nosso entorno

O Cecabank desenvolve o seu compromisso social através de iniciativas em linha com as suas características e objetivos corporativos. O Banco e os seus colaboradores estão conscientes dos problemas sociais e especificamente aqueles que afetam os grupos mais desfavorecidos. O Grupo implementa ações de contribuição específica, que também fomentam o orgulho de pertença entre as pessoas do Grupo

¹³ A fim de medir as horas de ausência, de acordo com o indicador GRI 403-2, foram tidas em conta apenas as horas de ausência devidas a COVID, doença e incidentes IT.

Todos os anos, o Cecabank lança o programa "Tú Eliges", no qual os colaboradores do Banco apresentam vários projetos de âmbito social, ambiental ou cultural e o Cecabank compromete-se a financiar os que foram selecionados após um processo de votação interna.

Em 2022, realizou-se a VIII edição do programa, na qual foi apresentado um total de 24 projetos por diversas associações (17 na esfera social, 4 na esfera ambiental e 3 na esfera cultural), que o Cecabank apoiou com um subsídio de 100.000 euros.

Em 2021 na VII edição do programa, 97.000 euros foram angariados para ajuda no âmbito deste programa.

Os 24 projetos apresentados pelos colaboradores do Cecabank na VIII programa "Tú Eliges" foram os seguintes:

PROJETOS SOCIAIS

Apoio médico-social aos pacientes com ELA

Associação Espanhola de Esclerose Lateral Amiotrófica (adELA)

Casa da Família San José

Fundação Emalaikat

1º Guia Multidisciplinar da Epilepsia Infanto-Juvenil

Associação Nacional de Pessoas com Epilepsia (ANPE)

Cantina Social para os Sem-Abrigo

Fundação Luz Casanova

Crescer com cardiopatia congénita

Fundação Menudos Corazones

Incubadora com valores

Associação COM VALORES

Investigação do cancro na infância

Fundação INTHEOS

Viver melhor com doenças neuromusculares

Associação ASEMPA

Na Casa San Cristobal crescemos convosco

Fundação Montemadrid

Um trabalho, UMA VIDA

Fundação Integra

Uma vida digna no meu primeiro ano em La Pouponnière

Associação Amigos de La Pouponnière Medina-Dakar

STOP HATERS contra o bullying na internet

Associação STOP HATERS

Unindo Vidas: as suas mãos, as suas palavras contam

Fundação UNICAP

Rumo à plena inclusão: Competências digitais

Fundação Jardines de España

Se podes trabalhar, eu também... pode ajudar-me?

Federação da Síndrome de Down de Castilla la Mancha

Ajude-nos a proteger os seus pulmões

Associação Espanhola de Discinesia Ciliar Primária

Fundação da Atrofia Muscular Espinhal (FundAME)

FundAME, Fundação da Atrofia Muscular Espinhal

PROJETOS AMBIENTAIS

Os gatos de rua merecem oportunidades

Associação Gestión Felina Madrid

Cuidar da ligação homem-animal

Associação FEEL

Ajude-nos a combater o tráfico ilegal de espécies

Fundação para a Investigação em Etologia e Biodiversidade

Salve o Chanta!

BRINZAL

PROJECTOS CULTURAIS

Valorarte

Associação Laborvalia

Rugby com ilusão

Clube de Rugby Osos del Pardo

Rádio-grafia(s)

33% Cultura Sem Limites

Nesta edição, a participação atingiu 78,94%, ultrapassando os 77,2% do ano passado e demonstrando uma vez mais, não só o empenho do Cecabank no seu Plano de Ação Social, que faz parte da Política de Sustentabilidade do Grupo, mas também o de todos os seus colaboradores na promoção do bem-estar da sociedade e do seu impacto na comunidade.

Na tabela abaixo, estão listados os projetos finalistas do programa “Tú Eliges”¹⁴:

Categoria	Asociación beneficiária	Montante ajuda
Social	Fundación INTHEOS	15.000 €
Social	Asociación Española de Esclerosis Lateral Amiotrófica (adELA)	13.000 €
Social	STOP HATERS	10.000 €
Social	Fundación Luz Casanova	7.500 €
Social	Fundación Menudos Corazones	7.500 €
Social	ANPE, Asociación Nacional de Personas con Epilepsia	7.500 €
Social	Casa San Cristóbal Fundación Montemadrid	7.500 €
Social	Asociación Española de Discinesia Ciliar Primaria	5.000 €

¹⁴ O Programa Tú Eliges 2021 encontra-se no Anexo IV.

Social	Asociación ASEMPA	5.000 €
Social	Fundación UNICAP	5.000 €
Social	Fundación Emalaikat	5.000 €
Cultural	Fundación Osos del Pardo Rugby Club	3.000 €
Social	Asociación Amigos de la Pouponniere Medina-Dakar	3.000 €
Ambiental	BRINZAL	3.000 €
Cultural	33% Cultura Sin Límites	3.000 €

Em 2022, o Cecabank recebeu vários prémios pelo seu apoio e compromisso com a sociedade, incluindo o reconhecimento do Banco Alimentar como uma das empresas que se destacou pela nossa colaboração e solidariedade nos anos de maior necessidade em 2020 e 2021. A cerimónia de entrega dos prémios teve lugar nos escritórios do Banco Alimentar no mês de outubro.

Adicionalmente destacamos as seguintes iniciativas desenvolvidas em 2022:

- a. **Emergências humanitárias:** O Cecabank faz parte da rede de empresas que colaboram com o Comité de Emergência espanhol desde 2018. O Comité é pioneiro em Espanha por unir empresas, meios de comunicação social e ONG internacionais especializadas em ajuda humanitária (Aldeas Infantiles SOS, Educo, Intermón Oxfam, Médicos del Mundo, Plan Internacional e World Vision) sob uma única voz para angariar fundos em situações de emergência.

Com esta iniciativa, destacamos o alinhamento com o cumprimento do ODS 17 da agenda para 2030.

- O Comité de Emergência espanhol continua a apoiar as pessoas que fogem da Ucrânia e as que tiveram de permanecer no país através das suas seis ONG.

- As principais intervenções em torno das emergências humanitárias este ano concentraram-se em países fronteiriços como a Roménia, Polónia e Moldávia e Ucrânia. As principais áreas de trabalho foram abrigo e receção, alimentação, ajuda financeira, educação, apoio psicológico, água e saneamento, e saúde e prevenção.

- O Cecabank juntou-se a esta iniciativa do Comité de Emergência para atender às necessidades das pessoas afetadas pela guerra na Ucrânia, contribuindo com 18.560 € numa campanha especial entre os colaboradores, o que, quando somado ao mesmo montante com que o Cecabank iguala esta contribuição, elevou o montante total da ajuda para 37.120 €.

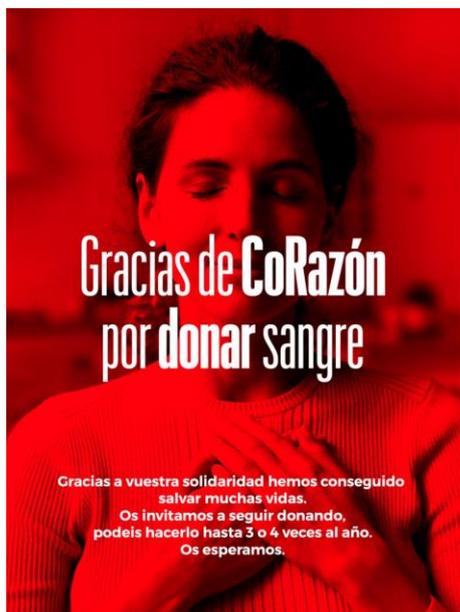
- b. **Mercado Solidário:**

O Mercado Solidário é um evento muito esperado e muito apreciado pelos colaboradores do Cecabank, convidando algumas das associações e fundações conhecidas de anos anteriores que não puderam participar no programa "Tú Eliges" este ano. Tal como noutras ocasiões, as várias associações e fundações puderam vender os seus produtos e os seus próprios produtos, que utilizam para financiar parcialmente as suas atividades. Entre as associações convidadas este ano, encontram-se a Fundação Adisli, a Fundação Esperanza y Alegría, a Fundação Bobath, a Fundação Kyrios e o Comité de Emergência espanhol.

Tanto o Mercado Solidário como a campanha de doação de sangue foram realizados durante o Dia de Solidariedade do Cecabank, aproveitando a cerimónia de entrega de prémios para o programa "Tú Eliges".

- c. **Campanha de Doação de Sangue com a Cruz Vermelha:**

No dia do Dia da Solidariedade, foi realizada uma campanha de doação de sangue entre os funcionários, com o resultado de que, de acordo com o centro de transfusão de Salud Madrid e a Cruz Vermelha, 69 vidas foram salvas.



Conseguimos

Graças a todas as pessoas que fazem parte da campanha de doação de sangue realizada no dia 28 de setembro de 2022 no CECABANK

Foram apresentadas 33 pessoas, das **quais 29 puderam dar sangue**. Estes doações vão ajudar a melhorar a vida de 87 pacientes, dado que cada doação de sangue salva 3 vidas.

Vocês são um grande exemplo de generosidade e colaboração.



- d. **Colaboração com o Banco Alimentar de Madrid:** desde a sua criação, o Cecabank tem mantido um forte compromisso com o Banco Alimentar, colaborando com esta organização patrocinando a Calle Cecabank na sua sede no Colegio San Fernando e a Avenida Cecabank no seu centro logístico. Dada a ligação e a história de colaboração entre as duas entidades desde 2020, a Calle Cecabank foi substituída pela Avenida Cecabank e a Avenida foi convertida na Praça Cecabank com o consequente orgulho e satisfação para o Cecabank. Em 2022, o Grupo continuou a colaborar neste sentido, aumentando o montante de patrocínio anual para 15.000€.
- o **Operación Kilo para o Banco Alimentar:** Paralelamente ao patrocínio da Avenida y Plaza Cecabank, o Banco Alimentar de Madrid continuou também com a campanha "Operação Kilo" - campanha de Natal -, onde os funcionários do Cecabank puderam fazer a sua compra mais solidária, favorecendo as famílias mais necessitadas da Comunidade (sem abrigo, idosos, crianças, descolaboradores, entre outros). Este ano, foi recolhido um total de 3.780 euros de colaboradores. Esta quantia foi duplicada pelo Cecabank, o que significou um donativo de um total de 7.560 euros, representando 6.804 kg de alimentos. Graças às doações de alimentos, a **Fundación Banco de Alimentar de Madrid** fornece uma refeição diária a mais de 190.000 pessoas através de 560 instituições de caridade.
- e. **Contentor de Roupa e Sapatos Madre Coraje:** Desde 2019, o Grupo põe à disposição dos colaboradores um contentor para a doação de vestuário e calçado. Em 2022, foram contabilizados mais de 290kg que supera a quantia conseguida no ano anterior. Esta associação é responsável por dar uma segunda vida aos produtos, doando-os às comunidades, vendendo-os em mercados solidários, ou fazendo a entrega a empresas externas, gerando verbas para associações sociais, educacionais e de cooperação. Esta ONG desenvolve a sua atividade principal no Peru, Moçambique e Espanha. Neste exercício 2022 foi celebrado o envio de ajuda humanitária do contentor número 500 desde o início da *Madre Coraje*.
- f. **Salas de aula de informática-TIC patrocinadas pelo Cecabank:** O Banco está empenhado na educação financeira, na digitalização e na ação social. Desde 2019, colabora com a Fundação Sanders e a Comunidade de Madrid na construção de salas de informática para este fim. Em 2022, o Cecabank contribuiu com uma doação de 22.000 euros para a manutenção e organização de cursos de formação para os grupos mais desfavorecidos destas salas de aula.

- A primeira sala de informática do Real Oratorio de Caballero de Gracia destinava-se aos idosos, imigrantes e descolaboradores.
 - A segunda sala de informática na escola da Fundação Bobath, destinada a pessoas com paralisia cerebral em vários graus, tanto crianças como adultos.
- a. **Aulas informáticas com o patrocínio do Cecabank:** A Entidade está empenhada na educação financeira, na digitalização e na ação social. Desde 2019, colabora com a Fundação Sanders e a Comunidade de Madrid na construção de salas de informática para este fim. Em 2021, o Cecabank contribuiu com uma doação de 3.000 euros para a manutenção e organização de cursos de formação para os grupos mais desfavorecidos destas salas de aula.
- A primeira aula informática no Real Oratório de Caballero de Gracia dirigida grupos de idosos, imigrantes e descolaboradores.
 - A segunda aula Informática no colégio da Fundação Bobath, dirigida a pessoas com paralisia cerebral em diversos graus, tanto crianças como adultos.
 - A terceira sala de aula de informática ou de TIC foi inaugurada na primeira metade de 2022 na Fundação Adisli, concentrando-se na formação e no fornecimento de apoio e oportunidades para pessoas com deficiências ligeiras ou inteligência limite para desenvolver os seus projetos de vida e uma rede de apoio.
 - A quarta sala de aula de informática foi inaugurada na segunda metade de 2022 na Fundação Senara, para ajudar pessoas vulneráveis. Em particular, centra-se e oferece orientação profissional e formação às mulheres e respetivas famílias, melhorando o seu equilíbrio entre a vida profissional e familiar.
 - A quinta sala de informática está prevista para abrir no primeiro trimestre de 2023 na Fundação Integra, que apoia pessoas em situação de exclusão social e com deficiência a recuperarem o controlo das suas vidas, principalmente através da colocação profissional.

Finalmente, é de notar que não foram detetados riscos relevantes em questões sociais.

Com os Direitos Humanos

O Cecabank está empenhado em operar de forma responsável, cumprindo a legislação aplicável e respeitando e apoiando os direitos humanos. Dada a natureza da sua atividade e a sua presença em Espanha e em vários países europeus através dos seus escritórios operacionais e de representação, o Grupo não identificou, portanto, quaisquer riscos significativos nestas matérias. As funções de conformidade, risco e auditoria interna asseguram que o Cecabank cumpra a legislação aplicável. O Cecabank assinou o Pacto Mundial em fevereiro de 2017 e em 2022 continuou a trabalhar para a divulgação dos seus dez princípios, baseados em questões de direitos humanos, laborais, ambientais e de anticorrupção.

Em 2020, a Entidade aderiu à "Declaração dos Líderes Empresariais para uma Cooperação Internacional Renovada" promovida pelo Pacto Global, que visa unir as empresas em prol da cooperação internacional (baseada nos Direitos Humanos) e do desenvolvimento sustentável.

Este ano 2022 enviámos brochuras de formação a todos os colaboradores sobre os 10 Princípios do Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, aproximando a Sustentabilidade de toda a empresa. Além disso, o Cecabank tem apoiado várias campanhas de direitos humanos nas redes sociais.

No dia da Assembleia Geral de junho de 2022, Sanda Ojiambo, Subsecretária-Geral das Nações Unidas e CEO do UN Global Compact, entregou os Prémios Contigo Somos+. Estes prémios reconhecem parceiros do Pacto Global que atraíram com sucesso novos membros. O Cecabank foi premiado com a insígnia de bronze, a

insígnia de bronze é entregue às empresas parceiras que conseguiram incorporar entre um e quatro membros ao Pacto Global durante um ano.

Direitos Humanos	
<p>Princípio 1 As empresas devem apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos proclamados internacionalmente dentro da sua esfera de influência.</p>	<p>O Código de Conduta Empresarial assegura o cumprimento e a defesa dos Direitos Humanos, e disponibiliza o Canal de Conduta Empresarial aos colaboradores para denunciar qualquer tipo de violação dos Direitos Humanos. Tal como nos últimos anos, em 2022, não foram recebidas queixas relativas a Direitos Humanos ou qualquer outro tipo de violação.</p> <p>As áreas de Risco e Conformidade e Auditoria Interna asseguram o cumprimento rigoroso dos regulamentos aplicáveis. A Política de Cumprimento Penal e a apresentação de relatórios de reputação às partes interessadas também asseguram o cumprimento da legislação, a devida diligência e a não-violação dos direitos humanos.</p> <p>Para mais informações, ver a secção Ética e Conformidade da EINF.</p>
<p>Princípio 2 As empresas devem certificar-se de que as suas empresas não são cúmplices de violações dos direitos humanos</p>	
Regras de Trabalho	
<p>Princípio 3 As empresas devem defender a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva.</p>	<p>As pessoas que prestadoras de serviços ao Cecabank são o seu principal trunfo. Por este motivo, são desenvolvidas várias políticas e iniciativas para promover a integridade física e o respeito entre as pessoas, a saúde e segurança no trabalho, o desenvolvimento profissional, a igualdade de oportunidades e o tratamento não discriminatório, entre outros</p> <p>A organização do trabalho do Cecabank baseia-se na convenção coletiva de trabalho para caixas económicas e instituições financeiras, melhorando contratualmente as condições e aplicando medidas compensatórias aos colaboradores com condições especiais.</p> <p>O Cecabank tem um Plano para a Igualdade entre mulheres e homens e reconciliação da vida familiar e profissional. Inclui também um Protocolo de ação em caso de queixa de assédio no trabalho, assédio sexual e assédio com base na relação sexual no Cecabank.</p> <p>O Cecabank tem o Certificado EFR (Empresa Familiarmente Responsable) concedido pela Fundação Másfamilia, renovado em 2022.</p> <p>O Cecabank tem um Plano para a Igualdade entre mulheres e homens e conciliação da vida familiar e profissional. Inclui também um Protocolo de ação em caso de queixa de bullying no trabalho, assédio sexual e assédio por questões de género no Cecabank.</p> <p>Para mais informações, consultar a Secção de Gestão de pessoas na secção de Conciliação e Igualdade.</p>
<p>Princípio 4 As empresas devem apoiar a eliminação de todas as formas de trabalho forçado e coagido.</p>	
<p>Princípio 5 As empresas devem apoiar a eliminação do trabalho infantil</p>	
<p>Princípio 6 As empresas devem apoiar a abolição da discriminação em matéria de emprego e profissão.</p>	

Ambiente

<p>Princípio 7 As empresas devem manter uma abordagem preventiva que favoreça o ambiente</p>	<p>O Cecabank promove uma gestão responsável e sustentável dos recursos materiais e a eficiência.</p> <p>A Entidade tem implementado um Sistema de Gestão de Energia em conformidade com a norma ISO 50001, assegurando uma melhoria contínua na gestão de energia através da instalação de tecnologias para reduzir o consumo e as energias renováveis.</p> <p>O Grupo tem reduzido progressivamente as suas emissões de carbono nos últimos anos. Além disso, em 2020 e 2021, o Cecabank compensou a sua pegada de carbono através de vários projetos de reflorestação, tanto a nível nacional como internacional. Para mais informações, ver a secção Planeta Pegada de Carbono e Gestão Ambiental.</p>
<p>Princípio 8 As empresas devem encorajar iniciativas que promovam uma maior responsabilidade ambiental.</p>	
<p>Princípio 9 As empresas devem encorajar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias amigas do ambiente.</p>	
<p>Anticorrupção</p>	
<p>Princípio 10 As empresas devem trabalhar contra a corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno.</p>	<p>Para além do Código de Conduta, que incorpora aspetos relacionados com a prevenção da corrupção e suborno, o Cecabank foi certificado pela AENOR em 2022 de acordo com a Norma de Cumprimento Penal UNE 19601. A empresa também tem procedimentos em vigor para a Prevenção e Branqueamento de Capitais Para mais informações, consultar a Secção 07. Questões anticorrupção e anti-suborno.</p>

3. Planeta

O Cecabank está firmemente empenhado em operar responsavelmente com o seu ambiente, trabalhando sob o princípio da precaução e atenuando o impacto ambiental, tanto na sua atividade como na sua esfera de influência.

A Política de Sustentabilidade do Cecabank reflete este compromisso, procurando uma gestão responsável e sustentável dos recursos materiais, promovendo a eficiência na sua utilização.

A proteção ambiental é um dos quatro blocos de ação do Cecabank no seu Plano de Sustentabilidade 2022-2024, aprovado pelo Conselho de Administração do Banco.

O módulo de trabalho Planeta incorpora a linha de ação "Alterações climáticas e gestão ambiental", compreendendo 9 ações a serem realizadas no horizonte estratégico e cujo objetivo é duplo:

- Avançar nas melhores práticas e responder aos compromissos assumidos em termos de pegada de carbono e de riscos e objetivos relacionados com o clima.
- E alcançar a máxima eficiência na gestão dos impactos ambientais diretos.

Este novo Plano deu maior proeminência a estes aspetos a fim de abordar não só o nosso impacto direto, mas também o derivado da nossa atividade. O Comité de Sustentabilidade assegura o cumprimento dos princípios estabelecidos nesta área, bem como a conformidade com as ações estabelecidas no Plano.

3.1. Pegada de carbono e gestão dos aspetos relacionados com o clima

O Cecabank tem vindo a calcular e a gerir a sua pegada de carbono desde 2017. Todos os anos, a entidade elabora o inventário de emissões de gases com efeito de estufa (GEI), tendo em conta os âmbitos 1, 2 e 3. Este inventário é verificado por um terceiro independente (Aenor), que emite o seu relatório de emissões em conformidade com a norma de referência ISO 14064.

Em 2022, a entidade trabalhou na adaptação do cálculo aos requisitos da nova norma ISO 14064-1:2018 (versão oficial, em espanhol, da norma europeia EN ISO 14064-1:2019), que propõe uma nova categorização das emissões indiretas, bem como a realização de um estudo de materialidade, para identificar as categorias de emissões que são significativas para a entidade. A entidade calculou as suas emissões 2021 com base nestes novos requisitos, obtendo o correspondente relatório de verificação da Aenor. Além disso, em 2022, a entidade realizou um curso de formação sobre o cálculo da pegada de carbono, no qual participaram representantes dos departamentos envolvidos no cálculo, redução e supervisão destes aspetos.

Os resultados estimados do cálculo das emissões de 2022 para as categorias 1 e 2 são apresentados abaixo. Este cálculo baseia-se na informação disponível à data de apresentação do presente relatório. No entanto, a entidade efetuará o cálculo completo da sua pegada nos próximos meses, publicando o seu relatório de emissões verificadas no decurso do ano.

Emissões (tCO ₂ eq) ¹⁵	2021 ¹⁶	2022
Alcance 1	42,41	103,42
Alcance 2	0,0	0,0

¹⁵ A entidade utiliza a abordagem de mercado para o cálculo das suas emissões.

¹⁶ As emissões para 2021 (âmbito 1 e 2) foram modificadas a partir do EINF 2021. O Cecabank calcula a sua pegada de carbono com base nos três âmbitos, atualizando os fatores de emissão e verificando a sua pegada de carbono em conformidade com a norma ISO 14064-1:2018 (versão oficial, em espanhol, da norma europeia EN ISO 14064-1:2019). Este cálculo foi verificado em setembro pela AENOR.

O aumento das emissões do alcance 1 em 2022 deve-se a uma fuga de gás refrigerante numa unidade de ar condicionado. A entidade reviu e adaptou a instalação para que esta se encontre num estado ótimo.

Desde que a entidade começou a calcular este indicador em 2017, o volume de emissões diminuiu drasticamente (1.274 tCO₂eq em 2017 para 103,42 tCO₂eq na estimativa de 2022, para o Âmbito 1+2). Isto deve-se a vários fatores, entre os quais destacamos:

- Medidas de redução do consumo levadas a cabo durante o ano. A organização tem um sistema de Gestão de Energia certificado de acordo com a norma ISO 50001:2018, através do qual são geridos planos de redução de emissões.
- Contratação de eletricidade verde com certificação de energia renovável. Como sinal do seu compromisso de redução de emissões, o Cecabank compra toda a sua eletricidade com um Certificado de Origem (renovável), tanto para centros de processamento de dados como para edifícios corporativos.
- Fomento de bons hábitos entre os colaboradores através de ações de formação.

A par desta redução, o Grupo complementa o seu compromisso com ações de compensação. Desde 2020, o Cecabank tem participado em projetos de compensação com várias entidades. O Cecabank compensou as suas emissões de 2021 através de dois projetos:

- As emissões de âmbito 1 e 2, num total de 43 tCO₂eq, foram compensadas a nível nacional, através de um projeto de reflorestação na Serra de Gredos (Ávila), especificamente no projeto de reflorestação de áreas ardidas de Iruelas.
- As restantes emissões, equivalentes ao âmbito 3 (145 tCO₂), foram compensadas internacionalmente, através de um projeto para a Conservação da Amazónia em Madre de Dios, no Peru.

Com estas ações, o Cecabank reforçou o seu compromisso com o ODS 13 (Ação Climática) e o ODS 15 (Vida dos Ecossistemas Terrestres).

As ações de gestão da pegada de carbono do banco são acreditadas com o selo "Eu calculo, reduzo e compenso" concedido pelo Gabinete Espanhol de Alterações Climáticas do Ministério para a Transição Ecológica e o Desafio Demográfico. Em 2022, o Cecabank obteve esta acreditação para os anos 2017 a 2021.



O Cecabank também aderiu ao "Compromisso Coletivo de Ação Climática", promovido pela UNEP FI e em linha com o Acordo de Paris, no qual se comprometeu a reduzir a pegada de carbono da carteira. Em 2022, o Grupo fez progressos nesta área. Para tal, o Cecabank criou um grupo de trabalho interno, que reúne as

¹⁷ Deslocações dos colaboradores de casa para o trabalho e resíduos (RAEEs).

¹⁸ Em processo de cálculo.

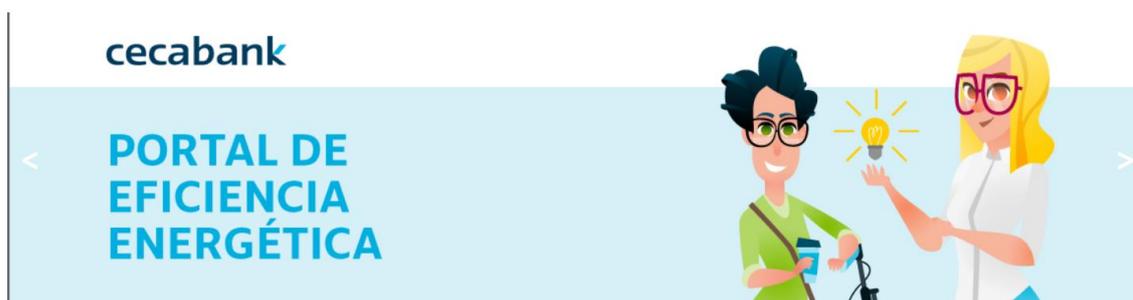
áreas de Finanças, Risco, Planeamento e Sustentabilidade, para responder a este compromisso e fazer progressos na medição e cálculo das emissões. Este trabalho é realizado com base na metodologia PCAF, uma norma de referência no setor financeiro, que concentra os seus esforços no cálculo das emissões associadas à carteira de crédito. É de notar que, na atividade do Cecabank, a carteira de créditos não representa uma percentagem significativa. No entanto, o Grupo também procura fazer progressos nas suas carteiras de rendimento fixo e de ações.

3.2. Gestão ambiental no Cecabank

Desde 2018, o Cecabank dispõe de um Sistema de Gestão de Energia em conformidade com a norma UNE/ISO 50001:2011 para os edifícios corporativos onde opera. Em 2020 adaptou-se à norma UNE/ISO 50001:2018, em 2021 a entidade obteve a renovação da certificação até 2024 e em setembro de 2022 a primeira auditoria de acompanhamento foi realizada pela Aenor, cujo resultado foi favorável, o que significa que a certificação foi mantida.

O Cecabank tem uma política energética através da qual fornece um quadro para estabelecer e rever os objetivos e metas de poupança e eficiência energética que a empresa empreende. Este documento é promovido e dirigido pela direção e diz respeito a todos aqueles, colaboradores ou não, que exercem as suas atividades dentro das instalações do banco.

Para reforçar este compromisso, os funcionários do Cecabank recebem formação obrigatória em gestão eficiente da energia. Além disso, são realizadas ações de sensibilização através do guia de Boas Práticas de Utilização de Energia ou através do Portal do Empregado onde se encontra o Portal de Eficiência Energética, mostrando as melhores práticas, desempenho energético e certificados.



O Grupo tem levado a cabo gradualmente ações relacionadas com a medição e monitorização do consumo. Estas medidas permitem uma melhor gestão e otimização dos recursos energéticos. Desta forma, o Grupo dispõe de analisadores de consumo, uma ferramenta que facilita a gestão do consumo de energia de forma simples e automatizada (SMARKIA) e tem trabalhado na otimização do sistema de controlo e gestão de indicadores.

O sistema de gestão de energia implementado no banco baseia-se no princípio da melhoria contínua. Desta forma, o Cecabank estabelece objetivos e metas anuais. Para o período 2022-2023, o banco definiu os seguintes objetivos: Autoconsumo de eletricidade de fontes renováveis através da instalação de painéis solares fotovoltaicos.

- Redução de 1% no consumo de ar condicionado elétrico no edifício da C/Alcalá. Tendo conseguido por fim a obtenção de uma poupança global de eletricidade de 6%.
- Redução de 10% no consumo de CPDs (Centros de Processamento de Dados).



Em seguida, apresenta-se a evolução dos principais indicadores ambientais:

	Consumos edificios	Ano	
		Unidade de medida	2021
Energia (Eletricidade) ¹⁹	GJ	6.204	6.193
Energia (Gás Natural) ²⁰	GJ	968	973
Papel (Ecológico- Ecolabel)	Kg	6.000	7.645
Água	M3	2.132	1.347

A redução do consumo de gás e eletricidade permanece constante, especialmente tendo em conta a ocupação variável dos edifícios. Os esforços da entidade para melhorar o seu desempenho ambiental resultaram numa redução anual no consumo de energia e água.

No que diz respeito ao consumo de água, continua a ser prosseguida uma política de melhoria do desempenho, que inclui a recolha e análise do consumo. Em resultado disto, foi detetada uma avaria no contador, que já foi comunicada à empresa fornecedora e está a aguardar substituição.

No que diz respeito ao consumo de papel, houve um ligeiro aumento do número de pacotes DIN-A4 80 g, DIN-A4 100 g, DIN-A3 80 g e DIN-A3 100 g consumidos, como resultado do regresso à utilização presencial nos escritórios. O Grupo continua com o seu programa Papel 0, que apela a todos os departamentos para que não imprimam documentos em papel e digitalizem informação para reduzir o consumo e a reciclagem de papel.

Por outro lado, o Grupo também tenta reduzir o impacto ambiental através de processos de recolha de resíduos, diferenciando o papel e cartão, vidro e resíduos perigosos, entre outros, que são recolhidos por

¹⁹ O link para a conversão do consumo energético das emissões indiretas como consequência do consumo elétrico da Entidade é “Fatores de emissão - Ministério para a Transição Ecológica” https://www.miteco.gob.es/es/cambio-climatico/temas/mitigacion-politicas-y-medidas/factoresemission_tcm30-479095.pdf

²⁰ O link para a conversão do consumo energético das emissões diretas procedentes do consumo de gás natural da Entidade é “Fatores de emissão - Ministério de Transição Ecológica” https://www.miteco.gob.es/es/cambio-climatico/temas/mitigacion-politicas-y-medidas/factoresemission_tcm30-479095.pdf

entidades externas autorizadas e levados para instalações especializadas. Em 2022, o Cecabank mudou de fornecedor para a gestão de resíduos com uma classificação mais precisa na fonte.

Resíduos produzidos (toneladas)

	2021	2022
Papel e Cartão	9,41	27,10
Mistura	9,88	19,10
RAEE (resíduos com componentes perigosas)	1,85	4,06
Construção e demolição	-	46,38

Os RAEE são equipamentos elétricos e eletrônicos, uma pequena parte dos quais inclui resíduos perigosos. Além disso, o Cecabank gera resíduos de toner, que em 2022 totalizavam 15 unidades.

Em 2022, o Cecabank procedeu a remodelações interiores dos seus escritórios que geraram quantidades significativas de resíduos de construção e demolição. A gestão das obras incluiu a reutilização de muitos materiais existentes para minimizar o impacto dos resíduos. Por exemplo, todas as cadeiras existentes foram remodeladas para evitar que se tornassem resíduos.

4. Prosperidade

Os nossos conhecimentos financeiros, tecnológicos e empresariais ao serviço dos nossos clientes

4.1. Os nossos clientes

Os clientes são a chave para o negócio do Cecabank. O Grupo concentra o seu modelo na resposta às suas expectativas, apoiando os seus objetivos de negócio e construindo relações duradouras. Este modelo baseia-se na transparência e no diálogo contínuo com os clientes, para detetar as suas prioridades e necessidades, bem como em pilares tais como:

Qualidade e excelência	Especialização e expertise no conhecimento	Inovação e desenvolvimento digital
No Cecabank, a cultura de foco no cliente e de melhoria contínua permeia toda a organização.	O Cecabank tem o melhor talento, com um elevado grau de especialização, para oferecer serviços de alto valor acrescentado.	O Grupo procura oferecer soluções inovadoras que respondam às necessidades dos seus clientes atuais e potenciais.

Estes pilares permitem ao Grupo construir lealdade e atrair novos clientes. Em 2022, o Cecabank prestou serviços a mais de 300 clientes, incluindo instituições financeiras tradicionais e novos intervenientes, gestores de investimento e empresas de serviços de investimento, grandes empresas, gestores de capital de risco, companhias de seguros, empresas e agências de títulos, Fintech e administrações públicas com uma gama diferenciada de serviços.

A fim de maximizar as oportunidades de negócio, o Plano Estratégico 2022-2024 do Cecabank estabeleceu a diversificação de receitas como um dos seus objetivos, entendido a partir de diferentes perspetivas: negócios, clientes e segmentos. Esta diversificação permite ao banco ser resistente aos ciclos económicos e isto tem sido demonstrado ao longo dos últimos dez anos, desde que a formação do Grupo.

Todos os anos, a entidade define os seus objetivos comerciais, integrando-os na monitorização do Plano Estratégico e na sua monitorização pela direção. O Grupo tem um Comité de Estratégia e um Comité Comercial que monitorizam mensalmente o cumprimento dos objetivos comerciais e são, por sua vez, responsáveis por comunicar a sua evolução ao Comité de Gestão e ao Conselho de Administração.

O Grupo tem também um Comité de Novos Produtos, que é responsável por analisar novas iniciativas, avaliando se estas podem ser incorporadas na carteira de serviços do Cecabank.

Diversificação de negócios

No final de 2022, a contribuição da margem bruta das 4 linhas de negócio “core” do Grupo mostra uma imagem diversificada das receitas de serviços.

- Securities Services: 50%
- Tesouraria: 27%
- Pagamentos: 12%
- Plataformas tecnológicas: 7%

NOTA: Restantes (Serviços associativos e outros): 4%

Diversificação de clientes

A aquisição de novos clientes entre 2017 - 2022 foi muito significativa, com mais de 250 novos clientes no período. Isto compensou a saída de clientes, especialmente devido à reestruturação do sector. A repartição por ano é apresentada a seguir:

	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Novos clientes ²¹	39	50	34	51	47	42

Diversificação de segmentos

A carteira de clientes do Cecabank está dividida em 4 sectores de atividade, nos quais a distribuição de clientes e oportunidades é monitorizada.

- Setor de poupança: entidades associadas ao CECA.
- Bancos: tanto nacionais, como internacionais.
- Empresas de gestão, companhias de seguros e empresas de serviços de investimento (ESIs).
- Restantes: inclui o setor público, corporates, instituições financeiras não tradicionais, ...

A fim de estabelecer relações duradouras com os seus clientes, o Cecabank concentra-se em estabelecer acordos a longo prazo.

²¹ Um novo cliente é definido como um cliente que não teve qualquer relação com o Cecabank nos últimos três anos.

Em 2022, o Grupo continuou a focar o trabalho em quatro áreas principais:

- **Sistemas de Gestão da Qualidade:** manutenção e implementação de sistemas de gestão para melhoria contínua nas áreas em que a certificação proporciona um valor diferencial.

Durante 2022, a certificação de Títulos e Depósitos foi renovada até janeiro de 2026 e a certificação de Cobranças e Pagamentos foi mantida sob os critérios da norma ISO 9001:2015. Por outro lado, nas áreas certificadas ao abrigo da norma ISO 9001:2015, a melhoria contínua e o desenvolvimento de princípios, para além do cumprimento dos requisitos da própria norma, bem como a simplificação dos fluxos de trabalho e a adoção de metodologias ágeis, foram ainda mais desenvolvidos.

- **Projeto de qualidade objetiva:** definição e análise de indicadores objetivos em serviços com impacto nos clientes para medir a qualidade objetiva e compará-la com a perceção do cliente.

Este indicador foi incorporado em 2022 para monitorização por parte da Alta Direção.

- **Medição e Análise da Voz do Cliente:** para compreender as suas necessidades e expectativas, de forma que estas sejam tidas em conta na tomada de decisões.

Em 2022, foi implementada uma nova ferramenta para a realização de inquéritos e preparação e distribuição de relatórios, que permite a máxima precisão na obtenção e apresentação de informação.

- **Planos de melhoramento:** destinados a alcançar os objetivos estratégicos da entidade em termos de lealdade dos clientes e o estabelecimento de relações a longo prazo:

- Melhorar a qualidade dos processos.
- Melhorar a experiência dos clientes.

Ao longo de 2022, o modelo de medição da experiência do cliente foi ainda mais integrado com a definição e monitorização de planos de melhoramento perfeitamente adequados a cada serviço.

O índice de satisfação, o índice de recomendação e a predisposição para continuar a confiar no Cecabank em novas soluções são mostrados abaixo:

	Satisfação no geral (Média 0-10)	NPS	Probabilidade de continuar a contratar (% de clientes que classificam de 8 a 10)
2021	8,4	62	81%
2022	8,5	52	81%

O Cecabank tem um de Serviço ao Cliente²². Tal como em 2021, em 2022 o banco recebeu uma queixa, que não foi admitida para processamento, uma vez que não era da sua competência.

²² De acordo com a Ordem ECO/734/2004 de 11 de março, sobre Departamentos ou Serviços de Atendimento ao Cliente e sobre o Provedor do Cliente das instituições financeiras.

4.2. Financiamento sustentável

O Cecabank está consciente do seu papel no setor financeiro e nas finanças sustentáveis. Como banco grossista e tal como estabelecido no plano de sustentabilidade, o nosso objetivo nesta área é acompanhar os nossos clientes no seu processo de transformação para um modelo de financiamento sustentável.

O Plano Estratégico 2022-2024 do Banco estabeleceu o ESG como um vetor de crescimento. Esta medida está também contemplada no Plano de Sustentabilidade do banco, que estabelece o Comité de Sustentabilidade, no qual as empresas do banco estão integradas, como o órgão responsável pela identificação e monitorização de iniciativas. O Comité de Sustentabilidade comunica as suas conclusões ao Comité de Estratégia.

Desta forma, acompanhamos de perto os desenvolvimentos regulamentares e trabalhamos em conjunto com os nossos clientes para compreender as suas necessidades e procurar soluções que possam satisfazer as suas necessidades financeiras sustentáveis.

Na área das finanças sustentáveis, o Cecabank oferece uma gama de serviços:

- No ramo dos Securities Services, cabe destacar os serviços de:

Em 2022, comunicámos mais de 3.200 reuniões em 73 países dos cinco continentes e comercializámos com sucesso mais de 11.000 instruções de voto.

- Verificação ISR dos fundos: O Cecabank, no seu papel de depositário, verifica que os veículos financeiros que são SRI e que estão sob a sua supervisão cumprem realmente os níveis de investimento socialmente responsável que lhes correspondem, proporcionando ao cliente final a certeza de que estão realmente a aceder a um produto de SRI. Para realizar este controlo, o Cecabank criou um ecossistema juntamente com os principais fornecedores de informação financeira, especializados na área e no controlo dos critérios do ISR.

No final do ano 2022, os ativos dos fundos depositados no banco que promovem características ambientais ou sociais, ou que se destinam a investimentos sustentáveis, excedem os 70.000 milhões de euros. Para estes últimos, o peso do ativo total dos veículos depositados no Cecabank no final do ano, de acordo com a classificação estabelecida pelo SFDR (Sustainable Finance Disclosure Regulation, pelas suas siglas em inglês), é apresentado a seguir [1]:

Artigo 8	Artigo 9
Promover iniciativas sociais e ambientais a par de objetivos de desempenho tradicionais	Produtos de investimento com objetivos explícitos de sustentabilidade.
33%	1%

- No ramo da tecnologia, o Grupo incorpora aspetos do ESG para melhorar os serviços ao cliente:
 - Cecabank dispõe assim de uma solução de faturação eletrónica que permite eliminar as faturas em papel e gerar eficiências significativas tanto para o próprio banco como para os clientes da solução. A solução do Cecabank gera e armazena mais de 2,5 milhões de faturas por mês, 30 milhões por ano.
 - A solução de assinatura digitalizada do Cecabank proporciona segurança jurídica para a assinatura digital de contratos em filiais, substituindo o papel por uma solução em que

o cliente assina num tablet que digitaliza o processo. A solução é implementada em mais de 50% das sucursais do sistema financeiro em Espanha, assim como em aproximadamente 15% do setor dos seguros.

- O Cecabank iniciou recentemente um projeto para a digitalização de cartões num dos maiores retalhistas em Espanha. A solução já passou a fase piloto e está a ser implementada a nível nacional.
- No ramo financeiro, o Grupo incorpora os critérios do ESG nas suas operações. Deste modo:
 - o Em 31 de dezembro de 2022, o Cecabank detinha 18 posições obrigacionistas ESG (Environmental, Social & Governance) no valor de 150 milhões de euros. Isto representa um aumento de 33% em relação ao final de 2021, quando o banco detinha posições no valor de 113 milhões de euros.
 - o Cecabank é membro da Rede Europeia de Distribuidores Primários (Primary Dealer Network) a partir de 2021. As primeiras emissões da UE em que participou foram as macro emissões de dívida que financiam o Fundo de Recuperação da Próxima Geração da UE, o pacote de ajuda de 750 mil milhões de euros para a transformação económica, ecológica e digital da Europa.
 - o A fim de formalizar o seu compromisso com o financiamento sustentável, o Grupo vai trabalhar na sua política de investimento responsável ao longo de 2023, tal como estabelecido no Plano de Sustentabilidade.

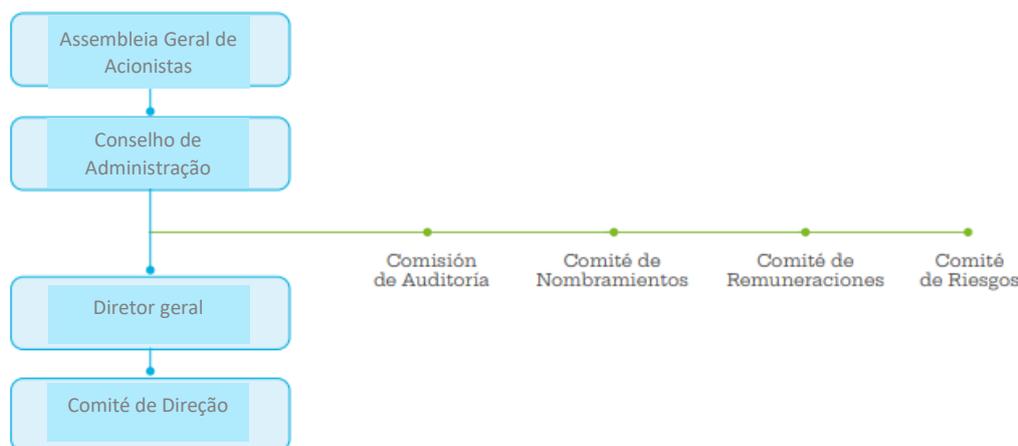
5. Governance

Bom governance como uma marca distintiva da identidade do Cecabank. O nosso compromisso com as nossas partes interessadas baseia-se num modelo sólido de governance que nos permite manter relações duradouras baseadas na confiança.

5.1. Boa gestão societária

A gestão societária do Cecabank consiste num conjunto de regras, princípios e políticas que regulam a composição, estrutura e funcionamento dos órgãos sociais (a Assembleia Geral de Acionistas, o Conselho de administração e os seus comités), que são revistos e/ou atualizados periodicamente para se adaptarem às melhores práticas nacionais e internacionais.

Órgãos diretivos



A **Assembleia Geral de Acionistas** do Cecabank é o órgão máximo de representação e participação dos acionistas do Banco. Em 31 de dezembro de 2022, a carteira de acionistas do Cecabank é composta pelas seguintes entidades:

Entidade	N.º de ações	% de participação
CECA	100.000.000	89,08 %
CaixaBank, S.A.	5.907.921	5,26 %
Kutxabank, S.A.	1.352.325	1,20 %
Unicaja Banco, S.A.	2.188.398	1,95 %
Ibercaja Banco, S.A.	765.561	0,68 %
Abanca Corporación Bancaria, S.A.	712.677	0,63 %
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	644.683	0,57 %
Banco Sabadell, S.A.	574.171	0,51 %
C.A. y M.P. Ontinyent	57.920	0,05 %
Caixa D'Estalvis de Pollença	52.884	0,05 %

O Cecabank é administrado, gerido e representado pelo seu Conselho de Administração. O Conselho de Administração tem amplos poderes para a administração do Grupo e, exceto em matérias reservadas à competência da Assembleia Geral de Acionistas, em conformidade com as disposições da legislação aplicável e dos Estatutos, é o órgão de decisão mais elevado e é responsável pelos riscos assumidos pela Entidade.

O Conselho de Administração do Cecabank é composto pelo número de membros nomeados pela Assembleia Geral, que, de acordo com os regulamentos aplicáveis às sociedades de capitais, não pode ser inferior a cinco ou superior a quinze. A Assembleia Geral de Acionistas realizada a 29 de março de 2022 decidiu, entre outros assuntos, fixar em dez o número de membros do Conselho de Administração.

Não houve alterações na composição do Conselho de Administração durante o exercício financeiro de 2022. A 31 de dezembro, o Conselho de Administração era composto por dez membros, dos quais cinco são administradores proprietários, quatro são administradores independentes e um é administrador executivo.

O Conselho de Administração realizado em abril de 2022 decidiu nomear o Administrador Diretor executivo, Sr. José María Méndez, como Diretor Geral do Grupo. Esta nomeação não implicou uma mudança significativa, uma vez que ele já ocupava o cargo de diretor executivo com amplos poderes que lhe foram concedidos.

Deste modo, o Conselho Administrativo é formado pelos seguintes membros em 31 de dezembro de 2022;

○ **Composição**

- D. Manuel Azuaga Moreno: Presidente (Administrador)
- D. Javier Pano Riera: vicepresidente (Administrador)
- D. José M^a Méndez Álvarez-Cedrón: Diretor Geral (Executivo)
- D. Francisco Javier García Lurueña: Vocal (Administrador)
- D. Francisco Botas Ratera: Vocal (Administrador)
- D. Víctor Manuel Iglesias Ruiz: Vocal (Administrador)
- D^a. María del Mar Sarro Álvarez: Vocal (Independente)

- D. Santiago Carbó Valverde: Vocal (Independente)
 - D^a. Julia Salaverría Monfort: Vocal (Independente)
 - D^a. Carmen Motellón García: Vocal (Independente)
 - D. Fernando Conlledo Lantero: Secretário não-diretor
- **Reuniões e assistência:** Durante o ano 2022, o Conselho de Administração realizou onze reuniões, todas elas ordinárias, de acordo com as disposições do seu Plano de Trabalho. Em termos de participação nas reuniões, 94% dos seus membros assistiram, atingindo 100% de presenças, incluindo procurações de presença e voto.

Além disso, em conformidade com os regulamentos que regem as sociedades de capitais e a regulamentação, supervisão e solvabilidade das instituições de crédito, o Cecabank criou quatro comités, com os seus poderes de supervisão e aconselhamento, que assistem o Conselho no exercício das suas competências. Estes comités são o Comité de Auditoria, o Comité de Nomeações, o Comité de Remunerações e o Comité de Risco.

São constituídos inteiramente por administradores não executivos, em conformidade com as disposições dos regulamentos para cada um deles e com as funções estabelecidas nos seus respetivos regulamentos de funcionamento.

De acordo com as disposições dos respetivos regulamentos, as comissões desempenham, entre outras, as seguintes funções:

- **Comité de Auditoria:**

- **Funções:** entre outras, supervisiona e avalia a eficácia dos sistemas de controlo interno, auditoria interna e gestão de riscos da entidade, bem como supervisiona o processo de preparação e apresentação das informações financeiras obrigatórias e de apresentação de recomendações ou propostas ao órgão de gestão, destinadas a salvaguardar a sua integridade.
- **Composição:**
 - D^a. María del Mar Sarro Álvarez: Presidente (Independente)
 - D. Santiago Carbó Valverde: Vocal (Independente)
 - D^a. Carmen Motellón García: Vocal (Independente)
 - D. Francisco Botas Ratera: Vocal (Administrador)
 - D. Víctor Iglesias Ruiz: Vocal (Administrador)
 - D. Fernando Conlledo Lantero: Secretário não membro
- **Reuniões e Assistência:** Durante o ano 2022, o Comité de Auditoria realizou seis reuniões, todas elas ordinárias, de acordo com as disposições do seu Plano de Trabalho. Em termos de participação nas reuniões, 90% dos seus membros assistiram, atingindo 100% de presenças, incluindo procurações de presença e voto.

- **Comité de Riscos:**

- **Funções:** entre outros, aconselha o Conselho de Administração na fixação e controlo dos níveis de tolerância ao risco da entidade e avalia a aplicação desta estratégia pela direção e os seus resultados, bem como examina e analisa periodicamente a solvência, liquidez e, em geral, a situação de risco da entidade.

- **Composição:**
 - D^a. Carmen Motellón García: Presidente (Independente)
 - D^a. Julia Salaverría Monfort: Vocal (Independente)
 - D^a. María del Mar Sarro Álvarez: Vocal (Independente)
 - D. Francisco Javier García Lurueña: Vocal (Administrador)
 - D. Víctor Manuel Iglesias Ruiz: Vocal (Administrador)
 - D. Fernando Conlledo Lantero: Secretário não membro
- **Reuniões e Assistência:** durante o ano 2022, o Comité de Riscos realizou cinco reuniões, todas elas ordinárias, de acordo com as disposições do seu Plano de Trabalho. Em termos de participação nas reuniões, registou-se 100% de presenças dos seus membros.
- **Comité de Remunerações**
 - **Funções:** entre outros, aconselha o Conselho de Administração sobre as políticas de remuneração da entidade (políticas de remuneração de diretores e quadros superiores), e o alinhamento destas políticas com a manutenção dos níveis de tolerância de risco.
 - **Composição**
 - D. Santiago Carbó Valverde: Presidente (Independente)
 - D^a. María del Mar Sarro Álvarez: Vocal (Independente)
 - D. Francisco Botas Ratera: Vocal (Administrador)
 - D. Fernando Conlledo Lantero: Secretario não membro
 - **Reuniões e Assistência:** durante o ano 2022, o Comité de Remunerações realizou três reuniões, todas elas ordinárias, de acordo com as disposições do seu Plano de Trabalho. Em termos de participação nas reuniões, registou-se 100% de presenças dos seus membros a contar com as procurações de assistência e voto
- **Comité de Nomeações**
 - **Funções:** entre outras coisas, aconselha o Conselho sobre os candidatos a cargos vagos no Conselho de Administração, bem como avalia o equilíbrio de conhecimentos, competências, diversidade e experiência no Conselho e a idoneidade dos membros do Conselho.
 - **Composição**
 - D^a. Julia Salaverría Monfort: Presidente (Independente)
 - D. Santiago Carbó Valverde: Vocal (Independente)
 - D. Javier Pano Riera: Vocal (Administrador)
 - D. Francisco Javier García Lurueña: Vocal (Administrador)
 - D. Fernando Conlledo Lantero: Secretario não membro

- **Reuniões e assistência:** durante o ano 2022, o Comité de Nomeações realizou cinco reuniões, todas elas ordinárias, de acordo com as disposições do seu Plano de Trabalho e uma reunião extraordinária. Em termos de participação nas reuniões, registou-se 94% de presenças dos seus membros, e 100% de assistência a contar com as procurações de assistência e voto.

Detalhes completos da composição, funções e funcionamento da Assembleia Geral de Acionistas, do Conselho de Administração e dos Comités podem ser encontrados tanto nos Estatutos como no regulamento de funcionamento, que estão disponíveis na secção "informação corporativa" do website do Cecabank²³.

Plano de Formação

O Plano de Formação em 2022 foi composto por um total de oito sessões, três das quais foram sessões de formação, dadas por peritos externos e com a duração aproximada de uma hora cada, e as outras cinco foram sessões de indução, todas elas dadas por executivos do Grupo e com duração aproximada de trinta minutos. Para além do Plano de Formação, é de notar que durante as reuniões do Conselho de Administração, são dedicados cerca de trinta minutos a explicar todos os novos desenvolvimentos na esfera reguladora e a acompanhar projetos reguladores que, tanto a nível nacional como europeu, podem afetar o sector bancário e financeiro.

A este respeito, como parte da documentação enviada aos administradores antes de cada reunião, é fornecido um documento denominado "panorama regulamentar", que inclui todos os regulamentos sectoriais aprovados durante o mês, bem como o acompanhamento dos projetos regulamentares.

No total, o número de horas dedicadas pelos administradores ao plano anual de formação regulamentar do Cecabank é de onze horas. A percentagem de participação dos administradores nas sessões de formação e indução do plano anual de formação do conselho foi de 88%.

Em termos de presença nas reuniões do conselho, 94% dos membros do conselho assistiram, atingindo 100% de presença, incluindo a votação por procuração. Deve também acrescentar-se que os administradores do Grupo são, por sua vez, membros dos Conselhos de Administração de outras entidades e que, por sua vez, também recebem os seus respetivos planos de formação.

Plan de formación 2022

Sesiones formativas

3 de 60 min

Sesiones de introducción

5 de 30 min

Reuniones Panorama regulatorio

11 de 30 min

Asistencia Consejeros a plan formativo

88%



Asistencias a las reuniones del Consejo

Miembros

94%

Delegaciones y voto

100%

²³ <https://www.Cecabank.es/>

Política de Idoneidade

Ao aplicar a Política de Idoneidade, o Cecabank reconhece o valor da diversidade na composição do Conselho de Administração e a importância de ter administradores capazes de contribuir com diversos pontos de vista, perspectivas, competências, experiência e antecedentes profissionais, tanto em debates no âmbito do Conselho como nos seus processos de tomada de decisões, o que, em última análise, conduz a uma melhoria das decisões do Conselho.

A este respeito, o Cecabank incentiva a diversidade no Conselho de Administração, para que a sua composição reflita um grupo diversificado, tendo em conta a estrutura do grupo CECA-Cecabank, no qual o acionista maioritário é o CECA.

No processo de seleção dos membros do Conselho de Administração, é feito um esforço, na medida do possível, para incorporar uma vasta gama de qualidades e competências, a fim de alcançar uma diversidade de pontos de vista e experiências e promover opiniões independentes e a tomada de decisões sólidas dentro do Conselho de Administração. Para o efeito, são tidos em conta, entre outros, os seguintes aspetos de diversidade: perfil académico e profissional, idade e sexo.

No que respeita ao género, o Cecabank assegura que o princípio da não discriminação e igualdade de tratamento seja respeitado nos processos de seleção e avaliação, que não sofram de preconceitos implícitos que impeçam a seleção das mulheres, e que sejam adotadas medidas para incluir entre os potenciais candidatos, mulheres que correspondam aos perfis profissionais procurados.

Por outro lado, a figura do administrador independente é considerada essencial em matéria de governança corporativa, como meio de canalizar as funções de supervisão do Conselho de Administração. A regulamentação em vigor atribui especial peso a este tipo de administradores, estabelecendo que nas Comissões de Nomeação, Remuneração e Risco, pelo menos um terço dos seus membros e, em qualquer caso, o presidente deve ser administrador independente e, no caso das Comissões de Auditoria, quando se estabeleça que serão compostas exclusivamente por administradores não executivos, a maioria dos quais, pelo menos, deve ser administrador independente e um dos quais deve ser nomeado com base nos seus conhecimentos e experiência.

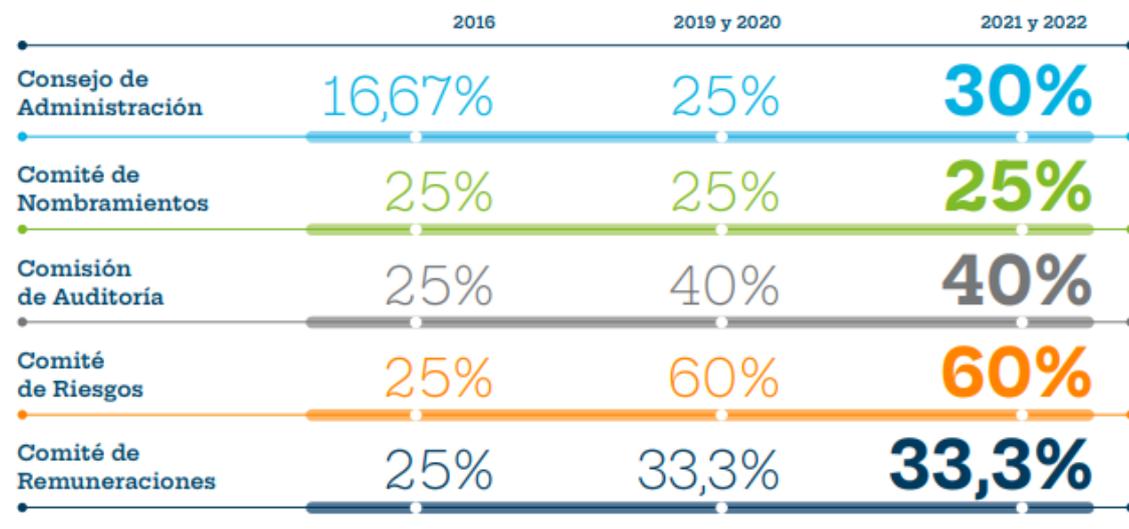
Para que o Conselho de Administração seja enriquecido tanto pela presença de administradores independentes como pela diversidade da sua composição, considera-se apropriado assegurar que uma percentagem suficiente de mulheres, especialmente de administradores independentes, esteja representada no Conselho de Administração, sem prejuízo do cumprimento dos requisitos de idoneidade aplicáveis.

A entidade estabeleceu um objetivo de representação de mulheres no Conselho de Administração do Cecabank de pelo menos 50% de administradores independentes.

Além disso, a representação de mulheres no Conselho de Administração do Cecabank tenderá a aumentar com o objetivo final de alcançar uma presença equilibrada de homens e mulheres. Para o conseguir, serão tidas em conta as vagas no Conselho de Administração e nos vários Comitês do Conselho de Administração.

Segue-se a evolução da presença de administradores femininos em relação à composição do Conselho, bem como uma comparação em relação aos administradores independentes desde 2016.

Evolution of the number of Women



Exercise of evaluation of the aptitude of administrators and of the Board as a whole.

The Law 10/2014 of June 26, 2014 on the regulation, supervision and solvability of credit institutions (hereinafter Law 10/2014) and the Royal Decree 84/2015 of February 13, 2015 which implements (hereinafter RD 84/2015) establish that credit institutions must have a Board of Administration composed of persons who meet the requirements of suitability necessary for the exercise of functions. They must also have units and internal procedures adequate for effecting the selection and annual evaluation of positions subject to the regime of suitability established in the regulations mentioned above.

For this reason, in accordance with the provisions of the Policy of Selection and Evaluation of the Suitability of Members of the Board of Administration and of the General Director or similar, approved by the Board in November 2018, the Nominations Committee agreed, in the meeting of November 22, 2022, to carry out the annual exercise of evaluation of the suitability of administrators and of the Board as a whole for the financial year 2022.

The conclusion reached after this exercise is reflected in the annual report on the evaluation of suitability, which shows that the administrators of the Group meet the criteria of commercial and professional suitability, knowledge and experience and good governance, in such a way that all of them must be considered, at the individual level, adequate to perform their functions as administrators of Cecabank and, except in the case of the executive administrator, as members of any of its committees.

It is concluded equally that the Board of Administration, taken as a whole, has sufficient professional experience in the governance of credit institutions to ensure the effective capacity to make decisions in an independent and autonomous manner in favour of the Group.

Exercise of evaluation of the Board of Administration and respective Committees

In accordance with the provisions of Law 10/2014 and RD 84/2015, the Board of Administration has the function of monitoring, controlling and periodically evaluating the system of governance of the Group, attributing to the Nominations Committee the function, among others, of periodically evaluating, and at least once a year, the structure, dimension, composition and performance of the Board of Administration, making recommendations to the Board of Administration relative to possible changes.

In addition, in accordance with the recommendations of the Basel III of 2015, applicable to banks, and of the Code of Good Governance of the CNMV of 2020 for listed companies, it is suggested that, at least every three years, the exercise of self-evaluation be carried out with the support of

um consultor externo. A este respeito, considerando que o exercício de autoavaliação do funcionamento do Conselho de Administração e dos seus Comitês para o exercício de 2019 foi realizado com o apoio de um consultor externo, o Comité de Nomeações, na reunião de 14 de setembro de 2022, concordou em realizar este exercício de autoavaliação com o apoio de um consultor externo, que foi nomeado nessa mesma reunião.

A autoavaliação do Conselho de Administração e dos Comitês foi realizada através do consultor externo, enviando questionários de autoavaliação para serem preenchidos, bem como através de entrevistas individuais com os administradores. Como parte deste processo, foi também realizada uma revisão da documentação que reflete, entre outros assuntos, o funcionamento destes órgãos, a frequência das reuniões, os principais assuntos tratados ou os participantes nas reuniões, que foram incluídos nos relatórios anuais sobre as atividades do Conselho de Administração e dos Comitês para o exercício de 2022.

A autoavaliação do Conselho e dos seus Comitês conclui que tanto o Conselho de Administração como os seus Comitês desempenharam adequadamente as suas funções, atendendo às necessidades específicas do Grupo e mostra uma avaliação muito positiva do funcionamento do Conselho de Administração, dos Comitês, bem como dos cargos neles ocupados, por parte dos administradores.

Comité de Gestão

Adicionalmente, o Cecabank tem um Comité de Gestão que é responsável por decidir sobre os assuntos que lhe são submetidos diretamente pelo Conselho de Administração, ou sobre os assuntos submetidos pelo Diretor Geral antes da aprovação pelo Conselho de Administração, bem como aprovar as regras de conduta e os regulamentos internos da entidade que não são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Este Comité, composto pelos principais executivos da entidade, é presidido pelo Diretor Geral, com o Secretário-Geral e o Secretário do Conselho de Administração a atuar como secretário do Comité. No entanto, as suas reuniões podem ser assistidas, com direito a intervir, mas não a votar, por outros colaboradores do Grupo que sejam solicitados pelo Presidente do Comité.

5.2. *Ética e cumprimento: corrupção e suborno*

A luta contra a corrupção e o suborno, bem como contra qualquer dos potenciais crimes atribuíveis a pessoas coletivas ou que possam ser cometidos neste entorno, é e deve ser um objetivo central de bom governance. Com este objetivo em mente, há anos que as entidades se têm vindo a equipar, como no caso do Cecabank, com instrumentos e ferramentas (quadro preventivo) para prevenir e evitar a prática dos referidos crimes.

O Grupo tem um Código de Conduta Empresarial que formaliza o compromisso de todos os profissionais com os mais elevados padrões de integridade e ética profissional, a fim de evitar, entre outras coisas, o risco penal. Os valores e regras aí contidos devem ser respeitados e aplicados globalmente a todos os membros do Conselho de Administração, a todos os funcionários e outras entidades membros do seu grupo consolidado, quer diretamente quer através dos seus fornecedores, e devem impregnar as relações com as partes interessadas. Este código incorpora, entre outros aspetos, diretrizes de conduta sobre aspetos relacionados com a corrupção, a prevenção e branqueamento de dinheiro e o financiamento do terrorismo, informação confidencial, concorrência livre, conflitos de interesses, entre outros.

Em relação a este Código, o Cecabank tem um Canal de Conduta Empresarial através do qual todas as pessoas sujeitas ao Código podem comunicar quaisquer possíveis violações, bem como fazer as perguntas relevantes decorrentes da interpretação do Código. As queixas são tratadas de forma confidencial.

Além disso, o Cecabank tem outros instrumentos que promovem uma conduta exemplar como Entidade:

- Sistema de organização e gestão do sistema de risco criminal. O sistema foi certificado pela AENOR em 2021 de acordo com a Norma UNE 19601 Compliance Criminal.
- Documento Estruturante do sistema de organização e gestão de risco criminal.

- Procedimentos para evitar o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e estrutura de controlo.
- Regras de conduta no domínio do mercado de valores.
- Políticas para a prestação de serviços de investimento ou políticas MiFID. Essas políticas abrangem, três blocos: relacionados com transparência e reporting (Política de Transparência e quadro de governação TR), relacionadas com temas estruturais de mercado (Política de manutenção de registos, de Gestão de produto e Política de trading algorítmico) e relacionados com a proteção do investidor (Política de melhor execução, salvaguardas de ativos e política de incentivos). O principal objetivo dessas políticas é o cumprimento adequado pelo Grupo das regras de conduta e requisitos organizacionais ligadas à prestação de serviços de investimento.

O Cecabank revê anualmente o seu sistema de Compliance Penal, estabelecendo ações para assegurar a melhoria contínua do sistema.

Descrição do indicador	2021	2022
Ações (corretivas, melhoria, preventivas) em curso derivadas do sistema de Compliance Penal	5	2
Recomendações de Auditoria Interna sobre o sistema	2	1

O Cecabank tem um Manual para a prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo que visa assegurar que a Entidade e os seus funcionários impeçam a entrada de fundos obtidos ilicitamente no sistema financeiro através do Cecabank. Os sistemas informáticos da Entidade permitem-lhe analisar as suas próprias operações e as operações intermediadas, a fim de detetar possíveis transações ligadas a estes aspetos. Para estes fins, são feitas confrontações com listas de sanções financeiras e existem situações específicas de deteção de operações suspeitas. Além disso, existem ferramentas e processos que permitem ter um conhecimento completo do cliente e acompanhamento da relação com o mesmo.

A estrutura organizacional e os mecanismos de controlo interno desenvolvidos pela administração estão alinhados com a natureza da estratégia e do modelo empresarial do Cecabank, com linhas de responsabilidade bem definidas, transparentes e consistentes destinadas a assegurar operações eficazes e eficientes; gestão empresarial prudente; identificação, medição e mitigação adequadas dos riscos; publicação de informação financeira e não financeira interna e externa fiável; procedimentos administrativos e contabilísticos sólidos; e conformidade com leis, regulamentos, requisitos de supervisão e políticas, processos, regras e decisões internas.

Esta estrutura caracteriza-se pelo desenvolvimento de uma gestão abrangente e especializada, com unidades de gestão e controlo específicas para os diferentes riscos; por ser baseada numa estrutura de comités; por ser uma estrutura que garante a independência das unidades que desempenham funções de controlo relativamente às áreas, unidades ou funções em que se baseia a sua verificação; e por se basear nas três linhas do modelo de defesa.

Durante 2022, o Grupo continuou a trabalhar na definição de um indicador relevante sobre transações analisadas em relação ao risco de corrupção, bem como sobre os controlos associados. A este respeito, o número de avaliações efetuadas aumentou em 2022 para 28.545 transações.

Descrição do indicador	2021	2022
Nº operações avaliadas para riscos relacionados com a corrupção	5.806	28.545
Casos confirmados de corrupção e ações tomadas	0	0

5.3. Gestão de Riscos

A abordagem comercial do Cecabank centra-se em servir clientes profissionais com um elevado grau de sofisticação na sua atividade, com relações duradouras baseadas na confiança mútua. Dentro deste quadro, a gestão e controlo dos riscos não financeiros são aspetos fundamentais.

A filosofia de gestão de risco do Cecabank baseia-se em critérios rigorosos de prudência, coerentes com a estratégia comercial e visa assegurar uma utilização eficiente do capital atribuído às unidades de negócio. Os resultados da aplicação desta filosofia traduzem-se num perfil de risco conservador, com elevados níveis de solvência e ampla liquidez.

O Grupo estabeleceu um modelo de governação para os riscos ESG e não financeiros, que coloca a responsabilidade por estas questões ao mais alto nível de gestão e órgão de governação. Assim, os Estatutos do Cecabank atribuem ao Conselho de Administração a responsabilidade, entre outras, pela aprovação e supervisão das políticas e estratégias gerais, pela implementação dos seus objetivos estratégicos, da sua estratégia de risco e da sua governação interna. Tanto o Conselho de Administração como os comités delegados, em conformidade com as melhores práticas de governação empresarial, elaboram e aprovam um plano de trabalho anual, que inclui uma previsão dos assuntos a tratar por estes órgãos e que lhes são atribuídos em virtude das suas funções e poderes.

O Comité de Risco é responsável pela elaboração do modelo de controlo e gestão do risco (financeiro e não financeiro), pela monitorização do perfil de risco do Grupo, incluindo os riscos climáticos e ambientais, e pela sua integração nos processos de gestão do risco. O Comité de Risco acompanha o roteiro de gestão dos riscos climáticos e ambientais e revê o Contexto de Tolerância de Riscos e o Contexto Geral de Gestão de Riscos, entre outros. Estes quadros também incluem riscos não financeiros, tais como riscos ambientais, sociais e de governance (ESG).

Além disso, as funções do Comité de Auditoria incluem a avaliação e supervisão do processo de preparação e da integridade da informação financeira e não financeira, bem como a supervisão dos sistemas de controlo e gestão dos riscos financeiros e não financeiros. As suas funções incluem a monitorização do cumprimento do Plano de Sustentabilidade.

Os riscos do ESG são previamente monitorizados e controlados pelo Comité de Cumprimento e Risco Operacional e pelo Comité de Sustentabilidade. O Comité de Estratégia, por seu lado, supervisiona o Plano Estratégico de Negócios, que inclui a linha de trabalho do vetor de crescimento dos ESG, onde são avaliadas novas possibilidades de negócio dos ESG.

Em 2022, o Cecabank estabeleceu um scorecard de indicadores de ESG que facilita a monitorização pelos órgãos diretivos e incorpora indicadores relacionados com os riscos dos ESG, tais como a avaliação e monitorização da pontuação dos clientes dos ESG, bem como a quantificação do investimento verde.

Entre outros aspetos, é de notar que a entidade incorpora aspetos do ESG como parte da análise de admissão de risco de crédito de clientes e contrapartes e do processo de análise de fornecedores, validando que partilham os valores éticos, sociais e ambientais do Cecabank. Além disso, em 2022, o Cecabank trabalhou na avaliação do posicionamento dos negócios do banco em matérias de ESG, especialmente na sua carteira de investimentos, onde tem em conta a classificação de clientes do ESG.

O Grupo estabeleceu vários mecanismos para controlar e gerir os riscos não financeiros. A destacar:

Riscos não financeiros	Principais mecanismos de controlo e gestão
<p>Risco social e de governance</p>	<p>O Código de Conduta, a Política de Cumprimento Penal, a Política de Igualdade e Diversidade, entre outras políticas do Grupo, asseguram que os princípios éticos, a igualdade e a diversidade sejam respeitados.</p> <p>Concretamente, a Política de Igualdade e Diversidade visa, entre outros, favorecer as possibilidades de acesso das mulheres a posições ou funções de decisão, ou melhorar a conciliação da vida familiar e profissional.</p> <p>Em termos de reporting, o Cecabank lançou um plano ambicioso para melhorar a transparência. Vale a pena notar que em 2021 o Grupo elaborou o Sistema de Controlo de Relatórios Não Financeiros. Neste âmbito, o banco estabeleceu três níveis de controlo sobre o conteúdo da informação não financeira: o departamento de Sustentabilidade, responsável pela preparação do relatório, um controlo secundário realizado pela Unidade de</p>

Riscos não financeiros	Principais mecanismos de controlo e gestão
<p>Cibersegurança e risco tecnológico</p>	<p>Coordenação e Riscos Transversais, que faz parte da área de Riscos e Conformidade, e um controlo terciário realizado pela Auditoria Interna.</p> <p>O Cecabank assume voluntariamente os padrões mais elevados e todas as recomendações sobre avaliação de riscos tecnológicos (ICT) propostas pela EBA, incluindo no seu âmbito os riscos de segurança, cibersegurança, mudança, integridade, continuidade e externalização, todos eles incluídos na política de gestão de riscos. Do mesmo modo, os serviços oferecidos pelo Cecabank baseiam-se largamente num elevado nível de apoio tecnológico sofisticado que garante a privacidade dos dados e a continuidade do negócio.</p> <p>Para mais informações, ver secção: Cibersegurança.</p>
<p>Risco relacionado com o cumprimento e prevenção de suborno e corrupção</p>	<p>O Cecabank implementou um Sistema de Cumprimento Penal baseado na norma UNE 19601 e verificado por uma terceira parte independente. O sistema incorpora uma Política de Cumprimento Penal obrigatória, que é um dos seus pilares fundamentais. Esta política desenvolve as disposições do Código de Conduta Corporativa do Cecabank e, conseqüentemente, está ligada aos seus valores éticos e corporativos, ratificando o desejo do Cecabank de manter uma conduta que respeite tanto as regras como estes valores, definindo o seu quadro de princípios em matéria de Conformidade Penal.</p> <p>As iniciativas sociais levadas a cabo pelo Grupo, que envolvem o gasto de fundos, estão sujeitas a mecanismos de controlo a fim de assegurar o cumprimento dos procedimentos e regulamentos internos e externos na área operacional, a salvaguarda dos ativos e a informação contabilística financeira. Em 2022, o Grupo tem trabalhado para automatizar estes processos para um maior controlo e rastreabilidade.</p>
<p>Risco Reputacional</p>	<p>Para além dos riscos financeiros, estratégicos e operacionais, o mapa de riscos de reputação do Grupo identifica e avalia aqueles que correspondem aos fatores ESG (ambientais, sociais e de governance). Além disso, o Grupo incorpora análises das partes interessadas (incluindo aspetos dos ESG) que são aplicadas a novos clientes no âmbito do risco de reputação, a clientes existentes com risco acima da média e à cadeia de custódia da entidade relacionada com os depositários globais e países não pertencentes à UE.</p>
<p>Riscos Climáticos e Ambientais</p>	<p>O Cecabank considera o risco climático e ambiental em todas as fases do seu modelo de gestão de risco. Estão também incorporados na estrutura organizacional do Grupo, de acordo com as três linhas do modelo de defesa.</p> <p>O Grupo tem um roteiro para Riscos Climáticos e Ambientais, no qual identifica e avalia os riscos que, devido ao nosso modelo de negócio, podem ter um impacto na entidade. O Grupo estabeleceu planos de melhoramento voluntários e planos para satisfazer as expectativas dos reguladores e supervisores. Estas medidas foram incorporadas no Plano de Sustentabilidade do Banco, que inclui ações no bloco Planeta que vão permitir progredir na identificação e gestão deste tipo de risco.</p> <p>É de notar que o Banco gere os seus riscos climáticos e ambientais nos diferentes processos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação e admissão de clientes: o Grupo tem incluídos fatores ESG nos seus procedimentos de análise e gestão de clientes (através de relatórios de admissão e monitorização de risco de crédito e

Riscos não financeiros	Principais mecanismos de controlo e gestão
	<p>relatórios de risco de reputação do cliente), bem como de fornecedores e análise de serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Classificação e acompanhamento: O Cecabank tem um scorecard de indicadores de ESG que incluem fatores ligados a riscos ambientais e climáticos. <ul style="list-style-type: none"> ○ Em 2022, o Cecabank trabalhou na identificação da exposição a setores de carbono intensivo e na medição do indicador da pegada de carbono. ○ Como parte do processo de revisão das suas políticas e procedimentos, o Cecabank incorporou um limiar qualitativo para os riscos climáticos e ambientais (dentro do Quadro de Tolerância de Riscos) que lhe permite monitorizar esses riscos. Estes controlos são comunicados aos órgãos de gestão e governação do Grupo. • Ao longo de 2023, o Grupo planeia trabalhar no desenvolvimento e implementação de uma Política de Investimento Responsável que tenha em conta as Alterações Climáticas e os aspetos ambientais.

Mais informações sobre a política de risco do Banco podem ser encontradas no relatório Estrutura Organizacional e Práticas de Governação, no Relatório Consolidado de Gestão do Banco, no relatório Informação de Relevância Prudencial (IRP), disponível no website corporativo, e no Quadro Geral de Controlo.

Cibersegurança

A cibersegurança é vista como um pilar fundamental do serviço e como uma parte fundamental do plano tecnológico estratégico do Grupo.

A segurança da informação e a gestão do risco tecnológico no Cecabank são articuladas através de um modelo de governação, a existência de um sistema sólido de três linhas de defesa e a implementação de mecanismos destinados a detetar, mitigar e resolver eventos de segurança, incluindo a definição de mecanismos de resiliência em caso de potenciais incidentes.

Ao longo de 2022, muitas ações foram levadas a cabo para melhorar a cibersegurança. Estas melhorias foram motivadas pelo aparecimento de novas regulamentações no domínio dos riscos tecnológicos, pela realização de auditorias e consultorias de segurança e pelo aparecimento de novas tendências e modalidades de infrações no âmbito da evolução tecnológica e da transformação digital empreendida pela entidade e, em geral, pelo sector.

Governação da segurança e risco tecnológico

A governação da cibersegurança e do risco tecnológico baseia-se num sistema de órgãos de governação que permite um controlo detalhado da segurança do Banco (Comité de Risco de Segurança e Tecnologia, Comité de Cumprimento e Risco Operacional) e do risco tecnológico (Comité de Risco, Comité de Auditoria).

O plano de ação de cibersegurança e risco tecnológico está alinhado com o plano estratégico tecnológico. Este plano é monitorizado através do Comité de Digitalização e Tecnologia. A convergência dos dois planos é assegurada pela participação neste comité do pessoal da Área de Risco.

Três linhas de modelo de defesa

As três linhas de defesa do Grupo baseiam-se nas melhores práticas de governação do setor. A primeira linha de defesa, estabelecida ao nível dos departamentos operacional e tecnológico, mantém as funções associadas à operação e implementação de medidas técnicas de segurança e à execução de ações corretivas e atenuantes decorrentes da ocorrência de incidentes.

A segunda linha de defesa visa implementar alertas, monitorizar a segurança e gerir alertas precoces, desenvolver e coordenar projetos de segurança e reporting de incidentes.

Finalmente, a terceira linha, realizada pela Auditoria Interna, conta com uma equipa especializada na avaliação da cibersegurança e do risco tecnológico.

Mecanismos de segurança

O ano 2022 assistiu à melhoria dos mecanismos de resposta a incidentes e ao desenvolvimento de novos métodos de deteção (IA, Machine Learning), bem como à implementação de infraestruturas abrangentes e de sistemas de bastião de aplicações.

Entre outras iniciativas, o número de alertas foi aumentado e o sistema de deteção de incidentes e eventos de fraude tecnológica foi otimizado. As capacidades anti-malware e anti-phishing foram aumentadas e as métricas para o cálculo do risco tecnológico do Grupo foram melhoradas.

Outras ações levadas a cabo em 2022 incluíram melhorias na proteção do perímetro e medidas de controlo de acesso, o alicerce generalizado da infraestrutura de apoio às empresas e serviços e a implementação de procedimentos avançados de segurança para a gestão de utilizadores com elevados privilégios e movimentos intracomunitários.

Finalmente, é importante destacar a implementação de ações de formação tanto gerais como direcionadas para a prevenção de ciberataques a utilizadores finais e as que se baseiam em métodos de engenharia social.

Formação e Sensibilização

A sensibilização dos colaboradores para temas da cibersegurança é uma atividade contínua, tanto pelas equipas de Planeamento e Desenvolvimento de Pessoas como pelas equipas de Segurança da Informação. Para o efeito, o Cecabank tem programas de formação geral e especializada, formação monográfica e dias de indução e ações de comunicação regulares, tais como a publicação de um boletim informativo mensal sobre cibersegurança. Os planos de formação relacionados com a cibersegurança são realizados anualmente, utilizando as técnicas de informação mais atualizadas e por peritos na matéria. A eficácia destes planos de formação é periodicamente avaliada através de métricas que permitem avaliar o grau de sensibilização do pessoal, cujos resultados são periodicamente comunicados aos órgãos responsáveis pela cibersegurança do Grupo. Até 2022, 74% dos colaboradores receberam formação em cibersegurança.

5.4. Cadeia de abastecimento responsável

O Cecabank esforça-se por estabelecer relações comerciais justas e estáveis, baseadas na responsabilidade, transparência e comunicação.

O Código de Conduta Corporativa traduz este compromisso, que se reflete também nas várias políticas e procedimentos de gestão implementados no Grupo. Estes incluem a norma " Contratação de serviços com fornecedores", que visa assegurar a concorrência em cada processo de contratação e a sua adequada avaliação, e a "Política de subcontratação e contratação de serviços e funções" (cuja última atualização foi aprovada pelo Conselho de Administração a 25 de outubro de 2022), que estabelece os princípios, regras e procedimentos que devem ser respeitados nas várias fases do processo de contratação de qualquer serviço de um fornecedor.

A fim de assegurar que os fornecedores partilham e respeitam os valores éticos do Cecabank e para mitigar os riscos associados à cadeia de abastecimento, o Grupo realiza vários processos:

- **Aprovação de Fornecedores:**

Para prestadores de serviços subcontratados e contratos de montantes significativos, o Cecabank realiza um processo de aprovação. O objetivo deste processo é avaliar a capacidade produtiva, técnica e financeira do fornecedor, assim como o seu alinhamento com os valores éticos e as políticas de sustentabilidade do Cecabank. Isto inclui a avaliação de aspetos de Responsabilidade Corporativa, tais como a adesão a normas internacionais sobre Direitos Humanos, proteção ambiental e condições de trabalho adequadas.

Em 2022, o Cecabank trabalhou na revisão destes critérios, implementando um duplo requisito para a obtenção de aprovação.

- Obtenção de uma pontuação global mínima no questionário de acreditação; e
- Obtenção de uma pontuação mínima nos módulos ESG e Corporate Governance.

Estes critérios asseguram que os fornecedores estão alinhados com as nossas políticas de ESG e de governance, mitigando os riscos potenciais a que o Grupo pode estar exposto. É de notar que os nossos requisitos para os fornecedores estão em processo de evolução a fim de se adaptarem aos novos requisitos da supervisão bancária em termos de registo e resolução.

É de notar que o Grupo gere o processo de avaliação da qualidade do serviço prestado pelos fornecedores de uma forma integrada com os processos de aprovação e avaliação empresarial. O processo é realizado através de uma nova aplicação.

- **Auditorias de controlo operacional**

Além disso, alguns dos nossos fornecedores estão sujeitos a auditorias de risco operacional, onde os aspetos e requisitos do processo de aprovação são analisados em maior detalhe.

- **Cláusulas contratuais**

O Grupo inclui nas cláusulas dos contratos com os fornecedores requisitos relativos à prevenção de riscos criminais e ao cumprimento dos princípios estabelecidos no Código de Ética do Cecabank.

Em 2022, o Grupo continuou a trabalhar na gestão global dos seus fornecedores através de aspetos tais como:

- Reduzir o risco da cadeia de abastecimento e controlar a continuidade dos serviços prestados
- Aconselhamento estratégico aos departamentos empresariais sobre externalização
- Melhorar a agilidade operacional das compras,
- A implementação de relatórios e instrumentos de análise para o controlo das aprovações,
- Contribuição para a negociação centralizada com os principais fornecedores em colaboração com as unidades organizacionais que contratam os serviços subcontratados.

O Cecabank mantém um elevado nível de compromisso com os seus fornecedores, uma vez que estes são um elo essencial na sua gama de produtos e serviços. Por este motivo, os aspetos relacionados com fornecedores são supervisionados ao mais alto nível no Grupo. A Divisão de Riscos Não Financeiros e Conformidade é responsável por informar regularmente o Comité de Conformidade e Risco Operacional e, numa base anual, o Comité de Auditoria e o Conselho de Administração sobre os resultados do controlo dos fornecedores e da externalização dos relatórios às autoridades competentes.

Da mesma forma, a supervisão da externalização aprovada e quaisquer incidentes que possam ser detetados são controlados pelo Comité de Gestão.

Por outro lado, o Grupo materializa o seu compromisso com o emprego e as comunidades locais através da contratação de fornecedores locais. Em 2022, os fornecedores locais representavam 90,45% do total, com 483 fornecedores espanhóis e 51 fornecedores não-residentes, um aumento em relação a 2021 (82,5%).

Principais números	2021	2022
Fornecedores Registados	578	534
Aprovações Gerais	53	68
Aprovações por serviço	8	5
Licitações	9	16
Registo de Outsourcing	63	73

5.5. Responsabilidade Fiscal

A política fiscal do Cecabank procura cumprir os regulamentos e eliminar qualquer risco que possa surgir do não cumprimento dos regulamentos. A este respeito, o Grupo tem um Comité Fiscal responsável pela análise e interpretação dos regulamentos aplicáveis à atividade do Cecabank e pelo controlo do cumprimento das obrigações formais na investigação, avaliação e monitorização de possíveis riscos relacionados com esta matéria. Este Comité, por sua vez, reporta ao Comité de Auditoria, ao Comité de Gestão e ao Comité de Risco.

O resultado antes de impostos (RAI) ascendeu a 92.204 milhares de euros em 2022 e 93.600 milhares de euros em 2021, repartidos da seguinte forma:

	(milhares de euros)	
	2022	2021
Espanha	92.128	93.647
Bélgica	61	(136)
Portugal	15	89

Quanto à contribuição fiscal relacionada com o imposto sobre o rendimento (imposto sobre o rendimento das sociedades) em 2022 ascendeu a 16.184 milhares de euros (10.466 milhares de euros em 2021) de acordo com a seguinte repartição:

	(milhares de euros)
Espanha	16.183
Portugal	1

Para mais informações sobre o imposto sobre o rendimento, ver nota 2.12 das Contas Anuais do Cecabank, S.A. e das filiais que constituem o Grupo Cecabank.

Tal como em 2021, o Cecabank não recebeu quaisquer subsídios governamentais no ano que terminou a 31 de dezembro de 2022.

Anexos

Anexo I: Sobre este Relatório

Este relatório sobre a Declaração Consolidada de Informação Não Financeira do Cecabank é elaborado e publicado em conformidade com a Lei 11/2018, de 28 de dezembro, que altera o Código Comercial, o texto revisto da Lei das Sociedades de Capital aprovada pelo Real Decreto Legislativo 1/2010, de 2 de julho, e a Lei 22/2015, de 20 de julho, sobre a Auditoria de Contas, em relação à informação não financeira e à diversidade.

Para a preparação da presente Declaração de Informação Não Financeira, foram utilizadas como norma de referência as Diretrizes de Relatório de Sustentabilidade da Global Reporting Initiative (GRI) internacionalmente reconhecidas, seguindo os princípios e conteúdos definidos pela versão mais atualizada do guia, as GRI Standards.

Neste contexto, através da Declaração de Informação Não Financeira, o Grupo tem como objetivo relatar as questões ambientais, sociais, de pessoal e de direitos humanos e as relacionadas com a luta contra a corrupção e o suborno que são relevantes para o Grupo na execução das suas atividades comerciais. A fim de determinar estas questões, o Cecabank realizou um estudo de materialidade que pode ser encontrado na secção 1.3. A nossa Gestão da Sustentabilidade desta Declaração de Informação Não Financeira.

Além disso, e em conformidade com as disposições da Lei 11/2018 de 28 de dezembro, esta Declaração de Informação Não Financeira faz parte do Relatório Consolidado de Gestão do Grupo Cecabank e é apresentada num documento separado.

Anexo II: Comparação dos indicadores de gestão de pessoas de 2022 e 2021

Número de colaboradores por idade

<30		30-50				>50	
2021	2022	2021	2022	2021	2022		
20	26	291	318	147	128		

Número de colaboradores por categoria profissional

	Nível I		Nível II		Nível III		Nível IV		Nível V		Nível VI		Nível VII		Nível VIII		Nível IX		Nível X		Nível XI		Nível XII		Nível XIII		Nível XIV	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Grupo 1																												
Homens	5	5	3	3	18	12	23	30	35	31	49	52	30	28	30	25	7	10	8	7	6	3	13	10	1	-	1	-
Mulheres	3	3	2	2	11	17	17	12	27	30	46	46	36	41	58	51	10	15	8	7	7	4	14	10	-	-	-	-
Grupo 2																												
Homens	1	1	1	2	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mulheres	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Baixas por gênero

Período	Sexo	ERE	Despedimento voluntário	Não supera período experiência	Despedimento	Licença voluntária e suspensão do contrato	Desvinculações	Reforma	Total
2021	Mulheres	16	1	0	1	1	1	0	20
	Homens	19	4	0	1	0	2	0	26
2022	Mulheres	20	0	1	0	0	0	0	21
	Homens	15	5	5	1	1	1	1	29

Despedimentos por gênero e idade e classificação profissional

Sexo	2021	2022
Mulheres	1	0
Homens	1	1
Total	2	1

Grupos de idade	2021	2022
> 50	0	1
30 - 50	2	0
Total	2	1

Categoria	2021	2022
Grupo 1. Nível IV	1	0
Grupo 1. Nível VI	0	1
Grupo 1. Nível VIII	1	0
Total	2	1

Anexo III: Comparação das horas de formação de 2022 e 2021

HORAS DE FORMAÇÃO POR NÍVEIS 2022

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV
Grupo 1	239	364	2.610	2.222	2.505	2.963	2.006	2.659	586	886	728	1.050	86	22
Grupo 2	2	3	0	252	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	241	367	2.610	2.474	2.505	2.963	2.006	2.659	586	886	728	1.050	86	22

HORAS DE FORMAÇÃO POR NÍVEIS 2021

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII
Grupo 1	364	177	1.546	2.326	2.901	4.468	2.765	2.901	1.120	387	231	272	
Grupo 2	17	34											
Total	381	211	1.546	2.326	2.901	4.468	2.765	2.901	1.120	387	231	272	0

Anexo IV: Comparação do Programa Tú Eliges 2021

Categoria	Associação beneficiária	Montante
Social	ALEPH-TEA	15.000,00 €
Social	Fundación Madre de la Esperanza	13.000,00 €
Social	Asociación Española contra el Cáncer (AECC)	10.000,00 €
Social	APROMAR	7.500,00 €
Social	ACTAYS	7.500,00 €
Social	Fundación el Arca de Madrid	7.500,00 €
Meio Ambiente	GREFA	7.500,00 €
Meio Ambiente	Fundación CBD-HÁBITAT	5.000,00 €
Social	Fundación SENARA	5.000,00 €
Social	Kyrios	5.000,00 €
Social	COMUNIDAD DEL CORDERO	5.000,00 €
Meio Ambiente	Asociación Peluditos Urbanos	3.000,00 €
Social	ADISLI	3.000,00 €
Social	Fundación Esperanza y Alegría	3.000,00 €
Ajuda total		97.000,00 €

Anexo V: Tabela de conformidade com a Lei 11/2018, de 28 de dezembro

Segue-se um quadro de conformidade com a Lei 11/2018, cujo objetivo é detalhar em que secção da presente Declaração de Informação Não Financeira são cumpridos os requisitos desta Lei, bem como identificar o padrão de informação que tem sido utilizado para este fim.

Conteúdo da Lei 11/2018 INF	Capítulo do EINF (INF) onde a informação é incluída	Indicador GRI associado
Modelo de negócio		
Contexto empresarial e modelo de negócios	1.1.	
Organização e estrutura	1.1. O nosso modelo de negócio	GRI 2-1
Mercados em que opera	1.1. O nosso modelo de negócio	GRI 2-2
Objetivos e estratégias	1.1. O nosso modelo de negócio	GRI 2-6
Principais fatores e tendências que podem afetar o desenvolvimento futuro	1.1. O nosso modelo de negócio 1.2. A nossa cultura empresarial 1.3. A nossa gestão de sustentabilidade 4.2. Finanças sustentáveis	GRI 2-22
Políticas	São detalhados em cada uma das secções correspondentes do presente relatório, em virtude do assunto tratado.	GRI 3
Principais riscos	5.3. Gestão de Riscos	GRI 205-1 GRI 413-1
Questões ambientais		
Global		
Efeitos das atividades da empresa sobre o ambiente e a saúde e segurança e procedimentos de avaliação ou certificação ambiental;	3. Planeta	GRI 3
Princípio da precaução, a quantidade de provisões e salvaguardas para riscos ambientais;	3. Planeta	GRI 2-23
Recursos dedicados à prevenção dos riscos ambientais	3. Planeta	GRI 2-23
Contaminação		
Medidas para prevenir, reduzir ou remediar as emissões de carbono que afetam gravemente o ambiente, tendo em conta qualquer forma de poluição atmosférica específica da, incluindo a poluição sonora e luminosa.	3.2. Gestão ambiental no Cecabank	GRI 305-5
Economia circular e prevenção e gestão de resíduos		
Economia circular e medidas para a prevenção, reciclagem, reutilização, outras formas de valorização e eliminação de resíduos.	3.2. Gestão ambiental no Cecabank	GRI 306-1

Conteúdo da Lei 11/2018 INF	Capítulo do EINF (INF) onde a informação é incluída	Indicador GRI associado
Ações para combater o desperdício alimentar	Não Material	GRI 3
Utilização sustentável dos recursos		
Consumo de água e abastecimento de água de acordo com as restrições locais	3.2. Gestão ambiental no Cecabank	GRI 303-5
Consumo de matérias-primas e medidas tomadas para melhorar a eficiência da sua utilização	3.2. Gestão ambiental no Cecabank	GRI 301-1
Energia: Consumo, direto e indireto; Medidas tomadas para melhorar a eficiência energética, Utilização de energias renováveis	3.2. Gestão ambiental no Cecabank	GRI 302-1
Alterações climáticas		
Emissões de gases com efeito de estufa	3.1. Pegada de carbono e gestão climática	GRI 305-1 GRI 305-2
Medidas tomadas para adaptação às consequências das alterações climáticas.	3.1. Pegada de carbono e gestão climática	GRI 3
Metas voluntárias de redução estabelecidas a médio e longo prazo para reduzir as emissões de GEI e meios implementados para o efeito.	3.1. Pegada de carbono e gestão climática	GRI 3
Proteção da biodiversidade		
Medidas tomadas para preservar ou restaurar a biodiversidade	Não Material	GRI 3
Impactos causados por atividades ou operações em áreas protegidas	Não Material	
Questões sociais e relativas ao pessoal		
Emprego		
Número total e distribuição dos colaboradores por sexo, idade, país e classificação profissional	2.1. O nosso talento	GRI 2-7
Número total e distribuição dos tipos de contratos de trabalho	2.1. O nosso talento	GRI 2-7
Número médio anual de contratos permanentes, temporários e a tempo parcial por sexo, idade e classificação profissional	2.1. O nosso talento	GRI 2-7
Número de despedimentos por sexo, idade e classificação profissional	2.1. O nosso talento	GRI 401-1
Remunerações médias e sua evolução, discriminadas por sexo, idade e classificação profissional ou igual valor	2.1. O nosso talento: Condições de trabalho (Remuneração) (Benefícios sociais)	GRI 405-2

Conteúdo da Lei 11/2018 INF	Capítulo do EINF (INF) onde a informação é incluída	Indicador GRI associado
Wage Gap, a remuneração de posições iguais ou médias no Grupo	2.1. O nosso talento: Condições de trabalho (Remuneração) (Benefícios sociais)	GRI 405-2
Remuneração média dos diretores e executivos, incluindo remuneração variável, subsídios, indemnizações, pagamentos a sistemas de poupança a longo prazo e quaisquer outros pagamentos desagregados por género.	2.1. O nosso talento: Condições de trabalho (Remuneração)	GRI 2-19 GRI 2-20 GRI 2-21
Implementação de medidas de desvinculação laboral	2.1 O nosso talento: conciliação e igualdade	GRI 3
Colaboradores com deficiência	2.1 O nosso talento: conciliação e igualdade	GRI 405-1
Organização do tempo de trabalho		
Organização do tempo de trabalho	2.1. O nosso talento: Condições de trabalho	GRI 3
Número de horas de absentismo	2.1. O nosso talento: Condições de trabalho	GRI 403-9 GRI 403-10
Medidas destinadas a facilitar o gozo do equilíbrio trabalho-vida e a encorajar o exercício co-responsável do equilíbrio trabalho-vida por ambos os pais.	2.1. O nosso talento: Condições de trabalho	GRI 3
Saúde e segurança		
Condições de saúde e segurança no trabalho	2.1. O nosso talento: Segurança e Saúde	GRI 3
Acidentes de trabalho (frequência e gravidade) desagregados por sexo	2.1. O nosso talento: Segurança e Saúde	GRI 403-9 GRI 403-10
Doenças profissionais (frequência e gravidade) desagregadas por sexo	2.1. O nosso talento: Segurança e Saúde	GRI 403-9 GRI 403-10
Relações sociais		
Organização do diálogo social, incluindo os procedimentos de informação, consulta e negociação com os colaboradores	2.1. O nosso talento: Condições de trabalho	GRI 3
Mecanismos e procedimentos de que o Grupo dispõe para promover a participação dos colaboradores na gestão do Grupo, em termos de informação, consulta e participação.	2.1. O nosso talento: Condições de trabalho	GRI 3
Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos coletivos de trabalho por país	2.1. O nosso talento: Condições de trabalho	GRI 2-30
Balanço dos acordos coletivos, particularmente no domínio da saúde e segurança no trabalho.	2.1. O nosso talento: Condições de trabalho	GRI 403-4
Formação		
Políticas implementadas no domínio da formação	2.1. O nosso talento: Formação	GRI 3
Número total de horas de formação por categoria profissional	2.1. O nosso talento: Formação	GRI 404-1

Conteúdo da Lei 11/2018 INF	Capítulo do EINF (INF) onde a informação é incluída	Indicador GRI associado
Acessibilidade universal para pessoas com deficiência	2.1 O nosso talento: conciliação e igualdade	GRI 3
Igualdade		
Medidas tomadas para promover a igualdade de tratamento e a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres	2.1 O nosso talento: conciliação e igualdade	GRI 3
Planos de igualdade, medidas tomadas para promover o emprego, protocolos contra o assédio sexual e baseado no género e a integração e acessibilidade universal das pessoas com deficiência.	2.1 O nosso talento: conciliação e igualdade	GRI 3
Política contra todos os tipos de discriminação e, quando apropriado, política de gestão da diversidade.	2.1 O nosso talento: conciliação e igualdade	GRI 3
Direitos humanos		
Implementação de procedimentos de due diligence em matéria de direitos humanos.	2.2. Compromisso Social: com os Direitos Humanos	GRI 3
Prevenção de riscos de abusos dos direitos humanos e, quando apropriado, medidas para mitigar, gerir e remediar possíveis abusos cometidos	2.2. Compromisso Social: com os Direitos Humanos	GRI 3
Denúncias de violações dos direitos humanos	2.2. Compromisso Social: com os Direitos Humanos	GRI 406-1
Promoção e aplicação das disposições das convenções fundamentais da OIT relativas ao respeito da liberdade de associação e do direito à negociação coletiva, à eliminação da discriminação em matéria de emprego e profissão, à eliminação do trabalho forçado ou obrigatório e à abolição efetiva do trabalho infantil	2.2. Compromisso Social: com os Direitos Humanos	GRI 3
Corrupção e suborno		
Medidas tomadas para prevenir a corrupção e o suborno	5.2. Ética e conformidade: corrupção e suborno	GRI 2-23 GRI 2-26 GRI 205-1 GRI 205-3
Medidas tomadas para combater o branqueamento de capitais	5.2. Ética e conformidade: corrupção e suborno	GRI 205-2
Contribuições para fundações e organizações sem fins lucrativos	5.2. Ética e conformidade: corrupção e suborno	GRI 413-1
Sociedade		
Compromissos do Grupo com o desenvolvimento sustentável		

Conteúdo da Lei 11/2018 INF	Capítulo do EINF (INF) onde a informação é incluída	Indicador GRI associado
Impacto da atividade do Grupo no emprego e no desenvolvimento local, nas populações locais e no território.	2.2. Compromisso Social: com a nossa envolvente	GRI 413-1
Relações mantidas com os atores da comunidade local e as modalidades de diálogo com eles.	2.2. Compromisso Social: com a nossa envolvente	GRI 2-29
Ações de parceria ou de patrocínio	2.2. Compromisso Social: com a nossa envolvente	GRI 2-28
Subcontratação e fornecedores		
Inclusão de questões sociais, de igualdade de género e ambientais na política de aquisições.	5.4. Cadeia de abastecimento responsável	GRI 2-6
Consideração nas relações com fornecedores e subcontratados da sua responsabilidade social e ambiental.	5.4. Cadeia de abastecimento responsável	GRI 308-1 GRI 414-1
Sistemas de monitorização e auditoria e resultados de auditoria	5.4. Cadeia de abastecimento responsável	GRI 3
Consumidores		
Medidas de saúde e segurança dos consumidores	Não Material	GRI 3
Sistemas de reclamações, queixas recebidas e resolução de queixas	4.1. Os nossos clientes	GRI 416-2
Informação fiscal		
Resultados obtidos por país	5.5. Responsabilidade Fiscal	GRI 3
Impostos sobre os lucros pagos	5.5. Responsabilidade Fiscal	GRI 3
Subsídios governamentais recebidos	5.5. Responsabilidade Fiscal	GRI 201-4